

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

FIORENZA ZANDONADE CARNIELLI

**COMUNICAÇÃO PÚBLICA E COMUNICAÇÃO CÍNICA
NA TRAMA ACONTECIMENTAL DAS TRAGÉDIAS
DE MARIANA E BRUMADINHO**

PORTO ALEGRE

2021

FIORENZA ZANDONADE CARNIELLI

**COMUNICAÇÃO PÚBLICA E COMUNICAÇÃO CÍNICA
NA TRAMA ACONTECIMENTAL DAS TRAGÉDIAS
DE MARIANA E BRUMADINHO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Comunicação e Informação.

Orientadora: Profa. Dr^a Maria Helena Weber

PORTO ALEGRE

2021

CIP - Catalogação na Publicação

Carnielli, Fiorenza Zandonade

Comunicação pública e comunicação cínica na trama
acontecimental das tragédias de Mariana e Brumadinho /
Fiorenza Zandonade Carnielli. -- 2021.

313 f.

Orientadora: Maria Helena Weber.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e
Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação
e Informação, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Comunicação pública. 2. Comunicação cínica. 3.
Comunicação organizacional. 4. Tragédia de Mariana
Samarco Renova (2015). 5. Tragédia de Brumadinho Vale
(2019). I. Weber, Maria Helena, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FIORENZA ZANDONADE CARNIELLI

**COMUNICAÇÃO PÚBLICA E COMUNICAÇÃO CÍNICA
NA TRAMA ACONTECIMENTAL DAS TRAGÉDIAS
DE MARIANA E BRUMADINHO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Comunicação e Informação.

Aprovada em: 05/10/2021

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Helena Weber – PPGCOM/UFRGS
Orientadora

Profa. Dra. Ângela Cristina Salgueiro Marques – PPGCOM/UFMG
Examinadora

Prof. Dr. Ricardo Fabrino Mendonça – PPGCP/UFMG
Examinador

Profa. Dra. Vera Regina Veiga França – PPGCOM/UFMG
Examinadora

Prof. Dr. Rudimar Baldissera – PPGCOM/UFRGS
Examinador

Prof. Dr. Carlos Augusto Locatelli – PPGJOR/UFSC
Suplente

Para minha mãe, Albertina, com amor.

MEUS AGRADECIMENTOS

Domingos, meu parceiro no amor, na vida e nesta tese, a quem escolho mais uma vez e para sempre a cada novo dia.

Minha mãe, Albertina, e meu pai, Leandro, que compartilham comigo esta conquista porque não mediram esforços para que eu trilhasse o caminho da educação ética e transformadora.

Aidil, que me apoiou em cada etapa, injetando energia e confiança e dedicando cuidados à Helena.

Carla, que foi acolhida, carinho e força imprescindíveis na jornada do doutorado, é uma mulher incrível e uma riqueza na minha vida.

Lorenzo, que é o melhor irmão do mundo, o rei dos gráficos, e para a doce e apaixonante Thyanne.

Frances, porque existe na minha vida para me ensinar a ser melhor, me resgatar nas incertezas e embarcar junto nas certezas.

Minha querida professora Milena, porque me deu o lugar da comunicação pública, acreditou nesta autora, em sua tese e hipóteses e me conduziu a persegui-las com amizade, compreensão e, como só poderia ser, sem perder a indignação.

Professora Janaina, pelos ensinamentos, pela condução no N-Vivo e pela empolgação contagiante para a pesquisa.

Ana, porque a pós-graduação, o Rio Grande do Sul, esta tese e a minha vida são muito melhores com ela.

Colegas do Nucop com quem, desde 2014, dividi dúvidas, aprendizados e indignações sobre a comunicação pública e política.

Minha eterna professora Vera, que me deu olhos para ver o mundo a partir da Comunicação.

Professores Ângela e Rudimar, que somaram contribuições indispensáveis para a qualificação desta tese.

Professores Fabrino e Locatelli, que tenho a honra de comporem minha avaliação.

Minhas alunas e meus alunos da UCS, que alimentaram minha paixão pela docência.

Professores, servidores e colegas do PPGCOM UFRGS que fazem esse espaço único de vivência na pesquisa em Comunicação.

Universidade pública, gratuita, laica e de qualidade e a quem resiste para que assim permaneça.

Helena, porque é a beleza encarnada.

*É sempre o espanto diante do acontecimento que nos
leva a pensar. Mas há acontecimentos que se
manifestam apenas quando fechamos os olhos.*

(Vladimir Safatle, 2008, p. 204)

RESUMO

A tese identifica e analisa a comunicação pública e a comunicação cínica relacionadas à apresentação pública das organizações Samarco, Fundação Renova e Vale, responsáveis pelas tragédias socioambientais de Mariana (2015) e Brumadinho (2019), ocorridas em Minas Gerais (Brasil), que formam, hipoteticamente, uma trama acontecimental, pois, mesmo em períodos distintos, detêm similitudes geográficas, organizacionais e comunicacionais. Na segunda hipótese, a comunicação das organizações diante das tragédias caracteriza-se como cínica e se justapõe à comunicação pública, de modo paradoxal. A pesquisa tem por parâmetros os marcos teóricos da comunicação pública, do acontecimento público, da racionalidade cínica e as perspectivas críticas da comunicação das organizações. Os procedimentos metodológicos respondem ao objetivo principal de identificar e analisar a comunicação pública e a comunicação cínica vinculadas à apresentação pública de Samarco, Fundação Renova e Vale a partir da trama acontecimental das tragédias provocadas em Mariana e Brumadinho. Para tanto, combinam pesquisa bibliográfica, exploratória e histórico-documental e, especialmente, a análise de conteúdo aplicada a 14 relatórios de atividades de Samarco, Fundação Renova e Vale sobre os anos de 2015 a 2020. A tese demonstra a formação da trama acontecimental nas tragédias de Mariana e de Brumadinho e identifica o paradoxo formado pela justaposição da comunicação cínica à comunicação pública nas estratégias da comunicação sistematicamente distorcida operadas pelas três organizações.

Palavras-chave: comunicação pública; comunicação cínica; comunicação organizacional; tragédia de Mariana Samarco Renova (2015); tragédia de Brumadinho Vale (2019).

ABSTRACT

The thesis identifies and analyzes public communication and cynical communication related to Samarco, Fundação Renova and Vale's public presentation, the organizations responsible for the Mariana (2015) and Brumadinho (2019) socio-environmental tragedies occurred in Minas Gerais (Brazil). Hypothetically, they form a double event plot because even in different periods they have geographic, organizational and communicational similarities. In the second hypothesis, the organizational communication about the tragedies is characterized as cynical and, paradoxically, overlaps public communication. The research has as parameters the theoretical frameworks of public communication, public event, cynical rationality, and the critical perspectives of organizational communication. The methodological procedures respond to the main objective of identifying and analyzing public communication and the cynical communication linked to the public presentation of Samarco, Fundação Renova and Vale, based on the double event plot of the tragedies in Mariana and Brumadinho. To this end, it combines bibliographic, exploratory and historical-documentary research and, especially, content analysis applied to 14 activity reports by Samarco, Fundação Renova, and Vale over the years 2015 to 2020. The thesis demonstrates the formation of the plot of events in the tragedies of Mariana and Brumadinho and identifies the paradox formed by the overlapping of cynical communication to public communication with the systematically distorted communication strategies operated by the three organizations.

Key words: public communication; cynical communication; organizational communication; Mariana Samarco Renova tragedy (2015); Brumadinho Vale tragedy (2019).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Racionalidade comunicativa e racionalidade cínica na comunicação	110
Gráfico 1 – Nível explícito da comunicação para Samarco, Fundação Renova e Vale	187
Gráfico 2 – Quadro normativo para Samarco.....	188
Gráfico 3 – Quadro normativo para Fundação Renova.....	188
Gráfico 4 – Quadro normativo para Vale.....	189
Gráfico 5 – Promoção do diálogo para Samarco, Renova e Vale	202
Gráfico 6 – Promoção do diálogo para Samarco.....	203
Gráfico 7 – Promoção do diálogo para Renova.....	203
Gráfico 8 – Promoção do diálogo para Vale.....	204
Gráfico 9 – Obstrução do diálogo para Samarco, Renova e Vale	225
Gráfico 10 – Obstrução do diálogo para Samarco	226
Gráfico 11 – Obstrução do diálogo para Renova	226
Gráfico 12 – Obstrução do diálogo para Vale.....	227
Gráfico 13 – Quadro normativo acionado por Samarco, Fundação Renova e Vale na trama acontecimental	281
Gráfico 14 – Quadro pragmático acionado por Samarco, Fundação Renova e Vale na trama acontecimental.....	283
Gráfico 15 – Quadro paradoxal acionado por Samarco, Fundação Renova e Vale na trama acontecimental	287

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese das características da comunicação pública	106
Quadro 2 – Síntese das características da comunicação cínica	107
Quadro 3 – <i>Corpus</i> de pesquisa	176
Quadro 4 – Categorias de análise: comunicação pública e comunicação cínica	179
Quadro 5 – Quadro normativo: indicadores da comunicação pública	180
Quadro 6 – Quadro pragmático: indicadores positivos em distorções da comunicação	181
Quadro 7 – Quadro pragmático: indicadores negativos em distorções da comunicação	182
Quadro 8 – Termos de busca para codificação dos relatórios no N-Vivo.....	185
Quadro 9 – Grupo 1 <i>diálogo</i> (modo de funcionamento)	190
Quadro 10 – Grupo 2 <i>diálogo</i> (qualidade dos relatórios).....	191
Quadro 11 – Grupo 3 <i>diálogo</i> (situações de conversação)	192
Quadro 12 – Grupo 1 <i>igualdade</i> (abertura a participação e engajamento)	193
Quadro 13 – Grupo 2 <i>igualdade</i> (chancela pela participação dos públicos) ..	194
Quadro 14 – Grupo 1 <i>publicidade</i> (qualidade do relatório).....	196
Quadro 15 – Grupo 2 <i>publicidade</i> (transparência)	196
Quadro 16 – Grupo 3 <i>publicidade</i> (manifestos).....	197
Quadro 17 – Grupo 1 <i>não tirania</i> (Direitos Humanos)	198
Quadro 18 – Grupo 2 <i>não tirania</i> (liberdade de manifestação)	199
Quadro 19 – Valências positiva e negativa do quadro pragmático para Samarco, Renova e Vale.....	201
Quadro 20 – Grupo 1 <i>aplicação concreta da norma</i> (organizações reparadoras)	206
Quadro 21 – Grupo 2 <i>aplicação concreta de norma</i> (danos sob responsabilidade da Renova).....	208
Quadro 22 – Grupo 3 <i>aplicação concreta da norma</i> (referências legais)	209
Quadro 23 – Grupo 4 <i>aplicação concreta de norma</i> (desacordos com os públicos)	211
Quadro 24 – Grupo 5 <i>aplicação concreta da norma</i> (aspectos emocionais) ..	212

Quadro 25 – Grupo 6 <i>aplicação concreta de norma</i> (promessas de aprendizado e mudança)	213
Quadro 26 – Grupo 7 <i>aplicação concreta de norma</i> (problemas e soluções)	214
Quadro 27 – Grupo 1 <i>acolhida recíproca de diferenças</i> (encontros).....	217
Quadro 28 – Grupo 2 <i>acolhida recíproca de diferenças</i> (canais para manifestações).....	217
Quadro 29 – Grupo 3 <i>acolhida recíproca de diferenças</i> (reconhecimento de perspectivas diferentes)	218
Quadro 30 – Grupo 4 <i>acolhida recíproca de diferenças</i> (indígenas e comunidades tradicionais).....	219
Quadro 31 – Grupo 1 <i>abstração de norma</i> (problema para setor mineral).....	220
Quadro 32 – Grupo 2 <i>abstração de norma</i> (Vale e mudanças do clima)	221
Quadro 33 – Grupo 1 <i>descenramento</i> (reconhecimento da sociedade).....	222
Quadro 34 – Grupo 1 <i>explicitação de razões</i> (retomada da Samarco)	223
Quadro 35 – Grupo 1 <i>neutralização</i> (coalização Renova).....	229
Quadro 36 – Grupo 2 <i>neutralização</i> (submissão à exigência por relato da Renova).....	229
Quadro 37 – Grupo 3 <i>neutralização</i> (linguagem gerencialista Renova)	231
Quadro 38 – Grupo 4 <i>neutralização</i> (intervenção temporal Renova)	233
Quadro 39 – Grupo 5 <i>neutralização</i> (endosso intervenção temporal Vale)	234
Quadro 40 – Grupo 6 <i>neutralização</i> (interesses das mantenedoras na comunicação da Renova).....	235
Quadro 41 – Grupo 7 <i>neutralização</i> (nomeação como acidente Vale).....	236
Quadro 42 – Grupo 8 <i>neutralização</i> (gestão de riscos Vale).....	237
Quadro 43 – Grupo 9 <i>neutralização</i> (positivação das preocupações dos públicos Vale).....	239
Quadro 44 – Grupo 1 <i>anulação de tópicos</i> (destaque para investigações particulares).....	242
Quadro 45 – Grupo 2 <i>anulação de tópicos</i> (Samarco encoberta por Renova).....	244
Quadro 46 – Grupo 3 <i>anulação de tópicos</i> (sirenes).....	246
Quadro 47 – Grupo 4 <i>anulação de tópicos</i> (morte)	247
Quadro 48 – Grupo 5 <i>anulação de tópicos</i> (danos e impactos Vale)	248
Quadro 49 – Grupo 6 <i>anulação de tópicos</i> (outras barragens em risco Vale)	250

Quadro 50 – Grupo 7 <i>anulação de tópicos</i> (órgãos participativos da Renova)	253
Quadro 51 – Grupo 8 <i>anulação de tópicos</i> (conteúdos dos TTAC Renova) ..	254
Quadro 52 – Grupo 9 <i>anulação de tópicos</i> (revisão dos programas Renova)	256
Quadro 53 – Grupo 10 <i>anulação de tópicos</i> (suficiência dos acordos da Renova)	257
Quadro 54 – Grupo 11 <i>anulação de tópicos</i> (Acordo Global da Vale).....	258
Quadro 55 – Grupo 1 <i>naturalização</i> (operar para financiar reparação Samarco)	260
Quadro 56 – Grupo 2 <i>naturalização</i> (geração de impactos e estado de emergência)	261
Quadro 57 – Grupo 3 <i>naturalização</i> (investimentos ambientais e desenvolvimento)	264
Quadro 58 – Grupo 1 <i>negação plausível</i> (responsabilidade não faticamente responsável da Samarco)	267
Quadro 59 – Grupo 2 <i>negação plausível</i> (terceirização da tragédia para Renova)	268
Quadro 60 – Grupo 3 <i>negação plausível</i> (processos controlados e causas desconhecidas)	270
Quadro 61 – Grupo 4 <i>negação plausível</i> (bode expiatório método a montante Vale).....	272
Quadro 62 – Grupo 5 <i>negação plausível</i> (nova mineração sem novidade)....	273
Quadro 63 – Grupo 1 <i>pacificação</i> (publicização do privado).....	275
Quadro 64 – Grupo 2 <i>pacificação</i> (conhecimento científico limitado).....	276
Quadro 65 – Grupo 3 <i>pacificação</i> (abertura delimitada).....	277
Quadro 66 – Grupo 4 <i>pacificação</i> (visibilidade para espaços de abertura)	278

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
PARTE 1 – COMUNICAÇÃO, INTERESSE PÚBLICO E CINISMO.....	29
1 COMUNICAÇÃO PÚBLICA E RACIONALIDADE COMUNICATIVA.....	30
1.1 Interação e comunicação do espaço público.....	30
1.2 Comunicação pública como norma e fato.....	33
1.3 Debate público e disputa de versões.....	36
1.4 Publicidade e esferas de visibilidade.....	38
1.5 Ação comunicativa e razão do entendimento	40
2 ESTRATÉGIA E DISTORÇÕES DA COMUNICAÇÃO	46
2.1 Ação estratégica e sua dimensão comunicativa	46
2.2 Comunicação sistematicamente distorcida	50
2.3 Violações à comunicação	55
3 COMUNICAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES	62
3.1 Potência simbólica e instrumentalização	63
3.2 Assimetria organizacional e distorção da comunicação	67
3.3 Práticas organizacionais patológicas	70
3.4 Vulnerabilidade dos públicos diante das organizações.....	72
3.5 Acionamento dialógico nas práticas organizacionais.....	76
3.6 Obstruções e aberturas dialógicas	81
3.6.1 <i>Mecanismos dialógicos de Bohman</i>	82
3.6.2 <i>Fechamentos discursivos de Deetz</i>	84
3.6.3 <i>Funções de controle estratégico do diálogo de Moriceau</i>	87
3.7 Comunicação estratégia para imagem pública	89
4 RAZÃO E COMUNICAÇÃO CÍNICA	94
4.1 A necessária crítica ao cinismo	94
4.2 Do <i>kynismos</i> antigo ao cinismo atual.....	97
4.3 Razão privada do cinismo.....	99
4.4 Caráter paradoxal da racionalidade cínica	101
4.5 Das razões que operam na comunicação.....	105

PARTE 2 – A TESSITURA PÚBLICA DA TRAMA ACONTECIMENTAL.....	114
5 ACONTECIMENTOS PÚBLICOS EM TRAMA.....	115
5.1 Individualização e potência acontecimental	116
5.2 Acontecimento e comunicação	123
5.3 A tessitura pública das tragédias de Mariana e Brumadinho	128
5.3.1 <i>Emergência pública do problema.....</i>	130
5.3.2 <i>Rompimento do real.....</i>	132
5.3.3 <i>Públicos em ação.....</i>	138
5.3.4 <i>Lama que encobre e revela.....</i>	140
5.3.5 <i>Respostas públicas</i>	142
5.3.6 <i>Versões e disputas públicas.....</i>	164
PARTE 3 – COMUNICAÇÃO PÚBLICA E COMUNICAÇÃO CÍNICA SOBRE AS TRAGÉDIAS	169
6 PROCEDIMENTOS ANALÍTICOS DA APRESENTAÇÃO PÚBLICA.....	171
6.1 Corpus de pesquisa.....	172
6.2 Das chaves teóricas às categorias analíticas	178
6.3 Codificação e classificação de conteúdos	183
7 A COMUNICAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES SOBRE AS TRAGÉDIAS DE MARIANA E BRUMADINHO	186
7.1 Os preceitos da comunicação pública anunciados pelas organizações.....	186
7.1.1 <i>Diálogo.....</i>	189
7.1.2 <i>Igualdade</i>	192
7.1.3 <i>Publicidade.....</i>	195
7.1.4 <i>Não tirania.....</i>	197
7.2 A promoção estratégica do diálogo em nível implícito.....	200
7.2.1 <i>Aplicação concreta de norma.....</i>	204
7.2.2 <i>Acolhida recíproca de diferenças.....</i>	216
7.2.3 <i>Abstração de norma</i>	219
7.2.4 <i>Descentramento.....</i>	221
7.2.5 <i>Explicitação de razões</i>	222

7.3 As estratégias distorcivas em nível implícito: obstruções ao diálogo	224
.....	224
7.3.1 <i>Neutralização</i>	227
7.3.2 <i>Anulação de tópicos</i>	239
7.3.3 <i>Naturalização</i>	259
7.3.4 <i>Negação plausível</i>	265
7.3.5 <i>Pacificação</i>	274
7.3.6 <i>Desqualificação, subjetificação da experiência e legitimação</i>	279
7.4 Quadro paradoxal: comunicação cínica e comunicação pública...	280
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	290
REFERÊNCIAS	302
APÊNDICE A – TABELA DE REFERÊNCIAS CODIFICADAS NO N-VIVO.	313

INTRODUÇÃO

Nesta tese, estudamos a trama acontecimental definida pelas duas tragédias socioambientais causadas em Minas Gerais por mineradoras. A tragédia de Mariana ocorreu em 2015 sob a responsabilidade da Samarco e a tragédia de Brumadinho, em 2019, sob a responsabilidade da Vale. São acontecimentos públicos imbricados pela comunicação pública que sedia sua experiência e simbolização.

O processo comunicacional definido pela qualidade pública é o eixo central deste estudo. Partimos do pressuposto de que a comunicação desencadeada por acontecimentos públicos é marcada por expectativas éticas típicas do espaço público democrático e atravessada por disputas de sentidos. Nossa escolha é observar o exercício comunicacional de um poder específico – aquele das organizações – em uma situação pública particular – a da disputa ensejada por acontecimentos públicos.

As mortes e a destruição ambiental produzidas pela exploração mineral caracterizam os dois acontecimentos tecidos em processos de comunicação nos quais são elaborados e reconhecidos sentidos públicos. Essa comunicação é também definida pela atuação estratégica e privadamente motivada dos diferentes atores envolvidos, em especial das organizações responsáveis pelas tragédias: as mineradoras Samarco e Vale, além da Fundação Renova, criada para lidar com as consequências produzidas a partir de Mariana.

Na *delimitação desse tema* de pesquisa, a potência desequilibradora, de revelação e afetação do objeto de conhecimento demarcado na trama acontecimental das tragédias causadas em Mariana e Brumadinho dá a ver o exercício do poder comunicacional efetivado pelas organizações em tensionamento diante da situação de disputa pública instaurada pelos acontecimentos. O campo de conhecimento da Comunicação tem referenciais teóricos e perspectivas analíticas para lançar luz sobre esses acontecimentos e oferecer contribuição científica e social ao caracterizar as expectativas éticas investidas pela democracia na comunicação e analisar as ações estratégicas e os poderes das organizações colocados em cena.

O desenvolvimento desta tese se beneficia da tradição de 25 anos de pesquisa do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade

Federal do Rio Grande do Sul, em especial da linha *Culturas, Política e Significação*, à qual se filia. O estudo integra a produção do Nucop – Grupo de Pesquisa em Comunicação Pública e Política, que, desde 2008, desenvolve pesquisas norteadas pelos conceitos relacionados à comunicação pública.

Nosso *objeto de pesquisa* é constituído pela trama acontecimental que define, hipoteticamente, a vinculação entre a ruptura das barragens de Mariana e Brumadinho, a apresentação pública e a produção de comunicação desenvolvidas pelas organizações responsáveis: Samarco, Fundação Renova e Vale. Em Mariana, a tragédia causada pela Samarco matou 19 pessoas e despejou 40 milhões de metros cúbicos de lama de rejeitos de minério de ferro na bacia do rio Doce, alcançando o mar após percorrer mais de 600 quilômetros. O rastro de destruição fez desse o maior desastre ambiental em extensão territorial dos danos da mineração mundial¹ – 38 municípios foram diretamente atingidos ao longo do curso do rio Doce nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. A Samarco é propriedade de duas outras mineradoras, Vale e BHP Billiton. Em conjunto, as três mantêm a Fundação Renova, uma organização especialmente criada, em 2016, para lidar com as reparações junto a comunidades e meio ambiente atingidos pela tragédia, que já completou mais de cinco anos.

A tragédia de Mariana foi a motivação inicial para a proposição desta tese, mas, em janeiro de 2019, uma nova tragédia se impôs. Em Brumadinho, o rompimento da barragem da Vale matou 270 pessoas, das quais dez ainda estão desaparecidas², constituindo-se no segundo maior desastre em número de vítimas com barragem de mineração no mundo³. Os 13 milhões de metros cúbicos de lama liberados comprometeram o Rio Paraopeba em pelo menos 305 de seus 505 quilômetros de extensão. Nos últimos dois anos, a Vale vem sendo

¹ Conforme classificação do Ministério Público Federal (BRASIL, 2020c).

² Conforme informação da Defesa Civil de Minas Gerais divulgada no Boletim nº 211 de 30 de Julho de 2021. Disponível em <http://www.sistema.defesacivil.mg.gov.br/index.php?modulo=cce&controller=cce&action=boletimsite>. Acesso em: 30 jul. 2021.

³ Conforme informação publicada pela *Folha de São Paulo*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/01/veja-os-8-maiores-desastres-envolvendo-barragens-de-mineracao-da-historia.shtml>. Acesso em: 10 jan. 2020.

acionada em processos para elucidar os fatos que causaram as mortes e a destruição ambiental e oferecer reparações às comunidades atingidas.

A abordagem desses acontecimentos convoca o delineamento do contexto de atividade dessas mineradoras de ferro, bem como do setor mineral e sua identificação histórica com o Brasil. A mineradora Samarco, responsável pela barragem que se rompeu em Mariana, foi fundada em 1977 e tem como proprietárias Vale e BHP Billiton, duas das maiores mineradoras do mundo. A Vale passou a ser acionista da Samarco em 2000, quando comprou a Samitri, até então controladora da Samarco. Desde sua fundação, a Samarco explora minério de baixo teor de ferro e fabrica pelotas com alta concentração de ferro. Quando estava em plena operação (que ficou paralisada desde a tragédia de novembro de 2015 até dezembro de 2020), o minério de ferro era extraído e beneficiado em Minas e transportado em minerodutos até o litoral capixaba, para ser transformado em pelotas destinadas ao mercado externo. Segundo informações da própria Samarco, em 2015, ela foi a 12ª maior exportadora do Brasil, registrou faturamento de 6,5 bilhões de reais, gerando cerca de 6 mil empregos diretos e indiretos.

A mineradora Vale, responsável pelo rompimento da sua barragem em Brumadinho, foi criada em 1942 pelo Estado brasileiro e permaneceu como estatal até 1997, quando foi privatizada. Em 2007, mudou seu nome de Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) para apenas Vale. Hoje, é uma mineradora global com sede no Brasil e atuação em cerca de 30 países, empregando aproximadamente 110 mil pessoas, entre próprios e terceiros permanentes. Nos anos de 1940, iniciou suas atividades de mineração em Minas Gerais. Atualmente, no Brasil, explora minério de ferro (que é seu principal produto) também no Pará e em Mato Grosso do Sul. É a maior produtora mundial de minério de ferro e pelotas e também de níquel. Em 2018, a empresa produziu 384,6 milhões de toneladas de minério de ferro, 244,6 milhões de toneladas de níquel, 55,3 milhões de toneladas de pelotas de minério de ferro e 11,6 milhões de toneladas de carvão, com receita líquida de 36,5 bilhões de dólares.

A região central de Minas Gerais é terreno escavado pela mineração desde o Brasil Colônia. Os municípios de Mariana e Brumadinho, onde as barragens estouraram, estão localizados no Quadrilátero Ferrífero, área de aproximadamente sete mil quilômetros quadrados ao sul de Belo Horizonte.

Nessa região, do ciclo do ouro, no século XVIII, passou-se à exploração do minério de ferro, principalmente a partir do início do século XX, quando importantes reservas de ferro foram descobertas. Grande número dessas jazidas foi comprado por empresas inglesas (CAXITO; DIAS, 2018). Depois, no contexto da Segunda Guerra Mundial, o Estado brasileiro assumiu essa exploração, efetivada, sobretudo, com a criação da estatal Companhia Vale do Rio Doce.

À dimensão histórica se sobrepõe a econômica. Atualmente, conforme o Anuário Mineral Brasileiro 2020 (AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO – ANM, 2020), 80% da produção mineral brasileira corresponde a minerais metálicos. Os principais produtos são alumínio, cobre, cromo, estanho, ferro, manganês, nióbio, níquel, ouro, vanádio e zinco, e sua exploração movimentou, em 2019, 129 bilhões de reais. A mineração de ferro equivale a 73% desse valor ou a 93,8 bilhões de reais. Das 229 lavras de minas contabilizadas pela ANM, 73 são de ferro. As maiores reservas e as maiores produções do país estão nos estados do Pará, com 49,29% da produção nacional, e Minas Gerais, com 40,11%. Uma única empresa, a Vale, concentra 71,9% de toda a exploração de ferro no Brasil. O minério de ferro brasileiro tem como destino principal o mercado internacional; a China responde por 33% das exportações, seguida por Estados Unidos, Holanda, Canadá e Malásia.

A legislação brasileira determina que os recursos minerais do país pertencem à União e, assim, a exploração mineral por agentes privados depende de autorização ou concessão do Estado. A atividade está sujeita a tributações específicas, entre as quais a Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), espécie de *royalties* da mineração. De acordo com o Ministério das Minas e Energia⁴, em 2019, o valor arrecadado pela CFEM foi de 4,5 bilhões de reais, passando para 6,1 bilhões de reais em 2020. Naquele ano, o faturamento do setor mineral foi de 209 bilhões de reais. O Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM)⁵, organização cujos associados são responsáveis por 85% da produção mineral do Brasil, informa que a mineração representou 17% de todas as exportações do Brasil em 2020, somando 36,55 bilhões de dólares.

⁴ Informações disponíveis em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2021/02/desempenho-do-setor-mineral-em-2020-supera-expectativas>. Acesso em: 21 jun. 2021.

⁵ Informações disponíveis em: <https://ibram.org.br/mineracao-em-numeros/>. Acesso em: 21 jun. 2021.

Esses dados expressam a força econômica e política do setor mineral, determinado, por outro lado, pelos aspectos social e ambiental. No passado e hoje, a exploração econômica de minérios significa a geração de impactos socioambientais. Milanez (2019) argumenta que eles não se restringem no espaço (área de lavra) nem no tempo (até o fim da exploração e recomposição da área). As consequências socioambientais são extensas (não pontuais), espalhando-se pela bacia hidrográfica e pelo corredor logístico de distribuição e exportação do produto. Também são irreversíveis e permanentes. Estão relacionadas à mudança de paisagem no local da lavra (considerando, idealmente, que a área seja recomposta após o fechamento da mina), ao consumo de energia e emissões atmosféricas, ao consumo e à contaminação de recursos hídricos, a conflitos entre mineradoras e comunidades atingidas, remoção compulsória de populações, precarização das condições de trabalho no setor. Por isso, movimentos sociais têm pressionado governos para proibir a mineração ou rever certas técnicas de extração.

Milanez (2019) defende a discussão de um novo modelo de mineração, que vá do extrativismo depredador para o sensato, almejando o extrativismo indispensável⁶. No entanto, aponta que a legislação vai em sentido contrário, para reduzir a capacidade de efetivo controle ambiental da atividade pelo Estado e aprofundar o modelo mineral brasileiro voltado para a exportação. Zhouiri (2019) aponta que a legislação ambiental vem sendo revisada no Brasil nas últimas décadas, como os códigos Florestal, das Águas e da Mineração. Como consequência, empreendimentos foram legalizados por continuadas condicionalidades e compensações ambientais nem sempre cumpridas. Assim, a estrutura pública de licenciamento, monitoramento e controle ambiental tem sido incapaz de evitar (ou conter ao indispensável) os impactos da mineração.

⁶ Milanez (2019, p. 389) cita a classificação de extrativismos de Gudynas: “Em sua tipologia Gudynas (2015) define extrativismo depredador como aquele onde há extração massiva de recursos naturais para exportação, com graves impactos econômicos, sociais e ambientais nos níveis local e nacional. O extrativismo sensato seria aquele caracterizado pelo respeito aos acordos internacionais, bem como à legislação ambiental e trabalhista; dentro desse contexto, se utilizariam as melhores técnicas disponíveis, e não se realizaria extração mineral em áreas ecologicamente ou socialmente vulneráveis. Por fim, no extrativismo indispensável se abandonaria a extração voltada para a exportação e ela seria dedicada somente para atender às necessidades de qualidade de vida da população, em escala local, nacional ou, no máximo, regional”.

O conjunto de consequências socioambientais da mineração foi especialmente evidenciado com as tragédias de Mariana, causada pela Samarco, em 2015, e de Brumadinho, causada pela Vale, em 2019. Para Zhouiri (2019, p. 58), elas não podem ser vistas como meras falhas institucionais e de governança e engendram “modalidades distintas de violência impostas por tecnologias de resolução de conflitos ambientais empregadas por empresas e pelo Estado”. Motta (2021) argumenta que as tragédias se conectam à crise ambiental decorrente da expansão da mineração de ferro em Minas Gerais, nos últimos vinte anos.

O crescimento está vinculado ao chamado *boom das commodities* no mercado global, que durou de 2002 até 2011, período em que o preço do minério de ferro aumentou em mais de quinze vezes (WANDERLEY, 2017). Ele foi incentivado, principalmente, pela demanda da China e fez com que mineradoras intensificassem suas produções em territórios já minerados e acelerassem projetos em novas áreas. Como resultado, a exportação de minério no Brasil, que representava 6,8% da pauta exportadora em 2000, subiu para 17,6% em 2011. O reflexo também foi visto nos malefícios gerados pela atividade, que passou a demandar mais terras, água e energia e difundiu os conflitos sociais.

Em 2012, o preço das *commodities* entrou em queda, caracterizando o *pós-boom* do setor, explicado pela redução da demanda chinesa e pelo alastramento da crise econômica mundial iniciada em 2008. Como resposta, as mineradoras reduziram, postergaram ou cancelaram investimentos na pesquisa, na operação e na expansão das atividades. Para manter os rendimentos, as grandes empresas compensaram a queda do preço com o aumento do volume. Wanderley (2017) argumenta que, nesse cenário, cresceram os riscos de desastres ambientais, de acidentes de trabalho e impactos sociais. Foi nesse contexto que as barragens rompidas da Samarco e da Vale tiveram suas capacidades aumentadas para continuar recebendo os rejeitos da produção crescente de minério de ferro.

Milanez *et al.* (2018, p. 127) consideram que a expansão da atividade mineradora esteve associada aos discursos do “minerar é preciso” e da sustentabilidade baseados na lógica economicista e desenvolvimentista do modelo extrativista. No entanto, o sucesso desse discurso dependeria de manter “as externalidades negativas do negócio” longe da crítica social. Diante da

exposição pública dos problemas da “velha mineração”, Henriques, Oliveira e Lima (2020) identificam o discurso de promessa de uma “nova mineração” empreendido mundialmente, com eco no Brasil, por atores que conformam a organização político-institucional do setor. Nesse contexto, a despeito da contradição, as tragédias de Mariana e Brumadinho foram centrais para que a indústria de mineração assumisse um discurso que reforça seu papel econômico e a identifica com as necessidades da sociedade. Os autores argumentam que o setor tem se posicionado, para além de responsável, como ator direto do desenvolvimento social e ambiental das regiões onde atua, em um enquadramento que procura unificar interesses privados sob a causa pública.

A resposta social aos problemas causados pela mineração se apresentou com a articulação da sociedade civil. Motta (2021) identifica, em Minas Gerais, as organizações não governamentais Associação Mineira de Defesa do Ambiente (AMDA) e Projeto Manuelzão, surgidas nas décadas de 1980 e 1990, e, a partir dos anos 2000, Movimento pelas Serras e Águas de Minas (MovSam), Movimento Capão Xavier Vivo, SOS Serra da Piedade, Abrace a Serra da Moeda, União das Associações Comunitárias de Congonhas (UNACCON), Rede de Articulação e Justiça Ambiental dos Atingidos pelo Projeto Minas-Rio (REAJA) e Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale. Após os rompimentos das barragens da Samarco (2015) e da Vale (2019), aponta atuação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e do Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM), além dos coletivos Brigadas Populares e Margarida Alves.

No entanto, a tese de Motta (2021) é de que, apesar dos repetidos desastres causados pela mineração em Minas e das ações de resistência à mineração, há o silenciamento dos conflitos ambientais que permeiam o contexto das tragédias de Mariana e Brumadinho. O autor demonstra como o silêncio se estabelece com constrangimentos ao debate público na imprensa e na estrutura do Estado. Há ainda constrangimentos de ordem temporal, relativos às diferentes temporalidades das experiências de pessoas atingidas e de atores do mercado e do Estado, além de tentativas de controle do ritmo dos conflitos, com reflexos nos engajamentos para solução dos problemas. Motta (2021) conclui que essas barreiras à abordagem do problema na esfera pública são consequência de profundas desigualdades de poder e de recursos dos atores

envolvidos, o que faz com que o debate seja reduzido a lampejos efêmeros. As desigualdades de poder percebidas estão associadas a quatro mecanismos ou fatores: temporais, de visibilidade, financeiro e de influência.

Nos últimos anos, *diferentes estudos* do campo da Comunicação se dedicaram a revelar os aspectos comunicacionais envolvidos nas tragédias de Mariana e de Brumadinho. O levantamento por dissertações e teses da área⁷ identificou doze trabalhos que trataram, centralmente, de questões afetas à tragédia causada pela Samarco, sendo todos eles dissertações de mestrado. Quatro estão alinhados com o campo do jornalismo (CARVALHO, 2018; FERRAZ, 2018; FERREIRA, 2018; SOUZA, 2019) e um é dedicado à repercussão do fato no *Twitter* (NOGUEIRA, 2017).

Um maior número de dissertações (sete) foi desenvolvido a partir do olhar da comunicação organizacional, selecionando seus produtos na composição do *corpus*: Alves (2017), Barone (2019), Carneiro (2017), Dornas (2020), Miano (2017), Silvério (2018), Veroneze Junior (2018). Alves (2017) e Carneiro (2017) registram as primeiras reações da Samarco em suas redes sociais, identificando as linhas de ação da empresa, o uso de elementos próprios da internet e uma postura pouco aberta ao diálogo. Miano (2017) analisa a campanha de comunicação *É sempre bom olhar para todos os lados*, lançada pela Samarco em 13 de fevereiro de 2016. O estudo de Varela (2018), por sua vez, conjuga tanto a perspectiva do jornalismo quanto a da comunicação organizacional ao constatar a adesão da cobertura jornalística do *Jornal Nacional* (rede Globo) ao discurso produzido pela Samarco, resultando em uma exposição gerenciável da mineradora do ponto de vista da imagem pública.

Com um período de observação mais longo, abrangendo os anos de 2015, 2016 e 2017, e as páginas no *Facebook* das três organizações (Samarco, Vale e Fundação Renova), Barone (2019) reúne extensa base de dados cuja análise demonstra como Samarco e Vale se retiraram do foco da narrativa da tragédia. A relação conflituosa estabelecida pela Samarco e pela Fundação Renova com os atingidos é foco da análise de Silvério (2018). Já Veroneze

⁷ Levantamentos realizados no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes para a área de Comunicação, com a última consulta em 25 mar. 2021. Complementado com buscas nos repositórios de Programas de Pós-Graduação em Comunicação.

Junior (2018) enfoca a disputa entre sentidos da marca Vale em rede social. Dornas (2020) trabalha com a ideia de discurso e contradiscurso, observando a mobilização discursiva do diálogo como estratégia comunicacional no contexto das organizações Fundação Renova e do jornal *A Sirene*, produzido por pessoas atingidas pelo rompimento da barragem da Samarco.

Em relação a artigos publicados em periódicos da área de Comunicação sobre os dois acontecimentos⁸, há aqueles dedicados à análise da cobertura jornalística (SAMPAIO, FONTES, FERRACIOLI, 2017; MAIA, 2020) e aos fluxos de informação estabelecidos por comunidade atingida (FURLANI; JESUS, 2018). Também nesse caso, reunimos um maior número daqueles que observam a comunicação feita pelas organizações causadoras das tragédias. Perez (2016) destaca as contradições reveladas entre discursos e ações da organização da Samarco. Carareto, Andrelo e Cabral (2016) concluem que o que foi transmitido pela mineradora não era o suficiente para garantir o direito à informação da sociedade, colocando a sustentação da reputação em primeiro plano. Lima (2017) também observa a comunicação realizada pela Samarco e critica como a teoria da excelência das Relações Públicas acaba sendo utilizada para velar assimetrias e jogos de coerção que fazem parte das práticas de comunicação das organizações.

Todos esses trabalhos oferecem elementos valiosos sobre o histórico de atuação comunicacional da Samarco, da Fundação Renova e da Vale, sobretudo sobre a tragédia de Mariana. Nota-se que grande parte deles se concentra nos primeiros anos subsequentes ao rompimento. Portanto, esta tese tem o desafio de oferecer uma análise do acontecimento público da tragédia causada pela Samarco, em 5 de novembro de 2015, de forma a abarcar os desdobramentos ao longo do tempo e, especialmente, conectá-lo à tragédia causada pela Vale em 25 de janeiro de 2019.

Nos estudos encontrados, é patente a avaliação negativa da comunicação dessas organizações perante as expectativas éticas da atuação profissional de comunicação e também às compartilhadas socialmente. Espera-se que o olhar abrangente para os dois acontecimentos pretendido nesta tese

⁸ Levantamentos realizados no Portal de Periódicos da Capes (última consulta em 25 mar. 2021), complementados com buscas em Web of Science e Google Acadêmico.

possa revelar aspectos importantes da estratégia comunicacional que se trava na cena pública contemporânea de forma a aprofundar o debate sobre suas consequências normativas.

Na construção da *problematização* desta tese, primeiramente, são considerados os acontecimentos públicos que despertam o interesse de pesquisa e se questionam as similaridades que os caracterizam. O inquérito factual sobre as tragédias revela importantes compartilhamentos entre os dois fatos: foram dois rompimentos de barragens de rejeito de mineração de minério de ferro; ambos em Minas Gerais; a mineradora Vale está vinculada aos dois, já que é proprietária de metade da Samarco; são crimes que causaram mortes e destruição ambiental; convocaram respostas de variadas esferas e instituições estatais, também relevaram problemas na fiscalização feita pelo Estado; e se prolongam até hoje os processos judiciais em busca de punição dos responsáveis, além de reparação dos danos e indenizações aos afetados. Para além dessas semelhanças circunstanciais, suficientes para associar os dois eventos, perguntamos: *quais são os compartilhamentos desses dois acontecimentos (tragédias de Mariana e Brumadinho) do ponto de vista da sua problematização pública? O que os aproxima e o que os diferencia quando pensados a partir do processo de individualização desencadeado pelo acontecimento público?*

Na segunda dimensão, as questões problematizadoras abrangem a disputa pública – por meio de práticas e discursos – inerente aos processos de comunicação ensejados pelos acontecimentos públicos. No caso das tragédias causadas em Mariana e em Brumadinho, há a vinculação e a responsabilização diretas de três organizações, Samarco, Fundação Renova e Vale, que desempenham papel central nessa disputa. Nos acontecimentos públicos, as ações do Estado são fundamentais, já que convocam providências próprias do Estado Democrático de Direito. Mantendo a atenção nas consequências públicas, mas colocando em foco os atores privados que são responsáveis por essas ocorrências públicas, perguntamos: *como se desenvolve a comunicação estratégica de Samarco, Fundação Renova e Vale na disputa pública ensejada pelos dois acontecimentos públicos? Quais interesses e estratégias elas*

acionam em sua comunicação? Qual é o problema público estrategicamente (re)velado na trama acontecimental?

A terceira dimensão aborda questões sobre o processo de comunicação pública, considerando suas consequências éticas. Tendo em vista que esses acontecimentos atingem o interesse público e acionam manifestações do Estado, das organizações envolvidas, da sociedade e das mídias, identificam-se como acontecimentos públicos e, portanto, sua comunicação deveria ser norteada pela comunicação pública, sendo imperativo considerar os aspectos normativos envolvidos. Na segunda frente problematizadora, o foco está na dinâmica estratégica do tensionamento permanente de interesses públicos e privados que também deve ser considerada pela visada informada pela comunicação pública. Então, nessa dimensão, as perguntas se voltam para a normatividade própria da comunicação vinculada ao interesse público, entendendo que a comunicação pública é a expressão de uma determinada racionalidade. Assim, perguntamos: *é possível identificar padrão de racionalidade concretizado nas práticas e nas disposições de conduta presentes na comunicação dessas três organizações sobre as tragédias que causaram? Quais são as particularidades da racionalidade operada na comunicação que tece a trama acontecimental das tragédias de Mariana e Brumadinho?*

Portanto, problematizamos nesta tese (1) limites e abrangência do acontecimento público e a trama acontecimental; (2) limites e abrangência das disputas discursivas públicas e as estratégicas das organizações responsáveis pelas tragédias de Mariana e Brumadinho; (3) bem como o cumprimento das qualidades éticas inerentes ao processo de comunicação pública exigido por esses acontecimentos. A problematização está sintetizada na seguinte questão: *como a comunicação pública e a comunicação cínica se situam nas estratégias de apresentação pública das organizações Samarco, Fundação Renova e Vale, vinculada à trama acontecimental das tragédias provocadas em Mariana (2015) e Brumadinho (2019)?*

Essas questões permitem a formulação de duas hipóteses de trabalho que sustentam a pesquisa. A primeira hipótese é constituída por uma trama acontecimental que atrela a tragédia provocada pela mineradora Samarco em Mariana (2015) e a tragédia provocada pela mineradora Vale em Brumadinho

(2019). São acontecimentos públicos que compartilham processos de individualização e problematização capazes de formar uma trama acontecimental determinada por similitudes comunicacionais, geográficas, ambientais, organizacionais, sociais e por ações e discursos próprios de um acontecimento público que aciona os poderes políticos, econômicos, sociais e midiáticos de um país.

A trama acontecimental é definida na comunicação. Nesse sentido, a segunda hipótese de trabalho da tese se sustenta nas características da comunicação utilizada pelas organizações responsáveis pelas tragédias, engendrada na justaposição da comunicação cínica à comunicação pública, constituindo um paradoxo. A comunicação executada pelas organizações Samarco, Fundação Renova e Vale para responder à sua responsabilidade ante as tragédias de Mariana e Brumadinho caracteriza-se como uma comunicação cínica que se justapõe à comunicação pública e, ao mesmo tempo, a integra de modo paradoxal, por meio de operações distorcivas utilizadas estrategicamente nas apresentações públicas. Assim, a trama acontecimental formada pelas tragédias de Mariana e Brumadinho é reveladora de estratégias de comunicação das organizações que permitem caracterizar a comunicação cínica.

Em alinhamento com a construção hipotética, o objetivo geral da tese foi estabelecido para *identificar e analisar a comunicação pública e a comunicação cínica vinculadas à apresentação pública de Samarco, Fundação Renova e Vale a partir da trama acontecimental das tragédias provocadas em Mariana e Brumadinho*. O encaminhamento é dado a partir de três objetivos específicos:

- (1) *caracterizar a trama acontecimental resultante dos processos de individualização e problematização dos acontecimentos públicos das tragédias provocadas em Mariana (2015) e Brumadinho (2019);*
- (2) *identificar estratégias e características da comunicação das organizações Samarco, Fundação Renova e Vale a partir de sua apresentação pública na trama acontecimental;*
- (3) *analisar as consequências normativas e pragmáticas da associação da comunicação pública e da comunicação cínica,*

especialmente, no que diz respeito à relação entre organizações e públicos determinada por acontecimentos públicos.

Os *eixos teóricos conceituais* que subsidiam o estudo são comunicação pública (ESTEVES, 2011; WEBER, 2017), acontecimento público (QUÉRÉ, 2005, 2011a, 2011b, 2012; WEBER, 2011b, 2020; COELHO, 2017; FRANÇA, 2013; FRANÇA *et al.*, 2020), racionalidade comunicativa, ação comunicativa, ação estratégica e comunicação sistematicamente distorcida (HABERMAS, 1970, 2003a, 2003b; BOHMAN, 2000, 2009; MARQUES, 2011, 2015; MENDONÇA, 2013, 2016), racionalidade cínica (SLOTERDIJK, 2012; SAFATLE, 2008), além de perspectivas críticas da comunicação das organizações (BALDISSERA, 2009a; DEETZ, 1992; MAFRA; MARQUES, 2017; MORICEAU, 2019). A discussão teórica está apresentada na primeira parte da tese.

Os *procedimentos metodológicos* respondem aos objetivos da pesquisa ao combinarem as técnicas das pesquisas bibliográfica, exploratória e histórico-documental e a análise de conteúdo que organizam dois movimentos analíticos orientados pelas hipóteses. O primeiro constitui a parte dois da tese, com a caracterização da trama acontecimental das tragédias de Mariana e Brumadinho a partir do conceito de acontecimento público relacionado à *pesquisa exploratória* sobre os dois acontecimentos, subsidiada pela *pesquisa histórico-documental* com fontes na imprensa, em instituições e órgãos públicos e organizações envolvidas.

O segundo movimento analítico abarca o diagnóstico da comunicação cínica hipoteticamente vinculada à apresentação pública das organizações Samarco, Fundação Renova e Vale na trama acontecimental das tragédias de Mariana e Brumadinho, com *análise de conteúdo*. A interpretação considera relatórios de atividades das organizações, uma vez que constituem material representativo da comunicação estratégica produzida por elas, e é guiada por categorias e indicadores de análise decorrentes da teoria acionada. O *corpus de pesquisa* é composto por 14 relatórios anuais e bienais publicados por Samarco, Fundação Renova e Vale ao longo de seis anos, abrangendo o período de 2015

(ano da tragédia com a barragem da Samarco), o ano 2016 (criação da Fundação Renova), anos 2017, 2018, 2019 (tragédia com a barragem da Vale), o ano de 2020 e 2021 até o mês de julho.

A tese está organizada em três partes, além desta introdução, das considerações finais, das referências bibliográficas e do apêndice. A primeira parte reúne os capítulos do aporte teórico de sustentação das hipóteses de trabalho e da consecução dos objetivos propostos, sendo encerrada com a articulação conceitual da comunicação cínica. A parte dois é dedicada à abordagem da trama acontecimental das tragédias brasileiras de Mariana e Brumadinho em consideração aos processos comunicacionais de sua problematização pública.

Por fim, a terceira parte organiza a exposição dos indícios selecionados e interpretados e das inferências produzidas em torno das categorias que permitem analisar a comunicação produzida pelas três organizações a partir da trama acontecimental das tragédias de Mariana e Brumadinho. Ao final desse percurso, oferecemos as considerações sobre a ação da comunicação cínica na estrutura normativa e pragmática da comunicação pública ensejada pelos posicionamentos públicos de Samarco, Fundação Renova e Vale na trama acontecimental em estudo.

PARTE 1 – COMUNICAÇÃO, INTERESSE PÚBLICO E CINISMO

A comunicação pública constitui a base da problematização da trama acontecimental das tragédias causadas por Samarco e Vale. Isso porque acontecimentos de natureza pública convocam públicos à simbolização, instaurando debates e disputas no espaço público, que se desenrolam sob as expectativas normativas próprias do ambiente democrático. Na ação comunicacional estratégica das organizações responsáveis pelas duas tragédias, tem-se uma situação concreta e particular da tensão entre ideais éticos e possibilidades fáticas que caracterizam a abordagem teórica da comunicação pública.

Esta primeira parte da tese está dedicada à discussão teórica dos conceitos basilares ao estudo. Trata da comunicação pública, considera a racionalidade e a ação estratégica na esfera pública, a atuação comunicacional das organizações e, ao fim, propõe o conceito de comunicação cínica. Dessa forma, quatro capítulos estão organizados a seguir com a identificação da comunicação ao interesse público, os tensionamentos aos interesses privados a que está submetida e a articulação paradoxal desse processo comunicacional ao cinismo.

1 COMUNICAÇÃO PÚBLICA E RACIONALIDADE COMUNICATIVA

No presente capítulo, o desenvolvimento sobre a comunicação pública é guiado pelo tensionamento entre os aspectos normativos e fáticos do conceito, conforme formulações de Esteves (2011) e Weber (2017) que remontam às proposições habermasianas. Os autores demarcam a filiação da comunicação pública à democracia e, adicionalmente, os desafios para sua concretização. Inicialmente, exploramos a dinâmica interacional do espaço público a partir das proposições de Arendt (2014) e Quéré (1991).

Especialmente, Habermas (2003a, 2003b, 2018) fornece as bases para compreensão da normatividade do conceito, enquanto a leitura de Gomes (2008) desse autor é fundamental para a compreensão da dinâmica de publicidade e visibilidade da esfera pública. Por fim, o capítulo reúne elementos de caracterização da racionalidade que se expressa no debate público e o demarca normativamente.

1.1 Interação e comunicação do espaço público

A qualificação da comunicação enquanto pública recolhe na ideia do espaço público seus critérios adjetivadores. Tomado como plural por definição, o público tem um funcionamento essencialmente comunicacional, de relação e reconhecimento permanente da alteridade. O sentido público é resultado do exercício da possibilidade de verificar identidade apesar das diferenças de perspectivas apresentadas nesse espaço.

Na abordagem de Arendt (2014), o domínio público é próprio para a ação correspondente à condição humana da pluralidade, ou seja, para a *ação política* que surge do desejo de estar na companhia dos outros e que, por atos e palavras (*praxis e lexis*), instaura o novo e a excelência humana. A autora destaca que o termo público é entendido na complementariedade de dois fenômenos.

O primeiro deles indica ser esse o espaço (compartilhado) de aparência, a partir do qual são forjados e experienciados os sentidos de realidade e de relevância. Conforme aponta a autora, “os homens no plural, isto é, os homens na medida em que vivem, se movem e agem neste mundo, só podem experimentar a significação porque podem falar uns com os outros e se fazer

entender aos outros e a si mesmos” (ARENDDT, 2014, p. 5). Para Arendt, a formação do interesse público é devedora da experiência pública da diferença.

Arendt (2014) demarca, também, que o sentido público se refere a uma instância terceira entre os sujeitos (entre o *eu* e o *outro*), necessária para o compartilhamento e o reconhecimento, e sobre a qual se assenta a possibilidade da coexistência social. É o *espaço entre* de que fala Arendt, capaz de nos ligar e separar, igualar e diferenciar ao mesmo tempo: “conviver no mundo significa essencialmente ter um mundo de coisas interposto entre os que o possuem em comum” (ARENDDT, 2014, p. 64). Portanto, é no entre – necessariamente público –, no encontro e no desencontro de indivíduos e seus interesses, que se constrói o reconhecimento do *eu* e do *outro*, sabendo-se, como chama a atenção Arendt, que a consciência dessa relação é o que garante a consciência da própria realidade.

Em seu argumento, Arendt caracteriza a ascensão da esfera social em que o comportamento substitui a ação, de forma que a excelência, antes qualidade do público, passe a ser buscada no trabalho, em que todos são irreversivelmente igualados nas massas.

[...] os homens tornam-se inteiramente privados, isto é, privados de ver e ouvir os outros e privados de ser vistos e ouvidos por eles. São todos prisioneiros da subjetividade de sua própria existência singular, que continua a ser singular ainda que a mesma experiência seja multiplicada inúmeras vezes. O mundo comum acaba quando é visto somente sob um aspecto e só se lhe permite apresentar-se em uma única perspectiva (ARENDDT, 2014, p. 71).

Em outras palavras, não é possível saber de si e do mundo em outro espaço que não seja o espaço público. Por isso, o interesse público implica ação de coexistência fundada no reconhecimento de alteridade, significando, nesses termos, um projeto político. Trata-se do encontro e do reconhecimento de diferenças e identidades que coincidem com o próprio entendimento do comunicacional. Quéré (1991), ao defender o modelo praxiológico, indica que a comunicação se estabelece como e no processo de forja dos sentidos comuns, ou seja, do entendimento público. “É na ação comunicativa, enquanto um processo de ‘publicização’, que as coisas e os seres adquirem sua determinação – para todos os fins práticos – através da construção de relações com um ‘nós’” (QUÉRÉ, 1991, p. 7).

Na argumentação, a construção do espaço público refere-se à constituição do espaço da interação e molda-se no curso da relação entre os agentes a se colocarem enquanto sujeitos reciprocamente reconhecidos e a reconhecerem uma perspectiva comum. Quéré (1991, p. 7) destaca esse processo de compartilhamento de perspectivas:

[...] para o modelo praxiológico, a comunicação é essencialmente um processo de organização de perspectivas compartilhadas, sem o que nenhuma ação, nenhuma interação é possível. Esse processo pode ser explicitado em termos de construção conjunta de um espaço público.

Quéré (1991, p. 10) afirma que “o espaço público se define a princípio por um ‘entre-nós’” e que essa relação reflexiva (eu-outro) marca o entendimento do sujeito enquanto tal. Isso porque a consciência de si se dá na adoção do ponto de vista de um outro sobre si mesmo – um outro que é individualizado, mas que reportará também a um *outro generalizado*, nos termos em que trata Mead (2010). A ideia de *outro generalizado* expressa que o sujeito aprende a conceber-se a si mesmo a partir da perspectiva do outro, seu parceiro de interação e, dessa forma, assume suas expectativas de comportamento. Portanto, o sujeito é profundamente marcado por uma intersubjetividade que se constrói na ação interacional do espaço público. Nesse sentido, a comunicação é a *atividade organizante* do espaço público, como chama a atenção França (2003, p. 13):

A compreensão da comunicação enquanto atividade organizante, de construção (modelagem) de um mundo comum (de pontos de vista compartilhados) é o viés que nos permite apreender em que medida as interações comunicativas, instaurando um espaço público (uma relação de troca e compartilhamento simbólico entre diferentes sujeitos), são lugares que os constroem num mundo.

Portanto, as interações comunicativas são destacadas como lugar (de experiência e de fala) dos sujeitos, de onde eles se reconhecem a si próprios e aos outros, fazendo dessa situação interacional um lugar compartilhado, ou seja, um espaço público. Há uma identificação constitutiva entre a comunicação e o público porque o sentido de um só pode ser efetivado pela outra e porque aquela faz deste seu território por excelência. Nesses termos, em que toda comunicação é entendida como pública, cabe indagar qual a finalidade de se afirmar a comunicação pública, sem fazer da expressão um pleonasma.

1.2 Comunicação pública como norma e fato

Com Habermas (2003a, 2003b), a comunicação pública adquire a dimensão normativa qualificada pelos critérios de publicidade, debate e crítica para produzir a opinião pública. A partir da ética do discurso habermasiana, Esteves (2011) reforça estes três princípios da comunicação pública: (1) *princípio do não fechamento do público*, que indica ampla liberdade de participação, sem exclusões dos que possuem a competência da palavra e do agir, garantindo acessibilidade irrestrita; (2) *princípio de não fechamento temático*, em que não há censura temática, ou seja, a seleção dos assuntos é tarefa da comunicação pública, indicando a ampla discutibilidade; e (3) *princípio da paridade argumentativa*, que reconhece a todos os participantes uma igualdade essencial de estatuto, devendo prevalecer a força dos argumentos apresentados, afirmando a racionalidade comunicativa.

Esteves (2011, p. 146) aborda a comunicação pública como o processo de construção do espaço público, “aquela constituída a nível do espaço público e veiculada pela (ou para a) opinião pública”. Para o autor, ela “[...] assume um certo ascendente sobre os demais, exerce como que um efeito estruturante sobre a generalidade das práticas comunicacionais e simbólicas” (ESTEVES, 2011, p. 146).

A opinião pública exige o entendimento dos públicos. Suas características como forma de sociabilidade que se firma a partir da Modernidade são resgatadas por Esteves (2011). A primeira delas diz respeito à virtualidade dos públicos, que se constituem sem a copresença física das pessoas, permitindo sua dispersão espacial e temporal e também o pertencimento simultâneo a diferentes públicos. O segundo destaque refere-se ao caráter simbólico dos públicos, ao elemento (assunto/tema) convocador de interesses e agregador de pessoas e que confere identidade aos públicos. Esse interesse é renovável e revogável: o indivíduo pode sempre reconsiderar a sua filiação ao público.

A terceira pontuação de Esteves (2011) é sobre a valorização da individualidade própria da dinâmica do público, que exige um empenho individual enquanto agente de discurso destinador ou destinatário de mensagens. O quarto elemento ressalta a performatividade dos públicos relacionada ao caráter

racional da ação. O público é sujeito coletivo de ação, um conjunto de pessoas que buscam influenciar, alterar a realidade, criando uma dinâmica que se prolonga no tempo. O quinto destaque diz justamente da essencialidade da comunicação para os públicos, já que a performance associada aos públicos é comunicacional. A comunicação está no antes, no durante e no depois dos públicos: é o seu elemento agregador; é a sua forma de funcionamento; e é seu produto, pois os públicos criam um entendimento comum (ou acordo razoável) um diante do outro, formando a opinião do público.

Para Dewey (2004), o público se constitui em resposta a um problema, a uma afetação. Aí está inequívoco seu caráter ativo, mas o autor assevera que os públicos emergem quando certas condições são atendidas. “Não pode haver público sem plena publicidade de todas as consequências que dizem respeito a ele. Tudo que obstrua e restrinja a publicidade limita e distorce a opinião pública” (DEWEY, 2004, p. 147, tradução nossa). Lendo Dewey, Babo (2013) destaca que o público não é dado de antemão, pois emerge a partir das interações entre as pessoas que se mobilizam e participam.

O público não é, assim, constituído pela soma dos indivíduos que o compõe, mas por aqueles que aderem, se mobilizam ou se organizam em torno de uma agenda comum, de situações que constituem problema e que são objeto de averiguação. Os acontecimentos que irrompem no espaço público e que se tornam problema ou constituem situações problemáticas favorecem a emergência e formação da entidade coletiva que é o público e que se compromete num regime de ação pública (BABO, 2013, p. 232).

Fiduciária do conceito de público, a comunicação pública carrega forte sentido ético-normativo. Justamente por isso, Esteves (2011, p. 185) ressalva que, enquanto prática social, não raro, ela se realiza em paradoxo aos ideais públicos:

Bem sabemos que nos dias de hoje, esta forma de expressão (fática ou empírica) da dimensão ético-moral é muito incerta e esporádica, tornando-se por isso motivo de um forte questionamento; só que este mesmo questionamento acaba por se revelar uma outra forma de afirmação daquilo que é negado pela realidade empírica: o exercício crítico sobre o espaço público e a opinião pública é conduzido em nome de princípios ético-morais – em termos normativos ou ideais (e como um exercício de caráter essencialmente auto-reflexivo). E, também neste plano ideal, os princípios ético-morais ditam ainda sua lei enquanto referências orientadoras para uma transformação possível (desejável) das estruturas concretas do espaço público e da opinião

pública; ou seja, são os motivos (normativos) inspiradores e orientadores de determinadas alterações preconizadas em termos de futuro para a realidade presente.

O caráter normativo, que justifica a comunicação pública, cumpre papel determinante e fornece as referências éticas para que as práticas concretas de comunicação, empreendidas por sujeitos e instituições, possam ser avaliadas. A idealização do modelo da esfera pública formulado por Habermas (2003a, 2003b) – de onde se extraem os critérios normativos da comunicação pública – é uma das principais críticas apresentadas ao filósofo. Ao que ele rebate argumentando que a normatividade não equivale à descrição do que “é”: “À luz de uma noção epistêmica da verdade, ‘encaixar-se nos fatos’ não é o mesmo que corresponder aos fatos” (HABERMAS, 2018, p. 64). Assim sendo, uma norma tem valor não pelo seu sucesso na descrição empírica, mas, antes, pela sua capacidade de fazer ver a realidade e de atribuir valor ao que reconhecemos que deveria ser.

Um consenso normativo, formado em condições de participação livre e universal no contexto de um discurso prático, *estabelece* uma norma válida (ou confirma a sua validade). A “validade” de uma norma moral significa que ela “merece” o reconhecimento universal em virtude de sua capacidade de, por meio da razão somente, obter o consentimento da vontade daqueles a quem se dirige. O mundo moral que nós – na qualidade de pessoas morais – temos de produzir juntos tem um sentido construtivo (HABERMAS, 2018, p. 65-66).

Nesses termos, a comunicação pública privilegia a qualidade pública do processo comunicacional, carregando a dimensão normativa própria da caracterização do espaço público e da ética do discurso, sendo esta última fundamental como fonte de legitimação do sistema democrático tal como defendido por Habermas (2003b). Mendonça (2016, p. 743) argumenta que a teoria habermasiana não busca a descrição da realidade, mas, antes, a sua transformação: “Ele advoga uma abordagem normativa que lhe permita, como bom teórico crítico, elaborar um profundo diagnóstico dos problemas existentes, de modo a construir possíveis trilhas em direção à emancipação”.

Em adesão a essa formulação, Weber (2017, p. 26) ressalta que “problematizar o conceito importa devido à formulação da hipótese de trabalho de que a comunicação pública é indicador de qualidade da democracia”. Assim, tanto a comunicação pública contribui para melhores democracias como também

só pode se desenvolver [plenamente] nelas. “A comunicação é inerente à democracia e a torna visível e, portanto, é passível de julgamento” (WEBER, 2017, p. 29). Essa interpretação confere caráter de institucionalidade para a comunicação pública o que, de forma alguma, suplanta o lugar dos sujeitos – são eles os atores da instituição de sentidos (CASTORIADIS, 1982).

Para não resvalar como uma versão utópica, o caráter normativo e mesmo institucionalizado da comunicação pública depende do *sentido construtivo* ao qual Habermas se refere. Por isso é importante considerar também as críticas ao idealismo da proposta habermasiana, de forma a não deixar dúvidas de que a comunicação pública é um lugar de ação de sujeitos marcados por suas experiências que se encontram e se reconhecem em público.

1.3 Debate público e disputa de versões

Afirmados o caráter normativo da comunicação pública e a sua importância qualificadora para a democracia, é preciso atentar para a sua expressão fática, o que se observa a partir da sua identificação com o debate público presente nas democracias contemporâneas (ESTEVES, 2011; WEBER, 2017). Para Weber, essa relação “significa entender a participação da sociedade na sustentação das democracias, através de práticas de comunicação” (2017, p. 23). Nesse entendimento, a comunicação pública, no lugar de apontar apenas para aquela produzida pelo Estado, destina-se a conceituar a comunicação empreendida pelos públicos em público, demarcando o espaço de ação e participação cidadãos.

A autora indica os desdobramentos comunicacionais em torno dos temas de interesse público:

Identificar e qualificar os processos de visibilidade e comunicação inerentes aos regimes democráticos significa atribuir a instituições, públicos e atores sociais e através do Estado, poderes de debater e deliberar sobre temas e ações de interesse público (WEBER, 2017, p. 25):

No entanto, se, por um lado, o conceito de comunicação pública demarca o poder da sociedade, expresso na formulação da *opinião pública* (HABERMAS, 2003a; 2003b), funciona também para o reconhecimento de barreiras à sua

concretização. “A liberdade [...] é exercida por esta sociedade que reivindica, protesta e apoia, mas sua voz não rompe a impermeabilidade dos poderes se estes não estiverem realizando um debate verdadeiro” (WEBER, 2017, p. 31). Assim, a comunicação pública refere-se aos processos simbólicos de debate instaurados em torno de temas de interesse público, reconhecendo-se aí a força normativa para atuação dos públicos e, concomitantemente, as barreiras impostas pelas diferentes condições de cada público de alcançar visibilidade, credibilidade e legitimidade para suas causas e versões.

Mesmo nas democracias, a promoção de relações com a sociedade e o debate público podem ser ameaçadores aos poderes constituídos controlados pelo voto, pelas mídias, pelo capital num processo de disputa, pactos, convergências, dominação e submissão (WEBER, 2017, p. 28).

Nesse contexto, diferentes atores, afetos aos temas públicos, vão se implicar no debate, oferecendo suas versões e veiculando-as a partir de recursos comunicacionais próprios ou da imprensa e da mídia como um todo. É assim que a autora propõe a identificação das *redes de comunicação pública*⁹ como tentativa de apreender “[...] a circulação sobre o poder de comunicar, controlar a comunicação e debater temas de interesse público” (WEBER, 2017, p. 25).

A noção de poder de comunicação é fundamental e reporta ao entendimento foucaultiano. Embora seja uma capacidade própria a todas as pessoas, comunicar é disputar a definição simbólica das coisas, das pessoas e dos seus lugares no mundo. O poder está relacionado à definição dos discursos que são feitos e acolhidos para funcionar como verdadeiros (FOUCAULT, 2016).

Dessa forma, o desenho de redes de comunicação pública que se tensionam mutuamente é adequado para representar o debate possível. Assim, às perspectivas normativa e fática, somam-se os aspectos estratégicos, também viabilizados nos processos da comunicação pública e capazes de sobrepor interesses privados ao interesse público. Weber (2017, p. 38) afirma que “a

⁹ As *redes de comunicação pública* sumarizadas por Weber (2017) estão organizadas em três âmbitos. No âmbito do Estado, estão as Redes de Comunicação do Poder Executivo, de Comunicação do Poder Legislativo, de Comunicação do Poder Judiciário, Sistemas de Comunicação e Radiodifusão Pública. No âmbito da Sociedade, estão as Redes de Comunicação Política, de Comunicação Social, de Comunicação Mercadológica, de Comunicação Científico-Educacional e de Comunicação Religiosa. Por fim, no âmbito dos sistemas de comunicação mediática, estão as Redes de Comunicação Mediática.

perspectiva estratégica dos poderes é acenada em busca de maior visibilidade dirigida à promoção de suas ações e atos políticos, voltados em grande medida à obtenção da imagem pública favorável junto aos públicos”.

Um debate público implica, portanto, não apenas a ideia de consenso, mas, necessariamente, a disputa de argumentos e, conseqüentemente, de tensões e pactos associados. Nesse sentido, Weber (2017, p. 39) considera que “as disputas de verdades sobre temas e ações ditas de interesse público são permanentes, com o objetivo de semear dúvidas sobre adversários e obter a credibilidade necessária à busca de legitimidade das instituições políticas”.

Assim, a autora chega à definição de comunicação pública acionando as noções abordadas anteriormente: democracia, interesse público, debate e poder:

[...] a comunicação pública é um dos principais indicadores de qualidade das democracias e ocorre a partir da circulação de temas de interesse público desde que estes possuam potencial capaz de provocar tensões, pactos, disputas e deliberações dirigidas ao benefício de públicos e da sociedade (WEBER, 2017, p. 37).

Nessa formulação, o poder de afetação de temas de interesse público é fundamental para que convoque os sujeitos reconhecidos em públicos e os poderes constituídos a se manifestarem em defesa do interesse público e, invariavelmente, também de seus interesses privados. São estes últimos que infiltram a disputa na dinâmica do espaço público. Por isso, a qualidade da publicidade precisa também ser compreendida em termos de visibilidade. É a essa reflexão que se procede no próximo item.

1.4 Publicidade e esferas de visibilidade

A arena pública é ocupada por aquilo que é relevante, o que interessa e recebe a atenção do público, depois de “emergir da treva de uma existência resguardada” para a “luz muito mais intensa do domínio público” (ARENDDT, 2014, p. 63). Assim, é fundamental destacar o entendimento do público como espaço de aparência, do que se mostra ao olhar e ao reconhecimento do outro. É essa dinâmica que garante a realização do princípio da publicidade, essencial às democracias. Esteves (2011, p. 191) destaca:

A prática comunicacional da publicidade acolhida pelo espaço público, e reconhecida publicamente de uma forma muito ampla, conquistou consagração institucional e transformou-se mesmo em princípio político propriamente dito, cuja obrigatoriedade passou a vincular não apenas os sujeitos enquanto tais, mas também as instituições colectivas, tornando-se, nomeadamente, uma obrigação do Estado e da administração, do sistema de direito e de outras organizações políticas.

Como visto, o critério de *publicidade*, ao lado de *debate* e *crítica*, é apontado por Esteves (2011), a partir da leitura de Habermas, como um dos três aspectos essenciais para o funcionamento ético-moral do espaço público. No entanto, é justamente a publicidade, quando ganha abrangência, sobretudo com o advento dos meios de comunicação, que converte o domínio público em espaço de visibilidade: “o que se expande então não é já, verdadeiramente, o mesmo que existia, mas uma outra realidade (uma entidade pulverizada)” (ESTEVES, 2011, p. 223). Trata-se, justamente, do diagnóstico da mudança estrutural da esfera pública feito por Habermas (2003a) em tom marcadamente pessimista e que o próprio autor revisita no início da década de 1990, em *Direito e Democracia* (HABERMAS, 2003b), mas não a ponto de descaracterizar essa alteração do modo de funcionamento do espaço público.

Gomes (2008) resgata as formulações de Habermas e diferencia dois sentidos da expressão esfera pública que permitem identificar bem o tensionamento típico de sua dinâmica: (1) a esfera de visibilidade pública, de marca expositiva; e (2) a esfera da discussão pública, argumentativa. Se esta última está relacionada à realização dos critérios ético-normativos do debate público, a primeira se organiza pela “lógica comercial de captura de atenção, a lógica social da produção para o tempo livre e a estética consequente do espetáculo, da diversão, da beleza plástica, do extraordinário” (GOMES, 2008, p. 137). A esfera de visibilidade pública comporta o que o autor denomina *esfera de visibilidade pública midiática*, que é constituída pelo sistema expressivo formado pelo conjunto de emissão dos meios de comunicação. A dinâmica midiática é, de fato, marcada pela lógica do espetáculo e dos interesses privados, mas não extingue as possibilidades argumentativas. Ao contrário, todo o conteúdo presente na esfera de visibilidade pública midiática é insumo para o debate público. Gomes (2008, p. 161) sustenta que “é a visibilidade que vem ao socorro da publicidade”.

A essa nova, publicidade marcada pela lógica midiática, Esteves (2001, p. 247) vincula um caráter autoritário, denominando-a publicitação:

Não é uma publicidade com caráter de ilustração, que serve ao esclarecimento, mas uma publicidade demonstrativa: constituída a partir de uma verdade previamente estabelecida, que se destina, por todos os meios, a ser inculcada nas consciências. Como sabemos, é uma publicidade que está muito directamente ligada aos *media* – no recurso estratégico que aos mesmos é realizado, tanto pela propaganda comercial (que em língua portuguesa é também designada correntemente por “publicidade”), como pela propaganda política (dos regimes autoritários, mas também no contexto das democracias).

Esteves, no entanto, também não compartilha da pura e simples dominação do espaço público pela lógica da visibilidade. Ele aponta o tensionamento permanente entre a normatividade e a facticidade do espaço público e defende que “uma certa ideia de Público se mantém (e continua a fazer o seu caminho) – pelo menos no plano normativo, como uma espécie de ideal a que a sociedade continua a reconhecer força de validade” (ESTEVES, 2011, p. 251). Tal tensionamento está marcado, inclusive, na própria expressão comunicação pública. Ao passo que a *comunicação* é sempre da ordem da experiência, um fazer simbólico no e a partir do mundo, a adjetivação *pública* carrega toda a normatividade dessa experiência que se desenrola em público, como um projeto compartilhado e coletivo de existência.

1.5 Ação comunicativa e razão do entendimento

A comunicação pública, sendo o modo “como se realiza a esfera pública” (GOMES, 2008, p. 84), aporta o sentido pragmático ou performativo da ideia de esfera pública proposta por Habermas (2003a, 2003b), com vistas a formar a opinião pública. Esta, normativamente, é a expressão (ou materialidade, como indica Gomes (2008)) do tipo de ação comunicacional próprio e qualificador da democracia: o agir comunicacional, no qual se identificam os aspectos éticos da comunicação pública.

Em sua teorização, Habermas desenvolve uma interpretação pragmatista da linguagem e da interação, de forma a caracterizar a fala como ação (MENDONÇA, 2016). Nesses termos, falar é agir no mundo, trata-se de uma ação que se desenvolve em coordenação com o parceiro de interação. É

justamente em relação à motivação ou qualidade ética dessa coordenação da interação comunicacional que o autor marca a diferença fundamental entre o *agir comunicativo* e o *agir estratégico* (HABERMAS, 1990, p. 71), aquele orientado ao entendimento mútuo e este ao sucesso da consecução do objetivo do falante.

Para Avritzer (2000, p. 37-38), a teoria da ação comunicativa formulada por Habermas enfoca duas ideias centrais: “a construção de um conceito de mundo social reflexivamente adquirido e a ideia de uma forma de ação que seja intersubjetiva e voltada para um consenso comunicativo”. Assim, Avritzer (2000) destaca que ela significa a aplicação da teoria do discurso à política contemporânea. Mendonça (2013, p. 59) considera a intersubjetividade fundante para o filósofo: “a política não se reduz à competição de preferências. A política brota da própria construção intersubjetiva dos sujeitos e de suas preferências”.

Habermas (2003b) defende que a norma é válida quando é sustentada pela deliberação argumentativa, ou seja, quando a comunidade política está baseada em um entendimento obtido por meio do discurso conduzido por sujeitos livres e comprometidos com a racionalidade. Dessa forma, o discurso é entendido como “princípio segundo o qual podem pretender legitimidade as regulações normativas e modos de agir merecedores do assentimento de todos os possíveis envolvidos enquanto participantes de discursos racionais” (HABERMAS, 2003b, p. 319).

Mendonça (2016, p. 746) resume: “Habermas adota um modelo discursivo de política, centrado na reflexividade coletiva alimentada pelo diálogo público”. Nesses termos, a ética do discurso própria da ação comunicativa é alçada à condição de fonte de legitimação da vida em uma sociedade democrática.

O processo democrático carrega o fardo da legitimação. Pois tem que assegurar simultaneamente a autonomia privada e pública dos sujeitos de direito; e para formular adequadamente os direitos privados subjetivos ou para impô-los politicamente, é necessário que os afetados tenham esclarecido antes, em discussões públicas, os pontos de vista relevantes para o tratamento igual ou não-igual de casos típicos e tenham mobilizado o poder comunicativo para consideração de suas necessidades interpretadas de modo novo. Por conseguinte, a compreensão procedimentalista do direito tenta mostrar que os pressupostos comunicativos e as condições do processo de formação democrática da opinião e da vontade são a única fonte de legitimação (HABERMAS, 2003b, p. 310).

É por meio da ação comunicativa que se dá a partilha de significados, formando o estoque de consensos do *mundo da vida*, conceito habermasiano que equivale ao ambiente simbolicamente estruturado a partir dos discursos práticos dos sujeitos e apartado dos subsistemas do mercado e do poder. Martino e Marques (2016) argumentam que o conceito trabalhado por Habermas revela uma compreensão relacional da comunicação. “Ao mesmo tempo em que o mundo da vida emoldura as interações comunicativas dos sujeitos, ele se transforma e se modifica através dessas interações” (MARTINO; MARQUES, 2016, p. 113).

Os autores recuperam três funções do mundo da vida atribuídas por Habermas: (1) fornecer aos indivíduos as certezas imediatas para as interações comunicativas; (2) constituir reservatório comum de recursos interpretativos dos quais os atores lançam mão para se fazerem entendidos; e (3) indicar a ligação entre o mundo da vida e a ação comunicativa, pois, “de acordo com Habermas, o mundo da vida só pode se reproduzir através de ações comunicativas em constante andamento” (MARTINO; MARQUES, 2016, p. 113).

É o mundo da vida o espaço produtor e produzido pela ação comunicativa, especificada por Habermas em suas exigências: cooperação entre os atores atingida por meio de processos de entendimento, produzindo pretensões válidas e criticáveis que permitem construir um reconhecimento intersubjetivo.

Uma vez que o agir comunicativo depende do uso da linguagem dirigida ao entendimento, ele deve preencher condições mais rigorosas. Os atores participantes tentam definir *cooperativamente* os seus planos de ação, levando em conta uns aos outros, no horizonte de um mundo da vida compartilhado e na base de interpretações comuns da situação. Além disso, eles estão dispostos a atingir esses objetivos mediatos da definição da situação e da escolha dos fins assumindo o papel de falantes e ouvintes, que falam e ouvem *através de processos de entendimento*. O entendimento através da linguagem funciona da seguinte maneira: os participantes da interação unem-se através da validade pretendida de suas ações de fala ou tomam em consideração dissensos constatados. Através das ações de fala são levantadas pretensões de validade criticáveis, as quais apontam para um reconhecimento intersubjetivo. A oferta contida num ato de fala adquire força obrigatória quando o falante garante, através de sua pretensão de validade, que está em condições de resgatar essa pretensão, caso seja exigido, empregando o tipo correto de argumentos (HABERMAS, 1990, p. 72).

À ação comunicativa é fundamental a pretensão de validade atribuída ao parceiro da interação. Sua fala é tomada como válida a partir de três quesitos:

porque é (1) verdadeira, (2) correta e (3) sincera. A pressuposição de *verdade*, explica Habermas (1989, p. 167), assume “que o enunciado formulado é verdadeiro” ou as suas pressuposições são corretas; a *correção* significa “que o ato de fala é correto relativamente a um contexto normativo existente (ou, conforme o caso, que o contexto normativo que ele realiza é ele próprio legítimo)” (HABERMAS, 1989, p. 168); e a *sinceridade* indica que “a intenção manifesta do falante é visada do modo como é proferida” (HABERMAS, 1989, p. 168). Nessa perspectiva, ganham destaque os aspectos intersubjetivo, relacional ou dialógico:

A ação comunicativa emerge como processo dialógico focado na redenção de reivindicações de validade por meio do entendimento mútuo. Nesse sentido, Habermas [...] ressaltou a centralidade do debate público para a emergência do poder comunicativo com capacidade de influenciar as decisões políticas (MENDONÇA, 2016, p. 745).

Na ação comunicativa, o entendimento é o *telos*, o que significa que esse entendimento, como destaca Habermas (1990, p. 77), tem conteúdo normativo, uma vez que a compreensão do significado está vinculada à sua validade. Ou seja, a comunicação significa e tem validade. E isso só pode ocorrer porque os participantes abrem mão do ponto de vista egocêntrico do fim racional do próprio sucesso e se submetem aos critérios públicos da racionalidade do entendimento (HABERMAS, 1990, p. 82).

O *telos* que habita nas estruturas linguísticas força aquele que age comunicativamente a uma mudança de perspectiva; esta se manifesta na necessidade de passar do enfoque objetivador daquele que age orientado pelo sucesso, isto é, daquele que quer *conseguir* algo no mundo, para o enfoque performativo de um falante que deseja *entender-se* com uma segunda pessoa sobre algo (HABERMAS, 1990, p. 130).

Portanto, a ação comunicativa pressupõe a adoção do ponto de vista do outro ou, melhor dizendo, o descentramento (egocêntrico) da visão de mundo efetivado na acolhida aos argumentos do parceiro de interação.

O agir comunicativo distingue-se, pois, do estratégico, uma vez que a coordenação bem sucedida da ação não está apoiada na racionalidade teleológica dos planos individuais de ação, mas na força racionalmente motivadora de atos de entendimento, portanto, numa racionalidade que se manifesta nas condições requeridas para um acordo obtido comunicativamente (HABERMAS, 1990, p.72).

Dessa maneira, a ação comunicativa revela um tipo específico de razão, a *racionalidade comunicativa*, que assegura aos participantes da comunicação um mundo da vida intersubjetivamente partilhado.

Esta *racionalidade comunicativa* exprime-se na capacidade unificadora do discurso orientado para o entendimento que assegura aos locutores intervenientes, ao mesmo tempo, um mundo da vida intersubjetivamente partilhado e, com ele, o horizonte no qual todos se podem referir ao mesmíssimo mundo objetivo (HABERMAS, 2010, p. 101).

Mendonça destaca a dimensão racional atribuída às trocas discursivas por Habermas. “Para ele, a modernidade também possibilitou a racionalização do mundo da vida, que permitiu o questionamento linguístico de tradições. Nesse cenário, a ação comunicativa tornou-se uma fonte-chave de racionalidade. (MENDONÇA, 2016, p. 750). Dessa forma, a *razão comunicativa* está sediada no espaço discursivo que é o mundo da vida e permite a construção deste; orienta-se, pois, pela publicidade e pela igualdade, pressupondo cooperação (com vistas ao entendimento), reciprocidade (paridade argumentativa) e não coerção (liberdade dos participantes). Os critérios habermasianos para garantir o intercâmbio de argumentos e resolver as questões prático-morais são reunidos por Mendonça (2016, p. 743-754):

A situação ideal de fala envolve:

- imparcialidade,
- expectativa de que os participantes transcendam suas preferências iniciais,
- inclusão de todos os afetados por uma decisão,
- igualdade, liberdade e facilidade de interação, com a ausência de formas internas e externas de coerção;
- não restrição de tópicos e, por fim,
- revisibilidade de resultados.

Essas condições devem assegurar que nenhuma força exista além da força não coercitiva do melhor argumento.

Essas são as condições que sustentam o processo de racionalização fundado no intercâmbio de argumentos. A troca racional caracteriza o poder comunicativo, que, por sua vez, é dotado de força universalizante.

[...] o discurso racional público, em situações ideais, conduziria a posições morais que expressam normas universais. Essas normas não se opõem a argumentos éticos e pragmáticos, que têm uma natureza contextual. O discurso público se configura como procedimento para combinar situacional e universal, oferecendo alicerces para a

construção de soluções morais para problemas coletivos específicos. O diálogo público alimenta um poder comunicativo que deve ser traduzido pela lei em poder administrativo (Habermas, 1996). Razão e linguagem estão, pois, imbricadas na política deliberativa de Habermas (MENDONÇA, 2016, p. 750).

Como a própria expressão indica, a razão comunicativa carrega uma potência comunicacional que há de significar a emancipação humana, na medida em que os concernidos se engajem racionalmente nos debates dos temas que lhes dizem respeito, sustentando uma comunidade política democrática. Nesses termos, Habermas propõe a passagem de uma razão da consciência para essa do entendimento linguístico construído intersubjetivamente: a razão comunicativa.

É preciso ter em conta que o projeto emancipatório advogado por Habermas, que se filia à tradição da Teoria Crítica¹⁰, é por ele proposto diante do diagnóstico de mecanismos de desvios do poder comunicativo, já que, na esfera pública, coexistem tanto a ação comunicativa como a ação estratégica. O próximo capítulo é dedicado à abordagem dessa questão.

¹⁰ Tradição fundada na Alemanha, na década de 1920, com a criação do Instituto de Pesquisa Social, na Universidade de Frankfurt. “O papel da Teoria Crítica seria desvelar o modo como a estrutura social coíbe a autonomia dos sujeitos, revelando chaves conceituais que fomentem a emancipação humana” (MENDONÇA, 2013, p. 52). A primeira geração da Teoria Crítica reúne nomes como Horkheimer e Adorno. Habermas é identificado como membro da segunda geração.

2 ESTRATÉGIA E DISTORÇÕES DA COMUNICAÇÃO

Este capítulo é dedicado à reflexão sobre a dinâmica das disputas de poder na esfera pública a partir do entendimento da noção de ação estratégica. Para tanto, reúnem-se contribuições de Habermas (1989, 1990, 2003a, 2003b) e de autores que trabalham a partir delas, como Gomes (2008), Marques (2011), Martino e Marques (2012) e Mendonça (2013, 2016), com o propósito de demarcar a atuação concomitante das lógicas comunicativa e estratégica na esfera pública.

A recuperação da ideia de comunicação sistematicamente distorcida, originalmente formulada por Habermas (1970), é fundamental no entendimento dos acionamentos estratégicos. Bohman (2000), Gross (2010) e Durão e Durão (2012) embasam esse movimento reflexivo. Especialmente Bohman (2009), com sua abordagem dialógica da deliberação, é central para o entendimento do significado da comunicação bem-sucedida e das violações sistemáticas que lhe são impostas. É a pista deixada por Bohman (2000) que nos guia, além da atenção às justificações explícitas, à observação da *racionalidade produzida* por meio da infraestrutura implícita da comunicação.

2.1 Ação estratégica e sua dimensão comunicativa

Na teoria habermasiana, se as ações comunicativas ocorrem no mundo da vida, as ações estratégicas são próprias dos subsistemas da política ou do Estado (dominado pelo meio *poder*) e do mercado (dominado pelo meio *moeda*). Habermas (1990, 2010) reforça que os enfoques de cada ação são diversos: para a ação comunicativa, está colocado o entendimento; enquanto, para a ação estratégica, está o sucesso em atingir o objetivo pretendido. Marques (2011) destaca que o filósofo identifica as duas ações como tipos genuínos de interação; no entanto, “somente uma delas pode ser apontada como capaz de produzir acordos racionalmente motivados” (MARQUES, 2011, p. 4), que, para Habermas, são indispensáveis como fonte da integração social.

Diferentemente, na ação estratégica, a comunicação é usada para transmissão de informação, no sentido de que o seu objetivo é traçado unilateralmente, a despeito dos interesses do parceiro de interação. “Nesse tipo

de relação instrumental, as outras pessoas são apenas meios ou obstáculos para a realização de um plano de ação traçado por um único indivíduo” (MARQUES, 2011, p. 4). Mendonça (2016) argumenta que Habermas diferencia os dois tipos de ação, mas não estabelece dicotomia entre elas, sendo necessário demarcar a *dimensão comunicativa da ação estratégica*.

Tanto na ação comunicativa como na ação estratégica, há a necessidade de se estabelecer a interação (comunicacional) com o interlocutor. “A ação comunicativa ou a ação estratégica tornam-se necessárias quando um actor puder executar os seus planos de ação unicamente de um modo interactivo, isto é, com a ajuda da ação (ou inação) de um outro ator” (HABERMAS, 2010, p. 86). A ação estratégica depende da “influência dos atores uns sobre os outros e sobre a situação da ação” (HABERMAS, 1990, p. 71), mas essa influência se dá por fatores não linguísticos.

Na perspectiva de falantes e ouvintes, um acordo não pode ser imposto a partir de fora e nem ser forçado por uma das partes – seja através da intervenção direta na situação da ação, seja indiretamente, através de uma influência calculada sobre os enfoques proposicionais de um oponente (HABERMAS, 1990, p.71-72).

Nesse sentido, a lógica de causa e efeito da estratégia interfere no processo comunicacional que sustenta o mundo da vida, que se encontraria colonizado pelos subsistemas do poder e do dinheiro (GUTIERREZ; ALMEIDA, 2013, p. 157). Segundo Habermas (1990, p. 71-72):

Aquilo que se obtém *visivelmente* através de gratificação ou ameaça, sugestão ou engano, não pode valer intersubjetivamente como acordo, tal intervenção fere as condições sob as quais as forças ilocucionárias despertam convicções e geram “contactos”.

O destaque dado pelo autor para a palavra *visivelmente* indica a possibilidade da *ação estratégica latente* ou do *agir de fala latentemente estratégico*, ou seja, a estratégia que foi ocultada. Habermas (1990, p. 73) afirma: “O uso estratégico latente da linguagem vive parasitariamente no uso normal da linguagem”. Ele só funciona quando um dos participantes da comunicação parte do pressuposto de que a linguagem está orientada pelo entendimento. “Quem age estrategicamente precisa ferir de modo imperceptível as condições de sinceridade do agir comunicativo” (HABERMAS, 1990, p. 132).

Marques (2011, p. 5) destaca que o problema não está no caráter estratégico (ou interessado) das ações, mas no seu ocultamento:

[...] é um erro excluir a dimensão estratégica das ações dos sujeitos, pois influenciar nossos interlocutores em uma interação é parte do processo de negociação ou de produção de justificativas para nossos argumentos. O que seria desastroso para interações discursivas que almejam compreender melhor problemas coletivos é o fato de os interlocutores ocultarem suas intenções e se recusarem a justificar as razões que estão por trás de seus interesses, tornando a interação um jogo em que o princípio da publicidade (dar a ver) é desconsiderado em prol de regras e objetivos ocultos.

O ocultamento da intenção estratégica é especialmente problemático quando as regras publicamente estabelecidas e convencionadas para o intercâmbio público nos levam a considerá-lo como estruturado pela racionalidade comunicativa. Por isso, o reconhecimento dos interesses como motivadores para a interação deve estar presente tanto na ação comunicativa como na estratégica. A autora pondera que a ação interessada que busca influenciar o debate constitui a postura dos indivíduos em comunicação e contribui para a passagem dos interesses particulares aos coletivos.

Em um processo deliberativo, os participantes buscam esclarecer e justificar seus interesses, buscando entendimento através do respeito mútuo. Esse requisito não rejeita a presença de interesses particulares (auto-interesse) e de sua defesa no âmbito de uma deliberação. O que tal processo requer é que as pessoas, ao esclarecerem e justificarem os pressupostos de seus interesses na arena deliberativa, reflitam sobre eles de modo a revê-los e, se necessário, alterá-los (MARQUES, 2011, p. 7).

Nesse sentido, a ação estratégica que visa a objetivos será acolhida quando estiver limitada pelo reconhecimento da existência de objetivos de outros. Portanto, a estratégia na busca por influência é publicamente aceita na medida em que reconhece e respeita objetivos diversos, complementares e conflitantes e está aberta a revisar suas próprias pretensões. Trata-se, afinal, da dinâmica do diálogo, em que o interesse (estratégico) de influenciar a discussão está balizado pelo reconhecimento das diferenças. Mendonça (2013, p. 59) reforça o confronto como essencial à intersubjetividade:

Isso não significa que todos os atores sociais sejam gentis e benevolentes a ponto de abrir mão de seus interesses. A questão é que os próprios sujeitos são entendidos como produtos de uma

intersubjetividade fundante, que é discursivamente atualizada. Interesses e preferências não são simplesmente expressos para que alguma instância mediadora busque conciliá-los publicamente. Sem deixar de ser agonística, a esfera pública deliberativa não se restringe a um espaço de choque entre preferências pré-estabelecidas. Sua função é mais estrutural e envolve a própria formação de valores, preferências e atores sociais.

A busca pelo consenso não elimina o conflito ou o dissenso; antes, parte dele. A comunicação (ou ação) estratégica é imanente à ação pública e política de atores individuais e coletivos. Mendonça (2016) reconhece que a diferenciação de Habermas entre ação comunicativa e ação estratégica gera muitas das críticas ao modelo e se opõe à interpretação que retira dessa teoria o conflito: “como se a política pudesse ser extirpada de interesses e estratégias” (MENDONÇA, 2016, p. 760). Para ele, Habermas oferece um procedimento para lidar com o conflito:

Ao reconhecer o pluralismo – e o conflito –, Habermas deseja reconciliar a noção de autonomia privada e a noção de autonomia pública em uma teoria política que valoriza liberdades e singularidades individuais, mas que coloca o interesse público em seu núcleo. A passarela entre perspectivas particulares e interesses públicos – e entre singularidades e coletividades – é o justo procedimento discursivo, que leva à construção de soluções mais complexas, para além da simples justificação das vitórias dos atores mais poderosos (MENDONÇA, 2016, p. 753).

Gomes (2008, p. 9) também questiona a exclusão da dimensão estratégica da esfera pública. Em nome de “um pouco mais de realismo político”, argumenta que seria um ganho admitir dimensões não cooperativas e mesmo essencialmente competitivas à esfera pública.

Numa esfera pública plausível, há de haver espaço tanto para o lobo hobbesiano quanto para o cidadão socrático (Gundersen, 2000), tanto para a competição quanto para a cooperação, tanto para o egoísmo quanto para o altruísmo, tanto para a vontade de potência quanto para o reconhecimento do bem comum, tanto para a ação estratégica quanto para o agir comunicativo (GOMES, 2008, p. 110).

O próprio Habermas (2008) indica essa atuação estratégica ao discutir a estrutura de poder da esfera pública e a dinâmica da comunicação de massa. “A construção comum da opinião pública certamente convida os atores a intervir estrategicamente na esfera pública” (HABERMAS, 2008, p. 18). O autor alerta sobre a existência de “esforços concentrados para traduzir o poder econômico

em influência política” (HABERMAS, 2008, p. 19) e o uso de “métodos gerenciais de comunicação corporativa” (HABERMAS, 2008, p. 17) que podem levar a “patologias da comunicação política” (HABERMAS, 2008, p.18). Trata-se de um jogo de poder, limitado pela força ética da esfera pública que, por sua vez, depende da manutenção das *regras do jogo*, o que inclui um sistema midiático independente e uma sociedade civil participativa.

A distribuição desigual dos meios para a realização de tais intervenções [estratégicas na esfera pública], entretanto, não distorce necessariamente a formação de opiniões públicas cuidadosamente consideradas. As intervenções estratégicas na esfera pública precisam, de modo a evitar o risco da ineficiência, aceitar as regras do jogo. E, uma vez que as regras estabelecidas constituem o “jogo certo” – aquele que promete a produção de opiniões públicas cuidadosamente consideradas –, mesmo os atores mais poderosos irão contribuir somente para a mobilização de questões, fatos e argumentos relevantes (HABERMAS, 2008, p. 18).

Assim, a noção de ação estratégica é acionada, justamente, para compreender os embates e as disputas da esfera pública, bem como para avaliar criticamente seus usos e resultados. De acordo com o modelo democrático de legitimação intersubjetiva, as consequências indesejadas da comunicação estratégica estão relacionadas ao seu acionamento por atores com poder para impor à situação interacional fatores não linguísticos, estabelecendo a assimetria na interação e, por vezes, ocultando sua motivação estratégica.

Habermas (1970) indica situações em que a latência dessa ação estratégica não é revelada, minando a potência da razão comunicativa. É o que será abordado no próximo item, com a apresentação do conceito da comunicação sistematicamente distorcida.

2.2 Comunicação sistematicamente distorcida

Habermas (1970, p. 205) define *comunicação sistematicamente distorcida* como aquela que se faz incompreensível devido a falhas de organização do próprio discurso. Em artigo dedicado ao tema e publicado em 1970, o autor indica como exemplos evidentes desse tipo de comunicação o discurso das psicoses, mas chama a atenção de que as ocorrências mais importantes são aquelas comunicações de discursos não evidentemente patológicos.

Isso é o que encontramos nos casos de pseudocomunicação, em que os participantes não reconhecem quaisquer distúrbios de comunicação. Pseudocomunicação produz um sistema de mal-entendidos recíprocos que, devido à falsa suposição de consenso, não são reconhecidos como mal-entendidos recíprocos (HABERMAS, 1970, p. 205-6, tradução nossa).

Habermas aborda a situação da neurose como primeiro exemplo de linguagem relativa à comunicação sistematicamente distorcida. O autor demonstra que os sintomas neuróticos expressam um tipo de comunicação que não segue o sentido da comunicação pública, ela é privada e inacessível, inclusive para o seu autor. Nesse artigo, Habermas se dedica à dinâmica da situação de comunicação entre analista e paciente. A partir da leitura de Freud, argumenta que a comunicação sistematicamente distorcida, no caso da neurose, é patológica porque parte da comunicação é reprimida pelo próprio falante. Refere-se ao fato recalcado pelo sujeito que, uma vez em análise, só poderá ter o sentido distorcido da comunicação explicado quando também a sua origem for evidenciada. Assim, a reconstrução da cena original do recalque tanto torna possível a percepção do significado deformado/distorcido quanto explica a origem da própria deformação. Ou seja, a análise semântica e a explicação causal se tornam evidentes, concomitantemente (HABERMAS, 1970, p. 217), a partir do processo de troca do analista com seu paciente.

A incompreensão a que o neurótico está submetido, ou seja, o autoengano, é de tal ordem que, por si só, ele não pode perceber que algo vai mal na comunicação. “A pseudocomunicação se baseia em uma aparência de consenso ou de acordo que não se observa como falsa” (DURÃO; DURÃO, 2012, p. 29). Essa mesma distorção é o que produz a ideologia. “O que caracteriza uma patologia, seja provocada por uma neurose ou uma ideologia, é sua peculiar falta de coerência para um indivíduo ou para a sociedade como todo” (DURÃO; DURÃO, 2012, p. 28). No entanto, no artigo publicado por Habermas em 1970, apenas o caso da neurose é trabalhado, o autor não chega a levantar os efeitos da ideologia em termos de comunicação sistematicamente distorcida. Habermas alude à comunicação sistematicamente distorcida em outras obras e pronunciamentos, mas sem aprofundar o conceito, conforme resgates de Bohman (2000), Gross (2010) e Durão e Durão (2012).

Ao revisitar Habermas, Bohman (2000, p. 384, tradução nossa) define “comunicação distorcida como comunicação que viola suas próprias condições de sucesso” o que, para ele, torna o conceito mais consistente com a própria teoria habermasiana e seu papel crítico. O autor resgata que Habermas explica a origem da comunicação distorcida em “estratégias de ação latentes”, indicando a violação à regra explícita da sinceridade. No entanto, argumenta que “essa descrição não mostra como elas sistematicamente distorcem a comunicação” (BOHMAN, 2000, p. 384, tradução nossa). Ou seja, não descreve “a paradoxal condição da comunicação distorcida como comunicação que viola a sua própria condição de sucesso” (BOHMAN, 2000, p. 384, tradução nossa). O autor defende que, para aplicar a teoria normativa de Habermas às situações práticas, é necessário “considerar as maneiras pelas quais as relações atuais de poder e outras assimetrias prejudicam as condições do discurso bem-sucedido, de fato a verdadeira base normativa da *accountability* e da ordem social” (BOHMAN, 2000, p. 383, tradução nossa).

Bohman (2000) chama a atenção para o fato de que certas comunicações são desviantes não porque um dos interlocutores faz uma afirmação falsa ou uma reivindicação inválida, mas porque dizem de um nível normativo mais profundo, em que as condições para a comunicação bem-sucedida são minadas. Ou seja, não são simples *falhas* em relação ao objetivo da comunicação, conforme exemplos do autor, tal como na falta de conhecimento de um segundo idioma, na decorrência de lesão cerebral ou no uso de expressão ambígua. Em todos esses casos, não há *distorção sistemática*. Por isso, defende que a teoria da comunicação sistematicamente distorcida se aplica às situações em que há uma *sistemática* de violação das regras que fazem a comunicação possível.

Assim, Bohman (2000) argumenta que é preciso refletir sobre o nível normativo implícito e mostrar como o poder e outras assimetrias operam para distorcer a comunicação e violar normas implícitas das práticas comunicacionais. Dessa forma, o foco descritivo da comunicação sistematicamente distorcida pode ser tanto funcional, no sentido de revelar as restrições que impõe à comunicação, quanto normativo, considerando a violação das condições da comunicação bem-sucedida.

Gross (2010) recupera diferentes ocasiões em que Habermas alude à comunicação sistematicamente distorcida e aplica o conceito na análise de três situações concretas em que ela está em operação (linguagem nazista, linguagem sexista e propaganda de medicamentos nos EUA), revisando e reforçando o foco emancipador. A análise comparativa dos três casos revela como a comunicação distorcida enreda os indivíduos na linguagem nazista (caso que permeia toda a sociedade), na linguagem sexista (que permeia um aspecto de todas as sociedades) e em práticas de prescrição tendenciosas de médicos americanos influenciadas por promoções de empresas farmacêuticas (que permeiam um segmento da sociedade).

A partir de Habermas, Gross (2010) define *comunicação sistematicamente distorcida* como as situações em que ao menos uma das partes está autoenganada ao agir aparentemente pautada pelo entendimento quando, na verdade, está se comportando estrategicamente. Assim, sustenta que a distorção da comunicação é invisível para suas vítimas, constituindo-se em barreira para a mudança social. Argumentamos que, mais importante do que a recuperação da ideia do autoengano na definição da comunicação distorcida (que vem da análise de Habermas para a situação da neurose), é o destaque para o comportamento estratégico com intenções de produzir um determinado efeito a partir da ação ou da inação do interlocutor. Dessa forma, procuramos deslocar o foco da vítima para o agente da distorção.

Nessa situação, ao menos um dos interlocutores age estrategicamente, consciente do que faz e, por isso, cioso de manter a aparência de que adota atitude orientada para o entendimento. Nesses casos, a persuasão funciona para convencer os indivíduos de que não foram convencidos. A vítima da comunicação distorcida supõe (enganosamente) que está participando, pois foi persuadida (sem saber) a aceitar um pacto comunicativo falso. Nesse sentido, a sistemática de distorção opera uma naturalização do autoengano. Mas, quando se quer enfatizar o ator que age estrategicamente para produzir essa sistemática de distorção da comunicação, não é o autoengano o melhor destaque. A expressão comunicação sistematicamente distorcida aponta para a ideia de um sistema voltado à distorção da comunicação. Mostra que ela se desenrola com aparência de ação comunicativa, mas a distorção é sistematizada com vistas a influenciar o outro. Ou seja, a sistemática do engano não é orientada a *auto*

(efeito em si próprio), mas a *alter* (buscando causar efeito no outro). Note-se que se trata de situação muito diferente da observada na neurose ou na psicose, em que o agente não tem consciência do engano que produz em si mesmo, já que enganador e enganado são uma só pessoa.

É certo que Gross (2010) indica as ideologias como as redes de autoengano que operam no nível político e social, de forma a justificar as desigualdades de poder econômico, social e político em benefício de certos atores. “Os interlocutores enganam a si próprios; pensam que estão no controle de trocas com o propósito do entendimento mútuo; quando, de fato, cederam o controle” (GROSS, 2010, p. 338, tradução nossa). Assim, para ele, as ideologias operam como violência estrutural que bloqueia a comunicação. “A violência estrutural cria ideologias; por sua vez, ideologias criam comunicação sistematicamente distorcida” (GROSS, 2010, p. 341, tradução nossa). Gross destaca que a comunicação sistematicamente distorcida “pode surgir involuntariamente, como subproduto de interações sociais, ou pode surgir deliberadamente, impulsionada pela ideologia” (GROSS, 2010, p. 352, tradução nossa). Em todo caso, a persuasão que leva à comunicação sistematicamente distorcida é sustentada por arranjos institucionais e regimes hegemônicos.

Por isso, privilegiamos a interpretação de Bohman (2000), que retoma a origem da comunicação sistematicamente distorcida nas ações estratégicas latentes e busca evidenciar a sistemática de distorção das regras de sucesso da comunicação.

Ideologia, nessa definição, não é, portanto, falsa consciência, mas o resultado de comunicação assimétrica, em que as assimetrias podem incluir aquelas que resultam de informação, poder, status e papel e diferença cultural. Assimetrias geram ideologia quando são suficientes para bloquear a comunicação reflexiva, de modo que o fracasso comunicativo não pode se tornar o tema da comunicação pública (BOHMAN, 2000, p. 385, tradução nossa).

Na apropriação de Bohman (2000), o foco não está no autoengano e, conseqüentemente, apenas na violação da regra da sinceridade ou publicidade das intenções. Na comunicação distorcida, argumenta, o nível metacomunicacional não é suficiente (porque não está disponível, já que foi violado) para evitar a falta de entendimento. “Oradores constroem enunciados que violam condições de sucesso da comunicação e, no entanto, recebem aceitação” (BOHMAN, 2000, p. 385, tradução nossa). Dessa forma, embora a

comunicação distorcida assemelhe-se a uma comunicação bem-sucedida, não pode gerar todas as consequências e obrigações típicas do ato de fala para oradores e ouvintes.

2.3 Violações à comunicação

Com o conceito de comunicação distorcida, Bohman (2000) demarca a violação das regras implícitas da comunicação, mesmo quando, explicitamente, se reforçam os princípios da ética do discurso. A violação que compromete a comunicação bem-sucedida deve ser compreendida conforme a abordagem dialógica da deliberação proposta por Bohman (2009). Tal qual faz ao se apropriar do conceito habermasiano de comunicação sistematicamente distorcida, também a sua interpretação para a deliberação é particular, destacando a cooperação a ser estabelecida e mantida entre os participantes e tornando o processo menos dependente de fortes idealizações do critério de publicidade, consideradas pouco compatíveis com as situações atuais de deliberação. Para ele, deliberação é “um *processo dialógico* de troca de razões com o propósito de solucionar situações problemáticas que não podem ser resolvidas sem coordenação e cooperação interpessoais” (BOHMAN, 2009, p. 36, grifo meu).

Então, a comunicação bem-sucedida é aquela em que o diálogo se estabelece e é mantido pelos participantes. A motivação para o diálogo vem da constatação de uma situação problemática que precisa ser resolvida coletivamente, e o sucesso da comunicação refere-se, exatamente, à manutenção dessa cooperação e à identificação do sentimento de contribuição para a decisão tomada, ainda que não se concorde com ela.

Um resultado bem-sucedido da deliberação é aceitável para todos, mas num sentido mais fraco do que o demandado pelas teorias procedimentalistas: o sucesso é medido não pelo forte requerimento de que todos devem concordar com os resultados, mas pelo requerimento fraco de que os interlocutores são suficientemente convincentes para continuar sua cooperação em processo. O resultado de uma decisão atual é aceitável quando as razões que o sustentam são suficientes para motivarem a cooperação de todos os interlocutores.

Qual o critério preciso de sucesso para deliberação pública? A deliberação alcança sucesso quando os participantes da atividade conjunta reconhecem que eles contribuíram para ela e influenciaram

seus resultados, mesmo quando não concordam com eles (BOHMAN, 2009, p. 42).

Se o sucesso da comunicação está no estabelecimento e na manutenção do diálogo, a distorção da comunicação resulta da sistemática de violação das condições para que essa relação de diálogo exista. Para Bohman (2009), iniciar e manter um diálogo exige uma postura cooperativa dos participantes, o que se faz com a observação de três condições: *não tirania, igualdade política e publicidade*.

Não tirania refere-se à liberdade que os participantes experimentam na relação de diálogo, de forma que as decisões tomadas “não sejam tirânicas (ou seja, que não sejam dependentes da coerção ilegítima ou de vantagens que garantam a alguns grupos uma influência indevida)” (BOHMAN, 2009, p. 44). A inobservância dessa condição é definidora para a comunicação sistematicamente distorcida, já que o autor destaca que esse tipo de comunicação está baseado nas assimetrias de poder entre os participantes.

Assim, a decisão a que se chega em uma comunicação bem-sucedida deve ser livre de influências de assimetrias de poder, que precisam ser corrigidas por instrumentos institucionais e legais e limitadas pelo processo deliberativo. A não tirania “assegura que as decisões refletem o processo deliberativo, que nenhum grupo automaticamente alcance o sucesso e que nenhum grupo precise aceitar uma decisão que imponha sentimento de exclusão” (BOHMAN, 2009, p. 45). Portanto, as pessoas cooperam com a instalação e a manutenção do diálogo quando não se veem subjugadas ou excluídas por outros participantes.

A segunda condição para a comunicação dialógica deliberativa enumerada por Bohman (2009) é a *igualdade política* entre os cidadãos, verificada no acesso igualitário às arenas de debate e discussão, na igual oportunidade de falar e na igual consideração das suas contribuições para a tomada de decisão.

A igualdade deliberativa precisa ser forte o suficiente para assegurar a inclusão de todos os cidadãos na deliberação e a exclusão de formas extrapolíticas, ou de formas endógenas de influência, como o poder, a riqueza e as desigualdades sociais preexistentes (BOHMAN, 2009, p. 45-46).

Nesse sentido, a condição democrática da igualdade deve traduzir-se em práticas sociais e institucionais que visem bloquear a influência das

assimetrias no processo deliberativo e garantir a efetiva participação dos cidadãos:

[...] as condições apropriadas de igualdade devem expandir oportunidades e acessos às arenas deliberativas, implementando o tipo de diálogo que permanece livre e aberto e estabelecendo requerimentos e limites necessários para fazer com que as razões de cada um sejam contadas no curso da discussão através da expressão efetiva das vozes dos interlocutores (BOHMAN, 2009, p. 46).

Há ainda um terceiro elemento que, para Bohman, condiciona uma deliberação minimamente democrática: a *publicidade*, a ser aplicada tanto ao processo quanto ao resultado. “Enquanto a igualdade e não tirania referem-se ao *status* dos cidadãos na deliberação, a publicidade constitui e governa o espaço social necessário para a deliberação democrática: a esfera pública” (BOHMAN, 2009, p. 47). O autor diferencia sentidos forte e fraco da publicidade. A publicidade em sentido fraco significa que qualquer tentativa de influenciar a decisão e os interesses particulares que a movem seja conhecida por todos. “A publicidade fraca não torna a deliberação ‘à prova de estratégias’, mas ao menos ela constrange os movimentos estratégicos que não são confessáveis” (BOHMAN, 2009, p. 48).

Já em sentido forte, a publicidade é alçada à norma do diálogo e à qualidade do tipo de razão que é formada no processo de deliberação. Uma razão obtida sob a condição da publicidade faz-se de tal forma pública que tem a capacidade de convocar respostas dos outros. Ou seja, é a publicidade forte que pode produzir legitimidade para as decisões, generalizando-as a todo o público. “Em vez de basear a comunicação nessas pressuposições restritivas, ‘o uso público da razão’ endereça-se ‘ao mundo como um todo’ e apela para justificativas que todos possam aceitar” (BOHMAN, 2009, p. 49).

A publicidade é condição para uma comunicação bem-sucedida na medida em que as razões convencem e obtêm a cooperação das pessoas livremente, ou seja, independentemente da imposição de restrições. Dessa forma, são razões compreendidas e testadas pela audiência, adicionando o aspecto reflexivo ao processo.

O uso público da razão nesse sentido forte é não somente dialógico; mas também autorreflexivo ou recursivo em qualquer sentido importante da deliberação. Seu uso na comunicação torna possível

revelar as limitações e restrições às razões e ao próprio processo deliberativo (BOHMAN, 2009, p. 49).

Há aqui elemento-chave para a análise da comunicação sistematicamente distorcida, afinal a autocrítica não pode ser realizada pelos sujeitos quando há restrições à publicidade. É certamente muito mais difícil fazer referência crítica ao processo de comunicação quando as barreiras não estão explícitas. Por isso, a condição ideal do diálogo exige uma postura permanente de desconfiança e vigilância em relação ao caráter público.

Bohman (2009, p. 50) destaca que é a publicidade em sentido forte que abre caminho para esse nível reflexivo, ou comunicação de segunda ordem, fundamental para a deliberação. O autor considera o diálogo e o discurso como “duas formas de comunicação de segunda ordem ou reflexiva” (BOHMAN, 2009, p. 52). O discurso se constitui pelo diálogo, mas o diálogo já oferece as condições requeridas para a deliberação. Para o autor, a abordagem dialógica da publicidade preserva o seu sentido forte e tem a vantagem de ser menos restritiva, já que “não consiste do conhecimento total de todas as razões e interesses relevantes; em vez disso, ela é o modo particular no qual razões são oferecidas de modo que possam ser comunicadas aos outros” (BOHMAN, 2009, p. 56). Assim, argumenta contra os ideais liberais de neutralidade e imparcialidade, reforçando, por sua vez, a responsividade, ou seja, o caráter *accountable*: “oferecer uma razão é chamar por uma resposta dos outros” (BOHMAN, 2009, p. 57).

Da argumentação de Bohman (2009), entende-se que a publicidade forte no sentido dialógico gera legitimidade por meio da *accountability* da comunicação que se dirige ao entendimento dos outros e se abre a suas contribuições. Por isso, ele reforça a deliberação como ação essencialmente cooperativa, “dependente de um aspecto diferente da ação social: a *accountability* da ação inteligível aos outros e a habilidade reflexiva dos atores de continuar a cooperação estendendo aquela a todos os atores e a novas situações” (BOHMAN, 2009, p. 65).

É a partir dessa articulação que Bohman (2009, p. 69) sustenta que “o diálogo é uma atividade coletiva particular com as características necessárias para a deliberação”. É por viabilizar a deliberação pública que o diálogo está identificado com a comunicação bem-sucedida. Portanto, podemos

compreender que a comunicação sistematicamente distorcida opõe barreiras ao diálogo e, assim, viola as próprias condições de sucesso, condensadas em não tirania, igualdade política e publicidade. Nessas situações, a comunicação se coloca, aparentemente, como aberta e livre, mas mina os mecanismos que sustentam o diálogo, instalando um paradoxo pragmático para os envolvidos.

Em seu texto sobre a comunicação sistematicamente distorcida, Bohman (2000) destaca que são as assimetrias das relações de poder entre falantes e ouvintes que sustentam a comunicação distorcida, de forma que atuem como restrições à comunicação pública:

A dominação é expressa por meio de comunicação distorcida, em termos de "restrições estruturais à comunicação" que constituem e expressam relações de poder e dominação. Restrições à comunicação minam as condições implícitas da comunicação bem-sucedida, permitindo que atos, expressão e entendimento sejam limitados de tal forma que meios consensuais possam ser usados para estabelecer, justificar e reproduzir conflitos e desigualdades (BOHMAN, 2000, p. 386, tradução nossa).

As limitações implícitas à comunicação são aquelas, por exemplo, que confundem e desqualificam oradores e grupos, além de silenciarem tópicos tacitamente. Ou seja, são “mecanismos informais de políticas de exclusão” (BOHMAN, 2000, p. 386, tradução nossa). O autor considera, também, duas situações em que emergem essas restrições implícitas: a primeira diz respeito às relações interpessoais confiáveis e de longo prazo, como as familiares; a segunda refere-se às instituições que explicitam as normas para a comunicação (liberdade, igualdade e publicidade) pública e legalmente, mas, paradoxalmente, essa expressão não é eficaz para impedir a violação da comunicação bem-sucedida, abrindo possibilidades para a comunicação distorcida pelo poder. Bohman (2000, p. 387, tradução nossa) afirma que “a teoria de comunicação distorcida é, portanto, especialmente adequada para as formas em que significados são usados para reproduzir o poder, mesmo sob regras explícitas de igualdade e liberdade”. Argumenta, ainda, que a construção teórica contribui para refletir sobre as violações de comunicação que ocorrem na democracia.

O autor ressalta que isso não significa que as normas explícitas não sejam importantes, pois elas cumprem o papel de restringir outras formas de poder e coerção que não operam implicitamente. Entre as violações implícitas

de comunicação em ambientes democráticos, Bohman (2000, p. 388) destaca as discrepâncias no poder de agência que permitem que grupos mais poderosos alcancem seus objetivos sem a necessidade de exercerem a comunicação livre, ou seja, sem se submeterem à deliberação, evitando tópicos de conflito, de forma que razões dissidentes não sejam reconhecidas e respeitadas. Dessa forma, o escopo da deliberação é predefinido, restringindo os tópicos que poderiam ser matéria de diálogo público. Ou seja, o poder desigual dos grupos afeta o critério da não tirania, com impactos sobre a publicidade. Como resultado dessa restrição temática da agenda, o sucesso dos grupos de poder não depende da resolução de conflitos com grupos de menor poder.

Outra violação usual destacada pelo autor diz respeito ao critério da igualdade, no que concerne a restrições implícitas à expressão pública. Constrangimentos de diferentes ordens impedem que o indivíduo forme expectativas de influenciar a discussão com suas contribuições. Nos casos de comunicação sistematicamente distorcida, mesmo com a repetição das situações de interação, essa expectativa não pode ser alimentada. Bohman (2000, p. 388) indica que tais restrições são típicas de desigualdades de raça e gênero.

Importante destacar que esses mecanismos de violação podem funcionar sob uma capa aparente de uma narrativa bem argumentada, não havendo discurso evidente de exclusão. Ou seja, não se trata do nível explícito da justificação discursiva, mas sim da imposição de barreiras ao funcionamento pragmático da comunicação. Por isso, Bohman (2000) diz que a análise dessa dominação expressa pela comunicação distorcida é mais pragmática do que semântica.

A comunicação sistematicamente distorcida produz uma situação pragmática de limitação da ação cidadã, impondo violações às condições dialógicas (não tirania, igualdade e liberdade), que são qualificadoras da democracia. Dessa forma, condiciona a prática comunicacional, desqualificando-a em termos normativos. Bohman (2000) dá pistas sobre como a observação de sistemáticas de distorções de comunicação deverá caracterizar o *tipo de racionalidade* que opera implicitamente na comunicação.

A teoria da comunicação distorcida acrescenta uma dimensão à teoria normativa de instituições como democracia e ciência: mostra que elas *produzem racionalidade* por meio de sua infraestrutura implícita de comunicação em vez de fazê-lo apenas diretamente nas justificações explícitas (BOHMAN, 2000, p. 384, tradução e destaque nossos).

Estão em foco violações implícitas às regras de comunicação, ou seja, barreiras que não se dão a ver diretamente como limitadoras do funcionamento público da comunicação. Nesse sentido, comunicações sistematicamente distorcidas atuam como inibidoras do potencial de transformação social da comunicação. Por isso, Bohman (2000, p. 390, tradução nossa) destaca o papel da crítica em contribuir para que os indivíduos possam reavaliar suas práticas e instituições e “superar o círculo vicioso de restrições implícitas à livre razão pública”.

3 COMUNICAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES

A proposta desta tese implica a observação dos processos de comunicação pública e de comunicação cínica em uma ambiência específica, que é a organizacional. Por isso, este capítulo se destina à reflexão teórica sobre a comunicação das organizações. Refere-se às interações marcadas pela lógica organizacional, compreendendo a organização como terreno forjado exatamente a partir da ação interacional de sujeitos em comunicação.

Em acordo com uma abordagem crítica da comunicação organizacional, discute-se sobre o duplo caráter das organizações, vistas tanto em sua potência simbólica quando em sua lógica instrumental. A atenção está voltada para a compreensão do processo de construção e disputa de sentidos que se verifica na dinâmica das relações organizacionais, tal qual a conceituação proposta por Baldissera (2009a, 2014, 2017). Além desse autor, são fundamentais para a discussão as contribuições de Marques (2015), Mumby (2009), Deetz (2010), Mafra e Marques (2017), Marques, Mafra e Martino (2018).

Procura-se demarcar a natureza estratégica da ação dos agentes econômicos exposta aos constrangimentos públicos próprios da ambiência democrática. Argumenta-se que as organizações operam a partir de lugares de poder, naturalizando assimetrias em suas relações com os públicos. Essa assimetria, por sua vez, cria oportunidades para a comunicação sistematicamente distorcida. Por isso, esse conceito habermasiano, compreendido principalmente a partir de Bohman (2000), é retomado, pensando em seu funcionamento no enquadramento da comunicação organizacional.

A dinâmica da assimetria organizacional constitutiva também é abordada a partir do ponto de vista dos públicos, com o entendimento da sua situação de vulnerabilidade ante as organizações (HENRIQUES; SILVA, 2014; HENRIQUES, 2017; 2018a). Depois, a discussão sobre imagem pública é apresentada a partir das contribuições de Weber (2004, 2009) e Gomes (2004), de forma a contrastar a sua dinâmica de apropriação estratégica indutiva com as operações dedutivas que caracterizam a opinião pública.

Por fim, em acordo com a tradução dialógica de Bohman (2000, 2009) para a comunicação bem-sucedida e considerando a proposta de Mafra e Marques (2013, 2017), o diálogo é discutido como critério de avaliação normativa

e pragmática da comunicação das organizações. Os mecanismos dialógicos de Bohman (2009), os fechamentos discursivos apresentados por Deetz (1992) e as funções de controle estratégico do diálogo listadas Moriceau (2019) são recuperados a fim de subsidiar a percepção e a análise das operações de abertura e fechamento ao diálogo das organizações com os públicos no contexto democrático.

3.1 Potência simbólica e instrumentalização

Quando se trata de comunicação organizacional, à diferença dos processos comunicacionais gerais da sociedade, estão postas as marcas do ambiente organizacional. Dessa forma, o entendimento da natureza e do funcionamento das organizações torna-se determinante para a reflexão sobre a comunicação que se desenvolve a partir dessa ambiência. As compreensões clássicas, mecanicistas, culturais, políticas, entre outras, das teorias das organizações, próprias dos campos da Sociologia e também da Administração, dão maior ou menor reconhecimento às trocas comunicacionais na dinâmica organizacional.

Mas a comunicação organizacional, definida “como processo de construção e disputa de sentidos no âmbito das relações organizacionais” (BALDISSERA, 2009a, p.135), demarca que é em comunicação que os sujeitos se relacionam para construir e vivenciar uma organização. Nessa perspectiva, o que está em destaque são as relações que os indivíduos estabelecem com seus parceiros de interação e com o ambiente organizacional. O interesse está em perceber “como a interação atualiza a relação da organização e seus interlocutores, posicionando-os e reposicionando-os frente aos outros para que sentidos sejam construídos e reconstruídos de forma incessante” (MARQUES, 2015, p.7).

A produção de sentido pelos sujeitos é central para o campo de estudos, sobretudo entre aqueles autores que compartilham uma abordagem crítica. Para Mumby (2009), os processos organizacionais são políticos por definição, indicando a adoção de uma perspectiva crítica que explore as articulações entre comunicação, poder e organização. “É uma questão de entender como membros se envolvem coletivamente em processos de produção de sentido por meio de

práticas de comunicação” (MUMBY, 2009, p. 197). Também nessa direção, Deetz (2010, p. 85) defende que o foco “não [é] a transmissão, mas a formação do significado, da informação e do conhecimento, bem como o grau em que esse processo é livre e aberto em relação à inclusão das pessoas e do seu contexto”.

Pérez (2012) argumenta pela compreensão relacional das organizações, demarcando que o fazer organizacional compreende a comunicação dialógica e participativa, mediada pela negociação permanente. É a partir dessa marca comunicacional que aborda “a estratégia como ciência da articulação humana” (PÉREZ, 2012, p.182, tradução nossa) e não como realização da vontade de atingir objetivos estabelecidos unilateralmente. No campo da Administração, encontra-se essa perspectiva na ideia de *estratégia como prática* (WHITTINGTON, 2004), em que a estratégia não é atributo exclusivo das organizações, mas uma atividade social como qualquer outra. Assim, exige uma abordagem sociológica, além da tradicional visada gerencial. Nesses termos, “aceitar a estratégia como uma prática social envolve a recusa em privilegiar a performance da firma, em benefício da performance do campo como um todo ou dos praticantes da estratégia individualmente” (WHITTINGTON, 2004, p. 48).

Oliveira, Paula e Marchiori (2012) argumentam pela concepção relacional das estratégias comunicacionais das organizações, demarcando os sujeitos como estrategistas, tanto quanto as organizações. “A perspectiva de que as organizações se constroem na linguagem nos indica que elas formam uma realidade que depende dos sujeitos em ação” (OLIVEIRA; PAULA; MARCHIORI, 2012, p. 150).

Nesses termos, a organização é encarada como espaço de interação e negociação de visões e realizações de mundo e não mais como a formuladora e controladora de estratégias. Como abordamos em trabalho anterior:

Isso significa entender a ação estratégica como ação comunicacional, como relação que não pode afastar o outro – a decisão estratégica de eleição entre alternativas que projetam um futuro desejado mas sempre incerto implica, necessariamente, o cálculo do outro (CARNIELLI, 2016, p. 41).

Trazendo essa reflexão para o contexto teórico construído para esta tese, é preciso asseverar, no entanto, a efetividade da acolhida estratégica à alteridade, observando as consequências dos diferentes tipos de interação

comunicacional. Ressalta-se que comunicação estratégica se realiza apenas *em comunicação*, não pode existir como intenção, mas necessariamente como interação, no encontro de atores individuais e coletivos. “A estratégia é um fazer direcionado a determinados interesses, mas sempre tensionado e refeito por outros interesses que serão colocados pelo premente convívio público e social” (CARNIELLI, 2016, p. 41). Assim, uma compreensão teórica da estratégia em bases relacionais não significa, de forma alguma, que a estratégia se realize sob o signo de relações inclusivas, justas e simétricas.

Baldissera (2009b) demonstra a complexa composição da comunicação no ambiente organizacional com sua proposta de análise nos âmbitos da *organização comunicada*, *comunicante* e *falada*. A dimensão da *organização comunicada* refere-se aos processos formais, planejados, autorizados, pensados estrategicamente para sua visibilidade; a *organização comunicante* existe sempre que algum sujeito estabelece relação direta com a organização e produz sentido; e a *organização falada* aponta para a comunicação que tem a organização como referência em ambientes externos, nos quais não há relação direta com os sujeitos.

Fica claro, nesse modelo, que a intenção estratégica da comunicação da organização se limita ao primeiro âmbito da organização comunicada, e os sentidos por ela pretendidos serão complementados, tensionados e disputados pelos diferentes públicos que vivenciam a organização. O autor marca essa dinâmica ao mesmo tempo em que chama a atenção para o lugar de poder da fala autorizada:

[...] é fundamental atentar para o fato de que se, por um lado, a noção de comunicação pressupõe sujeitos que se realizam como forças em relação de diálogo, por outro, no ambiente organizacional, os processos comunicacionais, particularmente a fala autorizada, parecem sempre ser atravessados por estratégias discursivas que, mesmo quando se apresentam sob a designação de democráticas – participativas –, tendem a privilegiar as falas que convergem para os valores organizacionais em detrimento daquelas que os questionam (BALDISSERA, 2014, p. 87-88).

Dessa forma, a comunicação organizacional se faz no desafio de compor tanto a potência simbólica da comunicação quanto a contenção instrumental típica do desenho das organizações. Se escolhida apenas a primeira visão, incorre-se em uma análise ilusória, cega às disputas de poder do ambiente organizacional, e em inocente tradução funcionalista quando assumida pelas

práticas profissionais da comunicação. Desse ponto de vista, a estratégia como conceito relacional está sob risco de uma compreensão excessivamente consensual ou harmônica, que ignora as assimetrias das relações. Por sua vez, o sobredestaque à condição instrumental das organizações se fecha à compreensão relacional da comunicação, vê a intenção estratégica unilateral de forma determinística e impede a avaliação crítica necessária às organizações e sua interação com públicos e contexto. Mafra e Marques (2017, p. 90) evidenciam esse tensionamento:

Não podemos nos esquecer de que os espaços organizacionais se apresentam, por excelência, como âmbitos da materialização em pujança do projeto moderno: são sedes da *nova sociedade* que emerge com a modernidade. Orientam-se, em última análise, pela racionalidade instrumental que prescreve rotinas estruturantes (e limitantes) da ação dos sujeitos; práticas voltadas à eficiência, à eficácia e ao controle; construção de espaços de trabalho racionais. Por si sós, as organizações tendem a instituir padrões em direção a um processo nada dialógico de objetificação dos sujeitos. Todavia, e ao mesmo tempo, as organizações não podem se afastar do multiculturalismo e da democracia, gesto que as deixaria distantes de concepções contemporâneas de bem. Por tudo isso, o espaço organizacional instaura-se mediante indigesto paradoxo moral, evidenciado pelas tentativas de reconciliação de orientações para o bem extremamente opostas.

As disputas de poder são intrínsecas ao ambiente organizacional. O poder aqui está compreendido nos termos de Foucault (2016) como prática social, relação constituída socialmente e evidenciada nas lutas, nas estratégias e nas táticas. Baldissera (2017, p. 69) explica: “assumindo que toda comunicação pressupõe relação, reconhecemos que nos processos comunicacionais os interlocutores em relação materializam-se como forças em disputa”. Atentar para os sujeitos em relação no ambiente organizacional é, portanto, dar a ver as relações de disputa aí constantemente estabelecidas. É preciso ressaltar que, na organização, assim como nos outros ambientes da vida social, a disputa não se faz entre iguais, sendo marcada pelas diferenças constitutivas dos sujeitos.

Como lembram Oliveira, Paula e Marchiori (2012, p. 150), na interação entre organização e públicos, “a influência é mútua, mas não simétrica”. Por isso, atentam que “a dimensão estratégica da comunicação no contexto organizacional nos instiga a refletir sobre a natureza de práticas comunicativas

que, muitas vezes, se voltam mais para velar, do que para desvelar” (OLIVEIRA; PAULA; MARCHIORI, 2012, p. 150). Nesse sentido, como destaca Henriques (2018a), as práticas de relações públicas e propaganda colocam-se como recursos estratégicos (próprios do âmbito da organização comunicada) na busca das organizações por influência. No próximo item, buscamos refletir sobre modo e consequências da ação estratégica velada das organizações.

3.2 Assimetria organizacional e distorção da comunicação

A apropriação da ideia de *comunicação sistematicamente distorcida* para as situações da comunicação organizacional tem o objetivo de dar a ver os efeitos da prática comunicacional baseada na “assimetria intrínseca às relações organizacionais” (MAINIERI *et al.*, 2018, p. 13). A diferença de poder constitutiva entre organização e públicos coloca-se como condição sustentadora de uma comunicação que viola a reciprocidade.

A menção às relações de poder e às assimetrias comunicativas em situação de diálogo nos conduz a afirmar que não se pode tecer uma análise das trocas comunicativas e dialógicas em contextos organizacionais sem levar em consideração que grande parte delas é marcada pela hostilidade, pela desvalorização dos interlocutores e seus argumentos, pelas assimetrias de status entre os participantes e, sobretudo, pela não-tematização de injustiças referentes ao próprio reconhecimento dos parceiros como moralmente dignos de serem vistos como interlocutores, como “pares” (MAINIERI *et al.*, 2018, p. 18).

Marques, Mafra e Martino (2017) chamam a atenção para como o poder social pode impedir que as pessoas se tornem interlocutoras e articulem proferimentos que sejam considerados e potencialmente aceitos.

Sob esse aspecto, os conflitos morais se acirram quando a linguagem institucionalmente aceita, ou a linguagem autorizada, exclui formulações discursivas de diálogos e negociações, privilegiando aqueles que detêm o conhecimento dos códigos e de seus modos de operação prática. Há, dessa forma, um grande escopo de assimetrias no que tange às chances de intervenção dos diferentes públicos organizacionais na produção, validação, regulação e apresentação de mensagens (MARQUES; MAFRA; MARTINO, 2017, p. 84).

É importante demarcar que a denúncia sobre o desequilíbrio ou assimetria das posições de poder entre organização e públicos não advoga pela ilusão de uma condição simétrica, em que as diferenças sejam apagadas. Não

é esse o ponto, até porque o entendimento da dinâmica do espaço público acionado no início desta tese demarca justamente a centralidade da interação entre diferenças para compreensão do processo comunicacional. Em outras palavras, a comunicação se faz entre diferentes. Mas convoca, no mesmo movimento compreensivo, o fato de que se faz na igualdade das diferenças. Isso requer “[...] procurar formas de inclusão no diálogo que não sejam niveladoras de diferenças, permitindo que o ‘outro’ seja respeitado em sua alteridade” (MARQUES; MAFRA, 2014, p. 9).

Ou seja, o reconhecimento da alteridade, em sua diferença, é o que pode estabelecer a igualdade de estatuto entre comunicadores. Portanto, a comunicação ética entre organização e públicos deve se fazer também a partir do reconhecimento das diferenças. No entanto, quando a assimetria não é acolhedora da diferença, mas sim naturalizada para impor disposições de poder (econômico, político, coercitivo ou simbólico) de um sobre o outro, o pacto da igualdade na diferença não se estabelece.

Marques, Mafra e Martino (2018) chamam a atenção para o fato de a comunicação sistematicamente distorcida operar a partir da naturalização de assimetrias. Embora não abordem seu funcionamento especificamente no contexto organizacional¹¹, é justamente o desequilíbrio de forças intrínseco a esse ambiente que cria as condições para a sistemática de distorção da comunicação. É possível entender que essa assimetria organizacional se coloca como violência estrutural que desencadeia a comunicação sistematicamente distorcida (GROSS, 2010).

Uma vez que o “sucesso das distorções depende de assimetrias de comunicação produzidas por relações de poder entre falantes e ouvintes” (MARQUES; MAFRA; MARTINO, 2018, p. 111), temos nas organizações, conforme a caracterização compartilhada por esses e os demais autores aqui acionados, as precondições para essa distorção. Com isso, não se pretende afirmar que toda organização distorce a comunicação. Numa variação da

¹¹ Neste texto, os autores têm o objetivo de problematizar a abordagem de Edwards (2016) quanto à postura colaborativa das Relações Públicas para a deliberação democrática. A comunicação sistematicamente distorcida está no escopo das considerações sobre os desafios das relações públicas ante a ética do discurso ou, na sua falta, diante de ideologias e à naturalização de assimetrias. O conceito é resgatado em Habermas (1970), Bohman (2000) e Gross (2010). As particularidades de sua dinâmica no ambiente organizacional não chegam a ser aventadas no texto.

assertiva para a condicionante, entende-se que a organização é, potencialmente, criadora de comunicação sistematicamente distorcida, uma vez que está naturalmente forjada por relações assimétricas e orientada pela ação estratégica.

Lembramos, as relações assimétricas são o que permite a sistemática de distorção, enquanto a ação estratégica latente é a sua origem (BOHMAN, 2000). Preferimos não colar a definição da comunicação sistematicamente distorcida na ideia da falsa consciência (ou autoengano). A referência ao autoengano está presente na construção original do conceito de Habermas (1970), quando o autor explora a relação do psicanalista e seu paciente. O neurótico de fato está autoenganado, recalçando a origem de seu trauma. Fora desse enquadramento psicanalítico, tal qual argumenta Bohman (2009), a precondição da distorção não está na falsa consciência, mas na comunicação assimétrica.

Assim, julgamos mais adequado não centrar a comunicação sistematicamente distorcida no autoengano, porque isso dificultaria o necessário destaque à sua origem como estratégia que está propositadamente ocultada, colocada em latência, de forma que se possa realizar o objetivo pretendido na comunicação com o parceiro de interação. Portanto, aquele que age estrategicamente por meio da comunicação sistematicamente distorcida não se engana (neuroticamente); ao contrário, busca enganar o outro. Esse sim, o outro, o parceiro de interação, resta enganado – como consequência desejada pela sistemática, ele é a vítima da comunicação sistematicamente distorcida. Isso porque é levado a crer que está envolvido em uma comunicação dialógica, quando, na verdade, essa é só a aparência, uma espécie de capa que encobre a sistemática de distorção.

De forma clara, o agente da comunicação sistematicamente distorcida não é ator autoenganado, mas o agente potencialmente produtor do engano do seu interlocutor, que se efetiva por meio da sistemática de distorção que ele opera. Importante destacar que estamos desenvolvendo a compreensão da comunicação sistematicamente distorcida a partir da comunicação das organizações, mas essa sistemática não é exclusividade delas. Não só as organizações ocultam interesses e distorcem a comunicação, os públicos também o fazem, certamente sob circunstâncias diversas. Assim, ao privilegiar

a abordagem da sistemática distorciva a partir das organizações, não se pretende demarcá-la como exclusividade delas.

Nesse contexto, se a organização não exercita a acolhida de princípios dialógicos democráticos em sua comunicação, está deliberadamente fazendo sua escolha de manutenção dos privilégios e das consequências do lugar da comunicação assimétrica. A efetivação da distorção dependerá, certamente, do poder da organização específica e do grau de assimetria que nela se realiza. Mais que isso, depende do grau de maturidade democrática da comunidade onde atua e do nível de institucionalidade e vivacidade do Estado democrático de direito que a regula. Porque, como já argumentado, é o *compromisso público do público* que pode apresentar barreiras democráticas ao afã de ocultamento estratégico das organizações, que têm na assimetria organizacional as precondições para ocultá-lo sob a forma de comunicação sistematicamente distorcida. As organizações, conforme a cultura mais ou menos democrática em que se inserem, serão mais abertas ou fechadas a incorporar e exercitar essas barreiras desejadas em uma democracia. Ou seja, serão mais ou menos porosas ao interesse público.

3.3 Práticas organizacionais patológicas

Ao abordar a comunicação das organizações, Deetz (1992) considera que a comunicação usualmente será distorcida, mas reforça que há aquelas situações em que essa distorção se torna sistemática. O autor argumenta que as organizações podem ser vistas como campos de comunicação patológica: “a corporação será considerada como um local potencial de práticas comunicativas patológicas, exemplificando as formas gerais de fechamento discursivo e distorção sistemática comum à era moderna” (DEETZ, 1992, p. 9, tradução nossa).

São três as razões elencadas para justificar a classificação das práticas organizacionais como patológicas. Em primeiro lugar, Deetz (1992) considera que elas violam padrões normativos mantidos por uma sociedade democrática; também comprometem a sobrevivência da espécie humana e de outras espécies; e, além disso, arbitrariamente, impõem limitações à individualização e à realização do bem coletivo. Deetz atem-se à definição da comunicação

sistematicamente distorcida como aquela vinculada ao autoengano. Diferentemente, em alinhamento a Bohman (2000), não restringimos a definição ao autoengano, atrelando o conceito de comunicação sistematicamente distorcida às relações assimétricas e à estratégica latente.

Aqui, importa resgatar o argumento de Deetz (2010) de que os processos e os códigos internos das organizações desenvolvem patologias corporativas específicas. Arranjos institucionais como a hierarquia e a divisão de trabalho, por exemplo, são tidos como naturais e autoevidentes, de forma que sua existência se torna incontestável. O autor cita também como o interesse pela propriedade econômica acaba reproduzido como privilegiado ante a diversidade de interesses concorrentes em uma sociedade democrática.

Afirma que as organizações tomam decisões patológicas e não apenas ruins. “São patológicas não porque não vão efetivamente atingir as metas ‘organizacionais’, mas devido ao monopólio das oportunidades para definir a organização e suas metas, bem como os processos estratégicos de alcançá-las” (DEETZ, 1992, p. 180, tradução nossa). Para ele, esse monopólio é conquistado e mantido às custas de *mecanismos de fechamento discursivo* aplicados pelas organizações para ocultar as contradições e os conflitos do processo comunicativo.

Esses limites estruturais da reciprocidade incluiriam fatores como relações de autoridade e poder, posse e acesso à mídia, pressões de cronogramas e tecnologias específicas de mediação. Os limites sistêmicos surgem de práticas institucionais e rotinas decisórias, práticas interpretativas e lógicas de sistema, receitas sociais e maneiras usuais de se fazer algo, bem como de outros aspectos da interação inter-relacionados (DEETZ, 2010, p. 94).

Para o autor, as barreiras sistematicamente impostas à comunicação participativa buscam impedir o desacordo e o conflito, bem como o sentimento de contribuição e inclusão. Dessa forma, o público fica à parte, à margem e mesmo submetido aos interesses organizacionais.

É preciso entender, também do ponto de vista dos públicos, a dinâmica da *assimetria organizacional constitutiva* que se naturaliza como violência estrutural no funcionamento próprio das organizações. Afinal, são as condições de desequilíbrio que fazem das organizações potências de distorção comunicacional, detentoras de um poder que se exerce sobre alguém. No próximo item, passamos, pois, à discussão sobre a vulnerabilidade dos públicos.

3.4 Vulnerabilidade dos públicos diante das organizações

A vulnerabilidade não é uma propriedade diretamente associada à natureza dos públicos; ao contrário, sua conceituação passa pela afirmação do seu caráter simbólico e ativo (TARDE, 2005; DEWEY, 2004; ESTEVES, 2011; BABO, 2013). A própria ideia da comunicação pública advém do reconhecimento da força dos públicos em público. É essa potência, inclusive, que exige das organizações situadas em um ambiente democrático respostas e justificações de ordem ética, e não simplesmente estratégica, para as demandas públicas. Com esse propósito, sustentamos que acontecimentos públicos como as tragédias causadas em Mariana e Brumadinho convocam especialmente as organizações a essa apresentação pública. Nesse contexto, é importante refletir adicionalmente sobre os riscos a que os públicos estão expostos, particularmente, diante das organizações.

Sem publicidade e sem liberdade de expressão, não há público democraticamente organizado. Dewey (2004) reforça que o entendimento comum e a comunicação completa são condicionantes para um público genuíno e efetivo. De fato, como já discutido neste trabalho, essas são condições exigentes, que, diante das assimetrias características da dinâmica social contemporânea, colocam os públicos potencialmente em risco. As ameaças ao caráter ético-moral do espaço público são aquelas elencadas sob os argumentos da colonização do mundo da vida, da mudança estrutural da esfera pública (HABERMAS, 2003a) e também da ação estratégica, inclusive quando latente, que leva à comunicação sistematicamente distorcida.

Ou seja, a potência do público, normativamente caracterizada, encontra-se vulnerável à facticidade da vida pública emaranhada em *pactos e disputas de poder* (WEBER, 2017). Fala-se em vulnerabilidade de públicos diante daqueles com quem se relacionam. É *em relação a* que um público se torna vulnerável. E as organizações, como visto, são empreendimentos sociais com estrutura e poder para causar esse desequilíbrio.

Sabemos da existência do poder corporativo, porém nem sempre temos com clareza as assimetrias e a percepção de quais são as nossas vulnerabilidades a ele. Essa é uma questão crucial se pensamos no caráter ativo dos públicos e de como podem, de fato, fazer frente ao poder organizacional (HENRIQUES, 2018a, p. 86).

Dessa forma, a ideia da vulnerabilidade dos públicos (HENRIQUES; SILVA, 2014; HENRIQUES, 2017; 2018a) não deve ser compreendida como característica intrínseca, mas como resultado das relações estabelecidas entre públicos e organizações. Essa relação é recíproca – embora poucas vezes simétrica –, de forma que ambos os atores se constituem mutuamente. Esse destaque é importante para Henriques (2017), a fim de evitar uma visão meramente instrumental dos “públicos de uma organização”. Afinal, não apenas as organizações disputam estrategicamente visibilidade e influência, essa é também a vida – incerta, diz Henriques (2017) – dos públicos.

Entender os públicos em sua dinâmica é conceder a ele tanto potências quanto impotências no fluxo de sua própria ação e de como, em movimento, busca vencer suas limitações e agregar possibilidades segundo as condições. Tanto as condições que lhe sobrevêm, quanto aquelas que eles mesmos criam, o que nos remete ao jogo estratégico/tático implicado nessa movimentação (HENRIQUES, 2017, p. 122-123).

A constituição relacional é destacada por Henriques como a *dupla via de formação dos públicos na interação com as organizações*:

[...] esta se dá por interesses comuns reconhecíveis que seus membros manifestam em relação às controvérsias (que envolvem as organizações), mas também por interesses (das organizações ou dos públicos) que são projetados sobre pessoas e grupos, em relação reflexiva. Assim, entendemos que um público simultaneamente se *constitui* e é *constituído* (HENRIQUES, 2018b, p. 165).

Nesse sentido, o autor aborda os “sistemas organizacionais como tramas que propõem (ou impõem) uma experiência aos públicos” (HENRIQUES, 2018a, p. 77). A imposição dessa experiência pública se faz maior na proporção do desequilíbrio de poder que houver entre organização e públicos.

Não nos escapa, ademais, o alto grau de influência gerada pelo poder econômico das organizações que visam ao lucro, seja na justificação discursiva desse poder (a capacidade que se arroga de gerar empregos, promover o desenvolvimento de uma localidade ou de uma nação, criar e movimentar riquezas, aumentar a qualidade de vida e o bem-estar), seja mesmo no uso de recursos que são possibilitados por seu cacife financeiro e que interferem diretamente no sistema social e político (como os exemplos de investimento em promoção, em publicidade na mídia, em campanhas eleitorais e até mesmo em práticas de tráfico de influência que esses recursos possibilitam). Trata-

se de uma influência em nível global, se pensamos mais especificamente nas grandes organizações no formato de corporações, transnacionais, que espalham seus negócios por toda parte, sob um modelo de alta concentração econômica (HENRIQUES, 2018, p. 78-79).

O poder das organizações, então, verifica-se também na sua capacidade “de formar públicos e de editar um potente conjunto de discursos condizentes e coerentes com uma experiência a propor a tais públicos que [...] possa generalizar-se de modo aceitável como interesses comuns” (HENRIQUES, 2018a, p. 85). Ou seja, destaca-se a influência organizacional sobre a determinação do interesse público – que é, ao fim, o objetivo da comunicação estratégica. É esta a situação de vulnerabilidade dos públicos: quando a tematização pública não é resultado do seu processo de comunicação crítica, mas sim da interferência estratégica (e nem sempre ética, porque corrompe as condições de não tirania, igualdade e publicidade) de atores privadamente motivados.

Essa interferência estratégica que quer impor experiências, por vezes, busca corromper e simular o processo de reciprocidade entre organização e públicos. É o que mostram Henriques e Silva (2014) ao caracterizarem o *astroturfing*, definido como prática de criação de uma manifestação de um público simulado. Os autores argumentam como as tentativas de corromper a opinião pública não são facilmente identificáveis.

Nessa categoria podemos identificar um conjunto bastante variado de práticas que visam influenciar a opinião pública e abarcam, entre outras, a distorção de informações sobre interesses privados, a tentativa de plantar notícias falaciosas, a criação de falsos acontecimentos, o ato de espalhar boatos ou rumores, a simulação de públicos ou de situações que podem influenciar os públicos, a criação de organizações de fachada para disseminar informações ou defender determinados pontos de vista como uma terceira parte desinteressada ou a ação de recrutar cientistas para que esses, sem divulgar seus vínculos com as organizações, tentem influenciar o debate sobre controvérsias públicas aparentando neutralidade. Algumas dessas práticas costumam ser reconhecidas como golpes de propaganda ou golpes de marketing, pensadas como meras astúcias usadas na relação com os públicos e com a opinião pública (HENRIQUES; SILVA, 2013, p. 25-26).

Daniel Silva (2017) aprofunda essa abordagem ao caracterizar a campanha de relações públicas voltada à criação de dúvidas sobre o

aquecimento global, evidenciando como elas operam a partir de *lógica de desmobilização de públicos*:

O que entra em jogo, assim, é a forma com que essas ações tentam estabelecer limitações e entraves para o processo de formação e movimentação de públicos, acionando apelos retóricos diversos que atuam no sentido de desencorajar a participação dos sujeitos em agrupamentos que visam intervir em uma dada situação problemática e constranger a atuação de grupos já estabelecidos (SILVA, 2017, p. 293).

O estudo demonstrou que a campanha reúne “discursos que fazem alusão a como (a) um problema não é concreto, (b) não é de interesse público, (c) não é passível de solução e (d) não está alinhado com valores aceitáveis” (SILVA, 2017, p. 293). Dessa forma, as ações de relações públicas têm sucesso em desmobilizar os públicos ao atacar a formação do interesse – ponto nodal e, portanto, vulnerável da formação de públicos.

Por sua vez, a pesquisa de Diego Silva (2018), que colhe depoimentos de profissionais de agências de comunicação, identificou ações estratégicas que objetivam inviabilizar ou reduzir a visibilidade de situações de risco para as organizações nas mídias sociais. O autor destaca a despreocupação ética dos profissionais com tais práticas e assevera a prevalência dos interesses privados: “As organizações, em alguns momentos, apresentam versões parciais, recortes, e as ofertam como ‘verdades’. A preocupação principal é evitar/reduzir danos e prejuízos às ‘imagem-conceitos’ das organizações e ter bons resultados” (SILVA, 2018, p. 243).

Assim sendo, a vulnerabilidade se instala a partir da imposição de barreiras aos públicos para o exercício livre, igualitário e público da comunicação – o que tem consequências diretas para a performatividade desses públicos. Eles se tornam enfraquecidos, desmantelados, em uma vulnerabilidade nem sempre evidente, mas certamente experienciada pelo público. No conceito de comunicação sistematicamente distorcida, Habermas (1971) diz de barreiras não percebidas pelos sujeitos. No entanto, tendo em conta a condição de vulnerabilidade dos públicos, seria o caso de considerar que, ainda que as barreiras sejam explícitas e percebidas e, inclusive, denunciadas e questionadas em muitas oportunidades, a questão é se os públicos terão força e poder para interromper a distorção de comunicação.

Nessa situação sustentada pela assimetria constitutiva da relação entre organização e públicos, a distorção das condições implícitas da comunicação segue forçosamente silenciada e não problematizada. O lugar de poder das organizações e a naturalização da vulnerabilidade dos públicos permitem o exercício sistemático da distorção de comunicação. Como resultado, a comunicação estratégica, que afinal não é controle, sistematicamente – e antidemocraticamente – se volta ao objetivo de se realizar como tal.

3.5 Acionamento dialógico nas práticas organizacionais

Abordamos a organização, definida pela assimetria constitutiva de suas relações, como potencialmente produtora de comunicação sistematicamente distorcida. Uma organização não zelosa para com os princípios da comunicação pública de não tirania, igualdade e publicidade (BOHMAN, 2009) reproduz em seu comunicar o desequilíbrio constituinte de sua interação com os públicos. Portanto, essa assimetria deve ser corrigida ativamente por meio de políticas e práticas institucionais que se comprometam, nos termos de Bohman, com a comunicação bem-sucedida. Ou seja, que esteja baseada “na troca dialógica livre e inclusiva, na qual os interlocutores oferecem razões, recebem considerações e providenciam respostas uns aos outros” (BOHMAN, 2009, p. 37).

Neste item, a abordagem volta-se à noção de diálogo e seu acionamento (estratégico) como gesto de abertura das organizações ao público. Em termos de reflexão teórica, o diálogo é tomado como critério de avaliação normativa e pragmática da comunicação das organizações. Na concepção dada por Bohman (2009), ele carrega a força ética da ação comunicativa de Habermas, sem o peso das exigências do discurso deliberativo, mas com o mesmo potencial normativo. O diálogo é também fator pragmático porque se trata de comunicação de segunda ordem, promotora da reflexão, meio capaz de revelar conflitos e restaurar a cooperação entre os atores. Portanto, o diálogo constitui-se, potencialmente, em valor e prática da comunicação (também) no ambiente organizacional.

Mafra e Marques (2017) argumentam que, ainda que a organização tenda a buscar uma espécie de fechamento estratégico, está igualmente

marcada pela força de abertura do diálogo advinda do contexto democrático atual. “É inegável o quanto as interações entre organizações e públicos, em cenários democráticos, solicitam o diálogo como gesto capaz de produzir resultados comunicacionais supostamente mais justos e legítimos” (MAFRA; MARQUES, 2017, p. 83). Assim, propõem assumir o diálogo como “concepção discursiva de bem” (MAFRA; MARQUES, 2017, p. 89), aludindo à definição que Bohman (2009) dá ao conceito na sua relação de constituição da democracia deliberativa. “Nesses contextos, não dialogar passa a ser sinônimo de sobrepujar a diferença, desconsiderando o valor do outro, e de instalar práticas não democráticas de ação” (MAFRA; MARQUES, 2017, p. 89).

Mafra e Marques (2017, p. 85) atentam “às concepções de diálogo mobilizadas em cenários de conflitos morais”. Em texto anterior (MARQUES; MAFRA, 2014), consideram que o diálogo emerge nos contextos organizacionais a partir dos acontecimentos, capazes de irromper a realidade e instalar o novo. Chamam a atenção, em especial, ao caráter de embate desse diálogo que se desenrola a partir de “cenas de dissenso acontecimentais” (MARQUES; MAFRA, 2014, p. 5). Assim, o emprego do diálogo no ambiente organizacional não se faz no sentido de construção de harmonia¹². Ao contrário, os autores ressaltam que esse acionamento pretende evidenciar as desigualdades morais e o processo político de disputas dessa ambiência.

Por isso, quando o diálogo aparece como uma espécie de posicionamento no espaço moral, ele revela os cenários e os contextos autoritários e/ou democráticos – ainda que os discursos oficiais acreditem serem totalizantes. Fato é que a mobilização do diálogo revela o grande paradoxo de uma vivência organizacional instrumental, e, ao mesmo tempo, favorece a emergência dos conflitos morais diante das pressões enfrentadas nas rotinas organizacionais (MAFRA; MARQUES, 2017, p. 96).

Marques e Mafra (2017, p. 89) sustentam que o diálogo seja tomado como “concepção discursiva de bem, voltado à orientação moral nos cenários

¹² A ideia da criação de harmonia como objetivo da profissão de Relações Públicas está presente em alguns textos da área no Brasil. Por exemplo, Simões (2009, p. 154) afirma que a profissão, abstratamente, visa à construção de uma sociedade mais harmônica e reforça a ideia recorrendo à seguinte citação: “Toda profissão tem um propósito moral. A Medicina tem a Saúde. O Direito tem a Justiça. Relações Públicas tem a Harmonia – a harmonia social” (PALUSZEK *apud* SEIB: Fitzpatrick, 1995, p. 1)”.

organizacionais”. Esse argumento aciona as reflexões de dois autores, Maureen Taylor e James Bohman. Em nossa apropriação, concentramo-nos nas reflexões apresentadas a partir de Bohman (2009): “nesse sentido, o diálogo aparece como possibilidade de conectar sujeitos plurais, afetados por situações problemáticas em contextos específicos” (MAFRA; MARQUES, 2017, p. 89). A abordagem dialógica de Bohman (2009) não prescreve a concordância entre as partes, mas sim a responsividade em manutenção da cooperação. Ou seja, antes de mirar o consenso, é o dissenso o modo mais característico do diálogo. Essa é uma de suas propriedades que o torna viável para a observação do ambiente organizacional marcado pela disputa de sentidos (BALDISSERA, 2009a).

Mafra e Marques (2017) problematizam a particularidade das organizações instalada sob paradoxo moral ao assumirem, concomitantemente, orientações antagônicas representadas, por um lado, pela instrumentalização em busca de padronização, controle e objetificação dos sujeitos e, por outro, pela necessidade de não se manterem distantes do multiculturalismo e da democracia. “É possível combinar os gestos ontológicos das organizações modernas, de *padronizar, taxar, rotular, avaliar*, com a presença contemporânea de concepções morais críticas à própria racionalidade instrumental?” (MAFRA; MARQUES, 2017, p. 90). E, especificamente sobre o diálogo, questionam: “Não sofreriam as organizações de uma força crônica, voltada sempre a instrumentalizar o diálogo e a inibir reflexões críticas dirigidas à própria instrumentalização?” (MAFRA; MARQUES, 2017, p. 90).

É justamente para não assumir posição totalizante que determine as organizações como “locais da total instrumentalização das práticas discursivas sobre o diálogo” (MAFRA; MARQUES, 2017, p. 90) que os autores abordam a organização do ponto de vista comunicacional a partir das três instâncias indicadas por Baldissera (2009): organização comunicada, organização comunicante e organização falada. Se, na organização comunicada, de fato, sobrepõe-se o acionamento instrumental do diálogo, nos outros dois âmbitos, essa mesma visada dialógica permite ver, pela atuação dos diferentes públicos em relação com a organização, a instauração de dissensos e de disputas de sentidos. Assim, os autores defendem:

[...] compreender as disposições discursivas multiformes e fragmentadas do diálogo nos cenários organizacionais é gesto possível na medida em que se reconhece os próprios ambientes relacionais das organizações como espaços instáveis, em permanente jogo de forças (MAFRA; MARQUES, 2017, p. 91).

Na organização comunicada, a tendência é que o diálogo surja como algo disciplinador e formal.

Como moeda de troca com vistas a ganhos imediatos, sobretudo no que se refere a uma articulação formal com as principais fontes morais que orientam as ações sociais na contemporaneidade, o emprego discursivo do diálogo projeta sentidos de uma organização que respeita as diferenças e que se mostra democrática em seu modo de agir. Assim, a fala autorizada se volta com força totalizadora e instrumental sobre as práticas discursivas do diálogo: com vistas a confirmar a ordem imposta, o diálogo tende a ser tomado como promessa de harmonização e como gesto acabado, universalmente orientador de um bem para todos (MAFRA; MARQUES, 2017, p. 93).

As pesquisas de Oliveira (2017) e Dornas (2020) constataam, respectivamente, o esvaziamento dos sentidos e o aspecto tecnicista do acionamento discursivo do diálogo pelas organizações estudadas. Oliveira (2017) se atém, especificamente, ao âmbito da organização comunicada, tendo mapeado quatro sentidos prioritários nos acionamentos do diálogo: como oportunidade de contato, ferramenta de negociação, estratégia de relacionamento e processo para compreensão da realidade. Por fim, conclui:

[...] parece haver clara estratégia atualizada no contexto organizacional – pois que tende a ser adotada por boa parte das organizações – para fazer-crer que são dialógicas ou que estão se esforçando para tornar o diálogo um processo cotidiano. [...] O fato, como destacamos, é que não se trata de simples equívoco ou simplificação, mas de ação deliberada no contexto das organizações (OLIVEIRA, 2017, p. 125).

Já no âmbito da organização comunicante, o diálogo teria potência para desaguar o conflito, “como possibilidade de reorganização do espaço moral organizacional, revelador da potência política presente (ou ausente) no estatuto dos sujeitos falantes” (MAFRA; MARQUES, 2017, p. 94). Também no âmbito da organização falada, os autores consideram que a presença ou ausência da postura dialógica das organizações é constatada ou denunciada pelos sujeitos em acordo com as expectativas que têm de respeito às diferenças e à democracia. Em exemplo de constatação desse conflito, o estudo de Dornas

(2020) mostra como o discurso da Fundação Renova é tensionado pelo contradiscurso dos atingidos veiculado no jornal *A Sirene*. Para a autora, ambos são formulações discursivas estratégicas “em busca de reconhecimento e controle” (DORNAS, 2020, p. 98).

Dessa forma, nas instâncias da organização comunicante e falada, a atenção está voltada para o poder (potência) dos públicos em relação (direta ou indireta) com a organização. A situação dos públicos ante as organizações é vulnerável (HENRIQUES; SILVA, 2014; HENRIQUES, 2017, 2018a), de forma que a *potência política dos sujeitos falantes* a que se referem Mafra e Marques (2017) está contextualmente impactada. Essa vulnerabilidade é ainda acentuada nas situações experienciadas pelos públicos *atingidos* pelas tragédias de Mariana e Brumadinho, conforme exposto na caracterização da trama acontecimental. O que nos leva a resgatar a ideia de que, ainda que as situações de distorção da comunicação sejam percebidas e denunciadas pelos públicos, eles usualmente não têm poder suficiente para impedi-las ou contê-las. Isso resulta do pressuposto teórico assumido sobre a assimetria constitutiva da relação da organização com os públicos. A relação de poder (de fato e não potencial) entre organização comunicada, comunicante e falada, que é contextual e estruturalmente definida pela trama acontecimental a que nos dedicamos, é confirmadora da assimetria constitutiva da relação da organização com os públicos.

Em nossa argumentação, afirmar o diálogo como concepção discursiva de bem se traduz no seu apontamento como critério normativo e pragmático da comunicação organizacional. Isso porque colabora “para a consolidação da democracia, tomada como horizonte político adequado às demandas por legitimidade e justiça de sociedades complexas e pluralistas” (MAFRA; MARQUES, 2017, p. 89). Um desenho institucional que reconheça espaço para o diálogo pode expressar a vigilância da organização para com as assimetrias constitutivas e com uma comunicação estratégica não fechada em si mesma.

[...] a estratégia, enquanto construção socialmente engendrada por sujeitos nas organizações, é orientada por valores, e pode ser tomada como gesto criador de condições para a produção do diálogo organizacional – mas nunca como mecanismo dialógico suficiente em si mesmo. É dada à estratégia a tarefa de relativizar seus impulsos sagazes de dominação, de modo que o diálogo acolha sujeitos e

ambientes, em processos assimétricos e conflituosos, dantes invisibilizados. Assim, concordância, resistência, harmonia ou dissenso não são atributos de uma experiência dialógica organizacional previstos a priori: emergem de um processo de afetação mútua, no qual a estratégia se apresenta como uma (re)ação possível, diante de inúmeras outras formas expressivas não totalmente previstas (MARQUES; MAFRA, 2013, p. 88).

Portanto, não basta que a previsão da estrutura institucional aponte, explicitamente, para o valor do diálogo, pois é pragmaticamente, como experiência, que ele se verifica. Bohman (2000) sustenta que é no nível implícito da comunicação que operam as sistemáticas de distorção, sob uma fachada de compromisso com a comunicação livre e inclusiva. Ou seja, o diálogo pode ser propiciado ou cassado da interação organizacional conforme mecanismos e práticas que sejam adotados.

3.6 Obstruções e aberturas dialógicas

Defendemos que a postura de uma organização mais ou menos porosa ao interesse público e aos processos democráticos deve ser observada não apenas no nível explícito das justificações, mas também pragmaticamente na forma com que aciona, realiza ou impede o diálogo. Buscamos reunir referências para a compreensão desse acionamento tanto em sua face positiva quanto negativa.

Assumindo posição pela via de promoção do diálogo, é pertinente recuperar os cinco mecanismos dialógicos enumerados por Bohman (2009). Aqui, faz-se o destaque de que eles são listados pelo autor em consideração ao contexto democrático deliberativo como um todo – não se trata de aplicação específica para as organizações. No sentido oposto, quando o resultado é o impedimento ao diálogo, outras duas sistematizações são apropriadas: os fechamentos discursivos listados por Deetz (1992) e as funções de controle estratégico do diálogo organizacional reunidas por Moriceau (2019). Nessa frente negativa, as duas visadas são próprias do campo da Comunicação Organizacional. A seguir, as três abordagens relacionadas a mecanismos e práticas de promoção ou obstrução do diálogo são apresentadas.

3.6.1 Mecanismos dialógicos de Bohman

Os mecanismos dialógicos elencados por Bohman (2009) integram sua abordagem para a deliberação pública. Ao listá-los, destaca que visam restaurar a atividade conjunta e produzir um “entendimento deliberativo rápido” (BOHMAN, (2009, p. 71), em conformidade com sua proposta que vê o diálogo como atividade essencialmente interacional e colaborativa, que é base para a deliberação pública.

Os cinco mecanismos são:

- (1) explicitar o que está latente em seus entendimentos;
- (2) realizar trocas recíprocas a partir de experiências diversas;
- (3) aplicar a norma geral ao caso concreto;
- (4) criar articulação abstrata entre normas;
- (5) assumir diferentes perspectivas e papéis.

O primeiro mecanismo está direcionado para a *explicitação dos entendimentos e das interpretações dos interlocutores*, de forma que possam ser acessados como um quadro comum e não como fatores implícitos ou ocultos. “Acima de tudo, tornar as razões explícitas requer prover respostas a objeções específicas daquele que discorda; se elas não podem ser respondidas, elas falham em satisfazer o teste da publicidade” (BOHMAN, 2009, p. 72). No longo prazo, essa prática é importante para o acúmulo interpretativo dado de antemão, capaz de comprometer os participantes com determinados princípios, como é o caso da tradição legal. Assim, o autor destaca que esse mecanismo é mais comum em instituições com contratos e normas explícitas e longa história de sua interpretação. No entanto, argumenta que o mecanismo da explicitação destaca o papel prioritário do questionador em demandar justificações em situações de dissenso e não visa apenas à manutenção do *quadro normativo* guiado pela tradição.

O segundo mecanismo dialógico envolve “*as trocas recíprocas em torno de diferenças presentes em experiências históricas biográficas e coletivas*” (BOHMAN, 2009, p. 72, grifo meu), ressaltando a autoexpressão, a escuta, a empatia e a identificação, tratando-se de prática alimentada pela acolhida recíproca de diferenças. Dessa forma, é importante para o estabelecimento de laços de solidariedade e reconhecimento mútuo. “Embora não sejam um meio

de resolver problemas, eles criam as condições necessárias para solucionar disputas sobre identidades pessoais e culturais” (BOHMAN, 2009, p. 73).

O terceiro mecanismo elencado por Bohman (2009) refere-se à “*troca de razões entre uma norma geral e sua especificação concreta*” (BOHMAN, 2009, p. 74, grifo meu). Ou seja, refere-se ao uso correto de uma norma em situações sociais, ou seja, à sua aplicação na “realidade social na qual cidadãos comparam demandas e direitos justificáveis com desigualdades factuais” (BOHMAN, 2009, p. 74). Dessa forma, equivale à descrição da situação vivida e à identificação de questões problemáticas concretas diante da abstração normativa, o que se realizará com a concorrência pela interpretação mais convincente.

O quarto mecanismo dialógico diz respeito à *articulação abstrata da norma, tornando seu conteúdo mais rico e complexo*. “A troca prática de razões que ocorre nos diálogos desse tipo almeja preservar os objetivos originais dos atores modificando-os ao torná-los parte de um todo mais complexo” (BOHMAN, 2009, p. 75). Então, nessas situações, o conflito específico é abordado abstratamente em um contexto mais amplo.

O quinto e último mecanismo dialógico enumerado por Bohman (2009) é o emprego das “*capacidades de assumir perspectivas e papéis implícitos na comunicação – capacidades de pensar sob o ponto de vista de qualquer participante*” (BOHMAN, 2009, p. 76, grifo meu). Significa envolver-se na comunicação com a flexibilidade de trocar de perspectiva, como ouvinte e falante, de forma a convencer a si próprio sobre possíveis mudanças quanto às suas razões. Essa operação não se restringe a assumir um papel específico, mas a exercitar razões de um ponto de vista de um *outro generalizado* (MEAD, 2010). A mudança de perspectiva também pode ser temporal, convocando passado ou projetando cenários futuros. “A perspectiva generalizada capacita os interlocutores a ver a inteligibilidade das razões de novos modos reflexivos, juntamente com as múltiplas perspectivas e outros pontos de vista” (BOHMAN, 2009, p. 77).

Bohman (2009) argumenta que esses cinco mecanismos estão direcionados para que as razões se tornem convincentes, mantendo, assim, a cooperação e a responsividade da atividade dialógica. Destaca que esse conjunto depende das três condições para os acordos formados democraticamente (não tirania, igualdade e publicidade) e também da simetria –

característica que, como visto, é problemática para as organizações. Por fim, ressalva que sua lista é inacabada e que não considera “como criar condições nas quais esses mecanismos possam operar melhor nem [descreve] as instituições que promovem o seu uso em situações de conflito” (BOHMAN, 2009, p. 78).

3.6.2 Fechamentos discursivos de Deetz

Entendendo as organizações como espaços preenchidos por interações patológicas, Deetz (1992) sustenta que elas operam processos ativos de fechamento discursivo para evitar o conflito. Se empenham para construir e impor a unidade de forma a restringir a experiência, suprimindo, para isso, a diferença e as contradições. Nesse sentido, os *fechamentos discursivos* podem ser lidos como mecanismos de um sistema distorcivo da comunicação.

Enquanto as distorções sistemáticas estão relacionadas ao conjunto do sistema em que as interações comunicativas ocorrem, os fechamentos discursivos (*discursive closures*) referem-se aos mecanismos empregados na conversação que eliminam possíveis potenciais conflitos de significado (DEETZ, 2010, p. 94).

Deetz (1992, p. 189) enumera as operações mais comuns do fechamento discursivo que buscam suprimir a natureza conflituosa da experiência. São elas¹³:

- (1) desqualificação;
- (2) naturalização;
- (3) neutralização;
- (4) anulação de tópicos;
- (5) subjetificação da experiência;
- (6) negação de sentidos e negação plausível;
- (7) legitimação; e
- (8) pacificação.

¹³ As nomeações dos oito tipos de fechamentos discursivos foram traduzidas por mim, do original em inglês (DEETZ, 1992, p. 189-198): (1) *disqualification*, (2) *naturalization*, (3) *neutralization*, (4) *topical avoidance*, (5) *subjectification of experience*, (6) *meaning denial and plausible deniability*, (7) *legitimation* e (8) *pacification*.

A (1) *desqualificação* é o processo discursivo a partir do qual os sujeitos são excluídos do processo comunicativo, em oposição ao princípio habermasiano segundo o qual todos têm igualdade em relação ao direito de se manifestar sobre os tópicos. “Noções socialmente produzidas de *expertise*, qualificação profissional e especialização são centrais para a qualificação e para a imposição do contrário, a desqualificação” (DEETZ, 1992, p. 189, tradução nossa).

A (2) *naturalização* ou reificação refere-se ao processo pelo qual as construções sociais são consideradas como coisas dadas ou naturais. Portanto, o processo de construção torna-se transparente, não percebido e problematizado. A subjetividade de discursos, processos e instituições fica escondida sob a reivindicação de objetividade, operando um silenciamento sobre os temas. “Na naturalização, uma visão do assunto está congelada como a coisa é. O processo de constituição é fechado para fiscalização e discussão” (DEETZ, 1992, p. 190, tradução nossa).

A (3) *neutralização* refere-se à negação de valor a certas visões valorativas. Deetz (1992) reforça que esse processo é fundamental para a universalização de interesses particulares, ao neutralizar interesses de outros grupos que seriam relevantes. “Na neutralização da linguagem, a linguagem não perde seu valor, mas um sistema de valor é tratado como o único possível. *Um mundo possível é tratado como o mundo*” (DEETZ, 1992, p. 191, tradução nossa). Nesse sentido, as alegações de objetividade apagam os valores que as produzem.

A (4) *anulação de tópicos* refere-se à proibição ou ao desencorajamento de discussão que grupos operam em relação a certos temas. Deetz (1992) cita como exemplos os estudos de Foucault sobre a história da sexualidade e loucura. “Essas proibições podem ser motivadas para aumentar a propriedade e a ordem, mas frequentemente funcionam para impedir uma discussão dos valores que definem propriedade e ordem e os benefícios que certos grupos adquirem deles” (DEETZ, 1992, p. 192, tradução nossa). No caso das empresas, haveria uma proibição da expressão de dúvidas e de problemas domésticos dos empregados de forma que esses problemas sejam ocultos ainda que resultem da relação com o trabalho. O autor caracteriza essa posição como “poder da omissão” (DEETZ, 1992, p. 193).

A (5) *subjetificação da experiência* trata de “falsa suposição de processos interpretativos privados” (DEETZ, 1992, p. 194, tradução nossa) e é o quinto tipo de fechamento discursivo em que os processos de interpretação subjetiva funcionam para restringir os significados no lugar de alargá-los. “Decisionismo e relativismo privados aparecem como abertos aos outros, mas, geralmente, funcionam para impedir o questionamento de rotinas normais e garantir o fechamento da experiência” (DEETZ, 1992, p. 193, tradução nossa). Diante da discordância em uma discussão, o apelo ao argumento de que “é uma questão de opinião” pode servir para encerrar o debate e não o suscitar, como prevê a deliberação. Assim funciona a subjetificação, fazendo do lugar individual uma espécie de barreira para que a opinião não seja confrontada. Deetz (1992, p. 194, tradução nossa) alerta: “quando a democracia se transforma em enquetes de opinião, a interação participativa não tem lugar”.

Juntas, (6) *negação de sentidos e negação plausível* constituem o sexto fechamento discursivo listado por Deetz (1992). O autor explica que a negação de sentidos ocorre quando uma possibilidade de interpretação é colocada na interação e, ao mesmo tempo, é negada. Seu exemplo para situações interpessoais é quando uma pessoa grita com você, mas diz que não está com raiva. Em situações corporativas, esse tipo de interação evita a responsabilização e a crítica ao falante. Trata-se de um jogo de ambiguidades e interditos que se institucionaliza e permite a *negação plausível*, em que o desconhecimento do perigo pode ser alegado como defesa. “Temos ordens sem ordens, conhecimento sem conhecimento, prática sem intenção. O sujeito responsável desaparece, mas não no sentido de subjetividade pluralística” (DEETZ, 1992, p. 195, tradução nossa). A negação plausível acontece quando a instituição se exime da responsabilidade do fato, transferindo-a para um agente específico, uma espécie de *bode expiatório*.

Deetz (1992, p. 196, tradução nossa) explica que a (7) *legitimação* “aparece na racionalização de decisões e práticas por meio da invocação de dispositivos explicativos de ordem superior”. Ou seja, valores e crenças são convocados para justificar determinada realidade. Os exemplos do autor passam pela ética protestante do trabalho duro que serviria para encobrir inadequações de recompensas laborais. “Uma experiência de trabalho amplamente irracional é racionalizada por meio da reprodução discursiva de princípios de valor

baseados em uma doutrina religiosa quase esquecida e raramente examinada criticamente” (DEETZ, 1992, p. 196, tradução nossa). Outro exemplo refere-se à indicação da necessidade de bater metas como justificativa (legítima) para decisões. Nesses casos, Deetz (1992, p. 196, tradução nossa) argumenta que “as razões para as decisões são, frequentemente, diferentes das razões apresentadas para elas”.

Por fim, a (8) *pacificação* refere-se ao “processo pelo qual a discussão conflituosa é desviada ou subvertida por meio de uma tentativa aparentemente razoável de se engajar nela” (1992, p. 196, tradução nossa). As intervenções pacificadoras buscam retirar a importância do problema, desconsiderar a possibilidade de ele ser resolvido e de as pessoas fazerem algo a respeito, sempre no sentido de indicar que a magnitude dos problemas ultrapassa as capacidades disponíveis. Ou seja, esse fechamento discursivo aponta o que as pessoas podem ou não podem mudar.

O autor reforça a importância de evidenciar os mecanismos que impõem restrições à comunicação pública:

Estudar esses mecanismos de fechamento discursivo ajusta o foco em como tais mecanismos ocultam contradições e conflitos no processo comunicativo, resultando em confundir ou impedir a expressão de ideias, declarações públicas e valores alternativos que poderiam desafiar significados existentes e, possivelmente, resultar na formação de novos entendimentos mútuos (DEETZ, 2010, p. 95).

A partir do acionamento organizacional desses fechamentos discursivos, Deetz (1992) considera que a estratégia tem duplo sucesso. Primeiro, para a organização, que se protege de ser foco de exames, discussões e mudanças. Mas a estratégia também age sobre os indivíduos que, na lógica da comunicação sistematicamente distorcida, assumem esse quadro fechado de interpretação. Os conflitos e as contradições são silenciados e a experiência resta substituída por um aspecto interpretativo enclausurado e dominante.

3.6.3 Funções de controle estratégico do diálogo de Moriceau

Moriceau (2019) aborda o acionamento de práticas organizacionais dialógicas que podem vir a se constituir em instrumentos de gestão estratégica de controle. Para o autor, a organização perde a noção de alteridade a partir da

comunicação dirigida a *stakeholders*, em que fala frequentemente com figuras sem rosto e veicula elementos de um discurso autoritário, ainda que sem querer.

Precisamos reconhecer que se há muitas palavras positivas nos discursos da comunicação organizacional – como autenticidade, diálogo, escuta, diversidade, reconhecimento, responsabilidade –, há também outro discurso, autoritário, não apresentado em cena (mas constantemente escondido nos bastidores), que protege o modo como essas dimensões discursivas de positividade devem atuar servindo aos interesses da empresa – ou melhor, dos acionistas e colaboradores (MORICEAU, 2019, p. 28).

Esse discurso autoritário é forjado no recurso estratégico ao diálogo, pervertendo-o e direcionando-o à desqualificação e à neutralização dos públicos percebidos como perigosos. Moriceau (2019) lista seis funções estratégicas de controle do diálogo:

- (1) *inteligência*;
- (2) *contenção*;
- (3) *desvio*;
- (4) *cooptação*;
- (5) *desqualificação*;
- (6) *legitimação*

Cada uma dessas funções estratégicas está explicada pelo autor na reprodução do texto a seguir:

- Função de inteligência: o diálogo permite identificar adversários e argumentos o mais rápido possível.
- Função de contenção: transferir o conflito do espaço público para o espaço privado.
- Função de desvio: ocupar os adversários no diálogo, o que os desvia de outras ações que poderiam ter feito.
- Função de cooptação: conferir poder a um grupo escolhido para que ele permaneça no seu campo e dar a ele o status de organização responsável.
- Função de desqualificação: identificar os outros grupos como “incapazes de dialogar”.
- Função de legitimação: participar da ação de uma ONG sobre um tema diferente mas relacionado às atividades da organização, a fim de ganhar um pouco da “aura” dela, apresentando-se como seu parceiro de diálogo (MORICEAU, 2019, p. 31-32).

Dessa forma, argumenta Moriceau (2019), o que se apresenta como diálogo torna-se um instrumento de gestão estratégica na busca por comunicar de maneira diferente com públicos específicos, considerando os riscos e as

críticas que podem apresentar à organização. Alerta ainda que essas formas de exercício de poder, muitas vezes, passam despercebidas aos próprios profissionais de comunicação, que correm o risco de continuar atuando contra os desejos de uma sociedade mais justa, diversa e dialógica.

3.7 Comunicação estratégia para imagem pública

A comunicação do agente econômico, da organização natural e privadamente compromissada com o lucro, disputa lugar no espaço de visibilidade definido pela esfera pública com vistas à obtenção de imagem pública favorável, por meio de seus produtos, serviços e relações sociais. Esse é o ativo desejado pela organização junto ao público, de forma a resguardá-la da pressão pública sobre o Estado, que tem o poder de revisar e impor condições para sua atividade econômica.

Entende-se a esfera pública como sendo *dedutiva*, uma vez que é a consequência tirada de princípios éticos, partindo de proposições consideradas verdadeiras e válidas por diferentes públicos. Sua marca é a da ética discursiva, do debate público. Por sua vez, o acionamento estratégico da imagem pública apresenta-se de forma *indutiva*, como processo de estímulo para a realização de algo, no caso, uma percepção positiva segundo aquele que se dá a ver.

A imagem pública coloca-se como condicionador de estratégias. Ela é caracterizada por uma disputa estratégica e esse certo fechamento indutivo diz da intenção estratégica do emissor, daquele que pretende ter uma imagem positiva. De forma alguma a indução cumpre-se automaticamente, pois o processo de conformação de imagem depende da recepção. Como destaca Weber (2004, p. 262), “tudo se dirige ao espectador, sujeito principal do processo de formação de imagem”. A autora frisa que a imagem pública é espaço para a dúvida e a negociação permanentes: “a imagem se constrói num lugar incontrolável, o lugar do outro assim como incontrolável é a sua permanência nesse lugar” (WEBER, 2009, p. 21). Ela é objetivo cobiçado por emissores, mas sempre submetida às mediações próprias do processo de recepção.

Também Gomes (2004, p. 242), ao frisar que a imagem pública “é construída sobre mecanismos enunciativos linguísticos”, destaca que se trata de um processo aberto à significação. “A imagem pública de um sujeito qualquer é,

pois, um complexo de informações, noções, conceitos, partilhado por uma coletividade qualquer, e que os caracterizam” (GOMES, 2004, p. 254). O autor alerta que, uma vez reconhecido o caráter discursivo da imagem, é impossível estabelecer a contraposição entre o discursivo e o imagético, reduzindo a imagem a uma captação apenas visual. A imagem pública é um fato cognitivo, conceitual, porque imagens são resultados de processos mentais que, além de abstratos, são mutáveis e imprecisos.

Como dinâmica sediada no espaço público, a imagem pública é entendida como processo comunicacional. Ela se realiza sobre bases simbólicas e no encontro de sujeitos que se dão a ver e reconhecem uns aos outros na arena pública. Ou seja, realiza-se na e pela comunicação pública, ainda que sempre tensionada por interesses privados. A identificação da imagem pública de sujeitos e instituições pelos públicos é fundamental e estratégica para a atribuição de credibilidade e manutenção de posições de poder. Esse aspecto é central na abordagem feita por Weber (2009, p. 11), para quem a “Imagem Pública tem servido como balizador dos pactos e disputas em torno de poder engendrados entre o campo político, medias e sociedade”.

Sendo fundamental e estratégica, todo um aparato técnico e profissional está voltado para a administração da imagem pública. “A Imagem Pública se constitui numa síntese e quem detiver poder financeiro, político e mediático poderá controlar a sua formação em grande parte, mas nunca na totalidade” (WEBER, 2009, p. 12). Embora possa parecer óbvio, é preciso afirmar que é impossível controlar a imagem, já que ela é fruto da subjetividade humana. “A imagem pública começa a existir apenas na recepção, ainda que certamente possa ser programada – e frequentemente o seja – na emissão” (GOMES, 2004, p. 267).

Esse ponto de vista que privilegia a recepção é o que justifica o fato de Weber (2009, p. 20) caracterizar o processo como *desconstrução de imagem*:

A equação de formação da Imagem Pública pressupõe a relação do espectador, cidadão, consumidor com os temas, sujeitos e instituições da política que ocorre via a comunicação político-partidária, a comunicação pública em acordo ou em oposição às informações, opiniões, imagens da comunicação mediática, num processo contínuo de (des)construção.

Se é impossível controlar a imagem pública, a certeza disso não impede que se estabeleçam disputas nesse sentido. Gomes (2004, p. 244) alerta: “disputam-se audiência, atenção, interesses e predileção do público, disputa-se o tempo livre do cidadão, disputam-se a memória e a preferência do consumidor, disputa-se o apoio da opinião pública”. Há o entendimento, portanto, de que é possível influenciar o processo de formação de imagem a partir do manuseio adequado de informações oferecidas à recepção. Nesse sentido, são desenvolvidas e implantadas estratégias capazes de definir mensagens-chave e trabalhá-las com os formadores de opinião e os públicos-alvo.

O conceito de imagem pública permite atentar para a disputa estratégica na qual atores individuais ou coletivos se engajam na cena pública. Nesses termos, a lógica eminentemente pública ganha contornos estratégicos e é atravessada pelos interesses privados, levando a um paradoxo em que mais publicidade ressalta não apenas o que é público, mas, inescapavelmente, o que é privado.

Nessa confluência, ganha visibilidade não apenas o interesse público relacionado à natureza dos temas, mas, necessariamente – e paradoxalmente – , os interesses privados dos atores envolvidos. É o que Weber (2012) aponta como *paradoxo da visibilidade*, constituído entre a necessidade de tornar visíveis os discursos e as práticas da instituição e a busca da boa imagem pública, quando interesses públicos e privados podem ser identificados numa mesma ação.

A complexidade da visibilidade institucional – de caráter estratégico, quando planejada em seus objetivos, públicos e ações por publicidade – reside em frágeis fronteiras entre o público e o privado quando há interesses privados partidários e pessoais mesclados às ações públicas. Da associação entre os processos de comunicação pública e a exigência de visibilidade é possível identificar o “paradoxo da visibilidade” (WEBER; CARNIELLI, 2016, p. 3).

O paradoxo da visibilidade marca, portanto, o tensionamento permanente entre as expectativas éticas depositadas nos processos de comunicação pública – uma vez que instaurados a partir daquilo que nos interessa a todos – e o caráter estratégico da tomada de posição pública dos diversos atores – também – privadamente motivados pela busca de reconhecimento, apoio e imagem pública favorável (WEBER, 2017).

Esteves (2011) alerta que esse tensionamento instala uma situação em que mais comunicação produz menos comunicação – pelo menos aquela de tipo pública, mediadora da cidadania. Nesses termos, tem-se o espaço público contemporâneo entendido tanto como a oportunidade pública na qual estão depositadas expectativas de legitimidade do poder quanto arena de disputa de versões em busca de adesão, apoio e imagem pública favorável.

Quando uma organização distorce a comunicação, ela o faz em busca de imagem pública positiva. Nesse caso, a comunicação está sistematicamente distorcida porque se apresenta na aparência de ação comunicativa orientada à esfera pública, quando o interesse estratégico está tão somente na indução da percepção positiva, condensada na imagem pública. Como já discutido, a marca privada do agente econômico compromissado com o lucro se expressa em sua estratégia. A comunicação estratégica não pode ficar limitada ao ambiente do mercado porque o negócio depende de relações outras que não apenas as mercadológicas. A estratégia comunicacional precisa avançar sobre a esfera pública para proteger a própria atividade da pressão pública, o que se pretende alcançar por meio da imagem pública favorável, que pressupõe uma ideia de confiabilidade que só nessa dimensão pública pode ser alcançada.

A imagem pública é o resultado funcional esperado, estrategicamente adequado à aparência de compromisso com o público própria da comunicação sistematicamente distorcida, quando a prática é a de uma (pseudo)comunicação que tende a não se abrir para além de traduções imagéticas, muitas vezes fugazes, desconexas e descontextualizadas. Mas, ainda assim, relativamente eficientes na proteção contra controvérsias, conflitos e negociações mediados em público. A imagem pública se coloca como uma espécie de chancela a partir de um *lugar* (o espaço público) que não se move pelo lucro ou por outros interesses particulares, mas por uma ideia de bem comum. No entanto, quando operada por meio da ação estratégica distorcida, a própria qualificação pública (necessariamente comunicacional) da imagem perde força e terminam acentuadas as características de fixação e fechamento da apreensão meramente visual do termo imagem.

Neste capítulo *Comunicação das organizações*, partimos da assimetria intrínseca às relações organizacionais a fim de considerar os processos de naturalização do poder das organizações e as consequências para a

comunicação que produzem. Devido a seu poder econômico, político e simbólico, em muitas situações, as organizações detêm o monopólio das oportunidades para definir a si próprias e suas metas, bem como os processos estratégicos de alcançá-las. A formulação permite perceber as organizações como potencialmente produtoras de comunicação sistematicamente distorcida.

No entanto, essa potência é desequilibrada pela convocação exercida por temas e acontecimentos públicos e precisa ser ativamente inibida em acordo com os critérios que norteiam a comunicação em um ambiente democrático. Como vimos, o diálogo é acionado estrategicamente pelas organizações como ideal e prática para cumprir esse papel. Em acordo com a proposta de Marques e Mafra (2017), a compreensão do diálogo como critério de avaliação normativa e pragmática da comunicação das organizações permite atentar para as operações de abertura e fechamento ao diálogo com os públicos no contexto democrático.

Acreditamos que esse referencial constitua caminho analítico profícuo para perseguir a pista deixada por Bohman (2000) quando o autor reflete sobre os níveis explícito e implícito da comunicação sistematicamente distorcida e indica que dessa sistemática emerge um padrão de racionalidade. É em busca de compreender as particularidades dessa racionalidade que, no capítulo a seguir, passamos à discussão sobre o cinismo.

4 RAZÃO E COMUNICAÇÃO CÍNICA

O cinismo é a expressão contemporânea de modos de pensar, fazer e refletir marcados pela razão cínica, conforme proposições de filósofos como Sloterdijk (2012), Safatle (2008) e Žižek (1992). Seu sentido não está no discurso falso ou na máscara de insinceridade que esconde interesses, como é apreendido no senso comum. Trata-se de *processo de racionalização* em que o cinismo é apreendido “como categoria maior para a análise das dinâmicas de racionalização em operação nas múltiplas esferas de interação social do capitalismo contemporâneo” (SAFATLE, 2008, p. 12).

Este capítulo está organizado em torno do conceito *razão cínica* e, a partir dele, pretende reunir elementos que permitam caracterizar a comunicação cínica que perseguimos como objetivo. Em princípio, aciona a reflexão de Sloterdijk (2012) sobre a razão cínica como equivalente à *falsa consciência esclarecida*. O autor caracteriza a passagem de um cinismo antigo, entendido como resistência, ao cinismo moderno, definido como uma forma de dominação. Esse cinismo moderno é combativo, paradoxal, não se submete ao primado do comum e expressa uma racionalidade que regrediu à razão privada.

Para tratar do caráter paradoxal do cinismo, recorreremos ainda às reflexões de Safatle (2008), para quem o cinismo coloca-se como barreira à criação e à experimentação das situações compartilhadas. Por fim, esse caminho reflexivo permite conceituar a *comunicação cínica*.

4.1 A necessária crítica ao cinismo

Conforme as leituras de Sloterdijk (2012), Safatle (2008) e Žižek (1992), na contemporaneidade, o diagnóstico cínico demonstra a falência normativa e o esgotamento da crítica. Safatle (2008, p. 12) defende que o “cinismo é a categoria adequada para expor a normatividade interna da forma de vida hegemônica no capitalismo contemporâneo”. Ou seja, é mais que um desvio em relação a princípios morais, relacionando-se a valores e critérios normativos de julgamento que são partilhados na contemporaneidade como racionalidade dominante.

Também para Žižek (1992), o cinismo é posição dominante na atualidade, por ele classificada como *pretensa sociedade pós-ideológica*.

Retomando Sloterdijk, Zizek (1992) diferencia o cinismo antigo do atual. Enquanto aquele define-se pela crítica popular ao poder, este é a resposta da cultura vigente em forma de paradoxo.

O cinismo não é uma postura de imoralidade direta, mas antes, a própria moral colocada a serviço da imoralidade: a “sabedoria” cínica consiste em aprender a proibição como a mais rematada forma de desonestidade, a moral como a forma suprema da devassidão e a verdade como a forma mais eficaz da mentira (ZIZEK, 1992, p. 60).

É essa natureza paradoxal que impede que a crítica tradicional possa delinear o fenômeno cínico adequadamente, não bastando observar a inadequação dos fatos às normas ou revelar a insinceridade daquele que fala. “O paradoxo da posição *cínica* só aparece ao identificarmos a ilusão atuante na própria realidade” (ZIZEK, 1992, p. 63). O argumento do autor é o de que a ilusão não é do saber, mas aquela que determina o nosso fazer e estrutura a própria realidade.

Sloterdijk (2012) empreende a crítica ao cinismo como chave para a leitura da contemporaneidade, pois o conceito seria capaz de caracterizar o quadro difuso e essencialmente paradoxal da realidade. Para o autor, “justo e injusto, verdadeiro e falso foram misturados nessa cena de maneira inextricável, de uma maneira que é pura e simplesmente típica para cinismos” (SLOTERDIJK, 2012, p. 26).

Na obra *Crítica da Razão Cínica*, a primeira definição de Sloterdijk (2012, p. 34) para o cinismo é de “falsa consciência esclarecida” e explica: “É lógico que se trata de um paradoxo, pois como é que uma consciência esclarecida poderia ser ao mesmo tempo falsa? É disso que se trata aqui” (SLOTERDIJK, 2012, p. 34). Para ele, há um cinismo universal que é expressão de um mal-estar na cultura, que “apresenta-se como o estado de consciência que se segue às ideologias ingênuas e ao esclarecimento dessas ideologias” (SLOTERDIJK, 2012, p. 31). Na impossibilidade de o saber consternar-se diante de tudo, instaurou-se a indiferença de um realismo múltiplo e refinado: “como tudo se tornou problemático, tudo se mostra por toda parte como indiferente” (SLOTERDIJK, 2012, p. 19).

Nesse sentido, Sloterdijk identifica seu trabalho como uma crítica à tradição do Esclarecimento¹⁴, e a *falsa consciência* é o seu diagnóstico inicial, a indicar os “limites sociais e existenciais do Esclarecimento” (SLOTERDIJK, 2012, p. 35). Para o autor, a consciência esclarecida “padece da imposição de aceitar relações previamente dadas, das quais desconfia, de ter que se adaptar a elas e, por fim, até mesmo resolver seus negócios” SLOTERDIJK, 2012, p. 35). Assim sendo, o fenômeno cínico completa, como quarta estrutura, a sequência de formas da falsa consciência: mentira, erro e ideologia e, finalmente, cinismo. Portanto, se a Teoria Crítica (classificada pelo autor como estagnada) se direcionou a revelar a ideologia, Sloterdijk, por sua vez, afirma concentrar esforços em denunciar e caracterizar a razão cínica e proceder à sua crítica.

O autor anuncia sua “revisão crítica” (SLOTERDIJK, 2012, p. 53) a fim de evidenciar a ambivalência problemática do Esclarecimento na consciência social, observando como a própria crítica gera novos dogmatismos ou ilusões. “Nós caracterizamos essa ambivalência como a atmosfera na qual, em meio a um novelo de autoconservação fática, acontece a cristalização cínica juntamente com um autodesmentido moral” (SLOTERDIJK, 2012, p. 53). O Esclarecimento se autodesmente à medida que seu componente moral é combatido pelo “amoralismo inevitável do real e efetivo” (SLOTERDIJK, 2012, p. 129), caindo na contraposição entre teoria e práxis. A autoconservação fática refere-se ao poder do saber. A máxima “saber é poder” é citada por Sloterdijk no prefácio de sua obra, quando afirma que fará “uma meditação sobre a sentença” (SLOTERDIJK, 2012, p. 11). Mais adiante, o autor retoma a ideia:

O Esclarecimento vivencia a sua principal ruptura frente ao cinismo político das potências hegemônicas. Pois saber é poder, e o poder, que se encontra sob as contingências das lutas, conduz à divisão do saber entre aquilo que é passível de ser aprendido e aquilo que não o é (SLOTERDIJK, 2012, p. 129).

¹⁴ Nos termos de Sloterdijk, o Esclarecimento pode ser compreendido como o trabalho de reflexão e crítica demarcado pelo contexto da Modernidade e que não está unificado: “[...] se fragmenta em uma profusão de escolas, facções, correntes, vanguardas” (SLOTERDIJK, 2012, p. 122). Embora faça várias referências à Teoria Crítica, não localiza nela o monopólio da falsa consciência. O autor aborda o Esclarecimento no contexto de transformação da ciência natural e da técnica à qual se une “[...] há bem uns 250 anos em uma revolução industrial e cultural permanente. Assim como a urbanização, a motorização, a eletrificação e a informatização revolucionaram a vida, o trabalho da reflexão e da crítica transformou estruturalmente as consciências e lhes impôs uma nova constituição dinâmica” (SLOTERDIJK, 2012, p. 121).

Dessa forma, o trabalho de Sloterdijk (2012) vai em dois sentidos, endereçando sua crítica à postura teórica, como também à realidade social. Ele empreende tanto uma revisão crítica do Esclarecimento como diagnóstica que as potências hegemônicas adotam uma política reflexiva ao Esclarecimento, aspirando à conservação da ingenuidade. O autor argumenta que só a crítica do cinismo é capaz de permitir ir além do dualismo superficial entre realismo e idealismo. “Sob o signo de uma crítica da razão cínica, o Esclarecimento pode renovar suas chances e permanecer fiel ao seu projeto mais íntimo: transformar o ser por meio da consciência” (SLOTERDIJK, 2012, p. 129). Assim, é possível afirmar que a crítica da razão cínica de Sloterdijk é, antes de tudo, insistência à reflexão crítica, por meio da caracterização dessa nova forma de racionalidade dominante.

4.2 Do *kynismos* antigo ao cinismo atual

A reflexão crítica de Sloterdijk (2012, p. 31) resgata a impertinência do cinismo antigo e destaca que o fenômeno cínico moderno não se assemelha àquele cinismo da Antiguidade, traduzido em Diógenes “como um excêntrico aberrante e como um provocativo moralista turrão”. A ideia de cinismo reporta à tradição filosófica da Antiguidade grega, que tem em Diógenes de Sinope seu símbolo maior. Nessa origem, aparecem valores como *autarquia* (bastar-se a si mesmo), *apatia* (estado de insensibilidade) e *parresía* (liberdade de palavra que conduz à liberdade de ação) (REALE, 2011). Sob a denominação de *kynismos*, Sloterdijk apresenta o cinismo antigo caracterizado pela insolência provocativa, adequada ao contexto da cidade grega. “A partir do instante em que a filosofia não é capaz de viver o que ela diz senão de modo hipócrita, é preciso insolência para dizer o que se vive” (SLOTERDIJK, 2012, p. 155).

Assim, resume que o cinismo antigo cumpre a regra da encarnação e não fala contra o idealismo, mas vive contra ele. A encarnação se dá publicamente, é o existencial vivido publicamente¹⁵ em oposição ao poder: “O

¹⁵ As passagens em que Diógenes urina e se masturba em praça pública encarnam essa insolência em atos agressivos, livres e descarados. “O *kynikos*, na condição de materialista dialético, precisa desafiar a publicidade porque ela é o único espaço em que a superação da arrogância idealista pode ser exposta com sentido” (SLOTERDIJK, 2012, p. 159).

kynismos antigo inicia o processo dos ‘argumentos nus’ a partir da oposição, sustentado pelo poder que vem de baixo” (SLOTERDIJK, 2012, p. 156).

No entanto, o autor sentencia que, da Antiguidade à Modernidade, o cinismo mudou de lado: “o cinismo dos senhores é uma insolência que trocou de lado” (SLOTERDIJK, 2012, p. 166).

O *kynismos* antigo, *kynismos* primário e agressivo, era uma antítese plebeia ao idealismo. Já o cinismo moderno é a antítese dos senhores em relação ao seu próprio idealismo entendido como ideologia e como máscara. O senhor cínico retira a máscara, sorri para seu frágil adversário – e o oprime *C’est la vie* (SLOTERDIJK, 2012, p. 166).

Enquanto o *kynismos* é uma consciência que vem de baixo, o cinismo vem de cima, caracterizado como forma de dominação.

Em sociedades em que já não há alternativa moral efetiva e em que os potenciais contrapoderes estão em larga medida envolvidos nos aparelhos de poder, não há mais ninguém para se indignar com os cinismos da hegemonia. Quanto mais uma sociedade moderna se vê sem alternativas, mais ela é cínica. No fim das contas, ela ironiza suas próprias legitimações. “Valores fundamentais” e subterfúgios se fundem imperceptivelmente. Os detentores do poder no cenário político e econômico se tornaram ociosos, esquizoides, incertos (SLOTERDIJK, 2012, p. 167).

O cinismo atual, portanto, é um saber “que não se presta mais a ataque algum” (SLOTERDIJK, 2012, p. 36), que não se faz perceber de maneira gritante como o *kynismos*, mas “é vivido sob uma compleição privada que absorve e assimila a situação do mundo”. Seu caráter vago e difuso é também um complicador para que seja percebido. Sloterdijk destaca a dimensão histórica da segunda versão do conceito de cinismo, denominada *kynismos*, que exprime a tensão da antiga crítica à civilização por meio da resistência, da recusa, da evocação de toda a natureza. Já o cinismo define-se como resposta dos senhores a essa provocação vinda de baixo. Sobre essa definição, o autor explica:

[...] reservamos o conceito de cinismo para a réplica dos dominantes e da cultura dominante à provocação *kynika*; perceberam perfeitamente o que há de verdadeiro nela, mas prosseguem com a subjugação. A partir de então, sabem o que estão fazendo (SLOTERDIJK, 2012, p. 294).

Essa tensão *kynismos*-cinismo instala uma polêmica de consciência em torno da apreensão da verdade e equivale à terceira versão do conceito de cinismo trabalhada por Sloterdijk. Para ele, *kynismos* e cinismo formam um par antitético, são formas típicas de consciência constantes na história.

Ora, o pensamento cínico só pode surgir onde duas visões sobre as coisas se tornaram possíveis, uma oficial e uma inoficial, uma velada e uma nua e crua, uma oriunda do modo de ver dos heróis e uma oriunda do modo de ver dos servos. Em uma cultura na qual se é regularmente enganado, não se quer apenas saber a verdade, mas se quer saber a verdade *nua e crua*. Onde não pode ser aquilo que não tem o direito de ser, é preciso trazer à tona qual é o aspecto dos fatos “brutos”, sem levar em consideração o que a moral dirá sobre isso. De certa maneira, “dominar” e “mentir” são sinônimos. A verdade dos senhores e a verdade dos servos são diversas (SLOTERDIJK, 2012, p. 295).

Esse movimento *de cima e de baixo* coloca-se como tensões cínicas-*kynikai* que se desenvolvem de forma que normas, valores e instituições de cada campo se entrelacem e se repilam. “Onde quer que haja valores em questão o cinismo está sempre concomitantemente em jogo” (SLOTERDIJK, 2012, p. 406). E ressalta: “não são a consciência verdadeira e a consciência falsa que se encontram contrapostas, mas consciências combatentes” (SLOTERDIJK, 2012, p. 483). Dessa forma, a estratégia da tensão, do conflito e da contradição permanentes se conecta ao cinismo, caracterizando um cinismo estratégico que opera a dominação. O apontamento dessa ligação entre o “agir e pensar polêmico-estratégicos” é central na proposta da crítica à razão cínica de Sloterdijk (2012, p. 478), que afirma: “Nem uma crítica da razão instrumental, nem uma crítica da razão funcionalista descobre a conexão entre estratégia e cinismo, que apresentamos como a assinatura filosófica da modernidade”¹⁶.

4.3 Razão privada do cinismo

O vínculo estratégico do cinismo demarca o seu caráter privado. Sloterdijk (2012, p. 706) argumenta que a ideia de razão subjetiva é construída sobre o “mito da comunicação” ou “ideia da mediação comunicativa total, na qual

¹⁶ Sloterdijk (2012, p. 478) critica “[...] o pragmatismo crítico dominante hoje na teoria do conhecimento (Charles Sanders Peirce, Jürgen Habermas, Karl-Otto Apel). Se o mérito dessa teoria do conhecimento pragmática foi ter apresentado de maneira fundamentalmente plausível as conexões entre conhecimento e interesse, teoria e práxis, sem hipotecas metafísicas, ela ainda está presa, assim eu penso, à fraqueza de um conceito de práxis por demais esquemático”.

todas as determinações privadas se fundiriam em um diálogo planetário”. Nesse ponto, ainda que sem nomeá-la, teoria do agir comunicativo de Habermas¹⁷ é o foco da contraposição de Sloterdijk, quando este afirma que a força de autoconservação dos sujeitos é muito maior do que qualquer possibilidade de racionalidade comunicativa, de forma que a razão subjetiva se apequena como “razão privada a serviço de egoísmos individuais, de egoísmos de grupos e de sistemas” (SLOTERDIJK, 2012, p. 706). Ele argumenta que a razão subjetiva deveria ser capaz de submeter o sujeito autônomo moderno ao primado da comunicação. A crítica da razão cínica aponta exatamente para o insucesso dessa submissão:

A crítica da razão cínica mostrou como é que “sujeitos” que se revelaram ao mesmo tempo duros e flexíveis nas compulsões existenciais e sociais à luta deram em todos os tempos friamente de ombros para o universal e não hesitaram em revogar todos os ideais culturais elevados, quando o que estava em jogo eram as questões relativas à autoconservação. A “razão combativa” é desde o princípio uma razão ativista e desprovida de serenidade, que não se deixa por preço algum diluir e que nunca se submete em geral a um primado do comum, do universal e do abrangente (SLOTERDIJK, 2012, p. 707).

Para o autor, na conversão da razão subjetiva (não contida pela razão prática) em razão privada, verifica-se o caos dos cálculos particulares colocados uns contra os outros. Quando a autoconservação se sobrepõe ao universal e aos ideais culturais, a comunicação perde seu poder mitológico (entendimento universal) e é reduzida à estratégia. Não há mais cálculos comuns típicos da razão prática, mas *centros fragmentados da razão privada*, que produzem *simulações de comunicação estrategicamente pervertida*, conforme termos de Sloterdijk:

A razão subjetiva que regrediu à condição de razão privada sempre porta em si uma *vontade de noite* (Ernst Weiss), um astuto não querer saber nada sobre contextos, um tornar-se inacessível para suposições gerais e um refinado endurecimento estratégico da vida contra todos os cantos de sereias da comunicação e da reconciliação. Sim, os cálculos particulares “sérios” podem se meter ocasionalmente em “negociação”. No entanto, onde quer que parceiros de diálogo olhem por cima dos ombros as estratégias internas, a “comunicação” também se acha aí estrategicamente pervertida. Uma comunicação produtiva subtrai à factibilidade calculadora e tem, onde consegue se estabelecer, a estrutura de um deixar-se-comunicar. A análise do

¹⁷ Válido assinalar, como discutido no capítulo 1, que a teoria do agir comunicativo de Habermas, por sua vez, está calcada em uma razão *intersubjetiva* do entendimento, mais do que propriamente em uma razão *subjetiva*.

cinismo, em contrapartida, descreve as interações de subjetivismos não distendíveis, de centros extremamente equipados da razão privada, de conglomerados de poder armados até os dentes e de sistemas da hiperprodução apoiados cientificamente. Todos eles não pensam, nem mesmo em sonho, em se curvar a uma razão comunicativa. Ao contrário, eles querem submeter essa razão comunicativa por meio de simulações de comunicação às suas condições privadas (SLOTERDIJK, 2012, p. 707-708).

A ação cínica é estratégica porque a impossibilidade da comunicação é o que se pretende, em paradoxo ao fato de que isso se faz exatamente pela comunicação. “O realismo mundano dos cínicos da classe dos senhores provém do desejo de preservar o rosto enquanto as mãos se sujam” (SLOTERDIJK, 2012, p. 203). A motivação da comunicação não está na construção do comum. “Sabem [os cínicos] o que fazem, mas o fazem porque as ramificações objetivas e os impulsos de autoconservação a curto prazo falam a mesma língua e lhes dizem que, se assim é, assim deveria ser” (SLOTERDIJK, 2012, p. 33).

Portanto, a análise do cinismo tem por meta uma crítica da razão subjetiva privatizada que instala a luta psicológica e tecnológica por autoconservação, apequenando a experiência de mundo e de si. Por isso, Sloterdijk defende que se faça a *crítica à razão cínica*, capaz de resgatar o sentido de resistência do *kynismos* antigo e se desvencilhar da autoconservação cínica. Para essa tarefa, o autor reivindica a coragem e aporta, na frase final de sua obra, a esperança perdida do Esclarecimento: “cada segundo consciente aplaca o que se deu de maneira desesperançada e se torna o primeiro passo de uma outra história” (SLOTERDIJK, 2012, p. 712).

4.4 Caráter paradoxal da racionalidade cínica

Safatle explora o cerne paradoxal do cinismo apontado por Sloterdijk, que só pode se firmar diante do “esgotamento de padrões de racionalidade normativa”, criando “sistemas em que lei e transgressão são enunciadas, ao mesmo tempo, como imperativos” (SAFATLE, 2008, p. 15). Por isso, entende o cinismo como categoria para expor a *normatividade da forma de vida hegemônica do capitalismo contemporâneo*.

Chamamos de “forma de vida” um conjunto socialmente partilhado de sistemas de ordenamento e justificação de conduta nos campos do trabalho, do desejo e da linguagem. Tais sistemas não são

simplesmente resultados de imposições coercitivas, mas da aceitação advinda da crença de eles operarem a partir de padrões desejados de racionalidade. Pois toda forma de vida funda-se na partilha de um padrão de racionalidade que se encarna em instituições, disposições de conduta valorativas e hábitos (SAFATLE, 2008, p. 12).

Safatle (2008, p. 14) anuncia o objetivo de sua obra, que busca “[...] compreender como elas [as sociedades capitalistas] foram capazes de legitimar-se através de uma racionalidade cínica, e com isso estabilizar uma situação que, em outras circunstâncias, seria uma típica e insustentável situação de crise e anomia”. O autor aponta aqui a importante questão da crise de legitimidade que, antes de precipitar a situação de fato crítica, a estabiliza por meio do paradoxo cínico.

Ao ressaltar a estrutura normativa dual do cinismo, compartilha a lógica de tensão, oposição, conflito e combatividade, como visto na definição de Sloterdijk (2012). Para Safatle, o cinismo implica uma contradição de tipo paradoxal, explicada conforme definição de Honneth (*apud* SAFATLE, 2008, p. 14¹⁸): “Uma contradição é paradoxal quando, através da concretização almejada de uma intenção, reduz-se justamente a probabilidade dessa intenção concretizar-se”. Significa uma situação em que o resultado alcançado é aparentemente contrário à intenção original, mas, ao mesmo tempo, adequado a ela. “Um paradoxo implica a possibilidade de se acolher ideias antagônicas, sem para isso fazer exclusões ou sínteses. O que se faz aí é afirmar a presença simultânea de elementos que são heterogêneos” (MAURANO, 2010, p. 24)¹⁹. Então, não se trata de simples situação contraditória, mas sim paradoxal, em que a ambivalência coexiste sem efeito de anulação de uma coisa (oposta) sobre a outra.

Assim, a racionalidade cínica se instala no paradoxo entre métodos e ideias, o que quebra a lógica racional típica da manutenção ou da refutação de

¹⁸ A referência da obra de Honneth citada por Safatle é: HONNETH, Axel. *La société du mépris*. Paris: La Découverte, 2006. p. 286.

¹⁹ A autora faz sua explicação com o objetivo de destacar a natureza paradoxal do inconsciente, que ela afirma também se verificar na arte barroca. Aqui, ajuda-nos a compreender o paradoxo da racionalidade cínica. “Isso [o paradoxo] é tão presente na arte barroca quanto nas manifestações do inconsciente. Assim, posso expressar o sucesso e a decadência simultâneos de alguém. Por exemplo, quando pinto um quadro de uma pessoa ricamente vestida e situada num cenário estupendo e insiro nele um crânio, marcando sua degeneração — como se vê em *Os embaixadores*, de 1533, de Hans Holbein. Coisa bastante comum nas imagens barrocas e que bem podem fazer parte de sonhos, que são as expressões excelentes do inconsciente” (MAURANO, 2010, p. 24).

certas ideias por certos métodos. Mora (2001, p. 2442) destaca em seu verbete sobre racionalidade: “O importante na racionalidade, ou na ‘razoabilidade’, é o que se faz, isto é, o método ou série de métodos que se adotam para manter uma ideia (ou um enunciado), ou tratar de refutar uma ideia (ou um enunciado)”. No cinismo, a relação entre ideal e prática não é de confirmação ou de refutação, mas sim de antagonismo paradoxal.

Safatle argumenta que, nos casos em que a intenção é concretizada de forma paradoxal, a sua denúncia crítica é inerte, já que, em certo sentido, é uma realização legítima. E sustenta: “o nome mais adequado para esse fenômeno é cinismo” (SAFATLE, 2008, p. 15). Portanto, o cinismo, com seu caráter paradoxal, seria o elemento de estabilização e de interação na situação atual de crise e anomia. Diante do paradoxo, a saída cínica parece inevitável: “para o cínico, não é apenas racional ser cínico, *só é possível ser racional sendo cínico*” (SAFATLE, 2008, p. 13).

É nesses termos que o cinismo é visto como um “modo de racionalização das múltiplas esferas de interação social” (SAFATLE, 2008, p. 12). São três os campos de interação social abordados: do desejo, do trabalho e da linguagem. No que se refere à linguagem, Safatle esclarece que há sentidos de distorção no erro, na ilusão, na insinceridade e também nos mal-entendidos. Nesses casos, há déficits de realização de critérios normativos nos usos da linguagem. Diferentemente, no cinismo há *distorções performativas*, resultantes de um processo de degradação da linguagem.

Safatle (2008) elenca três funções da linguagem: *descritiva*, *expressiva* e *performativa*. A *função descritiva* dá-se na relação com a referência e, nesse caso, a distorção na descrição pode levar ao erro ou à ilusão. A *função expressiva* relaciona-se à intenção do falante, e a distorção, nesse caso, é chamada de insinceridade (quando intencional) ou mal-entendido (quando falante ou ouvinte são inábeis). Já a *função performativa* aborda a linguagem “em sua relação com a criação ou modificação de situações partilhadas” (SAFATLE, 2008, p. 25) e “essa distorção performativa paradoxal [...] deve ser chamada de *cinismo*” (SAFATLE, 2008, p. 26). Assim, o cinismo torna-se um regime de distorção cada vez mais hegemônico.

Nesse caso, a linguagem produz performances que não deveria produzir [...] ou não produz performances que deveria produzir, mesmo

sendo perfeitamente adequada em relação aos critérios normativos partilhados de maneira intersubjetiva (SAFATLE, 2008, p. 26).

Nesse quadro, a verdade não tem força de lançar luz nem poder de revelação: “o cinismo coloca-nos diante do estranho fenômeno da *usura da verdade*, de uma verdade que não só é desprovida de força performativa, mas também bloqueia temporariamente toda nova força performativa” (SAFATLE, 2008, p. 71). Nos termos de Sloterdijk (2012), é uma nudez que não revela, até porque no cinismo não há operação de insinceridade: a realidade é *nua e crua*.

A partir dessa reflexão, Safatle (2008, p. 71) oferece a seguinte definição operacional do cinismo:

Dessa forma, o cinismo pode ser visto como uma certa *enunciação da verdade*, mas uma enunciação que anula a força perlocucionária que poderíamos esperar desse ato de fala. Na verdade, o desafio do cinismo consistiria em compreender atos de fala nos quais a *enunciação da verdade anula a força perlocucionária da própria enunciação*.

No cinismo, há um jogo entre verdade e mentira, já que esse julgamento depende de critérios normativos. Mas o que complexifica o quadro cínico é que ele não invalida esses critérios, mas se dá em paradoxo. Portanto, a análise não pode ser comparativa no sentido de checar a (não) realização de critérios. Completando a definição anterior, Safatle (2008, p. 76) defende que, para que o cinismo seja um problema relevante, “devemos mostrar a recorrência de casos de enunciação da verdade que anulam a força perlocucionária da própria enunciação *sem, contudo, transgredir os critérios normativos de enunciação e justificação*”. A transparência está ali, fazendo ver a realidade *nua e crua* e a clareza da Lei e, ainda que elas estejam em desacordo, o cinismo coloca-se como “essa paradoxal discordância legitimada” (SAFATLE, 2008, p. 84).

O argumento é de que a análise do cinismo não deve limitar-se à dimensão da intencionalidade, ou seja, à revelação de insinceridade do falante: “devemos compreender o cinismo *como um problema de indexação*” (SAFATLE, 2008, p. 76), ou seja, de classificação (paradoxal) de situações concretas a critérios normativos. “Trata-se fundamentalmente de mostrar como valores e critérios normativos que aspiram à validade universal podem indexar situações e casos concretos que pareceriam não se submeter a tais valores e critérios”

(SAFATLE, 2008, p. 76). Como paradoxo, essa indexação cínica se dá em oposição não oposta entre ato e julgamento, ou seja, ao mesmo tempo em que a contradição é colocada, ela é resolvida.

Para Safatle (2008, p. 79), a estranheza está no fato de serem “situações nas quais o acordo intersubjetivo em relação a critérios e valores não nos leve a um acordo em relação aos modos de aplicá-los”. Mas ele lembra que, afinal, não há tanta surpresa nessa constatação, já que, por exemplo, não se verifica equivalência plena entre a significação da lei e a designação dos casos. A decisão de sua aplicação é antes uma questão de soberania advinda do reconhecimento de autoridade do que apenas de aplicação normativa adequada.

Sua conclusão é a de que o cinismo organiza a leitura de “mudanças profundas nos processos de racionalização social”²⁰ (SAFATLE, 2008, p. 201) e sentencia: “*a estrutura bipolar de formas de vida é uma maneira astuta de controle*” (SAFATLE, 2008, p. 203). No final de sua obra, sobre a pergunta do que fazer ante seu diagnóstico filosófico do cinismo, Safatle (2008, p. 204) argumenta que essa questão não deve e não pode ser respondida, a não ser pela sua dissolução: “O verdadeiro desespero conceitual produz uma ação que satisfaz à urgência. Se ainda não há ação que satisfaça a urgência é porque não fomos suficientemente longe com nosso desespero”.

4.5 Das razões que operam na comunicação

Ao longo da construção teórica desta tese, reunimos abordagens de dois tipos de racionalidade: a razão comunicativa e a razão cínica. Nesta etapa, é preciso refletir sobre a operação dessas duas racionalidades na comunicação. Ou seja, demarcar, no processo comunicacional, a emersão de sinais desses padrões racionais. Em outras palavras, tomar a linguagem “em sua relação com a criação ou modificação de situações partilhadas” (SAFATLE, 2008, p. 25).

A compreensão do espaço público é também marcada pela racionalidade que nele se experimenta. Aqui, *racionalidade* é entendida como

²⁰ No desenvolvimento de seu trabalho, Safatle direciona sua reflexão para considerações sobre ironia, ideologia e o que chama de “crítica da economia libidinal” (SAFATLE, 2008, p. 113), em aproximação da psicanálise com a reprodução econômica. Sua análise do capitalismo ressalta a mudança da produção para o consumo e os impactos nos modos de socialização do desejo que levam ao imperativo de satisfação irrestrita.

partilha de um padrão racional que é concretizado em hábitos, disposições de conduta e instituições (SAFATLE, 2008, p. 12). A ação consertada publicamente constrói essa racionalidade que, por sua vez, volta à prática, especificando as situações vividas. A fim de subsidiar a sistematização da tradução comunicacional das racionalidades comunicativa e cínica, voltamos aos autores acionados, recuperando os conceitos abordados ao longo do trabalho.

Quando falamos de comunicação pública, aportando a inspiração ético-normativa, estamos inscrevendo a prática comunicacional em um determinado campo de racionalidade. Trata-se da *razão comunicativa* (HABERMAS, 1989, 2003b), que informa a abordagem conceitual e as expectativas empíricas em relação a essa comunicação. O compromisso dos sujeitos com essa razão do entendimento é, inclusive, alçado à fonte de legitimação da vida em uma sociedade democrática.

Assim, da *racionalidade comunicativa* deriva-se a *comunicação pública*, demarcando o seu sentido ético e normativo. O Quadro 1 a seguir apresenta as características da *comunicação pública* em sua força ética a partir das leituras de Habermas (1989, 1990, 2003a, 2003b), que compõem a base para as proposições de Esteves (2011), Weber (2020, 2017) e Bohman (2009).

Quadro 1 – Síntese das características da comunicação pública

Comunicação pública	
Autor	Características
Habermas (1989, 1990, 2003a, 2003b)	Discursiva Empreendida por sujeitos livres e iguais Observa critérios da acessibilidade, crítica e debate Regida pelo princípio da publicidade Verdadeira, correta e sincera Ações definidas cooperativamente Gera reconhecimento intersubjetivo Dirigida ao entendimento Fonte de legitimidade da vida social democrática
Esteves (2011)	Constituída no espaço público Veiculada pela e para a opinião pública Marcada pelo tensionamento entre normatividade e facticidade Guiada pelos princípios de não fechamento do público (acessibilidade), não fechamento temático (discutibilidade) e da paridade argumentativa (igualdade e racionalidade) <i>Medium</i> de cidadania

Weber (2017, 2020)	Qualificadora da democracia Vinculada ao interesse público Desencadeada por acontecimentos públicos Determina a comunicação de organizações públicas Identifica o debate público Promove a participação da sociedade Suscetível a disputas de poder por visibilidade e credibilidade Operada em redes de comunicação pública
Bohman (2009)	Dialógica Comunicação bem-sucedida estabelece e mantém o diálogo Condicionada pela não tirania, pela igualdade e pela publicidade Bloqueia influência de assimetrias Foco na manutenção da cooperação Gera legitimidade através da <i>accountability</i> da comunicação

Fonte: Autora (2021).

Como síntese, a *comunicação pública* guia-se pela ampla publicidade do espaço simbólico (discursivo ou dialógico) que constrói, pela liberdade, igualdade de acesso e reciprocidade dos participantes, instalando a cooperação com vistas ao entendimento (ou manutenção do diálogo), de forma que sua validade possa ser reivindicada e gerar legitimidade. Pauta-se por critérios ético-normativos da racionalidade comunicativa. Adicionalmente, também acolhe a visão estratégica das disputas empreendidas no espaço público, definindo-se pelo tensionamento permanente entre normatividade e facticidade.

Já a *comunicação cínica* é aquela em que opera a *racionalidade cínica*. Para elencar suas características, recuperamos os argumentos de Sloterdijk (2012) e Safatle (2008), conforme sintetizado no *Quadro 2* a seguir.

Quadro 2 – Síntese das características da comunicação cínica

Comunicação cínica	
Autor	Características
Sloterdijk (2012)	Expressão de forma de dominação Busca autoconservação Contraditória, conflitiva, combativa Estabelece cooperação antagônica Indiferente Fragmentada Subjetiva e privatizada Simulada Estrategicamente perversa

Safatle (2008)	Forma de dominação Expressão peculiar do funcionamento do poder Paradoxal Não oculta Estabilizadora Produz distorção performativa sem invalidar critérios normativos Produz discordância legitimada
----------------	---

Fonte: Autora (2021).

Em resumo, a *comunicação cínica* é, essencialmente, paradoxal, instalada sob lógica conflitiva insolúvel e, por isso, destinada à estabilização. É expressão do funcionamento do poder dominante, fragmentada e privatizada, simulada e estrategicamente pervertida de forma a produzir a discordância legitimada. Ela resulta em uma indexação cínica entre norma e realidade sem, no entanto, invalidar critérios normativos. Assim, encarna a racionalidade cínica.

O processo de racionalização cínica em marcha na sociedade contemporânea aparece no campo dos julgamentos morais e também como “posição discursiva” (SAFATLE, 2008, p. 13). Como demonstrado por Safatle, ele se apresenta nas situações de interação social, de forma que a racionalidade cínica tem consequências diretas para a interação comunicativa travada cotidianamente por sujeitos individuais e coletivos.

A comunicação torna-se cínica quando é campo de expressão dessa racionalidade. Como afirma Sloterdijk (2012), ela denota o endurecimento estratégico da vida com a instalação de uma razão combativa que não se submete ao primado do comum. Em conflito permanente e insolúvel estão milhares de *centros fragmentados da razão privada*, todos voltados ao objetivo da autoconservação. Eles não se colocam em comunicação, nem com seus iguais, quanto menos com seus diferentes.

Safatle (2008) alerta que o cinismo se apresenta claramente diante do *outro*, não há enganação, ocultamento, mascaramento – é ação escancarada. O cinismo se exhibe diante do *outro*, mas o *outro* realmente não importa para a efetivação da situação comunicacional, a motivação é de autoconservação. O movimento é diferente do que acontece na ironia, em que a comunicação só se realiza na interação com o *outro*, de quem é esperada a capacidade de ler a inadequação da fala em relação ao contexto. A realização da crítica irônica só se faz com participação (comunicacional) do *outro*, sendo dependente de um espaço comum. Já no cinismo, um “regime peculiar de funcionamento do poder”

(SAFALTLE, 2008, p. 69), o *outro* está reduzido em sua potência comunicacional diante da transparência cínica, instalando-se a paradoxal situação de comunicação não realizada – paradoxal porque comunicação (genuína, ética) só se instala sob terreno da experiência comum entre *um* e *outro*. A experiência existe, mas é cínica.

É nesse sentido que Sloterdijk (2012, p. 708) refere-se a “simulações de comunicação” que encobrem, com a “propaganda com a ética do estilo livre” (SLOTERDIJK, 2012, p. 711), o “cinismo da vontade de poder e de lucro” (SLOTERDIJK, 2012, p. 709). Por isso, a comunicação cínica é ato de comunicar sem força para criar interação genuína e ética entre *um* e *outro*. Ela é violação à comunicação, retomando os termos da discussão sobre a comunicação sistematicamente distorcida.

Argumentamos que a articulação da *comunicação cínica* com a ideia da *comunicação sistematicamente distorcida* oferece caminho teórico-metodológico para compreender como a primeira se instala sobre a estrutura normativa da *comunicação pública*. Ao abordar a comunicação sistematicamente distorcida, Bohman (2000, p. 384) chama a atenção para a *racionalidade produzida* nessas situações. Ele indica que a observação das sistemáticas distorcidas mostra que instituições como democracia e ciências “[...] produzem racionalidade através de sua infraestrutura implícita de comunicação em vez de fazê-lo apenas diretamente nas justificações explícitas” (BOHMAN, 2000, p. 384, tradução nossa).

Ou seja, o autor caracteriza uma situação de tensionamento entre normas de justificação e o funcionamento prático da comunicação que traz à tona um determinado padrão racional. Essa racionalidade, defendemos, encontra tradução no diagnóstico do cinismo. Dessa forma, estabelecemos relação entre as proposições teóricas da *comunicação sistematicamente distorcida* e da *racionalidade cínica* para sustentar o conceito da *comunicação cínica*. Entendemos que a reprodução das situações de comunicação sistematicamente distorcida, a ponto de se tornarem dominantes, viola a comunicação pública e leva à produção de uma racionalidade cínica que, por sua vez, caracteriza a comunicação cínica.

O diagrama da Figura 1, a seguir, sintetiza essa articulação conceitual. Na leitura de cima para baixo, procuramos indicar que, no terreno da

comunicação pública, em que se forja a *racionalidade comunicativa* (ver tarjas azuis no topo do diagrama), convivem tanto a ação comunicativa como a ação estratégica. Nessa esfera pública marcada por conflitos e assimetrias entre os diferentes atores, a ação estratégica motivada por interesses pode fechar-se a reconsiderações típicas da ética do discurso, ocultando sua natureza no que se denomina estratégia latente. A combinação entre a condição das relações assimétricas e da ação estratégica latente pode conduzir a uma comunicação sistematicamente distorcida (ver caixas laranjas na área superior do diagrama).

A comunicação é distorcida quando resulta da combinação paradoxal entre a justificação com valores da comunicação pública em seu nível explícito e, no nível implícito, da realização de estratégias violadoras do diálogo, impedido pragmaticamente de acontecer. Essa sistemática distorcida operada no paradoxo é potencialmente reproduzida e naturalizada por atores com posições de poder privilegiadas. A reprodução dessas interações em que a comunicação se encontra violada em termos pragmáticos expressa (ou produz) uma determinada racionalidade. Marcada pela tensão paradoxal, emerge a *racionalidade cínica*, que, por sua vez, caracteriza a *comunicação cínica* (ver tarjas verdes na base do diagrama).

Figura 1 – Racionalidade comunicativa e racionalidade cínica na comunicação



Fonte: Autora (2021).

Nessa proposição, a ideia da comunicação sistematicamente distorcida que era acionada para sinalizar situações de infiltração da ação estratégica sobre a ação comunicativa deixa o *status* de incidental ou esporádica e passa a ser vista como modo sistemático e dominante da comunicação. Por isso, ela é capaz (tem força) de produzir uma nova racionalidade, ou seja, estabelecer e guiar hábitos, disposições de conduta e instituir relações. Importante ressaltar que ser dominante não significa ser majoritária ou totalizante, porquanto não se afirma que toda comunicação passou por sistemáticas distorcidas e se tornou cínica. Ao contrário, aponta-se para o fato de que esse movimento caracteriza a comunicação que tem força para ser dominante, preponderante sobre as demais. Nessa visada, a comunicação cínica caracteriza a comunicação que comunica o poder.

O entendimento hipotético é o de que a razão cínica se instala, precisamente, a partir da distorção paradoxal e sistemática da comunicação pública. A produção do modo cínico-paradoxal como consequência da comunicação sistematicamente distorcida nas situações em que se faz dominante nos parece fundamental para ultrapassar a questão da intencionalidade – como defende Safatle (2008), a análise do cinismo não se limita à revelação de insinceridade do falante. Quer dizer que não é central encontrar provas da intenção estratégica de produzir o engano (no outro ou em si mesmo) a fim de arrolar culpados.

O deslocamento proposto vai no sentido de perceber a sistemática distorcida da comunicação como projeto de reprodução de posições de poder, porque a comunicação é distorcida por quem tem poder para tanto. Complementarmente, busca identificar as consequências dessa reprodução para a própria comunicação: que comunicação é essa que resulta da sistemática distorcida? Nossa resposta hipotética: a *comunicação cínica*. Ou seja, a distorção sistemática da comunicação em posições dominantes instala oportunidade para produção de uma racionalidade cínica que, por sua vez, expressa e é forjada por uma comunicação cínica.

Do ponto de vista da comunicação cínica, o olhar crítico-analítico procura ver a recorrência, a repetição, a reprodução das situações de comunicação sistematicamente distorcida das posições de poder nas quais se identifica a operação de valores éticos da comunicação pública como recursos de

justificação e, paradoxalmente, de mecanismos pragmáticos de fechamento ao diálogo. A situação é paradoxalmente cínica porque essa interação comunicativa de atentado ao diálogo se estabelece “*sem, contudo, transgredir os critérios normativos de enunciação e justificação*” (SAFATLE, 2008, p. 76) da comunicação pública.

Como critérios normativos não são lidos como força oposta que poderia condenar a prática comunicacional que atenta contra o diálogo, a relação entre esses elementos é paradoxal. Ou seja, cria-se uma lógica (que é a da racionalidade cínica) em que essas forças antagônicas não se anulam, mas agem simultaneamente. É por isso que Safatle (2008) caracteriza um problema de indexação, uma crise que não chega a se instalar: o paradoxo não precipita a crise, antes, estabiliza a anomia, a anormalidade do convívio desses elementos antagônicos. Trata-se da discordância legitimada da qual fala Sloterdijk (2012). Por isso a racionalidade cínica pode estabilizar posições de poder, tornando-se um projeto de dominação. A expressão desse projeto caracteriza, defendemos, a comunicação cínica.

O cinismo impõe restrições à realização da comunicação como ação criadora e renovadora de situações compartilhadas. Falamos, afinal, de restrições à comunicação de sentidos de si e do mundo, ou seja, da limitação da experiência pública, que resta moldada àquela racionalidade cínica. Uma racionalidade que não se submete ao primado do comum, que regrediu à razão privada e que está marcada pela estratégia da tensão e do conflito instalados em uma cooperação antagônica. Significa, pois, uma racionalidade não comunicacional na acepção ética do termo, mas que, paradoxalmente, se realiza pela profusão da comunicação pervertida, feita em simulações e direcionada à autoconservação de centros múltiplos e fragmentados da razão privada (SLOTERDIJK, 2012).

Por isso, a crítica da razão cínica de Sloterdijk (2012) poderia ser traduzida como o resgate de sentidos públicos perante o caos da disputa privada. De fato, esse domínio público não está no vocabulário conceitual acionado pelo filósofo, que se refere ao universal e ao comum ao criticar a pretensão da ética comunicativa. De toda forma, seu argumento final de ultrapassagem da razão cínica nos parece ser o do resgate da potência do ser cindido em sua experiência. Isso porque, como o próprio Sloterdijk argumenta, no caminho

subjetivo de autorreflexão moderna, os sujeitos perderam a ciência de si e do mundo circundante:

O subjetivo, que não consegue se “refletir” em nenhum “todo”, encontra-se, contudo, uma vez mais em inúmeras subjetividades análogas que, de maneira semelhantemente desprovida de mundo e fechada, nunca perseguem senão o seu “próprio” e que, onde interagem com outras subjetividades, só estão ligadas entre si em uma “cooperação antagônica” de maneira frágil e revogável (SLOTERDIJK, 2012, p. 708).

Vê-se aqui o diagnóstico de uma subjetividade indiferente, que pode ser traduzida no sentido do indivíduo que perde a noção – e a própria experiência – do público. Essa constatação de declínio fático do público também é encontrada em outros autores, como Arendt (2014), Bauman (2001), Bobbio (2012), Sennett (1988) e Habermas (2003b), delineada em cada um deles de forma específica. Em comum, é possível afirmar, está a indicação da perda da ação pública de um sujeito que já não se reconhece como sujeito (no sentido de sujeito) ao público e à alteridade. E, por outro lado, está a demarcação do recrudescimento da lógica do privado (particular, íntimo, individual). Parece ser exatamente esse o sentido mais patente da razão cínica em Sloterdijk (2012): a razão privatizada. É a partir dessas considerações que defendemos a pertinência da proposta de cotejamento da comunicação demarcada por essa racionalidade cínica com a comunicação pública eticamente definida.

PARTE 2 – A TESSITURA PÚBLICA DA TRAMA ACONTECIMENTAL

Esta segunda parte da tese destina-se à abordagem dos acontecimentos que despertam o interesse de pesquisa: a tragédia causada pela Samarco, em novembro de 2015, em Mariana, e a tragédia provocada pela Vale, em janeiro de 2019, em Brumadinho. O texto está organizado para explorar as especificidades da conformação comunicacional desses dois acontecimentos experienciados e problematizados publicamente, ou seja, constituídos em comunicação pública.

Apresenta-se aqui o primeiro movimento analítico da tese, orientado pela *hipótese de trabalho* que postula que a tragédia provocada pela mineradora Samarco em Mariana (2015) e a tragédia provocada pela mineradora Vale em Brumadinho (2019) se constituem em acontecimentos públicos que compartilham processos de individualização e problematização capazes de formar uma *trama acontecimental* determinada por similitudes comunicacionais, geográficas, ambientais, organizacionais, sociais e por ações e discursos próprios de um acontecimento público que aciona os poderes políticos, econômicos, sociais e midiáticos.

A caracterização desses eventos resulta de pesquisa exploratória e está exposta junto à discussão dos conceitos basilares de acontecimento e acontecimento público encontrados em Quéré (2005, 2011a, 2011b, 2012), Weber (2011b, 2020), Coelho (2017), França (2013), França e Lopes (2017) e França *et al.* (2020). Com base nesse referencial, identifica-se nos dois acontecimentos públicos em foco uma série de pontos de partilha nos processos de sua individualização (Quéré, 2011a), o que leva a abordá-los sob a inscrição de uma mesma *trama acontecimental*.

As justificativas para esse olhar conformador do objeto de pesquisa estão elencadas na abertura do capítulo. Depois, passamos à discussão conceitual do acontecimento e, especialmente, do acontecimento público, a fim de demarcar as particularidades do seu processo de publicização sediado na comunicação. O item final volta-se à exploração dos fenômenos para, por meio de análise histórico-descritiva, apresentar a tessitura da *trama acontecimental* das tragédias de Mariana e Brumadinho a partir de eixos de compreensão do acontecimento.

5 ACONTECIMENTOS PÚBLICOS EM TRAMA

As tragédias de Mariana (2015) e de Brumadinho (2019) foram causadas pelo rompimento de duas barragens que acumulavam as sobras da exploração de minério de ferro sob responsabilidade das empresas Samarco e Vale, no estado de Minas Gerais. Elas mataram 289 pessoas, assolaram comunidades e causaram destruição ambiental ao longo de duas bacias hidrográficas.

O crime atribuído à Samarco, ocorrido em 5 de novembro de 2015, provocou a morte de 19 pessoas e é o maior desastre ambiental em extensão territorial dos danos já registrado na mineração mundial²¹, com o despejamento de cerca de 40 milhões de metros cúbicos de rejeitos que percorreram mais de 600 quilômetros pelo rio Doce, desde o município de Mariana até alcançar o mar no litoral capixaba.

Em 25 janeiro de 2019, uma nova tragédia se impôs com o rompimento criminoso de outra barragem de rejeitos de mineração de ferro, dessa vez de propriedade da Vale localizada em Brumadinho. O reservatório com capacidade para 13 milhões de metros cúbicos se rompeu e a avalanche matou 270 pessoas (dez ainda estão desaparecidas). Esse é o segundo maior desastre em número de vítimas com barragem de mineração no mundo²².

A constatação de similitudes geográficas, ambientais, organizacionais, sociais e comunicacionais convocou um olhar problematizador para o conjunto dessas duas ocorrências. Há uma série de correlações entre os dois eventos para além do fato de ambos se constituírem como rompimentos de barragens de rejeito de mineração de ferro em Minas Gerais, com enorme efeito destruidor de vidas, de histórias e do meio ambiente. Em primeiro lugar, a mesma organização aparece como protagonista nos dois casos. A mina de Córrego do Feijão, localizada em Brumadinho e onde ficava a barragem rompida em 2019, é da mineradora Vale, que é também proprietária de metade da Samarco, mineradora responsável pela barragem de Fundão, que se rompeu em Mariana, em 2015.

As informações apuradas sobre Brumadinho dão conta da repetição do que houve em Mariana: as duas barragens foram construídas da mesma maneira

²¹ Conforme classificação do Ministério Público Federal (BRASIL, 2020a).

²² Conforme informação publicada pela Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/01/veja-os-8-maiores-desastres-envolvendo-barragens-de-mineracao-da-historia.shtml>. Acesso em: 10 jan. 2020.

(alçamento a montante), tinham laudos que certificavam a estabilidade de suas estruturas, seus processos de licenciamento ambiental foram agilizados em relação ao trâmite previsto e romperam sem aviso de sirenes para as populações, produzindo mortes e destruição. Uma diferença é que, no caso da Samarco, a barragem estava em operação (recebia rejeitos de mineração), enquanto no caso da Vale, não.

Os dois acontecimentos convocam e envolvem todo o aparato do Estado, nas esferas municipal, estadual e federal, em seus três poderes, para socorro, apuração, consequências, responsabilização pelo ocorrido e revisão da regulação da atividade. Também se vê, tanto em um quanto em outro, intensa cobertura da mídia, que, no caso de Brumadinho, desde a primeira hora já traçava paralelos com Mariana, sendo recorrentes expressões como “mais uma tragédia com barragens”, “aconteceu novamente”, “a histórica se repete”.

A experiência de Mariana estabelece um repertório a partir do qual Brumadinho é percebido e significado, ao mesmo tempo em que Brumadinho retoma e ressignifica Mariana. Isso porque o fato Brumadinho confere visibilidade renovada à tragédia de Mariana, e a discussão pública dos dois acontecimentos se inscreve sob o mesmo campo problemático. É impossível, para atingidos, para o Estado, para a imprensa, para as mineradoras ou para o público como um todo, falar de Brumadinho sem falar de Mariana e vice-versa.

É por isso que as duas tragédias, apesar da separação cronológica de três anos, dois meses e vinte dias, estão ligadas a uma única *trama acontecimental*. Assim, o critério de tessitura não é cronológico, mas de ordem simbólica, ao dizer respeito ao processo de comunicação pública instaurado. Há similitudes comunicacionais, geográficas, ambientais, organizacionais e sociais combinadas à constatação de ações e discursos próprios de um acontecimento público que aciona os poderes políticos, sociais e midiáticos.

5.1 Individualização e potência acontecimental

Os acontecimentos tragédias de Mariana e de Brumadinho se tramam em conjunto, na sua interseção há coincidências de circunstâncias e, principalmente, a partilha do *processo de individualização* (QUÉRÉ, 2011a). Eles compartilham sua singularização, as operações por meio das quais são dotados

de coerência e identidade pelos públicos, tornando-se apreensíveis e observáveis como acontecimentos públicos implicados e inseparáveis. Juntos, ensejam uma interpretação comunal e comungam uma individualização – justamente por isso, falamos de *trama acontecimental*.

A escolha pela nomeação *trama* guarda relação com a ideia de *intriga* advinda da tradução da expressão francesa *mis en intrigue*, conforme escrito originalmente por Quéré (2005). O autor destaca que a construção da intriga confere uma estrutura de totalidade contextual na qual os acontecimentos se juntam. “Os acontecimentos que se produzem neste tipo de situação caracterizam-se pelo seu poder de esclarecer o contexto do conjunto, de revelar os estados de coisas existentes e de realçar os processos em curso” (QUÉRÉ, 2005, p. 71). Assim, a *intriga* equivale ao desenrolar do acontecimento ou de diferentes acontecimentos na experiência. Embora Quéré (2005) destaque que nem sempre a intriga será narrativizada, seu uso é bastante associado a uma abordagem influenciada pela hermenêutica narrativa de Ricoeur.

Na *trama acontecimental*, os dois acontecimentos em questão constituem uma só unidade para fins da pesquisa. Um não pode ser compreendido sem o outro dos pontos de vista de seu poder hermenêutico, de sua passibilidade e do campo problemático que revelam. “Não se pode portanto dividi-lo sem quebrar a sua individualidade”, é o que Quéré diz (2011a, p. 23) sobre o processo de individualização do acontecimento. É o mesmo que aplicamos para a *trama acontecimental* das tragédias de Mariana e Brumadinho: não se pode dividi-la sem quebrar a sua individualidade, destacando que, nesse caso, a individualização é pública, ou seja, se dá pela experiência pública. Os dois acontecimentos públicos tramados constituem “[...] uma totalidade significativa, dotada de uma coerência interna: não é uma sucessão caótica de elementos heterogêneos” (2011a, p. 23).

Ao referir-se a um acontecimento plenamente individualizado, Quéré (2005, p. 23) lista cinco perguntas que precisam ter sido respondidas: “‘o que se passou?’, ‘de que se trata exactamente?’, ‘qual o sentido que isso tem?’, ‘qual é o contexto pertinente?’, ‘quais são as causas e os efeitos?’”. Pois as tragédias de Mariana e Brumadinho compartilham grande parte das respostas a essas questões – destacando-se a incompletude da individualização ainda em processo nesses acontecimentos.

Importante ressaltar a afirmação de Quéré (2011a) no sentido de que a individualidade de um acontecimento não é intrínseca a ele, mas emerge de um processo de individualização, da sua “recepção no quadro de uma experiência” (2011a, p. 23) e da sua comunicação. O acontecimento é (tornado) o que os sujeitos experienciam. Assim, a *trama acontecimental* também destaca a construção e o compartilhamento do mesmo contexto temporal de sentido, instaurando um presente, revelando o passado e projetando o futuro em função do sentido novo que os acontecimentos revelam. Em par e em trama, as duas tragédias compartilham a mesma “ordem temporal dos acontecimentos-objeto” (QUÉRÉ, 2012, p. 33). Dessa forma, na *trama acontecimental* das tragédias ocorridas em Mariana e Brumadinho, identifica-se o compartilhamento da experiência pública que sedia o processo de individualização. Os dois acontecimentos são tramados, precisamente, na experiência pública que os individualiza (em par) e conduz à sua problematização pública.

A potência do acontecimento reside na experiência que instaura, entendida por Quéré (2005) como a constituição compartilhada de sujeito e de mundo, que pode ser sintetizada como experiência de *ser-estar*. “O acontecimento proporciona uma transação e, a partir daí, dá lugar a uma experiência” (QUÉRÉ, 2005, p. 70). Então, se o acontecimento é o *que vem a ser*, deve ser pensado a partir das ideias de transição e emergência e não da substância. Para o autor, esse processo do vir a ser pode ser observado nas operações de *individualização do acontecimento*, em que ele é singularizado na experiência dos sujeitos. A partir do seu *poder hermenêutico*, o acontecimento convoca os sujeitos que o dotam de sentido.

Quéré (2012) marca a diferença entre o *acontecimento-existencial*, fruto da experiência direta, e o *acontecimento-objeto*, objeto de pensamento, de discurso e de julgamento. Enquanto *acontecimento-objeto*, ele passa ao domínio das ideias, tornando-se objeto simbolizado da consciência. É por isso que, do ponto de vista comunicacional que aqui é privilegiado, interessa-nos esse segundo momento do acontecimento. É na *segunda vida do acontecimento*, nos termos de Quéré (2011a), que se dá o *processo de individualização*, que se refere à sua singularização.

O autor explica que essa operação se inicia com uma certa organização que estrutura a ocorrência do acontecimento, “[...] prossegue com a

estabilização da sua identidade e do seu sentido ‘sob uma descrição’ determinada [...]; e termina na sua recepção no quadro de uma experiência” (QUÉRÉ, 2011a, p. 23). Assim, é individualizado na formulação de perguntas e respostas que tentam explicar o que se passou, do que se trata, qual o contexto, as causas e as consequências.

O acontecimento ganha, por conseguinte, novos modos de operação e novas características. Ele se torna não só um objeto de inferências e de raciocínios, mas também um meio de ação controlada. Com efeito, servimo-nos desse tipo de objeto cognitivo-discursivo para intervir no curso dos acontecimentos, a fim de canalizá-lo ou atenuar sua brutalidade. Os acontecimentos-objetos tornam-se, assim, agentes da história que se faz (QUÉRÉ, 2012, p. 31).

O acontecimento é compreendido sob uma descrição e é por isso que o autor considera “a comunicação como o lugar da constituição do acontecimento-objeto” (QUÉRÉ, 2012, p. 37). França (2013) destaca esse processo constitutivo:

Um acontecimento não tem uma natureza intrínseca que o particularize, uma essência própria que estabeleça, de dentro para fora, sua identidade: esta vem (é dada) das práticas que o configuram e dos discursos que o nomeiam. Ele é individualizado quando se determina aquilo que o especifica, quando ganha uma significação – e aí, sim, uma identidade – como acontecimento particular (FRANÇA, 2013, p. 66-67).

Como modalidade singular da experiência, o acontecimento é um fenômeno de *ordem hermenêutica* impregnado pela qualidade de *passibilidade* (porque é *passível de*²³). O poder hermenêutico diz da sua capacidade de revelação, de introduzir e fazer emergir algo novo, pois o acontecimento “é portador e criador de sentido” (QUÉRÉ, 2005, p. 69). Diante da descontinuidade colocada pelo acontecimento, são dadas respostas na tentativa de reduzir incertezas. É o movimento de procurar causalidades, estabelecer ligações a um passado que o originou e formatar um contexto do qual faça parte.

O conhecimento do que condicionou a produção do acontecimento é decisivo para a organização da conduta. Aliás, é para controlar o reaparecimento do passado no futuro, enquanto condicionante deste, que nos referimos ao passado na conduta (QUÉRÉ, 2005, p. 63).

²³ Conforme explica José Rebelo em nota de tradução do texto de Quéré (2005).

O autor destaca que esse passado não preexistia ao acontecimento. Ou seja, o acontecimento faz emergir um certo passado, atua como chave de abertura de sentidos do que foi e também projeta sentidos do que será. Ele liga passado e futuro, faz ponte entre um antes e um depois que existem exatamente a partir da emergência do acontecimento. "O acontecimento só pode ser compreendido a partir do seu futuro e da sua posteridade. Recolhe a sua individualidade do futuro e do destino que abre" (QUÉRÉ, 2005, p. 70). Assim, embora o acontecimento convoque movimento ao passado, concomitantemente instala um futuro. Ou seja, não guarda simplesmente relação de causalidade com o passado, ele presentifica a convocação de sentidos de passado e de futuro.

As causas e as consequências de um acontecimento são descritas, e descritas por sujeitos a quem acontece o acontecimento. Por isso, Quéré retoma Romano²⁴ para dizer que não há acontecimento neutro. "A atenção e o interesse dedicados aos acontecimentos não são de espectadores desinteressados e descomprometidos" (QUÉRÉ, 2011a, p. 24). Assim, demarca que o acontecimento não é apenas o que acontece, mas o que acontece a alguém, eis seu poder de *passibilidade*:

[...] é a passibilidade que faz com que a confrontação com um acontecimento assuma dimensões de provação, isto é, de travessia, na qual aquele a quem o acontecimento acontece, seja um indivíduo seja um colectivo, se expõe, corre riscos, perigos, põe em causa a sua identidade (QUÉRÉ, 2005, p. 66).

Os sujeitos efetuam um trabalho sobre o acontecimento, que se dá como articulação entre suportar e agir. É por isso que a *individualização individualiza* o acontecimento e também os seus públicos. "Ele [o sujeito] compreende-se à luz do que lhe acontece" (QUÉRÉ, 2005, p. 70). Afinal, um público é constituído por sujeitos afetados (DEWEY, 2004) e sua atividade simbolizante (ou individualizante) sobre o acontecimento é definidora deste.

Nestas condições, a recepção do acontecimento é o lugar de uma dupla individualização: ao mesmo tempo que o acontecimento adquire determinação e individualidade através da sua recepção/apropriação, via os efeitos que ele produz sobre aquele a quem ele acontece, é também aquele que é afectado por ele que constrói a sua

²⁴ Romano (1998) *apud* Quéré (2011a).

individualidade através da sua confrontação com o acontecimento (QUÉRÉ, 2011a, p. 29).

Os acontecimentos exercem espécie de pressão sobre os indivíduos, convocados a simbolizá-los. Essa pressão “é exercida não só pelas catástrofes naturais e pelos acontecimentos dolorosos, mas também pelos acontecimentos auspiciosos” (QUÉRÉ, 2012, p. 29). Afetados, os sujeitos buscam comportar-se de tal forma que possam prestar contas de suas performances, esforçam-se para “adoptar um ‘conjunto de comportamentos’ adequado, inteligível e descritível (*accountable*)” (QUÉRÉ, 2011a, p. 24).

Quéré (2011a) indica uma tripla especificação individualizante do acontecimento: a individualização do meio com o qual o acontecimento faz sistema (contexto); a individualização daqueles que são afetados e singularizados (públicos); e a individualização do campo prático de tratativa dos problemas, das tensões e dos desequilíbrios levantados pela interpretação e pela recepção do acontecimento (problemas e soluções). Assim, chama a atenção para a atividade de problematização incitada pelo acontecimento.

O acontecimento público é aquele que “é fundamentalmente um acontecimento inscrito e tematizado em um registro específico, o dos problemas públicos e do seu tratamento pela acção pública” (QUÉRÉ, 2011a, p. 27). O acontecimento público responde ao interesse público e, assim, aciona, necessariamente, os poderes públicos, a sociedade, a mídia, enfim, os públicos envolvidos. Há aqui uma especificidade: falamos de acontecimento, experiência, problema, ação e comunicação de tipo público. A operação de passagem de um acontecimento a um problema público engendra uma dimensão hermenêutica especial sediada no espaço público:

[...] para numerosos acontecimentos sociais, este processo [de individualização] é público e discursivo: o trabalho de exploração e de apropriação que caracteriza a recepção do acontecimento faz-se no espaço público e, em parte, sobre a cena pública organizada pelos media (através de narrativas, análises, confrontações de pontos de vista, etc.) (QUÉRÉ, 2001, p. 26).

Weber (2011b) sustenta que os acontecimentos públicos são desequilibradores porque mobilizam atores e poderes, instaurando o debate

público – ou, precisamente, processos de comunicação pública. Sobre os acontecimentos públicos, a autora considera que:

[...] são capazes de mobilizar indivíduos, sociedade, instituições políticas e se impõem aos meios de comunicação – mídia. São aqueles relacionados ao interesse público, aos direitos humanos, à vida e à morte e, como tal, atraem a imprensa, as instituições públicas e privadas e desequilibram a ordem das coisas [...] (WEBER, 2011b, p. 189).

Nesse sentido, acontecimentos públicos “[...] em uma democracia têm em seus procedimentos legais e na sua visibilidade, fatores que mobilizam o Estado, a mídia e a sociedade” (WEBER, 2020, p. 20). Por isso, são ensejadores da comunicação pública, uma vez que “necessariamente convocam o Estado, a sociedade e as mídias à responsabilidade, providências e manifestações” (WEBER, 2020, p. 39). Em função dessa múltipla afetação do acontecimento público, Weber destaca que estão sempre em movimento e disputa:

[...] ao abordarmos os acontecimentos públicos, o debate público – enquanto prática comunicativa que envolve os sujeitos afetados pelo acontecimento, no âmbito da sociedade civil, do Estado e da mídia – se estabelece como instância fundamental de disputa de sentidos (WEBER, 2020, p. 35).

Essa disputa traduz o que a autora denomina “tensões passionais e racionais dos públicos envolvidos” (WEBER, 2020, p. 40), que se organizam em redes para se posicionar, buscar visibilidade e influência sobre as decisões políticas do tema. “A ampla publicização dos problemas públicos garante a possibilidade de atores coletivos envolvidos nas confrontações terem ações e discursos observados com a intenção de terem o reconhecimento de suas pautas” (WEBER, 2020, p. 35).

Antes, porém, de avançar na reflexão sobre as disputas decorrentes dos acontecimentos públicos, retomamos dois processos-chave na abordagem de Quéré (2011a) para a compreensão dos acontecimentos: a individualização e a problematização. Para o autor, acontecimentos públicos são aqueles individualizados a partir da experiência pública. “A experiência é pública, não tanto porque é partilhada com outros, mas porque é informada por uma estrutura instituída da ação pública e pelo sentido impessoal que a constitui” (QUÉRÉ, 2011a, p. 36). A experiência pode ser mais ou menos pública, dependendo dos

significados que são atribuídos ao acontecimento. Serão mais públicos aqueles tematizados sob os aspectos públicos e que se tornam objeto da ação pública.

5.2 Acontecimento e comunicação

Quéré (2011a, 2011b) se ocupa do modo com que os problemas são constituídos no espaço público e, assim, aborda os acontecimentos e a formulação dos problemas públicos. Nesse sentido, critica a abordagem habermasiana em que não encontra o devido destaque a esse constituir-se, de forma que pareceriam problemas preexistentes. Ele destaca a gênese possível dos problemas públicos nos acontecimentos (outras fontes por ele citadas são questões técnicas e administrativas e decisões políticas) e registra que é no quadro de um Estado Democrático de Direito que esses problemas são tratados. Nesse ponto, referencia Habermas para explicitar a compreensão de Estado de Direito democrático que assume (QUÉRÉ, 2011a, p. 30).

Em Habermas (1989, 2003b), o Estado Democrático está assentado sobre a *ação comunicativa* de sujeitos comprometidos com a ética discursiva, fonte da legitimação pública e democrática. Ambos os autores compartilham referências pragmatistas²⁵, mas, enquanto Quéré se centra na experiência (para ele a configuração discursiva é *um* tipo de experiência), é possível entender que o desenvolvimento de Habermas está voltado, fundamentalmente, para o discurso.

Nesta tese, as abordagens de Quéré e Habermas (este no que se refere à estrutura normativa da comunicação pública) se complementam à medida que assinalamos acontecimentos como ensejadores da experiência pública e da formulação de problemas, entendendo que tais atividades se processam por meio da comunicação pública. Se os acontecimentos e os problemas que revelam são públicos, sua comunicação também o é. A formulação de Quéré destaca, justamente, o aspecto experiencial, fático e dinâmico da comunicação pública ensejada a partir dos acontecimentos. Nesse sentido, contribui para o devido tensionamento dos aspectos por vezes excessivamente normativos decorrentes da delimitação habermasiana para a comunicação pública.

²⁵ Mendonça (2016) evidencia como algumas das principais formulações habermasianas já se encontravam desenvolvidas por autores do pragmatismo clássico como Dewey, Peirce e Mead, entre outros.

Entende-se o processo de individualização do acontecimento público forjado na comunicação pública, atividade prática de organização da experiência no espaço público, assim qualificada uma vez que reporta aos princípios normativos de publicidade, crítica e debate. Como já abordado, a compreensão dessa comunicação enseja tanto aspectos fáticos como normativos, de forma que experiência fática e valoração normativa sejam tomadas em constante tensionamento.

Para Quéré (2011a), os acontecimentos passam a problemas públicos na medida em que, pela sua recepção pública, são inscritos em um contexto, definindo um *campo problemático*. O autor conceitua *campo problemático* como o enredamento simbólico de questões e análises decorrentes do acontecimento:

[...] o inquérito sobre os acontecimentos públicos faz surgir e estrutura campos problemáticos onde eles encontram o seu sentido. Por campo problemático entendo um conjunto de problemas enredados, cuja análise está mais ou menos estabelecida (em termos de causas e consequências, de tipos de agentes e de tipo de razão de agir) e cujo tratamento é encarado em termos de alternativas relativamente definidas (QUÉRÉ, 2011a, p. 27).

Essa forma de organizar a experiência em um campo problemático para determinar uma conduta coerente se aplica para a experiência individual e também para a pública. No entanto, há um registro específico da experiência pública que é da ordem da *reflexividade discursiva*, para Quéré (2011a), mais acentuada aqui do que na vida individual ordinária. O autor defende que os acontecimentos e os problemas públicos são (ou devem ser – já que carregam consigo uma expectativa ética) configurados a partir do referencial ético dos princípios do Estado de Direito e também a partir da linguagem compartilhada pela comunidade política.

[...] os acontecimentos e os problemas públicos [são configurados] no âmbito de um referencial específico, o dos princípios do Estado de Direito, o das orientações éticas de base da forma de vida instituída deste tipo de Estado, incorporadas nas suas leis e no direito, e o da linguagem segundo a qual uma comunidade política define a sua identidade colectiva, formula as regras da coexistência dos seus membros e enuncia a concepção que os cidadãos têm deles próprios e do seu “viver-em-comum”. Este referencial, não formulado, mas no entanto disponível (e explicável face aos acontecimentos que se produzem), fornece referenciais históricos para estabelecer o carácter problemático dos acontecimentos e das situações, para definir e formular os problemas sujeitos a exame e a discussão públicos e para

determinar as acções e os agentes que vão tratá-los (QUÉRÉ, 2011a, p. 31).

Quéré insiste sobre a vinculação dos acontecimentos públicos com os princípios do Estado Democrático de Direito e não simplesmente com a sua exibição na cena pública.

Devo, contudo, voltar à definição do carácter público destes acontecimentos e destes problemas, que não me parece definida de maneira completamente satisfatória por aqueles que consideram que o que torna públicos estes acontecimentos e estes problemas é que são configurados em arenas públicas (as arenas são lugares de confrontação e de luta pelo poder simbólico) e são objecto de uma exibição dramática na cena pública (é o argumento de Gusfield, 1981, por exemplo). Parece-me necessário especificar este carácter público relativamente aos princípios e às instituições do Estado de Direito democrático, em particular em relação à configuração que aí toma a actividade pública (QUÉRÉ, 2011a, p. 30).

Nesse sentido, para a caracterização de um acontecimento público não basta que apareça em público (visibilidade), é essencial que seja público, na medida em que compartilha princípios do Estado Democrático, destacando-se, portanto, os aspectos ético-normativos a que se liga. Quéré (2011a) ressalta que a ação pública não é exclusiva do aparato estatal, sendo também decorrente da mobilização e do investimento de cidadãos. De toda forma, a experiência do acontecimento público surge com contornos muito mais institucionalizados, próprios de uma sociedade democrática.

Coelho (2017) destaca uma tripla dimensão do acontecimento público, relacionada aos complementares sentidos do que é público: (1) é visível; (2) é forma de conhecer, reconhecer e partilhar experiências; e (3) é da ordem do Estado.

As três dimensões da noção de público encontram-se, assim, na definição de um acontecimento com esta denominação. Ele o é por ter uma grande visibilidade, ensejar problemas e temas fundados no interesse público, exigir ação pública. Ele demanda/provoca processos de comunicação pública, em que há a mobilização de arenas e a expectativa de regramento por princípios éticos e normativos (Weber, 2011, 2007; Esteves, 2011). Em um acontecimento público, mídia, sociedade, Estado estão implicados (COELHO, 2017, p. 67).

A autora defende que estudar um acontecimento público requer dar conta “especialmente dos jogos discursivos que se estabelecem em torno dos problemas públicos que o acontecimento provoca” (COELHO, 2017, p. 68). Em

relação à problematização pública de um acontecimento, Quéré (2011a) afirma que o desenvolvimento histórico permite publicizar um problema, tornando-o forte – e essa seria uma missão histórica. Dessa forma, um problema público pode ser forte ou fraco. O autor defende que um problema

[...] tornar-se-ia público no sentido forte apenas quando “desmoralizado”, quando fosse reformulado por referência ao sistema dos direitos subjectivos garantidos pelo Estado de Direito, quando fosse reconhecido como implicando comportamentos que devem ser prevenidos, sancionados e reparados por disposições jurídicas e institucionais inspiradas pelos princípios ético-políticos de uma sociedade democrática, quando entrasse no domínio tratado por esta atividade específica que, numa sociedade democrática, visa a auto-organização, pelos cidadãos, através de diversos procedimentos e graças à disposição dos meios da Lei e do direito, dos quadros simbólicos e normativos da existência colectiva. A finalidade da acção pública não é simplesmente resolver problemas sociais ou económicos (através de disposições administrativas ou técnicas, por exemplo); é, sobretudo, de instaurar um mundo comum pela acção concertada dos cidadãos que determinam entre si o que têm a fazer juntos como cidadãos livres e iguais, preocupados, não com um certo número de valores fundamentais ou de princípios morais, mas com os princípios ético-jurídicos (a equidade, a justiça, a solidariedade, o respeito das identidades, etc.) (QUÉRÉ, 2011a, p. 32).

Na sequência, o próprio autor ressalva que esse é um “conceito muito normativo” (QUÉRÉ, 2011a, p. 33) de público. Então, busca “reinscrever a configuração dos acontecimentos públicos na dinâmica experiencial” (QUÉRÉ, 2011a, p. 33). Esse acento no caráter experiencial do acontecimento é central em sua abordagem, fortemente calcada na tradição pragmatista. Além de destacar a impessoalidade e a relação institucional da *experiência pública*, Quéré acrescenta sobre o descentramento propiciado por essa experiência:

É pública, ainda porque o exercício do juízo suscitado pelos pedidos de reconhecimento de validade dirigidos a um público obriga os agentes a confrontar-se uns com os outros, mais não fosse do que pelo pensamento, a colocar-se do ponto de vista do bem comum, em suma a “alargar a sua mentalidade” (Arendt) ou a adoptar o ponto de vista do “outro generalizado” (Mead) (QUÉRÉ, 2011a, p. 36).

A arena pública demarca um espaço de encontro de diferenças em uma dinâmica de reconhecimento que é de acolhida e também de confrontação (ARENDR, 2014; ESTEVES, 2011). Como já ressaltado, o engajamento público na descrição do acontecimento, ou seja, na sua individualização, é feito por sujeitos afetados, interessados. Isso quer dizer que haverá uma inafastável

marca de interesses privados na atuação de cada um a fim de organizar a sua experiência e sua ação em relação ao seu ambiente.

Assim, é fundamental demarcar que a individualização do acontecimento público envolve disputa estratégica pela definição do problema e do que é público nele, de modo a estabelecer as relações e as responsabilidades com diferentes atores. Como vimos, Weber (2011b) atenta para o espaço estratégico de disputas instalado pelo acontecimento público, que se torna oportunidade para projeção de sujeitos e instituições.

Quando um acontecimento – programado ou inusitado – é suficientemente poderoso para provocar impactos na vida dos indivíduos e na sociedade, ele se impõe aos meios de comunicação de massa e atrai as instituições políticas e essa convergência permite identificar a existência de um espetáculo hibridizado entre a política e a mídia (espetáculo político-midiático) como espaço estratégico de visibilidade e projeção de sujeitos e instituições. Esse processo exige enquadramentos do acontecimento na estética e linguagem da mídia, bem como sua entrada como pauta e consequente tradução para o jornalismo, propaganda e entretenimento, de modo a mobilizar a atenção pública. Como tal, será comercializado e consumido dentro dos princípios do marketing, gerando lucros financeiros e institucionais (WEBER, 2011b, p. 190).

É ao público que os diferentes atores convocados pelo acontecimento público dirigem os pedidos de reconhecimento da legitimidade de suas reivindicações, decisões e ações. Há uma apresentação pública dos atores que concorrem na cena pública pelo acontecimento e disputam o reconhecimento do público, em uma experiência que é largamente estruturada através do discurso: “no domínio da ação pública, a organização da experiência é muito mais mediatizada pelo discurso, pela avaliação reflexiva, pela encenação (*mise en scène*) e pela narrativa, do que o da ação corrente” (QUÉRÉ, 2011a, p. 36).

A ambiência pública coloca “em jogo toda uma série de entidades colectivas susceptíveis de ocupar os lugares de agentes e de pacientes no processo de recepção dos acontecimentos públicos” (QUÉRÉ, 2011a, p. 36). Nesse sentido, quando se fala de acontecimento público, o processo de comunicação que sedia a constituição do acontecimento-objeto é – ou espera-se que seja – definido pela qualidade pública. Portanto, entende-se que é a comunicação pública lugar e ocasião de constituição do acontecimento público.

Como argumentado, a experiência do acontecimento público é fortemente marcada pela institucionalidade e pela discursividade. Dessa forma, esses aspectos estão implicados em seus processos de individualização e de problematização enredando, inescapavelmente, em torno do acontecimento público, um espaço de disputa estratégica por visibilidade de causas, de sujeitos e de versões do ocorrido e por poder de influência na definição sobre o que e como aconteceu, suas consequências sobre o presente e decisões para o futuro.

5.3 A tessitura pública das tragédias de Mariana e Brumadinho

Após a proposição da abordagem em trama das tragédias de Mariana e Brumadinho, a discussão teórica sobre o acontecimento e, em especial, sobre o processo de comunicação pública que sedia o acontecimento público, busca-se evidenciar os compartilhamentos do processo de individualização e de problematização pública que constituem a *trama acontecimental* das tragédias de Mariana e Brumadinho. O movimento é de reconstituição histórica e de descrição, de forma a responder ao *objetivo específico 1* estabelecido para o estudo: *caracterizar a trama acontecimental resultante dos processos de individualização e problematização dos acontecimentos públicos das tragédias provocadas em Mariana e Brumadinho.*

Essa caracterização se baseia na pesquisa bibliográfica que compôs as compreensões de acontecimento e acontecimento público de Quéré (2005, 2011a, 2011b, 2012), Weber (2011b, 2020), Coelho (2017), França (2013) e França *et al.* (2020). A pesquisa exploratória sobre os acontecimentos é subsidiada pela pesquisa histórico-documental com fontes na imprensa, instituições e órgãos públicos e organizações envolvidas. Os cinco aspectos de compressão do acontecimento sintetizados por França *et al.* (2020) são apropriados como categorias exploratórias que permitem apresentar a constituição da trama acontecimental.

Em diferentes trabalhos de França (2013, FRANÇA; LOPES, 2017; FRANÇA *et al.*, 2020) são identificadas frentes para abordagem e estudo dos acontecimentos. França *et al.* (2020, p. 47-48) destacam cinco aspectos para a compreensão do acontecimento:

- ruptura: o acontecimento incide e provoca mudanças e rupturas em nosso cotidiano;
- passibilidade/poder de afetação: públicos diferenciados são afetados;
- poder hermenêutico: essa ruptura da normalidade suscita novos significados e alarga o horizonte de sentidos, tem um poder revelador;
- pano de fundo pragmático: diferentes medidas e ações são instauradas;
- campo problemático: a conscientização do alcance e dos danos provocados pelo acontecimento exige que ele seja percebido e tratado como um problema público.

Os autores indicam ainda um último aspecto, que é a “retomada da normalização, a maneira como se dá o ‘apaziguamento’ do acontecimento” (FRANÇA *et al.*, 2020, p. 48), que só pode ser observado com a superação ou soluções das questões abertas. Todos esses aspectos estão implicados nos movimentos de *narrativização* do acontecimento, que caracterizam a segunda vida do acontecimento (QUÉRÉ, 2011a), “quando o acontecimento se torna objeto simbolizado, é colocado em discurso” (FRANÇA *et al.*, 2020, p. 40).

Os cinco itens enumerados por França *et al.* (2020) têm em conta as contribuições de Quéré (2005, 2011a, 2012) já discutidas e fornecem entradas para a pesquisa de caráter exploratório que realizamos nesta segunda parte da tese. Tomados a partir da perspectiva da comunicação pública (WEBER, 2011b; 2017; 2020), eles permitem estabelecer inferências que destacam a disputa inerente à problematização do acontecimento público. Ou seja, dão a ver a publicização (o processo de tornar-se pública) da trama acontecimental. Por esses motivos, esses cinco elementos são apropriados para guiar a caracterização da trama acontecimental das tragédias de Mariana e de Brumadinho.

O aspecto do *campo problemático*, equivalente à formulação do problema, foi selecionado como primeiro para indicar a prevalência desse ponto de vista (do tornar-se público) para os demais. Os outros quatro aspectos (*ruptura da realidade, passibilidade, poder hermenêutico e pano de fundo pragmático*) são abordados na sequência. Em cada um deles, acionamos o seu significado a partir do referencial teórico e sistematizamos informações históricas e contextuais recuperadas a partir da pesquisa exploratória sobre as tragédias de Mariana e de Brumadinho. As fontes dessas informações, geralmente imprensa, órgãos estatais e as organizações envolvidas, estão identificadas em

notas de rodapé quando citadas indiretamente e listadas nas referências ao final do trabalho quando citadas diretamente.

5.3.1 *Emergência pública do problema*

A problematização do acontecimento é o primeiro aspecto de compreensão (FRANÇA *et al.*, 2020) acionado aqui. Como discutido, essa problematização resulta da experiência de tipo pública ensejada por acontecimentos públicos e é materializada simbolicamente no processo de comunicação pública que sedia a individualização do acontecimento público.

Iniciamos pela *formulação do problema público* exatamente para acentuar que a problematização do acontecimento se dá em termos da definição de sua publicidade. Essa definição do caráter público é disputada estrategicamente (WEBER, 2011a; 2020) pelos públicos acionados pelo acontecimento e incide não apenas neste, mas em todos os aspectos enumerados.

Na trama acontecimental das tragédias de Mariana e Brumadinho, as dimensões catastróficas dos acontecimentos os inscrevem, imediatamente, “numa categoria mais ampla que atinge/prejudica a sociedade como um todo e deve ser alvo de tratamento e combate especiais” (FRANÇA; LOPES, 2017, p. 84). Sua característica pública não chega a ser colocada em questão, mas, certamente, suas causas e consequências estão sob disputa da gradação pública-privada. Esse inquérito é fundamental para a decisão do tipo de ações públicas exigidas pelos acontecimentos.

O acontecimento público envolve disputa estratégica pela definição do problema e de sua qualidade (mais ou menos) pública. A intervenção na definição do problema público a fim de fortalecê-lo ou enfraquecê-lo (QUÉRÉ, 2011a) explica-se pela tentativa dos públicos de influenciarem as decisões que lhes dirão respeito também privadamente. Afinal, os públicos são afetados e interessados.

Qual é o problema público revelado na trama acontecimental de Mariana e Brumadinho? O inquérito da comunicação pública dessa trama acontecimental diz respeito a temas como exploração econômica de recursos naturais, regulação estatal de como pode ou deve se desenvolver a atividade da

mineração e sua relação com mortes e destruição ambiental, apagamento de memórias, geração de lucros, empregos e desenvolvimento. Envolve, pois, questões do local ao global: do modo de vida de comunidades tradicionais e do patrimônio nacional ao capital e às relações geopolíticas internacionais.

A publicidade da trama acontecimental das tragédias causadas em Mariana e Brumadinho pode ser identificada a partir dos elementos da tripla dimensão do acontecimento público sintetizada por Coelho (2017): visibilidade, experiência e ação públicas. São acontecimentos que alcançam, desde sua irrupção, grande *visibilidade*. Ela está vinculada a um forte apelo imagético contido no que se pode denominar estética da lama. No caso de Mariana, as imagens associadas são de extensões da lama que tudo destruiu em tomadas aéreas feitas por emissoras de TV e do acompanhamento, dia a dia após o rompimento, do líquido marrom que desceu pelo rio Doce até chegar ao mar. Em Brumadinho, temos a reprodução em *looping* dos registros feitos pelas câmeras de segurança da própria mineradora: são cenas do exato momento do rompimento da barragem e de veículos sendo dirigidos por pessoas desesperadas para escapar da avalanche.

Não apenas no que toca a esses aspectos imagéticos, observamos que a problematização dessa trama acontecimental se desenvolve em um campo de visibilidade compartilhado. Essa visibilidade se mantém ao longo do tempo devido às demandas dos públicos atingidos, ações de apuração, responsabilização e compensação conduzidas pelo Estado, à correspondente cobertura da imprensa e aos investimentos em comunicação realizados pelas organizações Samarco, Fundação Renova e Vale, responsabilizadas por sua ocorrência e reparação.

O caráter público da trama acontecimental é observado também no segundo elemento da tríade de Coelho (2017) para o acontecimento público: a *experiência pública* ou afetação determinada pelo interesse público pautado pela trama acontecimental. Mariana e Brumadinho identificam tragédias vividas e conhecidas coletivamente no espaço público²⁶. As experiências individuais, comunitárias, organizacionais e sociais dos dois acontecimentos se somam e se mesclam, tramando-se conjuntamente no espaço público.

²⁶ Esses aspectos estão abordados mais detidamente nos itens relativos a *ruptura da realidade; passibilidade e poder hermenêutico*.

O terceiro elemento da tríade referida por Coelho (2017) sobre o caráter público do acontecimento diz respeito à *ação estatal* que desencadeia e também está fortemente presente nessa trama acontecimental. As tragédias convocam a atuação de todo o aparato estatal, mobilizando a estrutura político-administrativa da República Federativa do Brasil em todos os seus níveis (municipal, estadual e federal) e convocando a atuação dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário)²⁷.

É importante asseverar que, considerando a disputa intrínseca ao processo de problematização do acontecimento, a definição do problema público revelado (ou velado) na trama acontecimental das tragédias causadas em Mariana e Brumadinho segue em curso, com lances estratégicos dos diferentes públicos afetados.

5.3.2 *Rompimento do real*

Com o acontecimento, o arranjo do real se rompe e a experiência do impossível convoca novos sentidos; assim, *ruptura da realidade* (FRANÇA *et. al.*, 2020) é o segundo aspecto de compreensão do acontecimento a ser abordado. A ideia de ruptura é tragicamente simbólica na trama acontecimental de Mariana e Brumadinho. Duas barragens se romperam e impuseram a experiência absurda e incompreensível da morte, da destruição e do perigo iminente a comunidades, municípios, estados e mesmo à nação. Romperam, portanto, a noção de realidade comungada e impuseram a revisão do sentido do possível, nos termos de Quéré (2005). O autor explica que a possibilidade de sua existência é provocada pelo próprio acontecimento:

É, em certa medida o que explica que ele seja não identificável e incompreensível num primeiro tempo: não se sabe o que se passa porque a serialidade do decorrer das coisas, que configura localmente uma parte do possível, é rompida, e não se compreende o acontecimento porque não podemos ainda inseri-lo num contexto como resultado de um encadeamento serial (QUÉRÉ, 2005, p. 63).

Em 5 de novembro de 2015, quando a barragem de rejeitos de minério de ferro da Samarco foi à ruína em Mariana, a potência do acontecimento

²⁷ As principais ações e reações do Estado a partir de Mariana e Brumadinho são abordadas no aspecto *pano de fundo pragmático*.

instalou a incompreensão. Mais de três anos depois, com um contexto explicativo já colocado em torno desse primeiro acontecimento, ainda que muitas questões permanecessem em aberto, a história se repetiu. Em 25 de janeiro de 2019, outra barragem se rompeu, dessa vez em Brumadinho e de propriedade da mineradora Vale. A partir daí, o possível se colocou novamente em revisão, diante da constatação da repetição e do perigo instalado em dezenas de municípios onde outras barragens podiam estourar a qualquer momento. A lama invisível também se fez presente.

A barragem de Fundão, de propriedade da mineradora Samarco, localizada no município mineiro de Mariana, foi abaixo por volta de 15h30 no dia 5 de novembro de 2015. A estrutura continha rejeitos da extração de minério de ferro, uma lama que, derramada em avalanche, destruiu tudo o que encontrou pela frente. Conforme informações do Ministério Público Federal (MPF)²⁸, o rompimento da barragem liberou, de imediato, aproximadamente 40 milhões de metros cúbicos de rejeitos, enquanto outros 16 milhões de metros cúbicos continuaram escoando. A onda de rejeitos chegou à barragem de Santarém, estrutura do complexo industrial da Samarco, incorporando volumes não estimados. Conforme dados consolidados por Serra (2018), dentro do complexo, quatorze trabalhadores morreram, sendo doze deles de empresas terceirizadas, além de um fornecedor e um empregado da Samarco.

O mar vermelho de lama tóxica agregou escombros das estruturas, pedras, caminhões, carros, tratores, caçambas, placas de sinalização, equipamentos, uma massa descomunal de detritos sólidos que agigantava os vagalhões e multiplicava a sua capacidade de destruição de forma incomensurável. Nada no caminho seria capaz de deter a marcha da lama assassina, que provocaria a maior catástrofe socioambiental da história do Brasil e o maior desastre mundial em barragens de mineração, pelo volume vazado, pela extensão dos danos e dos prejuízos causados ao longo de 600 quilômetros (SERRA, 2018, p. 22).

A onda de rejeitos atingiu os córregos de Fundão e de Santarém e, depois de percorrer seis quilômetros, soterrou grande parte do subdistrito de Bento Rodrigues. Na localidade, moravam 612 pessoas e cinco foram mortas na tragédia, sem aviso prévio de sirenes de alerta. No momento do desastre,

²⁸ Informações do Ministério Público Federal disponíveis em <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/o-desastre>. Acesso em: 30 dez. 2019.

estima-se que 400 pessoas estavam lá. Elas foram salvas pelos avisos de Paula Geralda Alves, funcionária terceirizada que trabalhava com reflorestamento no meio do caminho entre a barragem e o povoado. Assim que ouviu pelo rádio comunicador a notícia, foi em sua moto na direção de Bento Rodrigues dando o alarme de socorro aos vizinhos e à sua própria família.

Dali, a lama chegou ao rio Gualaxo do Norte, percorreu mais 55 quilômetros até o rio do Carmo, atingindo as comunidades de Paracatu de Baixo, Camargos, Águas Claras, Pedras, Ponte do Gama, Gesteira, além dos municípios mineiros de Barra Longa, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado. O MPF informa:

No trecho entre a barragem de Fundão e a Usina Hidrelétrica Risoleta Neves (também conhecida como UHE Candonga), a passagem da onda de rejeitos ocorreu de forma mais violenta, acarretando o transbordamento de um grande volume de rejeitos para as faixas marginais do rio Gualaxo do Norte e rio do Carmo, em enorme desproporção à capacidade normal de drenagem da calha desses corpos hídricos, ocasionando a destruição da cobertura vegetal de vastas áreas ribeirinhas, por meio do arrancamento da vegetação por arraste, inclusive com a remoção da camada superficial do solo. Observou-se, também, nessa área a deposição de rejeitos sobre o leito dos rios e vastas áreas marginais, soterrando a vegetação aquática e terrestre, destruindo habitats e matando animais (BRASIL, 2019c, *online*).

Serra (2018) apresenta os dados das perdas de fauna e flora evidenciados em laudos da Polícia Federal: os rejeitos atingiram 1.176,44 hectares de área total, sendo 46,42% dessa área de pastagens e 20,47% de mata atlântica, o que significou a destruição de 240,88 hectares de mata.

Os rejeitos chegaram ao rio Doce após percorrerem por 22 quilômetros seu afluente, o rio do Carmo. Pelo rio Doce, desaguaram no oceano Atlântico no dia 21 de novembro de 2015, no distrito de Regência, município de Linhares (ES). Até o litoral capixaba, cumpriram um caminho total de 660 quilômetros. Nessa rota, atingiram 38 municípios, 35 em Minas e três no Espírito Santo, comprometendo o abastecimento de água em treze deles. Testes de avaliação da qualidade da água detectaram turbidez de até 882.000 NTU²⁹ em um ponto específico, muito acima do limite legal de 100 NTU, além da presença de metais pesados. Essas condições causaram a morte de considerável parcela da população de peixes do rio Doce. Foram recolhidas, pelo menos, 11 toneladas

²⁹ Unidade Nefelométrica de Turbidez, escala para medição da turbidez dos fluidos.

de peixes mortos em Minas Gerais e 3 toneladas no Espírito Santo, conforme dados da Polícia Federal (SERRA, 2018).

Serra (2018, p. 50) relata que a “Polícia Federal considera a extensão de 660 quilômetros de danos provocados o maior cenário de crime do mundo”, isso sem considerar o tamanho da mancha no oceano, destaca. Dados do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) (*apud* SERRA, 2018, p. 403), que acompanharam a evolução da mancha marítima entre 21 de novembro de 2015 e setembro de 2017, mostraram uma área contínua de 4.764 quilômetros quadrados atingida por uma pluma de rejeitos mais concentrada. Em menor concentração, essa pluma se espalhou por mais de 600 quilômetros no litoral brasileiro entre o norte fluminense e o sul da Bahia, chegando, inclusive, ao arquipélago de Abrolhos. Todos esses impactos afetaram as comunidades ao longo do rio Doce que se alimentavam e viviam da pesca – atividade proibida por meses em várias regiões e que permanece vetada em comunidades do Espírito Santo por tempo indeterminado³⁰.

A experiência e a descrição do ocorrido em Mariana em 2015 e suas consequências até o mar constituem o repertório acionado diante da notícia do dia 25 de janeiro de 2019. Nessa data, as barragens de rejeitos B-I, B-IV e B-IVA na mina de minério de ferro do Córrego do Feijão, de propriedade da Vale, localizada no município de Brumadinho (MG), romperam-se. A partir de 12h28 daquele dia, em menos de cinco minutos, a barragem, que tinha capacidade para 13 milhões de metros cúbicos, se esvaiu, produzindo uma avalanche que matou 270 pessoas (dez ainda estão desaparecidas), entre empregados da Vale, de suas terceirizadas e moradores da região.

A lama avançou primeiro sobre o próprio complexo industrial da Vale, que estava abaixo da barragem, aí incluídos os prédios administrativos e o restaurante, onde grande número de pessoas se concentrava, já que era hora do almoço. A exemplo do que aconteceu em Mariana, não houve alarme de sirenes – os equipamentos que existiam foram destruídos antes de soar. Sem

³⁰ Conforme informação disponível em <https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/contrariando-samarco-justica-mantem-proibicao-de-pesca-no-rio-doce-1120#:~:text=Contrariando%20um%20recurso%20da%20mineradora,no%20Norte%20do%20Esp%C3%AAdrito%20Santo>. Acesso em: 17 jun. 2021.

aviso, 20 pessoas da comunidade foram mortas pela avalanche de lama. Conforme apuração da Comissão Parlamentar de Inquérito da Barragem de Brumadinho³¹, na Assembleia Legislativa do Estado,

[...] os rejeitos da barragem sepultaram o Ribeirão Ferro-Carvão e destruíram mais de 130 hectares de vegetação do bioma Mata Atlântica, além de casas, sítios e plantações e uma pousada. A lama avançou por cerca de 220km na Bacia do Rio Paraopeba, até a Usina Hidrelétrica – UHE – de Retiro Baixo, comprometendo irreversivelmente a fauna e a flora aquáticas (MINAS GERAIS, 2019, p. 4).

A lama de minério de ferro atingiu o leito do rio Paraopeba em pelo menos 305 de seus 505 quilômetros de extensão. Expedição de especialistas da organização SOS Mata Atlântica feita seis dias após o rompimento coletou amostras de água em 22 pontos, dos quais 10 apresentaram resultado ruim e 12, péssimo. As análises também revelaram a presença de metais pesados em níveis acima dos limites legais³². A contaminação levou o Governo de Minas a proibir o uso da água no trecho afetado do rio Paraopeba para qualquer finalidade. A captação de água do rio Paraopeba, que abastecia inclusive Belo Horizonte e a região metropolitana, está paralisada desde o rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão. A Vale previa a finalização da obra de nova estrutura de captação para setembro de 2020, o que não ocorreu³³.

À tragédia de Brumadinho seguiram-se vários comunicados da Vale e de outras mineradoras indicando o risco iminente de rompimento de suas barragens em Minas Gerais³⁴. O relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) apresenta o

³¹ Relatório Final da CPI da Barragem de Brumadinho da ALMG. Disponível em: <https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/441/150/1441150.pdf>. Acesso em: 7 out. 2020.

³² Informações disponíveis em: <https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/relat%C3%B3rio-aponta-morte-de-mais-da-metade-do-rio-paraopeba-1.697082>. Acesso em: 5 out. 2020.

³³ Informações disponíveis em: <http://www.copasa.com.br/wps/portal/internet/imprensa/noticias/informacoes-sobre-abastecimento/2019/setembro19co/coper-rmbh-ie14549//>; <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/08/14/obras-da-nova-captacao-de-agua-no-rio-paraopeba-estao-atrasadas-e-prazo-nao-deve-ser-cumprido.ghtml>; <https://www.itatiaia.com.br/noticia/vereadores-de-bh-visitam-obras-de-captacao-de-agua-no-paraopeba-em-brumadinho>. Acesso em: 17 jun. 2021.

³⁴ A Declaração de Condição de Estabilidade das barragens é exigida pela ANM duas vezes ao ano, nas campanhas de envio de informação que promove. O responsável pela declaração é o próprio empreendimento, que pode fazê-lo com equipe própria ou contratar consultores externos. Fora das datas de campanhas da ANM, é também o empreendedor que tem a obrigação de comunicar a agência em caso de qualquer alteração na situação de estabilidade da barragem e no nível de emergência.

levantamento histórico desses fatos, que nomeia como “lama invisível”. Na avaliação da CPI,

[...] na maioria dos casos, os alertas decorreram da recusa de empresas de auditoria a emitir Declaração de Condição de Estabilidade – DCE – das estruturas. A esses alertas se somaram intervenções do Ministério Público de Minas Gerais – MPMG –, responsivo a denúncias oferecidas por moradores e pela imprensa. (MINAS GERAIS, 2019, p. 18).

A classificação de emergência das barragens é feita em três gradações: risco baixo (nível 1), médio (nível 2) e alto (nível 3). É especialmente nos níveis 2 e 3 de emergência que a situação impõe impacto imediato sobre a vida das pessoas localizadas na zona de autossalvamento, que são obrigadas a sair de suas casas diante do risco iminente de rompimento da barragem. Em outubro de 2019, a Agência Nacional de Mineração (ANM) contabilizou sete barragens em nível 2 ou 3 de emergência, todas em Minas Gerais³⁵. Em 2020, o segundo levantamento da ANM³⁶ resultou em doze barragens classificadas nesses níveis. Após Brumadinho, a convivência (sem solução) com o risco representado pelas barragens tornou-se uma realidade ainda mais concreta para populações vizinhas aos empreendimentos minerários.

Sobre a ruptura da realidade instalada pelos acontecimentos, França e Lopes (2017, p. 76) argumentam que é a partir do acontecimento que se identificam “tendências que apontam para a preservação e/ou renovação da vida social”. E completam:

É essa dimensão da experiência no acontecimento que nos parece instigante, pois nos possibilita identificar nele os elementos que constituem nossas interações com os outros seres humanos e também com todo o restante do mundo da vida cotidiana, entrecortada pelo inesperado, pelo episódico, pelo emergente que irrompe, desorganiza e (re)organiza o social (FRANÇA; LOPES, 2017, p. 75).

Sobre o solo das Minas Gerais, a trama acontecimental das tragédias de Mariana e Brumadinho altera a vida social, identificando o perigo de morte e destruição, presentificando o medo e projetando a insegurança rumo ao futuro.

³⁵ Informações da ANM. Disponível em: <http://www.anm.gov.br/noticias/anm-interdita-54-barragens-por-falta-de-condicao-de-estabilidade>. Acesso em: 27 dez. 2019

³⁶ Informações da ANM. Disponível em: <https://www.gov.br/anm/pt-br/assuntos/barragens/declaracao-de-condicao-de-estabilidade-dce/resumo-campanha-entrega-dce-setembro-2020/view>. Acesso em: 29 nov. 2020.

É o caso também de considerar as tendências de preservação experimentadas nessa trama acontecimental como a dependência econômica em relação à atividade de mineração, o poder das mineradoras e a insuficiência da fiscalização do Estado, que não operou de forma a impedir a instalação da situação de emergência.

5.3.3 Públicos em ação

O terceiro aspecto de compreensão do acontecimento abordado para revelar a tessitura da trama é a *passibilidade* (FRANÇA *et al.*, 2020). A palavra indica o “fato de o acontecimento gerar afetação em alguém, provocar experiência” (FRANÇA; LOPES, 2017, p. 78). Trata-se de uma mútua afetação, pois o “o acontecimento não só acontece, mas acontece a alguém” (QUÉRÉ, 2005, p. 67). Nesse sentido, acontecer é *acontecer a*, e é na relação de afetação que se dá o processo de individualização do acontecimento. Ele compreende interpretação e significação acionadas (colocadas em ação) por aqueles a quem o acontecimento acontece.

Quéré (2011a) destaca que a vinculação sujeito-acontecimento não é apenas do sujeito que fala algo, mas daquele que experencia o acontecimento. Por isso, argumenta que a individualização do acontecimento é também operação de singularização de seus públicos. Babo (2013) observa a constituição de públicos a partir do acontecimento, ressaltando o caráter ativo diante dessa nova situação. “Na recepção há interpretação e ação. Ver, ouvir, pensar, sentir são ações; falar, informar-se, explorar o meio, agir são ‘atividades situadas’; a percepção é situada [...]” (BABO, 2013, p. 221). Dessa forma, o acontecimento revela seus públicos e suas ações constituem os efeitos da ordem dos sentidos. França e Lopes (2017) destacam a relevância da observação do acontecimento a partir dos seus públicos:

Os estudos sobre públicos encontram assim, no conceito de acontecimento, um operador analítico para desvendar que indivíduos são afetados por determinada emergência social, como eles se configuram e são convocados como público, quais suas (re)ações e afetações (FRANÇA; LOPES, 2017, p. 78).

Weber indica que os públicos se organizam e se posicionam a partir de redes de comunicação pública a fim de intervir e deliberar nas decisões que lhes afetam. “Estes públicos podem ser estudados na sua organização em redes para se posicionar, se fortalecer em relação a determinado acontecimento” (WEBER, 2020, p. 40-41).

Na trama acontecimental de Mariana e Brumadinho, identificam-se compartilhamentos no que se refere aos públicos dos dois acontecimentos vinculados às mineradoras Samarco e Vale. Os públicos são constituídos pelas famílias das pessoas que foram mortas pela avalanche, as comunidades atingidas pela lama das barragens ao longo do curso dos rios que receberam os rejeitos, aqueles que sofreram os impactos ambientais diretos e indiretos, com interferências no bioma terrestre. Na experiência deles está associado o sofrimento e o enfrentamento do acontecimento a que se refere Quéré (2005, p. 68):

Uma pessoa não se limita a suportar o acontecimento: responde-lhe, salvo quando prevalece o sofrer – ela pode então ser submergida pelo que lhe acontece, embrutecida ou ser siderada. O seu *Lebenswelt* (tudo o que tinha como natural, até aí) pode desmoronar-se ao ponto de ficar privada de todas as suas referências, paralisada pelo medo, transida pelo caos que o acontecimento instaurou. Portanto, incapaz de lhe responder. Quando pode responder-lhe, a sua resposta é mais do que uma simples reacção: a pessoa enfrenta o que lhe aconteceu. O que significa: apropriar-se do acontecimento em função do que ele é; integrá-lo na sua história e nos seus projectos; reconfigurar o seu futuro e o seu passado a partir dele e à luz dele; transformar-se, recuperando em iniciativas o sofrimento que o acontecimento lhe impôs.

Incluem-se como públicos da trama acontecimental das tragédias de Mariana e Brumadinho, além das próprias mineradoras, as pessoas atingidas individualmente e organizadas em associações; os movimentos sociais que já lutavam contra a mineração e as barragens (como o Movimento de Atingidos por Barragens – MAB); o poder Executivo dos municípios e dos estados atingidos (no caso de Mariana, inclui ES, além de MG) e também da União, incluindo órgãos de fiscalização ambiental e da atividade minerária e as forças policiais responsáveis pela apuração dos crimes; o poder Legislativo dessas mesmas esferas; o aparato do Sistema de Justiça com o poder Judiciário estadual e federal, além de Ministério Público, Defensoria Pública e advocacia; a imprensa

local, estadual, nacional e mesmo internacional que dedicou considerável cobertura; enfim, a opinião pública convocada pelos acontecimentos públicos.

A experiência da trama acontecimental de Mariana e Brumadinho marca os públicos de forma irrevogável. A eles não é possível negar o acontecido, nem a sua própria identificação a partir deles, “[...] já que, uma vez realizado, não temos o poder de o modificar, de fazer com que ele não tenha sido o que foi (por exemplo, um cataclismo com milhares de vítimas). O que aconteceu, aconteceu” (QUÉRÉ, 2005, p. 68).

A experiência de um acontecimento individualiza também os públicos a quem acontece. É no suportar e agir a partir do acontecimento e sua situação problemática que o público toma consciência de si enquanto tal. A passagem de um acontecimento a um problema público é também ocasião de emergência do seu público enquanto coletivo.

Pode acontecer, por exemplo, que a experiência do acontecimento os revele [os públicos] a eles mesmos, lhes faça compreender quem são, quais os limites da sua unidade e os fundamentos da sua identidade, quais são as tensões, conflitos, contradições que agem neles ou, ainda, quais são as suas potencialidades internas (QUÉRÉ, 2011a, p. 34).

Por isso, os públicos são pacientes e também agentes do acontecimento. Afinal, é na comunicação pública empreendida por esses que são formulados e dirigidos os pedidos de reconhecimento da legitimidade das avaliações, das reivindicações, das decisões e das ações realizadas a partir dos acontecimentos.

5.3.4 *Lama que encobre e revela*

Outro aspecto para a compreensão do acontecimento é o seu *poder hermenêutico* (FRANÇA *et al.*, 2020), ou seja, seu potencial para alargar o campo de sentido de apreensão da realidade. “O acontecimento, quando da sua irrupção no cotidiano, faz emergir sentidos, discursos e simbolizações na busca de compreendê-lo, defini-lo, apreendê-lo e narrá-lo” (FRANÇA; LOPES, 2017, p. 76). Nesse sentido, podemos associá-lo à revelação de novas chaves de leitura que possibilitam reenquadramentos da realidade: “[...] em vez de ser o contexto

no qual o acontecimento se produziu a esclarecê-lo, passa a ser o acontecimento a esclarecer o seu contexto" (QUÉRÉ, 2005, p. 67).

Na trama acontecimental de Mariana e Brumadinho, paradoxalmente, a lama parece revelar o que estava encoberto. Sua irrupção é metáfora para a força de revelação do acontecimento.

Há coisas que acontecem, e que julgávamos impossíveis de acontecer, porque excediam o pensável ou o nosso sentido de possível. Ao acontecerem, somos obrigados a reconhecer que havia possibilidades, potencialidades ou eventualidades. Podemos também imaginar o que teria podido passar-se de diferente, ou como é que as coisas teriam também podido produzir-se. Somos, portanto, impelidos a rever o nosso sentido do possível, a descobrir "os possíveis que eram os nossos" e a inscrever na ordem das eventualidades o que até então parecia impensável. Essa revisão do sentido do possível tanto diz respeito ao passado como ao futuro. Não só o nosso conhecimento do que é possível, mas também as nossas retrospectões e as nossas projecções se modificaram à luz do acontecimento: há coisas que agora sabemos possíveis e podemos reinterpretar a nossa experiência passada tendo em conta essas mesmas coisas, tal como podemos tentar provocá-las ou evitar que se produzam (QUÉRÉ, 2005, p. 63).

A sucessão de duas tragédias de grande porte com barragens e o risco iminente de novos rompimentos ressignificam a história da mineração em Minas Gerais, ativando rearranjos de sentidos. Do passado de convívio estabelecido com a mineração, irrompe, no presente, a imposição de uma tragédia que instala um novo campo de leitura para a atividade minerária, projetando no futuro mais fortemente os riscos e as perdas irreversíveis da exploração minerária. Nesse sentido, como destacam França e Lopes (2017, p. 76) "o acontecimento torna também perceptível a movimentação de temporalidades".

Assim, é plausível considerar que essa trama acontecimental, ao ressignificar a experiência temporal, engendra um reenquadramento da mineração no Brasil e, especialmente, em Minas Gerais. O vazamento da lama traz à tona, por exemplo, argumentos sobre a falência do modelo minerador que se encontravam à margem, circulando apenas em movimentos sociais de resistência à atividade. A mineração, que, especialmente a partir dos anos 2000, viveu ciclo de crescimento e ativava sinônimos positivos como investimento, riqueza, geração de empregos, expansão e lucros, passa a ser confrontada mais amplamente com a face negativa: morte, destruição, descaso, cobiça, corrupção.

5.3.5 Respostas públicas

A individualização do acontecimento e, na situação aqui destacada, da trama acontecimental, desenvolve-se a partir do seu poder de levar à ação, que equivale a mais um aspecto de abordagem do acontecimento (FRANÇA *et al.*, 2020). “A identificação do pano de fundo pragmático corresponde ao plano da experiência, e nos leva à análise da recepção do acontecimento: como ele foi recebido, que ações e reações provocou” (FRANÇA; LOPES, 2017, p. 83). Quéré (2005) destaca a compreensão e apropriação do acontecimento pelos públicos:

[...] o acontecimento é um fenômeno de ordem hermenêutica: pode ser palco de encontro, interação, confrontação, determinação recíproca. Não significa isto que aquele a quem o acontecimento afecta exerça sobre o acontecimento um poder de definição ou de controlo. A individualidade do acontecimento não é determinada, apenas, pelas características de sua ocorrência como facto, mas também pelas reações e pelas respostas que suscita, *via* uma compreensão e uma apropriação, seja qual for o suporte (QUÉRÉ, 2005, p. 68).

A demarcação desse aspecto pragmatista permite atentar para a atividade pública a que os públicos são convocados, conforme perspectiva de afetação dos públicos trabalhada por Dewey (2004) e resgatada por Babo (2013):

O nosso ponto de partida é, precisamente, que os públicos implicam uma atividade de recepção, i.e., atos perceptivos, cognitivos, emotivos, comissivos, de significação e, em maior ou menor grau, um comprometimento e uma resposta (BABO, 2013, p. 221).

É nesse sentido que as consequências de um acontecimento são pensadas a partir da articulação entre suportar e agir (QUÉRÉ, 2005) que é empreendida pelos públicos. Diferentes públicos trabalham sobre o acontecimento de formas diferentes e fazem dele suas próprias coisas. Especificamente nas situações de acontecimentos públicos, esse trabalho desenrola-se no espaço público, com a participação dos diferentes atores afetados. Por isso, Weber (2011a, 2020) afirma que se configura uma disputa pública pela sua significação, já que os públicos agem e reagem ao acontecimento em público.

Neste item, procuramos delinear as principais frentes de ações e reações que compõem a trama acontecimental das tragédias causadas em

Mariana e Brumadinho. O resgate dirige especial atenção ao envolvimento estatal, já que essa é uma resposta típica e esperada para os acontecimentos públicos. Foram organizadas quatro frentes: (a) o arranjo institucional propiciado por acordos tramados entre os poderes Executivos e as mineradoras, incluindo-se aí a Renova, criada para lidar com os problemas causados pela tragédia de Mariana; (b) o trâmite judicial de apuração dos fatos e a acolhida das demandas por responsabilização, punição e compensações; (c) as respostas legislativas com a criação de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) nas diferentes casas do poder Legislativo e alterações legais sobre o tema; e, por fim, (d) a mobilização de atingidos, sociedade civil e imprensa.

a) Arranjo institucional

Na trama acontecimental de Mariana e Brumadinho, o arranjo institucional pode ser identificado a partir das práticas das organizações e dos públicos envolvidos que, além da singularidade das experiências vividas a partir dos fatos, têm meios políticos, econômicos e midiáticos muito díspares para dar visibilidade às suas posições, influenciar a opinião pública e, por fim, a decisão pública.

Samarco e Vale são duas grandes organizações privadas, com estruturas profissionais de comunicação e também de relacionamento com o Estado. Como consequência de sua ação concertada com os governos federal e estaduais de Minas Gerais e Espírito Santo, destaca-se o surgimento da Fundação Renova. Sua criação é uma resposta dos poderes Executivos do Brasil, de Minas Gerais e do Espírito Santo tramada com as empresas Samarco, Vale e BHP, sem a participação de outros públicos interessados.

A Fundação Renova foi prevista na assinatura de um Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC)³⁷ firmado em 2 de março de 2016 (quatro meses após o rompimento da barragem) entre a União, os governos dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, órgãos e autarquias estatais, a Samarco e as suas controladoras Vale e BHP Billiton. Trata-se de uma iniciativa de acordo extrajudicial entre essas partes envolvidas que, portanto, não

³⁷ TTAC na íntegra disponibilizado pelo Ibama. Disponível em: <http://ibama.gov.br/phocadownload/cif/ttac/cif-ttac-completo.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2018.

envolveu todas as partes interessadas, como é o caso das comunidades atingidas. Na época, o Governo Dilma enfrentava o processo de *impeachment* e o TTAC se colocou como resposta apressada e insuficiente. O acordo, que também não contou com a mediação de instituição zeladora do interesse público, como Ministério Público ou Defensoria Pública, foi questionado e substituído posteriormente (pelo TAC Governança, como explicado à frente), mas a Renova, seu principal fruto, permaneceu como arranjo institucional.

A Fundação Renova iniciou suas atividades em 2 de agosto de 2016, tendo como mantenedoras as mineradoras Samarco, Vale e BHP Billiton. Foi definida “como o ente responsável pela criação, gestão e execução das ações de reparação e compensação das áreas e comunidades atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão”³⁸. Embora questionada social e juridicamente³⁹ na ocasião, a Fundação manteve suas atividades. Em 25 de junho de 2018, teve sua estrutura decisória alterada, com a assinatura de novo Termo de Ajustamento de Conduta, denominado TAC Governança⁴⁰. Diferentemente do acordo anterior, esse foi mediado pelos Ministérios Públicos (MPF, MPMG e MPES) e pelas Defensorias Públicas (da União, MG e ES), sendo homologado pela Justiça Federal. O documento modificou o anterior TTAC e afirmou que seu principal objetivo era garantir a participação das populações atingidas nos processos decisórios sobre as ações de reparação conduzidas pela Renova.

À Fundação Renova cabe a condução de todos os processos de reparação junto às pessoas atingidas e às instituições mediadoras da tragédia causada pela Samarco. Houve uma divisão de funções institucionais: a Fundação Renova especializou-se na reparação dos problemas provocados pela

³⁸ Disponível no site da Fundação Renova: <http://www.fundacaorenova.org/sobre-o-termo/>. Acesso em: 14 abr. 2018.

³⁹ Notícia publicada pelo MPF em 02/03/2016: “Ministério Público questiona acordo entre União, Estados de MG e ES, Samarco, Vale e BHB Billiton”. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/noticias-mg/nota-a-imprensa-2013-ministerio-publico-questiona-acordo-entre-uniao-estados-de-mg-e-es-samarco-vale-e-bhb-billiton>. Notícia publicada pelo MPMG em 02/03/2016: “MPMG e MPF manifestam cautela quanto a acordo assinado hoje entre governos e Samarco”. Disponível em: <https://www.mpmg.mp.br/comunicacao/noticias/mpmg-e-mpf-manifestam-cautela-quanto-a-acordo-assinado-hoje-entre-governos-e-samarco.htm#.WtIBDYjwbIV>. Acessos em: 14 abr. 2018.

⁴⁰ TAC Governança disponibilizado pelo MPF e que foi integralmente homologado pela Justiça Federal. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/tac-governanca>. Acesso em: 17 ago. 2018.

tragédia, de forma que a Samarco se ocupou das providências para que pudesse voltar a operar. No início de 2020, a mineradora informava em seu site⁴¹ seus planos:

A retomada das operações será gradual, sem a utilização de barragem de contenção de rejeitos e após a implantação de um sistema de disposição e tratamento de rejeitos para empilhamento a seco, que inclui a Cava Alegria Sul e a filtragem (SAMARCO, 2020, *online*).

Em 25 de outubro de 2019, portanto já depois do rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) do estado de Minas Gerais concedeu à Samarco a Licença Operacional Corretiva (LOC), que permitiu realizar as obras de regularização das antigas e das novas estruturas produtivas. Assim, em 23 de dezembro de 2020, a empresa retomou a exploração de minério e a produção de pelotas (com capacidade parcial). Poucos meses depois, em abril de 2021, a Samarco teve seu pedido de recuperação judicial acolhido pela Justiça. Segundo a empresa, o processo de recuperação judicial, efetivamente iniciado em 10 de junho de 2021, tem o objetivo de organizar as suas dívidas junto a credores e permitir que continue operando, sem causar impactos nas ações de recuperação conduzidas pela Fundação Renova⁴².

Em agosto de 2020, a Justiça Federal homologou outro acordo celebrado entre a Fundação Renova e os governos de Minas Gerais e do Espírito Santo⁴³. Denominada Agenda Integrada, a iniciativa estabeleceu o repasse de 830 milhões de reais⁴⁴ para os estados de MG e ES, além de 37 municípios impactados pela tragédia. Os governadores dos dois estados anunciaram que os valores provenientes da Fundação Renova serão investidos, a título de

⁴¹ Reproduzido conforme disponível em: <https://www.samarco.com/loc/>. Acesso em: 2 jan. 2020.

⁴² Conforme informações da Samarco. Disponível em: <https://www.samarco.com/recuperacaojudicial/>. Acesso em: 22 jun. 2021.

⁴³ Informações disponíveis em: <https://portal.trf1.jus.br/sjmg/comunicacao-social/imprensa/noticias/caso-samarco-juizo-da-12-vara-federal-de-minas-gerais-autoriza-um-bilhao-de-reais-para-investimentos-no-caso-samarco.htm>. Acesso em: 30 nov. 2020.

⁴⁴ Informações disponíveis em: <https://www.fundacaorenova.org/release/fundacao-renova-repassa-r-830-milhoes-para-investimentos-em-educacao-e-infraestrutura-em-minas-gerais-e-no-espírito-santo/>. Acesso em 30 nov. 2020.

compensação e reparação, nas regiões atingidas pelo rompimento da barragem da Samarco⁴⁵.

Os questionamentos à falta de independência da Fundação Renova em relação às mineradoras que a mantêm (Vale, BHP e Samarco) não se encerraram com a assinatura do TAC Governança em 2018. Desde então, as denúncias são constantes, vindas de movimentos sociais, do Legislativo e também de Ministérios Públicos e Defensorias Públicas. Por exemplo, em setembro de 2020, Ministérios Públicos e Defensorias pediram a retomada da ação civil pública suspensa desde a assinatura do TAC Governança, sob a justificativa do descumprimento do acordado pelas empresas, conforme se lê no trecho publicado pelo Ministério Público Federal reproduzido a seguir:

A retomada da ação civil pública tem por objetivo principal não permitir que as empresas Samarco, Vale e BHP Billiton se exonerem de suas responsabilidades com as consequências do desastre do Rio Doce. Portanto, com a retomada do andamento processual, as instituições de Justiça esperam que possam ser decididas as questões não contempladas pelos acordos firmados entre as partes, que possa ser determinado o cumprimento das obrigações já estabelecidas e ainda não cumpridas e que se possa inclusive aferir os novos danos causados pela conduta das empresas réis na protelação de todo o processo de reparação e compensação. (BRASIL, 2020a, *online*).

Em novembro de 2020, o aniversário de cinco anos da tragédia provocada em Mariana ensejou campanha publicitária da Renova sobre as ações promovidas, o que também gerou reação dos Ministérios Públicos e das Defensorias. Os órgãos expediram recomendação conjunta para que a Renova “deixe de veicular conteúdo incorreto e evite gastos milionários em propaganda” (BRASIL, 2020b). Segundo a recomendação, a Fundação Renova firmou contrato no valor de 17,4 milhões de reais com agência de publicidade, configurando desvio de finalidade, já que todo o seu recurso deve visar à reparação dos danos, conforme se lê no trecho publicado pelo Ministério Público Federal reproduzido a seguir:

Para as instituições que assinam a recomendação, a publicidade feita pela Renova “não é dirigida às pessoas atingidas, mas aos investidores

⁴⁵ Informações disponíveis em: <https://www.es.gov.br/Noticia/estado-anuncia-r-422-milhoes-em-obras-de-infraestrutura-e-projetos-de-educacao-nos-municipios-da-bacia-do-doce>. Acesso em: 30 nov. 2020.

e ao público em geral, com o claro propósito de promover a imagem das empresas causadoras do dano e não gerar informação, desviando recursos que deveriam ser utilizados para atendimento aos atingidos”. (BRASIL, 2020b, *online*).

Mais recentemente, em 19 fevereiro de 2021, o MPMG rejeitou a prestação de contas da Fundação Renova relativa ao ano de 2019⁴⁶. As irregularidades identificadas dizem respeito a incongruência de declaração de gastos que devem ser verificadas e a relações espúrias indicadas pelas trocas constantes de empregados das mantenedoras para ocupar cargos na Fundação. Trecho da decisão transcrito na notícia publicada pelo órgão relata:

“É grave o fato de a Fundação Renova ter sido criada para funcionar como uma instância extrajudicial de acesso à justiça na reparação integral dos danos causados pelas instituidoras e mantenedoras e funcionar sem a autonomia devida e com sérios e graves desvios de finalidade”, ressaltam os promotores de Justiça Gregório Assagra de Almeida e Valma Leite da Cunha (MINAS GERAIS, 2021a, *online*).

Dias depois, em 24 de fevereiro de 2021, o MPMG anunciou que ajuizou ação civil pública pedindo a extinção da Fundação Renova, com as justificativas de desvio de finalidade e ineficiência. Para o órgão denunciador, a Renova tem “atuado muito mais como um instrumento de limitação da responsabilidade das empresas mantenedoras (Vale e BHP Billiton) do que como agente de efetiva reparação humana, social e ambiental” (BRASIL, 2021b). O MPMG indicou que 2019 foi o quarto ano em que a Fundação teve sua prestação de contas rejeitada, ou seja, em todos os primeiros quatro anos de atuação da Renova (2016, 2017, 2018 e 2019), suas contas não foram aprovadas pelo Ministério Público. Dessa forma, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais aponta irregularidades e ilicitudes como motivadores para o pedido de extinção da Fundação:

Para o MPMG, no modelo por intermédio do qual a fundação está estruturada e em funcionamento, sem independência e autonomia e com práticas de desvios de finalidades, é evidente a sua ilicitude constitucional e legal e impossível a sua manutenção. Para se ter ideia, as ações em curso pela fundação consumiram até o momento um valor superior a R\$10 bilhões, mas seguem sendo executadas com excessivo atraso e baixíssima eficácia. “É inconcebível que uma fundação funcione sem autonomia e independência, que são princípios

⁴⁶Conforme informações disponíveis em: <https://www.mpmg.mp.br/comunicacao/noticias/mpmg-identifica-irregularidades-no-funcionamento-da-fundacao-renova-e-rejeita-contas-prestadas-referentes-ao-exercicio-de-2019.htm>. Acesso em: 1 mar. 2021.

que devem caracterizar a criação, a existência e o funcionamento de uma Fundação. Era para a fundação funcionar como se fosse uma instituição social, autônoma e independente, sem fins lucrativos, e canal de acesso à justiça na reparação e compensação dos gravíssimos danos sociais e ambientais causados pelo rompimento da Barragem do Fundão.”, diz trecho da ação.

Na prática, segundo o MPMG, a fundação, em suas decisões, é comandada pelas empresas responsáveis pelos ilícitos e pelos graves danos sociais e ambientais causados, Samarco, Vale e BHP. “É como se fosse autorizado que os acusados no processo penal e nos processos coletivos em geral pudessem decidir e gerir os direitos e as garantias fundamentais das suas próprias vítimas”, comparam os promotores de Justiça que assinam a ação, Gregório Assagra e Valma Leite (MINAS GERAIS, 2021b, *online*).

Diante da ação civil pública proposta pelo MPMG, a Fundação Renova informou, em seu site⁴⁷, que “discorda das alegações feitas pelo Ministério Público de Minas Gerais relacionadas às contas da instituição e apresentará suas razões após o recebimento da citação” (FUNDAÇÃO RENOVA, 2021, *online*). A organização argumenta que, antes de serem enviadas ao MP, suas contas foram aprovadas pelo Conselho Curador, pelo Conselho Fiscal e por auditoria independente e, ainda, por consultoria externa. Também afirma que as verbas destinadas a salários e propagandas têm origem específica e não comprometem as ações de reparação. A ação civil pública com o pedido de extinção não havia sido julgada até 17 de junho de 2021. A Fundação Renova, além da Advocacia-Geral da União (AGU) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama) – órgãos da estrutura do Executivo federal – recorreram judicialmente para discutir a instância com competência para decidir sobre a matéria⁴⁸.

Apesar das constantes denúncias, a atuação da Fundação Renova coloca-se como uma realidade. Ela foi desenhada e permanece como instância responsável para a qual públicos atingidos, o Estado e demais interessados devem dirigir seus anseios e críticas relacionados aos processos de tratamento dos problemas advindos da tragédia causada em Mariana.

A Vale, uma das controladoras da Samarco e mantenedoras da Fundação Renova, trocou seu presidente em 22 de maio de 2017. Na coletiva de imprensa da sua posse, Fabio Schvartsman anunciou o lema de sua gestão:

⁴⁷ Informação disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/noticia/renova-informa-acao-civil-publica/>. Acesso em: 1 mar. 2021.

⁴⁸ Conforme informação disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2021-05/stj-suspende-processo-que-pedia-extincao-da-fundacao-renova>. Acesso em: 17 jun. 2021.

“Mariana nunca mais”⁴⁹. Entretanto, o lema não se tornou realidade, já que, sob sua gestão, em 25 de janeiro de 2019, a barragem da Vale em Brumadinho foi abaixo e revelou tantas outras estruturas da mineradora em igual risco. Em outubro de 2019, das sete barragens classificadas em nível 2 ou 3 de emergência (obrigando evacuação das populações das áreas de autossalvamento), cinco eram da Vale⁵⁰. Novo levantamento na ANM⁵¹, em outubro de 2020, constatou crescimento de 100% nesse número. Ou seja, naquele momento, as populações vizinhas a dez barragens da Vale estavam retiradas de suas casas e territórios.

Diferentemente do que aconteceu no caso da Samarco com a criação da Renova, a gestão da tragédia causada pela Vale em Brumadinho não foi terceirizada para outra organização. Coube à própria Vale as respostas de emergência e também de reparação a comunidades e meio ambiente. Após esse segundo rompimento de barragem, movimentos sociais, a própria comunidade e instituições do Estado (como Ministério Público, Defensoria Pública e Assembleia Legislativa) se mobilizaram a fim de impedir que a experiência de criação da Renova se repetisse. A crítica, como visto, é a de que, embora tenha sido desenhada para ser independente, na realidade, a Fundação Renova não demonstra essa independência em relação às mineradoras⁵².

Como a área de impactos da tragédia de Brumadinho ficou limitada territorialmente a Minas Gerais, as negociações decorrentes concentraram-se com o poder Executivo estadual de Minas Gerais. As tratativas foram conduzidas pelo Governo do Estado de Minas Gerais e pelo grupo de instituições de representam o Estado e as vítimas, que são o MPMG, o MPF e a DPMG, e, por outra parte, a mineradora Vale. Atingidos pela tragédia e movimentos sociais criticaram sua exclusão do processo de negociação.

⁴⁹Conforme informações disponíveis em: <https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2019/01/ao-tomar-posse-presidente-da-vale-disse-que-seu-lema-seria-mariana-nunca-mais.html>. Acesso em: 1 dez. 2020.

⁵⁰ Informação da ANM em <http://www.anm.gov.br/noticias/anm-interdita-54-barragens-por-falta-de-condicao-de-estabilidade>. Acesso em 27/12/2019.

⁵¹Informações da ANM disponíveis em: <https://www.gov.br/anm/pt-br/assuntos/barragens/declaracao-de-condicao-de-estabilidade-dce/resumo-campanha-entrega-dce-setembro-2020/view>. Acesso em: 29 nov. 2020.

⁵² Conforme informações disponíveis em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-01/criada-para-reparar-danos-em-mariana-renova-nao-atuara-em-brumadinho>. Acesso em: 24 jan. 2021.

A principal crítica diz respeito à falta de transparência. Como as negociações se deram sob o princípio da confidencialidade, apenas os participantes das tratativas tiveram conhecimento dos detalhes. Não foram tornados previamente públicos os projetos que estavam em discussão.

As três organizações escolhidas pelos atingidos da tragédia de Brumadinho para assessorá-los – a Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (Aedas), o Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (Nacab) e o Instituto Guaicuy – chegaram a publicar documento pleiteando que todos os termos do acordo sejam tornados públicos. Também cobraram a criação de espaços abertos para discuti-lo (RODRIGUES, 2021, *online*).

Apesar disso, no dia 4 de fevereiro de 2021, foi celebrado o acordo para reparação integral relativa ao rompimento das barragens de Córrego de Feijão, em Brumadinho, estabelecendo que a Vale pagará 37,68 bilhões de reais⁵³, ante o valor de 57,4 bilhões de reais inicialmente pedido pelas instituições públicas. O valor final do acordo abarca programas a serem realizados em diferentes frentes: transferência de renda e demandas das comunidades atingidas; investimentos socioeconômicos na Bacia do Paraopeba; segurança hídrica; reparação socioambiental; mobilidade urbana; melhoria dos serviços públicos; e medidas de reparação emergencial⁵⁴. Diferentemente do caso da Samarco, a responsabilidade de condução dos projetos não ficou sob responsabilidade de uma única instituição especializada na reparação, como é o caso da Fundação Renova. Parte das ações serão executadas pelo Governo de Minas, por prefeituras e, outra, pela Vale, cabendo a fiscalização à Controladoria-Geral do Estado, à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, ao Tribunal de Contas do Estado, às instituições de Justiça e às auditorias independentes que deverão ser contratadas. A efetivação da primeira parte dos repasses dos valores aos municípios exigiu criação de projeto de lei e gerou muitos debates

⁵³ Conforme informações disponíveis em: <http://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/poder-publico-garante-inicio-imediato-de-medidas-de-reparacao-dos-danos-causados-por-rompimento-de-barragem-em-brumadinho>; <https://www.mpmg.mp.br/comunicacao/noticias/tragedia-de-brumadinho-aco-es-civis-do-mpmg-e-do-estado-garantem-reparacao-bilionaria.htm>; <https://defensoria.mg.def.br/index.php/2021/02/05/acordo-de-r-376-bilhoes-garante-reparacao-de-danos-coletivos-causados-por-rompimento-de-barragem-em-brumadinho/>. Acessos em: 20 fev. 2021.

⁵⁴ Acordo na íntegra disponível em: <https://defensoria.mg.def.br/wp-content/uploads/2021/02/Minuta-versao-final.-acordo.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2021.

na ALMG, que, assim como os municípios, também não participou da formulação do acordo⁵⁵.

b) Trâmite judicial

Importante frente de atuação estatal ao acontecimento diz respeito à apuração dos fatos e das medidas judiciais para seu julgamento e responsabilização. Pode-se considerar o trâmite judicial como uma reação típica do Estado Democrático de Direito a acontecimentos públicos que implicam desrespeito à lei. É o ambiente que acolhe os públicos mais diretamente atingidos pelo *sofrimento* do acontecimento (QUÉRÉ, 2005) e suas demandas por recompensas em relação a perdas e danos e expectativas de realização de justiça.

A tragédia causada pela Samarco em Mariana foi investigada e gerou processos em diferentes esferas judiciais, a maioria deles ainda em trâmite. No que se refere à competência da Justiça Federal, o Ministério Público Federal foi o órgão responsável por promover a ação penal e também a ação civil para a reparação dos danos sociais, econômicos e ambientais causados pelo rompimento da barragem de Fundão, entre outros processos correlatos, como o que visou à proibição da captação de água e pesca no rio Doce. Apenas o MPF ajuizou 13 ações e abriu 20 procedimentos de apuração⁵⁶.

No âmbito cível, o órgão estimou que a tragédia produziu danos na ordem de 155 bilhões de reais, esse é o valor atribuído à causa da Ação Civil Pública proposta pelo MPF. O órgão explica⁵⁷ sua atuação:

A ação civil pública busca a reparação integral dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, enquanto a ação penal tem por objetivo a responsabilização criminal das pessoas e empresas que foram responsáveis pelo maior desastre ambiental da história brasileira (BRASIL, 2020a, *online*).

⁵⁵Conforme informações disponíveis em: https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2021/07/14_plenario_projeto_acordo_val_e_pronunciamentos. Acesso em: 30 jul. 2021.

⁵⁶ Informações disponíveis em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/atuacao-do-mpf>. Acesso em: 2 jan. 2020.

⁵⁷ Reproduzido conforme disponível em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/duvidas-sobre-o-tac-governanca>. Acesso em: 2 jan. 2020.

O acordo firmado entre a União, estados e empresas (TTAC que originou a Fundação Renova) pôs fim a uma outra Ação Civil Pública movida pela União e estados contra as empresas. Esse primeiro acordo não contou com a anuência do Ministério Público, teve sua homologação longamente discutida na Justiça e, por fim, foi incorporado e alterado pelo chamado TAC Governança firmado em 2018, este sim mediado por Ministérios Públicos e Defensorias Públicas. Assim, o MPF informa em seu site que o acordo não extingue a Ação Civil Pública que move contra as empresas, no valor de 155 bilhões de reais. Conforme previsto pelo TAC Governança, a ação ficou suspensa por dois anos, mas, em setembro de 2020, diante do descumprimento do acordo pelas empresas que não efetivaram a contratação das assessorias técnicas independentes para os atingidos, requerimento de imediato retorno da ação civil pública foi apresentado por Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Defensoria Pública da União, Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo e Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais⁵⁸.

No âmbito criminal⁵⁹, as empresas Samarco Mineração, Vale e BHP Billiton Brasil foram acusadas pelo MPF, cada uma, por 12 crimes ambientais. A VOGBr Recursos Hídricos e Geotecnia Ltda., que emitiu laudos de segurança atestando a estabilidade da barragem, e um engenheiro de seus quadros foram acusados pelo crime de elaboração de laudo ambiental falso. Há, ainda, 21 pessoas que figuram como réis dessa ação, acusadas pelos crimes de homicídio, lesões corporais, inundação e desabamento ou desmoronamento. Elas são diretores, gerentes e membros do Conselho de Administração da Samarco. No que se refere à acusação de homicídio, a ação foi trancada, expressão jurídica que significa que o processo não foi extinto, mas interrompido por falta de provas que sustentem a acusação contra as 21 pessoas. A acusação que corre na Justiça Federal poderá ser retomada caso novas provas da ação ou omissão direta dos acusados em relação aos homicídios sejam apresentadas.

⁵⁸ Conforme informações disponíveis em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/noticias-mg/caso-samarco-ministerios-publicos-e-defensorias-publicas-pedem-retomada-do-tramite-da-acao-de-r-155-bi-suspensa-desde-2018>. Acesso em: 30 nov. 2020.

⁵⁹ Informações disponíveis em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/noticias-mg/tragedia-em-mariana-mg-justica-federal-recebe-denuncia-do-mpf-e-instaura-acao-penal-contra-os-26-acusados>. Acesso em: 3 jan. 2020.

Nas Justiças estaduais de Minas Gerais e Espírito Santo, as empresas e seus responsáveis foram acionados por Ministério Público Estadual e Defensoria Pública dos dois estados, além de ações propostas por meio de advogados, no que concerne aos impactos locais. As diversas ações⁶⁰ apresentadas buscam a reparação dos direitos dos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, incluindo reassentamento, danos morais e financeiros. Também incluem questões ligadas a patrimônio histórico, direitos humanos, saúde, entre outras. Há, ainda, iniciativas de acordos e conciliações entre as partes.

Grande parte das obrigações imputadas a Samarco, Vale e BHP tem sido executada pela Fundação Renova, conforme determinado pelo acordo firmado com União e estados (TTAC) e, depois, pelo TAC Governança. Assim, todo o contato com as populações atingidas é feito pela Fundação. Ainda no âmbito judicial, há ações relacionadas às questões trabalhistas de empregados da Samarco e terceirizadas, que tramitam na Justiça do Trabalho.

Para além das punições e dos acordos determinados por via judicial, a Samarco responde por processos administrativos, sobretudo aqueles relacionados ao licenciamento ambiental de suas atividades que compete aos poderes Executivos estadual e nacional. O andamento desses processos inclui, por exemplo, aplicação de multas, suspensão e autorização das atividades da Samarco.

Na Justiça britânica, sede da BHP Billiton, houve tentativa de processar a empresa que é dona de metade da Samarco⁶¹. O escritório inglês SPG Law recolheu autorizações para representar os interesses de 200 mil vítimas do vazamento, incluindo 700 empresas, 25 municípios, três comunidades indígenas e a diocese de Mariana. Mas a ação contra a BHP Billiton por sua responsabilidade no maior desastre ambiental brasileiro foi negada pela Justiça britânica, que considerou não ter jurisdição para julgar o caso na Inglaterra⁶².

⁶⁰ Ações do MPMG relatadas em: <https://rompimentodabarragemdefundaofmpmg.wordpress.com/fase1/>. Acesso em: 3 jan. 2020.

⁶¹ Informações disponíveis em: <https://piaui.folha.uol.com.br/vitimas-de-mariana-cobram-r-25-bi-de-mineradora-bhp-na-inglaterra/>. Acesso em: 5 jan. 2020.

⁶² Informações disponíveis em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/11/09/tragedia-de-mariana-justica-britanica-extingue-acao-bilionaria-contrabhp-billiton-por-considera-la-abusiva.ghtml>. Acesso em: 30 nov. 2020.

A tragédia causada pela Vale em Brumadinho também convocou a atuação pública para sua apuração e julgamento. Mas, diferentemente do caso de Mariana, como a área atingida se estendeu apenas por um estado, o trâmite judicial se concentra na Justiça de Minas Gerais. O MPMG ajuizou⁶³, em 21 de janeiro de 2020, ação penal em que acusa, por diversos crimes ambientais, a Vale, a consultoria Tüv Süd (que emitiu laudo de estabilidade da barragem) e 16 pessoas (11 empregadas da Vale e 5 da Tüv Süd). Essas mesmas 16 pessoas foram denunciadas também por homicídios dolosos duplamente qualificados e praticados 270 vezes. A denúncia, aceita pelo Judiciário⁶⁴, sustenta que a Vale conhecia os riscos e não tomou as medidas necessárias para garantir a segurança de seus empregados e da comunidade. O Ministério Público de Minas Gerais explica:

As apurações demonstraram que a Vale detinha internamente diversos instrumentos que garantiam um profundo e amplo conhecimento da situação de segurança de suas barragens. Entretanto, de forma sistemática, ocultava essas informações do Poder Público e da sociedade, incluindo investidores e acionistas da empresa. “A Vale constituiu internamente verdadeira ‘caixa-preta’, consistente em estratégia corporativa de manter sigilosamente informações sobre riscos geotécnicos inaceitáveis de barragens de rejeito” (MINAS GERAIS, 2020).

Mais de dois anos depois da tragédia, em 26 de fevereiro de 2021, a Polícia Federal divulgou resultado da perícia em que concluiu que o rompimento da barragem foi provocado por perfurações em pontos frágeis da estrutura feitas pela Vale cinco dias antes⁶⁵ do colapso da estrutura. A PF indica que, antes de fazer essas perfurações, a Vale havia recebido de seus fornecedores relatório que indicava esses pontos frágeis, mas não os considerou.

Ainda em maio de 2019, a Tüv Süd (fornecedora da Vale que emitiu laudo de estabilidade da barragem) teve suas atividades parcialmente

⁶³Conforme informações disponíveis em: <https://www.mpmg.mp.br/comunicacao/noticias/mpmg-e-pcmg-finalizam-investigacoes-sobre-o-rompimento-da-barragem-em-brumadinho-16-pessoas-sao-denunciadas-por-homicidio-qualificado-e-crimes-ambientais.htm>. Acesso em: 30 jan. 2020.

⁶⁴Conforme informações disponíveis em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/02/14/justica-aceita-denuncia-do-mpmg-contr-a-vale-tuv-sud-e-16-funcionarios-das-empresas-por-crimes-em-brumadinho.ghtml>. Acesso em: 1 dez. 2020.

⁶⁵Conforme informações disponíveis em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/02/26/interna_gerais,1241385/pf-vale-fez-perfuracoes-que-causaram-rompimento-da-barragem-de-brumadinho.shtml. Acesso em: 1 mar. 2021.

suspensas no Brasil pela justiça em função de pedido do MPMG⁶⁶, que enquadrou as ações da consultoria na Lei Anticorrupção de Empresas. O entendimento foi de que a Tüv Süd, ao emitir laudo de estabilidade que não refletia a realidade, lesou a administração pública em suas atividades de fiscalização e apuração.

O Ministério Público de Minas Gerais⁶⁷ instalou força-tarefa para atuação ante a tragédia causada em Brumadinho nas áreas criminal, meio ambiente, direitos humanos, saúde, patrimônio público, educação, defesa das crianças e adolescentes. O órgão instaurou procedimentos investigatórios, ajuizou ações e atuou na celebração de acordos judiciais com a Vale que visam à reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem em Brumadinho e também a adoção de medidas de segurança em outras barragens do estado.

A reincidência do fato de rompimento de outra barragem depois do ocorrido em Mariana convocou, novamente, a atenção para as condições dessas estruturas. Em abril de 2019, logo após a Agência Nacional de Mineração (ANM) divulgar relação das barragens de rejeitos que não tiveram declaração de estabilidade na Inspeção Regular de Segurança de Barragem, o MPMG informava que já havia ações civis públicas propostas para 53 barragens de rejeito a fim de verificar as reais condições de segurança⁶⁸. A tragédia também incitou a atuação do Ministério Público do Trabalho, que firmou acordo⁶⁹ com a Vale determinando as indenizações trabalhistas devidas aos familiares das vítimas e garantia de estabilidade de três anos aos demais empregados que estavam lotados na mina de Córrego de Feijão.

A Vale foi condenada, em 9 de julho de 2019, a reparar todos os danos causados pela tragédia do rompimento da barragem de rejeitos da Mina Córrego

⁶⁶Conforme informações disponíveis em: <https://www.mpmg.mp.br/comunicacao/noticias/justica-defere-pedido-do-mpmg-para-bloquear-bens-e-suspender-parcialmente-atividades-da-empresa-tuv-sud-no-brasil.htm>. Acesso em 30 out. 2020.

⁶⁷ Conforme informações disponíveis em: <https://www.mpmg.mp.br/comunicacao/noticias/caso-brumadinho-procedimentos-de-investigacao-instaurados-e-aco-es-ajuizadas.htm>; <https://www.mpmg.mp.br/comunicacao/noticias/balanco-de-seis-meses-de-atuacao-do-mpmg-no-caso-brumadinho.htm>. Acesso em: 6 jan. 2020.

⁶⁸ Informações disponíveis em: <https://www.mpmg.mp.br/comunicacao/noticias/barragens-que-nao-possuem-certificacao-de-estabilidade-sao-alvos-do-mpmg.htm>. Acesso em: 6 jan. 2020.

⁶⁹ Conforme informações disponíveis em: <https://www.do-desastre-ao-acordo-valebrumadinho.mpt.mp.br/atuacao-do-mpt>. Acesso em: 7 jan. 2020.

do Feijão⁷⁰. O MPF informa⁷¹ que a sentença reconheceu a responsabilidade da mineradora Vale quanto à reparação dos danos nas esferas social, econômica e ambiental. O valor da causa não está definido, uma vez que ainda prevê a determinação da extensão dos danos. De toda forma, a Justiça determinou o bloqueio de 11 bilhões de reais em garantia para as reparações.

Em agosto de 2020, o Governo do Estado de Minas Gerais, Ministério Público do Estado e Defensoria Pública do Estado apresentaram à justiça petição conjunta contra a Vale para compensação socioeconômica e de danos morais coletivos com pedido de pagamento total de 54,6 bilhões de reais⁷². A petição também foi assinada pelo Ministério Público Federal, pela Defensoria Pública da União e pela Advocacia-Geral da União. A partir desse pedido, com a mediação da Justiça estadual, foi instalado procedimento de negociação entre as partes, que são o Governo de Minas e a Vale, com a participação das instituições jurídicas de interesse público (MP e DP) para zelar pelos direitos das vítimas. O acordo para reparação foi firmado em 4 de fevereiro de 2021, determinando que a Vale pague 37,68 bilhões de reais. Segundo informações do MPMG e da DPMG⁷³, esse acordo não interfere ou impede as ações sobre direitos individuais dos atingidos, bem como as ações criminais, que constituem processos à parte. Também não interfere nas indenizações trabalhistas ou no processo movido pelo MPMG com base na Lei Anticorrupção.

⁷⁰ Informação disponível em: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/caso-brumadinho/vale-e-condenada-pela-primeira-vez-na-justica-estadual.htm#.XhOFMUdKJIU>. Acesso em: 6 jan. 2020.

⁷¹ Informações disponíveis em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/noticias-mg/desastre-da-vale-justica-condena-mineradora-a-reparar-todos-os-danos-que-causou-no-desastre-na-mina-do-corrego-do-feijao>. Acesso em: 6 jan. 2020.

⁷² Informações disponíveis em: <http://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/poder-publico-exige-valores-justos-em-negociacao-de-acordo-para-reparacao-de-danos-socioeconomicos-causados-por-rompimento-de-barragem-em-brumadinho>. Acesso em: 20 jan. 2021.

⁷³ Informações disponíveis em: <https://defensoria.mg.def.br/index.php/2021/02/05/acordo-de-r-376-bilhoes-garante-reparacao-de-danos-coletivos-causados-por-rompimento-de-barragem-em-brumadinho/>; <https://www.mpmg.mp.br/comunicacao/noticias/tragedia-de-brumadinho-acoes-civis-do-mpmg-e-do-estado-garantem-reparacao-bilionaria.htm>. Acessos em: 20 fev. 2021.

c) Respostas legislativas

As ações do poder Legislativo também constituem a trama acontecimental das tragédias de Mariana e Brumadinho. Em resposta à tragédia causada pela Samarco, em 11 de novembro de 2015, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) instalou a Comissão Extraordinária das Barragens⁷⁴ para tratar do caso do rompimento da barragem de Fundão e também das consequências da atividade minerária no estado. A Comissão, que se encerrou em 7 de julho de 2016, produziu um relatório final⁷⁵, no qual destaca que sua pretensão “é contribuir, dentro das competências constitucionais do poder Legislativo, para que eventos como os analisados não voltem a ocorrer” (MINAS GERAIS, 2016, p. 5). Para isso, propôs novo projeto de lei (que não chegou a ser aprovado antes da tragédia em Brumadinho), alterações na legislação e fez recomendações aos órgãos públicos responsáveis pelos licenciamentos da atividade minerária.

O documento explica as motivações para a criação da comissão não apenas pelo rompimento da barragem da Samarco em 2015. Para isso, relembra outros quatro rompimentos de barragens: da mineradora Rio Verde, no município de Nova Lima, em 2001; da antiga fábrica de celulose e papel da Indústria Matarazzo de Papéis S.A., em Cataguases, em 2003; da mineradora Rio Pomba Cataguases, instalada no município de Miraí, em 2007; da Herculano Mineração, no município de Itabirito, em 2014. Para a Comissão

[...] fica evidenciada em todos os casos de desastres com barragens e, em especial no caso do rompimento da barragem de Fundão, da Samarco Mineração S.A., a prevalência do lucro sobre a segurança das pessoas, a proteção ao meio ambiente e o respeito aos meios de vida da sociedade (MINAS GERAIS, 2016, p. 10).

Na Câmara de Deputados, também em 11 de novembro de 2015, foi criada Comissão Externa “destinada a acompanhar e monitorar os desdobramentos do desastre ambiental, ocorrido em Mariana – MG e região no

⁷⁴Conforme informação disponível em: https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2015/11/11_plenario_comissao_extraordinaria_das_barragens.html. Acesso em: 3 jan. 2020.

⁷⁵Documento disponível em: https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/comissoes/extraordinaria/interna.html?idCom=1074&leg=18. Acesso em: 6 jan. 2020.

dia 05 de novembro de 2015, causado pelo rompimento de uma barragem” (BRASIL, 2016a, p. 3). O relatório final da Comissão⁷⁶, publicado em maio de 2016, registra visita técnica e audiências públicas realizadas, além de incluir proposta de substitutivo ao novo código de mineração (então em discussão), projetos de leis modificando a Lei da Política Nacional de Segurança de Barragens (12.334/2010), a Lei de Crimes Ambientais (9.605/1998) e a Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos (12.305/2010). O relatório é composto, ainda, por moção de repúdio ao acordo TTAC assinado entre a União, os estados de Minas Gerais e Espírito Santo e as empresas, em março de 2016, sem representação de todas as partes envolvidas.

Visando à alteração da legislação sobre segurança e licenciamento ambiental de barragens, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) lançou e liderou campanha para o projeto de lei Mar de Lama Nunca Mais, que reuniu 56 mil assinaturas e foi protocolado na Assembleia de Minas Gerais em 5 de julho de 2016⁷⁷. O projeto passou por várias intercorrências no trâmite legislativo, inclusive por conta do projeto de lei proposto pela Comissão Extraordinária das Barragens. Em 2018, representantes do MPMG, do Ibama e da sociedade civil acordaram um novo texto para o projeto, o Substitutivo 1 (PL 5.316/2018). A votação da nova legislação para barragens, no entanto, só aconteceu em 2019, após a tragédia causada pela Vale em Brumadinho.

Em 22 de fevereiro de 2019, menos de um mês depois da tragédia, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais aprovou o Projeto de Lei 3.676/16, que dispõe sobre o licenciamento ambiental e a fiscalização de barragens no estado. A nova legislação, aprovada por unanimidade pelos 65 deputados presentes, acata grande parte das propostas contidas no PL 3.695/16, de iniciativa popular, conhecido como “Mar de Lama Nunca Mais”, e no PL 5.316/18, do deputado João Vitor Xavier (PSDB), que institui a Política Estadual de Segurança de Barragens⁷⁸. Esses dois projetos de lei foram propostos após a tragédia causada

⁷⁶Documento disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1457004&filename=REL+2/2016+CEXBARRA. Acesso em: 3 jan. 2020.

⁷⁷ Informações disponíveis em: <https://www.mpmg.mp.br/comunicacao/noticias/mar-de-lama-nunca-mais-por-que-a-importancia-de-aperfeicoar-a-legislacao-sobre-barragens.htm>. Acesso em: 5 jan. 2020.

⁷⁸ Informações disponíveis em: https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2019/02/22_plenario_projeto_barragens_votacao.html. Acesso em: 6 jan. 2020.

pela Samarco em Mariana e voltaram à pauta com a comoção diante de Brumadinho. A nova legislação estadual foi sancionada pelo governador Romeu Zema em 25 de fevereiro de 2019⁷⁹.

O poder Legislativo estadual de Minas Gerais instituiu Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Barragem de Brumadinho, em 13 de março de 2019, com o objetivo de apurar as causas do rompimento de barragem de rejeitos da mineradora Vale S.A. Ao fim de 120 dias de atividades, a comissão responsabilizou a Vale, 11 de seus dirigentes, além de dois auditores da empresa Tüv Süd pela tragédia que provocou as mortes de 270 pessoas. No relatório final, afirma-se que “o rompimento da Barragem 1 NÃO foi um acidente e NÃO se qualifica como caso fortuito ou de força maior” (MINAS GERAIS, 2019, p. 153, destaque do autor).

A CPI também entendeu que a Vale sabia dos riscos, mas, apesar disso, deixou de tomar medidas para evitar a tragédia. Por isso, concluiu pelo indiciamento criminal das 13 pessoas por homicídio doloso e lesão corporal, entre outros crimes. Além da indicação de encaminhamentos criminais, a CPI fez recomendações a diversos órgãos, como Supremo Tribunal Federal e Defensoria Pública de Minas Gerais, a fim de que tomassem medidas para garantir as devidas reparações às vítimas, e também solicitou que a própria Assembleia alterasse a legislação sobre barragens.

No poder Legislativo federal, também houve a instalação de CPI na Câmara e no Senado. No Senado Federal, a CPI foi criada no dia 12 de março de 2019 para investigar as causas do rompimento da barragem, apurar responsabilidades e avaliar formas de reduzir riscos de novas ocorrências dessa natureza. Na Câmara dos Deputados, a CPI⁸⁰ foi criada em 14 de março de 2019 com os mesmos objetivos. Ambas as CPIs concluíram pelas responsabilidades da Vale e a da consultoria Tüv Süd, que emitiu o laudo de estabilidade da barragem antes do seu rompimento.

⁷⁹Informação disponível em: https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2019/02/25_sancao_projeto_barragens.html. Acesso em: 6 jan. 2020.

⁸⁰ Conforme informações disponíveis em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/56a-legislatura/cpi-rompimento-da-barragem-de-brumadinho>. Acesso em: 7 jan. 2020.

No Senado, o relatório final da CPI⁸¹ pediu o indiciamento da Vale, da Tüv Süd e de 14 pessoas, entre representantes da mineradora e da empresa de auditoria: “diretores, gerentes e técnicos podiam e deviam ter evitado o resultado. Assim, devem responder como se o tivessem causado diretamente” (BRASIL, 2019b, p. 222). Na Câmara, a CPI⁸² sugeriu o indiciamento de 22 diretores e engenheiros da Vale e da Tüv Süd, bem como das duas empresas.

[...] os profissionais responsáveis pelo monitoramento e pela gestão da barragem, em todos os níveis da empresa, estavam cientes da situação alarmante da estrutura e dos danos que poderiam advir de sua ruptura e, ainda que não quisessem diretamente que o resultado danoso ocorresse, assumiram o risco de produzi-lo ao não adotarem quaisquer providências no sentido de tentar evitar a perda de vidas e os danos ao meio ambiente. A omissão dessas pessoas resultou na tragédia criminosa da qual o mundo inteiro tomou conhecimento no dia 25/1/2019 (BRASIL, 2019a, p. 557).

Além das indicações de indiciamento criminal, as duas casas legislativas sugeriram aprimoramentos da legislação, da fiscalização e do monitoramento de barragens. Houve, ainda, a criação de CPIs sobre o rompimento da barragem da Vale nos Legislativos municipais de Brumadinho⁸³ e de Belo Horizonte – neste caso, para apurar, especialmente, o impacto na captação de água para o abastecimento da cidade⁸⁴.

Em 18 de dezembro de 2020, cerca de um mês antes da tragédia de Brumadinho completar dois anos, a Assembleia Legislativa de Minas aprovou projeto de lei (PL 1.200/15) criando a Política Estadual dos Atingidos por Barragens⁸⁵. A legislação estabelece diretrizes para o poder Executivo em sua

⁸¹ Relatório Final da CPI disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/56a-legislatura/cpi-rompimento-da-barragem-de-brumadinho/documentos/outros-documentos/relatorio-final-cpi-senado-federal>. Acesso em: 7 jan. 2020.

⁸² Relatório final da CPI disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/comissoes/cpi/cpibruma/RelatorioFinal.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2020.

⁸³ Conforme informações disponíveis em: <https://www.cbrumadinho.mg.gov.br/noticia/278/Vereadores-de-Brumadinho-apresentam-Relatorio-Final-da-CPI-da-Vale>. Acesso em: 7 jan. 2020.

⁸⁴ Conforme informações disponíveis em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/not%C3%ADcias/2019/02/cpi-das-barragens-vai-apurar-poss%C3%ADveis-impactos-no-abastecimento-de>. Acesso em: 7 jan. 2020.

⁸⁵ Informações disponíveis em: https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2020/12/18_plenario_politica_atingidos_barragens.html. Acesso em: 22 jan. 2021.

ação junto às comunidades atingidas, ainda que potencialmente, pelos impactos decorrentes do planejamento, construção e operação de barragens. Pela legislação, cada barragem de Minas deverá ter um Plano de Recuperação e Desenvolvimento Econômico e Social (PRDES) e sua implantação será gerida por um Comitê Gestor, com membros do poder público e da sociedade civil. A política destaca, ainda, o direito à informação, em linguagem simples, sobre os processos.

A ALMG mantém sua atuação em relação às tragédias, pois está vinculada como instituição de fiscalização do acordo de reparação firmado entre a Vale e o Estado de Minas Gerais, em 2021. A ALMG tem afirmado que não participou da formulação do acordo, e o tema gera debates e controvérsias na casa legislativa, inclusive sobre a destinação dos recursos definida no acordo. O papel da ALMG não se resume à fiscalização, uma vez que é por meio de projetos de lei que os recursos são destinados aos municípios atingidos (e representam crédito suplementar ao orçamento fiscal do Estado)⁸⁶.

d) Mobilização dos atingidos, sociedade civil e imprensa

A trama acontecimental das tragédias causadas pela Samarco em Mariana e em toda a bacia do rio Doce e pela Vale em Brumadinho e bacia do rio Paraopeba é cercada pela ação dos três poderes do Estado, das organizações, bem como da sociedade civil, para investigar e determinar punições em relação aos fatos, buscar reparação às pessoas e ao meio ambiente atingidos e também rever regulação e fiscalização das atividades de mineração. Mais de cinco anos após o rompimento de Mariana e dois anos após Brumadinho, vê-se essa complexa rede atuando, muitas vezes, ainda sem respostas efetivas. É o que se observa em relação à população de Bento Rodrigues, distrito de Mariana, que permanece abrigada em moradias provisórias, já que a construção do novo distrito não foi concluída nos prazos, bem como os pescadores do rio Doce, no Espírito Santo, que continuam proibidos de exercer a sua atividade.

⁸⁶Conforme informações disponíveis em: https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2021/07/14_plenario_projeto_acordo_val_e_pronunciamentos. Acesso em: 30 jul. 2021.

Os acontecimentos públicos também ensejaram a mobilização da sociedade civil organizada, que atua, especialmente, na luta pelos direitos dos atingidos e nos problemas causados pela mineração. São movimentos e organizações do terceiro setor que já atuavam antes desses dois rompimentos, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) e o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração. Há também iniciativas diretamente relacionadas ao caso de Mariana, como a Associação de Moradores de Bento Rodrigues e o jornal *A Sirene*⁸⁷, produzido mensalmente pelos próprios atingidos e mantido por um acordo entre os atingidos, o Ministério Público e a Arquidiocese de Mariana. Em Brumadinho, os familiares dos mortos na tragédia constituíram a Associação dos Familiares de Vítimas e Atingidos do Rompimento da Barragem da Mina Córrego do Feijão (Avabrum).

Há ainda a presença de organizações do terceiro setor, sem fins lucrativos, contratadas para atuar como Assistências Técnicas Independentes junto às populações diretamente atingidas pelas tragédias. Essas contratações foram indicadas por instituições do Sistema de Justiça a fim de subsidiar a participação dos atingidos nos processos de reparação. Foram realizados chamamentos públicos para credenciamento de instituições interessadas e, entre aquelas que atendem aos requisitos, a população atingida é responsável por fazer a escolha. No que se refere à tragédia de Mariana, a contratação das assessorias técnicas que, nesse caso, cabe à Fundação Renova, tem sido uma dificuldade recorrente. Por exemplo, em outubro de 2020, Ministérios Públicos e Defensorias Públicas denunciaram obstáculos impostos pela Fundação de maneira que apenas cinco assessorias haviam sido contratadas, deixando 16 territórios atingidos desassistidos, mesmo depois de já terem escolhido suas assessorias⁸⁸. No caso de Brumadinho, as contratações das assessorias técnicas foram feitas pela Vale. Segundo informações do MPMG, a escolha das assessorias envolveu a população dos 26 municípios, das 5 regiões atingidas,

⁸⁷ Disponível em: <http://jornalasurene.com.br/>. Acesso em: 1 dez. 2020.

⁸⁸ Informações disponíveis em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/noticias-mg/caso-samarco-ministerios-publicos-e-defensorias-publicas-pedem-retomada-do-tramite-da-acao-de-r-155-bi-suspensa-desde-2018>. Acesso em: 1 dez. 2020.

com a realização de cerca de 200 reuniões comunitárias e formação de 94 Comissões de Atingidos⁸⁹.

A imprensa é também um ator fundamental dessa trama acontecimental, responsável, em grande medida, pela manutenção de sua visibilidade (WEBER, 2011b). Os acontecimentos permanecem na pauta de veículos locais, regionais e nacionais, como demonstra, por exemplo, a série de notas de rodapé apresentadas ao longo deste capítulo, com muitas citações de veículos da imprensa. A atuação da imprensa é relevante, sobretudo, para a experiência que a opinião pública alargada teve e continua tendo a respeito dessas duas tragédias. Uma experiência pública que se enlaça sob o que denominamos trama acontecimental.

A partir do delineamento das principais ações decorrentes das tragédias de Mariana e Brumadinho, constata-se que o enfrentamento dos acontecimentos envolve seus públicos em uma situação complexa e exigente do ponto de vista do tratamento público que desencadeia. Os públicos permanecem em constante afetação recíproca, de forma que suas ações e reações são os movimentos que tecem sentidos e consequências da *trama acontecimental*. Quéré (2001a) destaca que a afetação é determinante para a duração do acontecimento:

Em certo sentido, ele dura o tempo que dura a actualização do seu potencial de criação de intrigas, de revelação de possíveis ou de modificação de situações, assim como de “afecção” (no sentido etimológico “de acção sobre”) daqueles a quem ele acontece (QUÉRÉ, 2011a, p. 24).

Essa duração, portanto, não está estrita à sua ocorrência espaço-temporal. Os acontecimentos das tragédias de Mariana e Brumadinho (re)acontecem a cada ato reivindicatório dos atingidos, decisão judicial, revisão da fiscalização, promessa de acordo celebrado, denunciado e desfeito. São, portanto, os públicos que mantêm a trama acontecimental viva em suas experiências.

⁸⁹ Informações disponíveis em: <https://mpmgbarragens.info/atuacao-socioeconomica/assessorias-tecnicas/>. Acesso em: 1 dez. 2020.

5.3.6 Versões e disputas públicas

Os aspectos de abordagem do acontecimento discutidos anteriormente (problematização, ruptura da realidade, passibilidade, poder hermenêutico e pano de fundo pragmático) estão imbricados no processo de narrativização instaurado pelo acontecimento (FRANÇA *et al.*, 2020). Ao seu acontecer se sucede a segunda vida do *acontecimento* (QUÉRÉ, 2011a), momento de construção narrativa, quando o acontecimento “assume uma dimensão discursiva e passa a integrar a organização de nossa conduta” (FRANÇA *et al.*, 2020, p. 45).

A segunda vida do acontecimento é marcada pela sua apropriação simbólica. Observar essa narrativização exige atentar para a “[...] construção de narrativas em torno de um acontecimento, as disputas de sentidos e a espetacularização de determinado evento a partir de discursos midiáticos que ganham significação e circulação na sociedade” (FRANÇA; LOPES, 2017, p. 80).

Quéré (2005, p. 68) ressalta que “configuram-se [os acontecimentos] em função do que lhes fazemos, de forma como lhes respondemos e como deles nos apropriamos”. Mesmo reconhecendo limites a esse poder, afinal é preciso lidar com o que aconteceu e não pode ser modificado, o autor destaca que o acontecimento depende do que se faz com ele: “[...] podemos compreendê-lo de outra maneira, fazer dele um outro acontecimento e reconfigurá-lo através da maneira como o apropriámos” (QUÉRÉ, 2005, p. 69). Dessa forma, as narrativas dizem tanto do acontecimento como dos seus narradores.

[...] construir uma narrativa obedece a uma linha condutora; ela conta o desenrolar de ações ao longo do tempo, promovidas por agentes (actantes), em determinadas circunstâncias. Buscando dar inteligibilidade a um acontecimento, ela tanto retrata o que se passou (portanto, é dirigida pelos fatos que conta) como é uma forma de explicá-los e ordená-los. E essa construção segue uma perspectiva conduzida pelo olhar do(a) narrador(a) (FRANÇA *et al.*, 2020, p. 43).

A disputa pública de um acontecimento público (WEBER, 2011b) se dá no tensionamento de diferentes narrativas, tramadas por diferentes públicos a fim de que possam reorganizar sua experiência no mundo e também atender a seus objetivos estratégicos de visibilidade e credibilidade para seus posicionamentos e reivindicações. Os públicos se movimentam e se estruturam

para compreender, elaborar e responder ao acontecimento e o fazem discursivamente.

Weber (2011a, 2017) indica que os públicos se organizam a partir de redes de comunicação pública a fim de participar e disputar a influência sobre os temas de interesse público suscitados, inclusive, por acontecimentos públicos. A tipologia da autora (WEBER, 2017, p. 46) enumera as redes de comunicação pública em três âmbitos: redes de *Comunicação do Poder Executivo*, de *Comunicação do Poder Legislativo*, de *Comunicação do Poder Judiciário*, *Sistemas de Comunicação e Radiodifusão Pública* (no âmbito do Estado); *Redes de Comunicação Política*, de *Comunicação Social*, de *Comunicação Mercadológica*, de *Comunicação Científico-educacional*, de *Comunicação Religiosa* (no âmbito da Sociedade); e *Redes de Comunicação Mediática* (no âmbito dos sistemas de comunicação mediática). Para a autora, “um dos aspectos mais importantes é identificar o poder das redes em relação ao tema em questão” (WEBER, 2017, p. 45).

Na trama acontecimental das tragédias de Mariana e Brumadinho, há destaque para o poder econômico e sua tradução em termos de investimento comunicacional da *rede Mercadológica* integrada, nesse caso, pelas organizações Vale, Samarco e Fundação Renova. As duas mineradoras são empresas privadas, tendo a orientação ao lucro como marca primeira de sua comunicação. A Fundação Renova, embora seja legalmente uma instituição sem fins lucrativos, está vinculada organizacionalmente às mineradoras Samarco, Vale e BHP e, mesmo após a repactuação do acordo que a criou, sua atuação é pautada pelos interesses de suas mantenedoras.

Vemos essa *rede Mercadológica* como ator central na disputa de versões da trama acontecimental: é a partir dela que se coloca o desenho narrativo de oposição ou confrontação de interesses entre mineradoras e atingidos. À margem do poder econômico e comunicacional das empresas, estão as comunidades atingidas pelos rompimentos, as quais podem ser vistas como vulneráveis não apenas política e economicamente, mas, também, comunicativamente. Se as empresas já detêm estrutura profissional, mídias próprias e orçamento para a comunicação, as comunidades não vão além da infraestrutura informal das redes de sociabilidade. Weber (2017, p. 51) reflete sobre o poder da *rede Mercadológica*:

A rede dos sistemas de comunicação mercadológica configura o que se chama a sociedade de consumo a partir de estruturas sofisticadas de marketing, publicidade e comunicação institucional que vendem produtos, serviços e ideias. O poder desta rede está na sua autonomia comunicativa e no seu poder financeiro que mantém a rede de comunicação midiaticizada em funcionamento e dependente deste investimento; que desequilibra a rede política. A lógica publicitária (discurso e estética) foi sendo assumida como padrão da comunicação e assim contagia todos os discursos no processo de planejamento e circulação de ideias e bens de consumo.

Na trama acontecimental das tragédias de Mariana e Brumadinho, a partir das ações e das reações dos diferentes públicos acionados e também considerando a disparidade de poder narrativo entre eles, duas frentes narrativas podem ser delineadas: a narrativa da impunidade e a narrativa da reparação.

A *narrativa da impunidade e reivindicação* é performada pelas pessoas atingidas, suas associações, movimentos sociais, assessorias técnicas, Ministérios Públicos e Defensorias Públicas Federal e Estaduais (MG e ES), advocacia, representantes legislativos federais, estaduais e municipais e atinge representação e visibilidade em mídias próprias, especialmente na internet (sites e redes sociais), bem como na imprensa. Portanto, nessa frente narrativa há destaque para a atuação dos públicos a partir das redes de Comunicação Política e de Comunicação Social (no âmbito da Sociedade) e das redes de Comunicação do Poder Legislativo e de Comunicação do Poder Judiciário⁹⁰ (no âmbito do Estado).

Já a *narrativa da reparação* é protagonizada pelas organizações Samarco, Fundação Renova e Vale, além dos poderes Executivos federal e estadual (MG e ES), sempre parceiros de acordos e anúncios de investimentos, alcançando visibilidade pela cobertura da imprensa e, sobretudo, pelo investimento das organizações em mídias próprias (*sites* e redes sociais) e também pela compra de espaço de propaganda em diferentes veículos midiáticos. Nessa frente, a disputa narrativa é destacada pela atuação da rede de Comunicação Mercadológica (no âmbito da Sociedade) e pelas redes de Comunicação do Poder Executivo (no âmbito do Estado).

⁹⁰ Em compreensão alargada do Poder Judiciário para o Sistema de Justiça, de forma a não restringir ao Judiciário, incluindo também instituições como Ministério Público, Defensoria Pública e Advocacia.

Essas duas forças narrativas, além de serem projetadas nos espaços de comunicação das organizações e dos públicos envolvidos, disputam a visibilidade conferida pela rede de Comunicação Mediática.

As Redes de Comunicação Mediática são poderosas e necessárias à demanda das outras redes, assim como dos poderes, pois se constituem no espaço privilegiado de visibilidade e repercussão. O poder destas redes está na sua autonomia enquanto organização e nos princípios que regem o jornalismo expressos nos enquadramentos de fatos, e na sua capacidade de entreter, com engajamento, ou não. Qualquer que seja o ângulo pelo qual se analisa seu poder, seu papel é fundamental ao debate público sobre qualquer que seja o tema (WEBER, 2017, p. 52-53).

Afinal, a visibilidade alcançada por versões de determinados públicos tem grande peso para a influência sobre a decisão pública relativa ao tema de interesse em disputa. É importante demarcar, como faz Weber (2017), que o foco para os poderes e a disputa instalada não impõe a impossibilidade de funcionamento da esfera pública; ao contrário, destaca as dinâmicas estratégicas presentes nesse espaço. “Preservar o conceito de esfera pública é investir na dimensão da participação da sociedade e entender que se movimenta em torno do interesse público” (WEBER, 2017, p. 36).

São, especialmente, os movimentos estratégicos de disputa pela individualização e pela problematização da trama acontecimental das tragédias de Mariana e Brumadinho que geram o interesse de pesquisa desta tese. É comunicacional o olhar que reconheceu e selecionou essa trama acontecimental como objeto de pesquisa.

A realidade comunicacional não se encontra *a priori*, mas é percebida e elaborada a partir do marco de um conhecimento específico, a Comunicação. Portanto, o olhar que, para além do *objeto-coisa*, conforma nosso *objeto-conhecimento* está em movimento constante entre a tríade *problema – teoria – observação da realidade*, a fim de evidenciar o que há de comunicacional nessa realidade, animado pela tentativa de oferecer respostas próprias desse campo de conhecimento.

O ponto de vista teórico da comunicação pública ensejado pelo acontecimento público atenta para a afetação que desequilibra públicos e poderes, porque são convocados a se manifestar instaurando a disputa pela definição da qualidade pública e da responsabilidade sobre os problemas

revelados pela trama acontecimental aqui em estudo. Como defende Braga (2017), uma vez que o comunicacional não se encontra coisificado, deve estar, sobretudo, nas perguntas.

Nossas perguntas se direcionaram, primeiro, às características comuns às tragédias de Mariana e Brumadinho. Vimos que elas envolvem duas mineradoras com relações de propriedade e parceria, os dois derramamentos de lama determinaram rotas de mortes e destruição ambiental na região do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais, atingindo milhares de pessoas e ecossistemas ao longo de duas bacias hidrográficas. Quanto às similitudes comunicacionais, as respostas permitiram, como desenvolvido ao longo deste capítulo, identificá-las conforme uma *trama acontecimental* em que os processos de individualização e problematização dos dois acontecimentos são compartilhados. A natureza pública dos acontecimentos determina o acionamento de poderes políticos, econômicos, sociais e midiáticos que disputam a tessitura pública da trama acontecimental.

O movimento analítico empreendido na terceira parte da tese, a seguir, visa à compreensão da dinâmica estratégica da disputa (simbólica, comunicacional, discursiva) implicada na problematização da trama acontecimental das tragédias de Mariana e Brumadinho. Nesse sentido, o foco se direciona à rede de Comunicação Mercadológica, que, como visto, tem papel central nessa disputa. Como as organizações que compõem a rede de Comunicação Mercadológica da trama acontecimental delimitada, ou seja, as organizações Samarco, Fundação Renova e Vale, se comunicam estrategicamente sobre o tema? Dessa forma, buscamos refletir sobre as qualidades éticas do processo de comunicação pública instaurado, considerando *como a comunicação pública e a comunicação cínica se situam nas estratégias de apresentação pública das organizações Samarco, Fundação Renova e Vale, vinculada à trama acontecimental das tragédias provocadas em Mariana (2015) e Brumadinho (2019).*

PARTE 3 – COMUNICAÇÃO PÚBLICA E COMUNICAÇÃO CÍNICA SOBRE AS TRAGÉDIAS

Caracterizamos a *trama acontecimental das tragédias causadas em Mariana e Brumadinho* como nosso objeto de pesquisa com foco na comunicação empreendida pelas organizações Samarco, Fundação Renova e Vale, a partir dos conceitos de comunicação pública, comunicação sistematicamente distorcida e comunicação cínica. Demarcamos como os dois acontecimentos públicos se tramam em par, de forma que se identificou o compartilhamento da experiência pública instaurada por ambos e a disputa pública em torno da sua problematização.

O aporte teórico, tal qual construído na primeira parte da tese, privilegiou a comunicação pública em articulação com os conceitos de racionalidade comunicativa, ação comunicativa, ação estratégica, comunicação sistematicamente distorcida, racionalidade cínica e comunicação cínica. A base teórica também contemplou a abordagem crítica sobre a comunicação das organizações, destacando-se a assimetria constitutiva da relação estabelecida com os públicos, as consequências públicas dessa posição de poder e os mecanismos que podem abrir ou fechar a organização ao diálogo em um ambiente democrático.

Como já identificado, nesta tese, nossa escolha é observar o exercício comunicacional de um poder específico – aquele das organizações – em uma situação pública particular – a da disputa ensejada por acontecimentos públicos. Assim, a potência desequilibradora, de revelação e afetação do objeto de pesquisa demarcado na trama acontecimental das tragédias causadas em Mariana e Brumadinho dá a ver o exercício desse poder em tensionamento, em disputa pública.

Nesta terceira parte, o segundo movimento analítico da tese se direciona à hipótese de trabalho que *se sustenta nas características da comunicação utilizada pelas organizações responsáveis pelas tragédias, engendrada na justaposição da comunicação cínica à comunicação pública, constituindo um paradoxo. A comunicação executada pelas organizações Samarco, Fundação Renova e Vale, para responder à sua responsabilidade ante as tragédias de Mariana e Brumadinho, caracteriza-se como uma comunicação cínica que se*

justapõe à comunicação pública e, ao mesmo tempo, a integra de modo paradoxal, por meio de operações distorcivas utilizadas estrategicamente nas apresentações públicas. Assim, a trama acontecimental formada pelas tragédias de Mariana e Brumadinho é reveladora de estratégias de comunicação das organizações que permitem caracterizar a comunicação cínica.

O conceito da *comunicação cínica* está na hipótese para subsidiar a leitura crítica do poder das organizações no ambiente democrático mediado pela *comunicação pública*. Esses dois conceitos são as chaves teórico-analíticas do problema de pesquisa: *como comunicação pública e comunicação cínica se estabelecem na apresentação pública estratégica de Samarco, Fundação Renova e Vale vinculada à trama acontecimental das tragédias provocadas em Mariana e Brumadinho?*

No capítulo a seguir, explicita-se a abordagem metodológica decorrente da relação conceitual entre racionalidade e comunicação em atenção ao fenômeno comunicacional delimitado no objeto de pesquisa. Os procedimentos analíticos estabelecidos em acordo com os objetivos do estudo estão descritos, bem como o *corpus* de pesquisa e as categorias e os indicadores definidos para a análise.

O segundo capítulo desta parte destina-se à apresentação dos resultados da análise de conteúdo empreendida sobre a comunicação produzida por Samarco, Fundação Renova e Vale, de acordo com o instrumental N-Vivo. A classificação de conteúdos está organizada nas três categorias de análise assumidas, reunindo indícios e inferências a respeito do *quadro normativo da comunicação pública* acionado pelas organizações, do *quadro pragmático de distorções da comunicação* e, finalmente, do *quadro paradoxal da comunicação cínica* estabelecido pelas três organizações a partir da trama acontecimental das tragédias de Mariana e Brumadinho.

6 PROCEDIMENTOS ANALÍTICOS DA APRESENTAÇÃO PÚBLICA

Teoria e realidade se articulam por meio da problematização proposta, e o estudo se desenvolve com o objetivo de oferecer respostas ou contribuição próprias do campo comunicacional. Ao enfrentar a realidade empírica, inspiramo-nos pelo propósito de desentranhamento do comunicacional defendido por Braga (2008) na sua abordagem da comunicação como disciplina indiciária.

Metodologicamente, orientamo-nos para perceber, selecionar e articular *indícios* da realidade delimitada em nosso objeto/caso de estudo; gerar *inferências* sobre o fenômeno e expressá-las em forma de *modelo explicativo*. Trata-se de “[...] fazer inferências abstratas (‘genéricas’) sobre o mundo ‘em que aquele caso pode ocorrer’” (BRAGA, 2008, p. 86). Essa modulação explicativa está hipoteticamente proposta e se relaciona às características da comunicação realizada pelas organizações responsáveis pelas tragédias.

Em acordo com a problematização, o *objetivo geral* estabelecido para a tese é *identificar e analisar a comunicação pública e a comunicação cínica vinculadas à apresentação pública de Samarco, Fundação Renova e Vale a partir da trama acontecimental das tragédias provocadas em Mariana e Brumadinho*.

Os procedimentos analíticos foram estabelecidos a partir das demandas incitadas por esse objetivo geral e o seu desdobramento em outros três específicos. O *objetivo específico 1*, que visa *caracterizar a trama acontecimental resultante dos processos de individualização e problematização dos acontecimentos públicos das tragédias provocadas em Mariana e Brumadinho*, levou ao primeiro movimento analítico, expresso na segunda parte da tese.

Por sua vez, o *objetivo específico 2* convocou um novo movimento analítico da tese, a fim de *identificar estratégias e características da comunicação das organizações Samarco, Fundação Renova e Vale a partir de sua apresentação pública na trama acontecimental*. Essa análise foi empreendida a partir dos conceitos de racionalidade comunicativa e racionalidade cínica. Os indícios selecionados e articulados referentes a esse objetivo municiaram a geração de inferências no sentido de atender ao *objetivo*

específico 3 para analisar as consequências normativas e pragmáticas da associação da comunicação pública e da comunicação cínica, especialmente, no que diz respeito à relação entre organizações e públicos determinada por acontecimentos públicos.

O trabalho diante dos objetivos 2 e 3 envolveu a articulação teórica desenvolvida por meio da *pesquisa bibliográfica* exposta em torno dos conceitos de comunicação pública, racionalidade, comunicação cínica, comunicação estratégica, comunicação sistematicamente distorcida e assimetria comunicacional entre organizações e públicos. Entre os autores acionados, destacam-se as contribuições de Habermas (1970, 2003a, 2003b), Esteves (2011), Weber (2017), Sloterdijk (2012), Safatle (2008), Marques (2011, 2015), Mendonça (2013, 2016), Bohman (2000, 2009), Gross (2010), Deetz (1992), Moriceau (2019) e Baldissera (2009a).

Para o diagnóstico da comunicação cínica hipoteticamente vinculada à apresentação pública das organizações Samarco, Fundação Renova e Vale na trama acontecimental das tragédias de Mariana e Brumadinho, valemo-nos de *análise de conteúdo*, com leitura interpretativa de material representativo da comunicação estratégica produzida pelas três organizações. A interpretação (percepção, seleção e articulação de indícios) foi guiada por categorias e indicadores de análise decorrentes da teoria acionada, executada a partir do *software* N-Vivo (as operações são detalhadas à frente). O material empírico coletado e analisado é composto por relatórios anuais ou bienais publicados por Samarco, Fundação Renova e Vale ao longo de seis anos, abrangendo o período de 2015 (ano da tragédia com a barragem da Samarco), 2016 (ano de criação da Fundação Renova), 2017, 2018, 2019 (ano da tragédia com a barragem da Vale), 2020, até julho de 2021.

6.1 Corpus de pesquisa

Para a constituição do *corpus* de pesquisa, privilegiamos o material empírico condizente com as estratégias de comunicação desenvolvidas pelas organizações, com vistas a viabilizar a reunião, seleção e análise de material relevante e adequado aos objetivos estabelecidos. Observamos uma dimensão específica da comunicação organizacional entre as três classificadas por

Baldissera (2009b): a *organização comunicada*. O autor aborda esse âmbito como equivalente a "processos formais, planejados, fala autorizada, aquilo que a organização seleciona de sua identidade para que, estrategicamente, assuma visibilidade" (BALDISSERA, 2014, p. 88), o que justifica que aqui seja assumido como expressão da postura estratégica das organizações em situação de disputa pública ensejada por acontecimentos públicos.

A composição do *corpus* demandou a seleção de materiais de comunicação de Samarco, Fundação Renova e Vale que fossem exemplares do âmbito da organização comunicada, guardassem vínculo temático e oferecessem cobertura temporal em relação à trama acontecimental. Três critérios foram adotados para guiar essa escolha: relevância estratégica, pertinência temática e representação temporal. Considerou-se a seleção de material relevante para a organização no que se referia ao tratamento estratégico conferido à sua produção e divulgação, ou seja, materiais que fossem exemplares da posição assumida publicamente pelas organizações. Concomitantemente, observou-se a pertinência temática e a cobertura temporal oferecida, de forma que os materiais fossem amostras do registro estratégico feito pelas organizações desde a irrupção das duas tragédias até a atualidade (de 2015 a 2021). Esses critérios definiram o *corpus* de pesquisa com *relatórios de atividades* das organizações Samarco, Fundação Renova e Vale.

Nos *relatórios* ou balanços, as organizações prestam contas públicas das ações realizadas em um determinado período de tempo (usualmente anual), muitas vezes, sob a denominação de relatório de sustentabilidade. Esses documentos são fonte para a interpretação estratégica que a organização dá para a sua própria história, tendo caráter de avaliação retrospectiva e de projeção estratégica das suas realizações e posturas. Baldissera (2008b, p. 117) destaca que são peças de autodefinição da organização ante as demandas socioculturais a ela apresentadas.

Trata-se de um lugar de autodefinição isto é, as organizações se definem em relação aos seus públicos, sua alteridade – a coletividade. Vale atentar para o fato de que a materialização dos BSs [balanços sociais] atualiza sentidos socioculturalmente construídos no jogo interacional entre os diversos sujeitos (organizações, públicos, instituições, sistema político-econômico, sistema ambiental, dentre outros), e que, nessas relações de força, os sentidos são disputados e construídos permanentemente. Assim, o BS pode ser entendido como organização/ordem (processo organizador e seu resultado) da

desorganização/desordem que o antecedeu, ou seja, todo conjunto de enunciações socioculturais que, em algum nível, desestabilizam as organizações (seu ser e fazer) e que se atualizam na forma de inquietações sociais, tais como resistências, questionamentos, dúvidas, boicotes e críticas. Os BSs não são um acaso, mas uma resposta às cobranças/exigências socioculturais (BALDISSERA, 2008b, p. 117).

Oliveira (2017) completa que os relatórios se colocam não apenas como resposta direta das organizações a essas demandas, mas, principalmente, como atitude estratégica com vistas a uma imagem pública favorável. Para a autora, “a conformação final do documento carrega em si as intenções de um querer dizer aos públicos, de um querer dar-se a ver com características específicas, seja para reforçar um estado de coisas, seja para neutralizar outra questão” (OLIVEIRA, 2017, p. 110).

A seleção considerou os relatórios de atividades disponibilizados nos sites institucionais de Samarco (www.samarco.com) Fundação Renova (www.fundacaorenova.org) e Vale (na versão do site específica para o Brasil: www.vale.com/brasil/PT/Paginas/default.aspx). Eles se referem às atividades dos anos 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020. Considerando que, usualmente, são publicados entre abril e junho do ano subsequente ao período relatado, foram publicados entre 2016 e 2021. O marco inicial, 2015, é definido pela data de ocorrência da tragédia provocada pela Samarco, em novembro daquele ano e o marco final, pelo ano mais recente até a realização da pesquisa, que é 2020.

- Samarco: foram publicados três relatórios no período considerado – um bienal para 2015 e 2016, um anual para 2017 e um bienal para 2018 e 2019. Até 29 de julho de 2021 a mineradora não havia publicado seu relato referente a 2020. A Samarco identifica-os como relatórios de sustentabilidade e estão disponibilizados na seção do site *Quem Somos*, no item *Relatórios*.
- Fundação Renova: foram publicados cinco relatórios anuais desde que iniciou suas atividades, em 2016, reportando ações de 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020. Eles estão disponíveis no site da organização, na seção *Quem somos*, item *Relatórios Anuais*.
- Vale: foram publicados seis relatórios anuais no período (2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020). O último desses documentos está disponível no site da mineradora, na seção destinada à

Sustentabilidade, já os anteriores estão na seção *Investidores (Informações para o mercado / Relatórios Anuais / Reportes de Sustentabilidade)*. É importante destacar que os relatórios de 2015, 2016 e 2017 foram publicados antes da tragédia de Brumadinho (ocorrida em janeiro de 2019) e têm passagens relativas à tragédia causada pela Samarco, empresa na qual a Vale detém 50% das ações sem o controle acionário. Já os demais, mesmo o documento relativo a 2018, foram publicados após o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho e são marcados por esse tema.

Portanto, o *corpus* de pesquisa é composto por 14 relatórios de atividades relativos aos anos de 2015 a 2020 publicados por Samarco (3 documentos), Fundação Renova (5 documentos) e Vale (6 documentos). No caso dos relatórios da Vale de 2015, 2016 e 2017 (publicados antes da tragédia que causou em Brumadinho em 2019), a análise de conteúdo foi delimitada a excertos dos documentos. A seleção dos intervalos de páginas foi guiada por itens (subcapítulos) em que se constatou a referência à tragédia causada pela Samarco em Mariana. Nesses casos, a inclusão do tema é pontual nos relatórios definidos pelo escopo de empresas controladas pela Vale (não é o caso da Samarco). Os demais relatórios de Vale, Renova e Samarco foram considerados integralmente na análise de conteúdo. No Quadro 3 estão reunidas informações dos documentos que compõem o *corpus* do estudo.

Quadro 3 – Corpus de pesquisa

Organização	Documento	Período	Total págs	Endereço eletrônico	Data de acesso
SAMARCO (3 relatórios)	1- Relatório Bienal 2015-2016	2015-2016	99	https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2020/12/Samarco_Relatorio-Bienal-2015_16-08092017.pdf	15/02/2021
	2- Comunicação de Progresso para o Pacto Global 2017	2017	42	https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2020/12/Relatorio-COP-Samarco-2017_07122018.pdf	15/02/2021
	3- Relatório Bienal 2018-2019	2018-2019	100	https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2020/12/Samarco_Relatorio-Bienal-2018_2019-3.pdf	15/02/2021
FUNDAÇÃO RENOVA (5 relatórios)	1- Relato de Atividades 2016	2016	69	https://www.fundacaorenova.org/wp-content/themes/fundacao-2016/arquivos/relatorioatividades.pdf	01/03/2021
	2- Relatório Anual de Atividades 2017	2017	232	https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2018/01/relatorio-mensal-de-atividades_dezembro_v02.pdf	01/03/2021
	3- Relatório Anual de Atividades 2018	jul/05	251	https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2019/01/renovaanual-1.pdf	01/03/2021
	4- Relatório Anual de Atividades 2019	2019	558	https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2020/01/pmord01200cifanual_200117.pdf	01/03/2021
	5- Relatório Anual de Atividades 2020	2020	475	https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2021/01/relatorio_anual_de_atividades_2021ref.2020.pdf	20/03/2021
VALE (6 relatórios)	1- Relatório de Sustentabilidade 2015 (excerto)	2015	12	http://www.vale.com/PT/investors/information-market/annual-reports/sustainability-reports/Sustentabilidade/relatorio-de-sustentabilidade-2015.pdf	05/06/2021
	2- Relatório de Sustentabilidade 2016 (excerto)	2016	15	http://www.vale.com/PT/investors/information-market/annual-reports/sustainability-reports/Sustentabilidade/relatorio-de-sustentabilidade-2016.pdf	03/06/2021
	3- Relatório de Sustentabilidade 2017 (excerto)	2017	8	http://www.vale.com/PT/aboutvale/relatorio-de-sustentabilidade-2017/Documents/v_VALE_Relatorio_Sustentabilidade_2017_v.pdf	03/06/2021
	4- Relatório de Sustentabilidade 2018	2018	104	http://www.vale.com/PT/aboutvale/relatorio-de-sustentabilidade-2018/Documents/relatorio-sustentabilidade-2018/pdf/Relatorio_Sustentabilidade_Vale_2018.pdf	03/06/2021
	5- Relatório de Sustentabilidade 2019	2019	136	http://www.vale.com/PT/investors/information-market/annual-reports/sustainability-reports/Sustentabilidade/Relatorio_sustentabilidade_vale_2019_alta_pt.pdf	14/02/2021
	6- Relatório de Sustentabilidade 2020	2020	185	http://www.vale.com/brasil/pt/business/reports/siteassets/relatorio-integrado-2020/assets/docs/vale_relato_integrado_2020.pdf	24/05/2021
TOTAL	14 relatórios	2015 a 2020	2045	-	-

Fonte: Autora (2021).

A Samarco indica que os documentos de 2015-2016 e de 2018-2019 foram preparados seguindo a metodologia *Global Reporting Initiative* (GRI)⁹¹ e prestam contas em relação aos princípios do Pacto Global⁹². Já o documento de 2017 é um relato específico em atenção ao Pacto Global. Seu título identifica essa particularidade: “Comunicação de Progresso para o Pacto Global das Nações Unidas 2017 – Período coberto pela Comunicação de Progresso (COP) De 1º de janeiro de 2017 a 30 de junho de 2018”. Assim, o documento reporta ações não apenas de 2017, mas também de metade de 2018. De toda forma, no site da Samarco está identificado como o relatório de sustentabilidade de 2017.

A Vale declara que todos os relatórios atendem à metodologia da *Global Reporting Initiative* (GRI) com o Suplemento Setorial de Mineração e fazem referência ao Pacto Global (embora a empresa tenha deixado de ser signatária em 2019). A partir do relatório de 2017, a mineradora afirma que segue os princípios do *Internacional Council on Mining & Metals* (ICMM)⁹³. Além desses, no documento de 2020, a Vale indica a adoção de uma nova referência para a preparação do documento, o protocolo RI do International Integrated Reporting Council (IIRC)⁹⁴.

Diferentemente dos relatórios anuais da Samarco e da Vale que acionam referências legitimadoras externas e não têm função de cumprimento legal, quatro dos cinco relatórios publicados pela Fundação Renova respondem à obrigação estabelecida judicialmente para o seu funcionamento. O documento relativo a 2016 tem um formato próprio para apresentar a criação e as primeiras ações da Fundação. Nos quatro relatórios subsequentes, há declaração de

⁹¹ *Global Reporting Initiative* (GRI) GRI é uma organização internacional independente para promoção da transparência dos negócios que provê um modelo global para relatos de resultados e impactos das organizações. Oferece uma lista de indicadores sobre os conteúdos que um relatório deve conter, entre outras indicações de relacionamento com os públicos. Informações disponíveis em: <https://www.globalreporting.org/>. Acesso em: 29 jul. 2021.

⁹² Pacto Global é uma iniciativa das Nações Unidas para incentivar que empresas adotem valores fundamentais relativos a direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Informações disponíveis em: <https://www.unglobalcompact.org>. Acesso em: 29 jul. 2021.

⁹³ Internacional Council on Mining & Metals (ICMM) é uma organização internacional que reúne 25 empresas de mineração e metais e associações regionais, como o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram). Informações disponíveis em: <https://www.icmm.com/pt/sobre-nos>. Acesso em: 29 jul. 2021.

⁹⁴ O padrão internacional IR do International Integrated Reporting Framework orienta, a partir de um roteiro, a produção de relatos periódicos de resultados pelas organizações de forma integrada. Informações disponíveis em: <https://integratedreporting.org/>. Acesso em: 29 jul. 2021.

cumprimento do requisito do TTAC (acordo que deu origem à Fundação) de informar em documento anual o andamento de todos os programas executados pela instituição ao Comitê Interfederativo (CIF), que é o órgão externo à Fundação e previsto na sua criação com o papel de fiscalização e orientação das suas atividades. Independentemente dessas diferenças, os cinco documentos são apresentados como relatórios anuais das atividades da Renova em seu site.

6.2 Das chaves teóricas às categorias analíticas

No desenvolvimento teórico, recuperamos que o cerne do cinismo se faz em paradoxo, o que exige que essa seja a lógica perseguida no diagnóstico da comunicação cínica, de forma a identificar a presença (ou ausência) da tensão paradoxal de elementos antagônicos. A abordagem de Bohman (2000) para a comunicação sistematicamente distorcida é central para a operacionalização de nossa proposta analítica da comunicação cínica. Afinal, se argumentamos que a reprodução da sistemática distorcida é o que leva a uma comunicação cínica, precisamos demonstrar sua operação na situação da trama acontecimental que delimitamos para o estudo.

Nesse sentido, olhamos para os dois níveis da comunicação a que chama atenção Bohman (2000): o *nível explícito* das justificações e o *nível implícito* da comunicação. O autor argumenta que é no nível implícito que se processam as violações à comunicação bem-sucedida. Importante ressaltar que a comunicação bem-sucedida é traduzida por Bohman (2009) na comunicação dialógica, em que a manutenção da cooperação entre os participantes é fundamental. Quando há violações à comunicação bem-sucedida (dialógica), produz-se a comunicação sistematicamente distorcida. Complementarmente, argumentamos que, nas condições em que essa comunicação sistematicamente distorcida é dominante e reproduzida de forma naturalizada, instala-se a comunicação cínica.

Por isso, o diagnóstico da presença/ausência de indícios da comunicação cínica na comunicação estratégica empreendida pelas organizações passa pela observação dos dois níveis de comunicação: no nível explícito, intenta-se a identificação do *quadro normativo* orientador da comunicação pública enunciado pelas próprias organizações; no nível implícito, busca-se evidenciar indícios de

práticas de abertura ou fechamento ao diálogo. A cada um desses níveis está associada uma *categoria analítica*: (1) *quadro normativo – comunicação pública* e (2) *quadro pragmático – distorções da comunicação*. A terceira categoria analítica equivale ao (3) *quadro paradoxal – comunicação cínica*, em que o cotejamento dos indícios dos quadros normativo e pragmático subsidia a constatação (ou a refutação) de distorção sistemática da comunicação e da condição paradoxal do cinismo. O Quadro 4, a seguir, sintetiza as categorias de análise.

Quadro 4 – Categorias de análise: comunicação pública e comunicação cínica

CATEGORIAS DE ANÁLISE	
Quadro normativo – comunicação pública	No nível explícito da comunicação, refere-se a princípios normativos da comunicação pública enunciados pelas próprias organizações
Quadro pragmático – distorções da comunicação	No nível implícito da comunicação, refere-se a indícios de práticas de abertura ou de fechamento ao diálogo empreendidas pelas organizações
Quadro paradoxal – comunicação cínica	Cotejamento dos resultados anteriores de forma a constatar (ou a refutar) a distorção sistemática da comunicação e a existência da condição paradoxal do cinismo

Fonte: Autora (2021).

As três categorias de análise orientam a leitura interpretativa do material empírico na seleção de indícios essenciais e sua articulação para a geração de inferências (BRAGA, 2008). A cada categoria foram vinculados *indicadores analíticos* em conformidade com a teoria previamente acionada. Os indicadores ordenam a leitura interpretativa e a codificação do material empírico no *software N-Vivo*.

a) *Quadro normativo – comunicação pública*

A categoria de análise *quadro normativo – comunicação pública* refere-se ao nível explícito da comunicação, em que se busca evidenciar o acionamento discursivo feito pelas organizações de normas e valores da comunicação pública com o objetivo de qualificar a comunicação realizada por elas. A análise solicita

a verificação da presença/ausência da enunciação de critérios e condições da comunicação pública, sintetizados em quatro indicadores. Os indicadores *diálogo*, *condição de igualdade*, *condição de não tirania* e *publicidade* representam preceitos da comunicação pública argumentados por Bohman (2009), Esteves (2011) e Weber (2017, 2020). No Quadro 5 a seguir, estão listados os quatro indicadores analíticos da categoria *quadro normativo – comunicação pública*, com suas respectivas descrições e as marcas textuais a serem evidenciadas no material de comunicação de Samarco, Renova e Vale.

Quadro 5 – Quadro normativo: indicadores da comunicação pública

Indicador	Descrição	Marcas textuais
Diálogo	Concepção dialógica da comunicação, implicando interação, revisão e reflexão das posições	Referência ao diálogo como valor ou postura adotados pela organização na comunicação com públicos
Igualdade	Ampla participação, com acesso igualitário a arenas de debate, igual oportunidade de falar e de influenciar a decisão	Referência à acessibilidade (disponibilidade, acolhida e escuta), à participação e à influência dos diferentes públicos no debate e nas decisões como valor ou postura adotados pela organização em sua comunicação
Não tirania	Liberdade dos participantes, ausência de coerção e de vantagens	Referência à posição de poder ocupada pela organização, à liberdade e à não coerção dos públicos como valor ou postura adotados em sua comunicação
Publicidade	Explicitação de razões para a influência desejada, que consideram e acolhem respostas dos outros; responsividade, cooperação e autorreflexibilidade para generalização de decisões a todo o público; <i>accountability</i>	Referência à explicitação das razões para e da própria influência desejada pela organização, à expectativa de obter e oferecer respostas, cooperação e autocrítica, à responsividade e à <i>accountability</i> como valor ou postura adotados pela organização na comunicação com públicos

Fonte: Autora a partir de Bohman (2009), Esteves (2011) e Weber (2017, 2020).

b) Quadro pragmático – distorções da comunicação

A categoria analítica *quadro pragmático – distorções da comunicação* reporta ao que Bohman (2009) denomina nível implícito da comunicação, caracterizado pelo autor como a pragmática do diálogo. Aplicando a abordagem dialógica da deliberação ao ambiente organizacional (MAFRA; MARQUES, 2017), entende-se que o diálogo pode ser propiciado ou cassado da interação organizacional conforme mecanismos e práticas que sejam adotados. A

operacionalização da análise nesta categoria implica a identificação de sinais de adesão ou de impedimento ao diálogo inscritos pelas três organizações em suas comunicações. A atribuição de indicadores nesta categoria é feita em duas frentes, com indicadores positivos e negativos do diálogo. Cinco indicadores positivos do diálogo, ou seja, aqueles que promovem a prática dialógica, são definidos a partir da proposição de mecanismos dialógicos de Bohman (2009). Eles estão expostos no quadro a seguir, com descrição e marcas textuais equivalentes.

Quadro 6 – Quadro pragmático: indicadores positivos em distorções da comunicação

Indicador positivo	Descrição	Marcas textuais
Abstração de norma	Abordagem do problema específico em contextos sociais mais amplos	Referência textual direta ou à situação prática em que, a partir da atuação da organização, contextualiza problemas e suas consequências, reconhece desafios e problemas públicos e sua responsabilidade por eles
Acolhida recíproca de diferenças	Realizar trocas a partir do respeito a diferenças de experiências e identidades	Referência textual direta ou à situação prática de diálogo (conversa, escuta, espaço de autoexpressão, acolhida e empatia) com públicos e instituições com posições diferentes e de reconhecimento a diferenças de recursos entre organização e públicos
Aplicação concreta de norma	Descrição da nova situação vivida e identificação de questões problemáticas concretas diante da abstração normativa (incluindo leis e regulamentos)	Referência textual direta ou à situação prática de avaliação de demandas e direitos de públicos em situações de desigualdade que envolvem a organização, indicação de problemas concretos enfrentados em função da atuação da organização, assumir erros, regras e leis não cumpridas, desvios cometidos
Descenramento	Ampliação do horizonte, assumindo perspectiva generalizada, deixando o autocentramento	Referência textual ou à situação prática de mudança de postura a partir da visão do outro, ressignificação do passado e projeção do futuro; consequências de revisão nos processos de relacionamento da organização com públicos
Explicitação de razões	Explicitar o que está latente em seus entendimentos, não ocultando interpretações e interesses	Referência textual direta ou à situação prática de reconhecimento dos próprios interesses da organização e da influência desejada, bem como a seu tensionamento em conflitos e desacordos, contrapontos e discordâncias em relação a sua posição e às ofertas de respostas a quem discorda

Fonte: Autora a partir de mecanismos dialógicos de Bohman (2009).

Oito indicadores negativos que representam violações ao diálogo empreendidas por organizações foram sintetizados a partir dos fechamentos

discursivos de Deetz (1992) e das funções de controle de Moriceau (2019). Os indicadores negativos estão descritos no Quadro 7, a seguir.

Quadro 7 – Quadro pragmático: indicadores negativos em distorções da comunicação

Indicador negativo	Descrição	Marcas textuais
Anulação de tópicos	Desencorajamento da discussão a partir da ausência de fatos, temas, sentimentos e termos de nomeação	Referência textual direta ou à situação prática de bloqueios a temas e discussões, adoção de nomeação genérica e pretensamente neutra sobre fatos; ausência de referência textual a fatos, temas e termos
Desqualificação	Exclusão de sujeitos	Referência textual direta ou à situação prática de desconsideração de públicos tidos como incapazes de dialogar (falta de conhecimento ou técnica); apagamento de características de públicos e ausência de identificação de públicos
Legitimação	Invocação de dispositivos explicativos de ordem superior e de causas/bandeiras externas	Referência textual direta ou à situação prática em que valores e crenças (lucros, sustentabilidade etc.) são acionados como justificativas gerais; associação a instituição de área ou causa diversa da organização para se valer de sua credibilidade
Naturalização	Construções sociais são tomadas como coisas dadas	Referência textual direta ou à situação prática de reivindicação de objetividade, especialização e tecnicismo; barreiras ou desconsideração a subjetividades e à reflexão sobre o processo de construção das posições
Negação plausível	Jogo de ambiguidade institucionalizado em que uma possibilidade de interpretação é colocada na interação e, ao mesmo tempo, é negada	Referência textual direta ou à situação prática em que reconhece consequências de seus atos e ao mesmo tempo não se responsabiliza por sua causa, alega desconhecimento do perigo como defesa, elege e aponta bode expiatório
Neutralização	Negação de interesses alheios, tomando um sistema de valor como o único	Referência textual direta ou à situação prática em que apenas interesses próprios são considerados; adversários são ocupados no diálogo (desvio) e poder é conferido a um único grupo (cooptação)
Pacificação	Aparência de engajamento na discussão para desviar o conflito e negar possibilidade de resolver o problema	Referência textual direta ou à situação prática de intervenção pacificadora para negar possibilidade de resolver um problema; levantar informações e características do público para conter suas demandas

Subjetificação da experiência	Particularização de questões e abordagem como ponto isolado para restringir os significados	Referência textual direta ou à situação prática de transferência de conflito do espaço público para o espaço privado (contenção), decisionismos e relativismos privados para negação de questão coletiva ou pública, adotar lugar individual como barreira
-------------------------------	---	--

Fonte: Autora a partir de fechamentos discursivos de Deetz (1992) e as funções de controle de Moriceau (2019).

c) *Quadro paradoxal – comunicação cínica*

A categoria analítica *quadro paradoxal – comunicação cínica* envolve a constatação de práticas sistemáticas de distorção da comunicação diante do acionamento normativo da comunicação pública, avaliando a existência da condição paradoxal do cinismo. Esse diagnóstico pode ser feito a partir do cotejamento dos indícios verificados no *quadro normativo* explícito adiante da constatação dos indicadores positivos e negativos do diálogo no nível implícito. Portanto, essa categoria orienta a terceira etapa da análise, em que a atenção está voltada para a percepção de repetição e de reprodução de distorções de comunicação avaliando se, dessa forma, constituem-se sistemáticas distorcivas. Dessa forma, a expectativa é caracterizar o *quadro paradoxal* que sustenta a comunicação cínica revelada na trama acontecimental das tragédias de Mariana e Brumadinho.

6.3 Codificação e classificação de conteúdos

A análise de conteúdo dos materiais coletados foi operacionalizada no *software* N-Vivo, solução que suporta a abordagem interpretativa e o cruzamento entre as diferentes referências. No projeto construído no N-Vivo, as três organizações (Samarco, Renova e Vale) equivalem a três casos, permitindo a visão conjunta e em separado. No programa, os materiais coletados são denominados *fontes*, classificadas como *relatórios*. Os indicadores analíticos referentes às categorias *quadro normativo – comunicação pública* e *quadro pragmático – distorções da comunicação* são inseridos no *software* como *códigos*, a partir dos quais se faz a *codificação* dos relatórios.

A codificação no N-Vivo foi precedida pela leitura flutuante de reconhecimento de cada relatório (capa, extensão, estrutura, índice, elementos

gráficos etc.), quando foi determinada a seleção na íntegra de 11 relatórios e a composição dos excertos para 3 documentos. Definimos um padrão para as operações de codificação, buscando rigor e consistência na interpretação: (a) codificação por caso (equivalente à organização), seguindo a ordem Samarco, Fundação Renova e Vale; (b) em cada caso (organização), por ano, começando do relatório mais antigo para o mais novo; (c) em cada relatório, primeiro com leitura linear e depois com consulta de termos-chave.

Na leitura linear do documento (do início para o fim), a codificação de trechos do relatório foi orientada pelas categorias e pelos indicadores de análise previamente estabelecidos. Neste trabalho, o trecho é composto por segmentos contínuos de texto como conjunto de palavras, títulos, frases e parágrafos em uma mesma lâmina (composta por uma ou duas páginas casadas, conforme características do arquivo PDF disponibilizado pela organização em seu site). Assim, seleciona-se o trecho do relatório, indicando o código ao qual se aplica, destacando-se que um mesmo trecho pode ser codificado em dois ou mais códigos, pois eles não são excludentes. Cada vinculação de um trecho a um código é denominada *referência*. Durante esse processo, foram registradas observações a respeito da codificação, por meio do comando “Nova anotação”, de forma que percepções da autora sobre os trechos específicos foram registradas no momento da codificação e consultadas posteriormente para a análise do conjunto.

Após a codificação feita na leitura linear para o relatório, acionou-se a ferramenta “consulta” do N-Vivo (especificamente “consulta de pesquisa de texto neste PDF”), com inserção de termo de busca (ou conjunto deles) no campo “pesquisar por”. A operação tem o objetivo de ampliar ou revisar a codificação resultante da leitura linear do documento, ao buscar termos listados como chave para determinados códigos. Foram estabelecidos termos ou conjunto de termos de busca recorrentemente presentes ou ausentes nos relatórios das três organizações e, ao mesmo tempo, capazes de indicar no texto o valor/postura (quando referente ao *quadro normativo*) ou prática (quando relativo ao *quadro pragmático*) sintetizados em cada código/categoria de análise. A seguir, o Quadro 8 lista os termos de busca.

Quadro 8 – Termos de busca para codificação dos relatórios no N-Vivo

Indicador	Termo de busca
Diálogo	diálogo
Igualdade	participação
Não tiraria	respeito
	liberdade; livre; autonomia; autônomo
Publicidade	transparência OR transparente
Naturalização e/ou aplicação concreta da norma	impacto OR impactado
Aplicação concreta da norma	dano
	reparar; reparação; reparo; compensar; compensação
Anulação de tópicos	morrer; morte; dor; sofrimento
	óbito
	crime
	lesão; condenação; multa; pena; culpa
	indenizar; indenização; indenizado
	sirene
	destruição; tragédia
Neutralização	acidente
Geral	Renova
	Samarco
	Vale

Fonte: Autora (2021).

A consulta não alcança conteúdos que estejam inseridos como imagens nos PDFs. A cada consulta, os resultados foram analisados de duas formas: (a) visualizados, codificados ou desconsiderados individualmente conforme o código pertinente; ou (b) salvos (“salvar resultados”) com a opção “Mesclar resultados em código ou caso existente”, indicando-se no campo “Nome” o código ao qual as ocorrências do resultado devem ser mescladas (e conferidas uma a uma confirmando ou excluindo a codificação). Com essa operação, novas ocorrências foram acrescentadas ao código em questão, permitindo localizar, interpretar, confirmar ou excluir conforme adequação ao código.

O registro desses procedimentos e sua observação ao longo do trabalho de codificação objetivam a manutenção do rigor e da consistência da interpretação requerida pela abordagem metodológica adotada. Ao final da codificação no N-Vivo, registrou-se a soma de 3825 referências codificadas em 18 códigos (a tabela com os números de referências codificadas por indicador, relatório e organização está disponível no Apêndice A).

7 A COMUNICAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES SOBRE AS TRAGÉDIAS DE MARIANA E BRUMADINHO

Este capítulo está organizado para a apresentação dos resultados da análise guiada pelas categorias e pelos indicadores sobre o *corpus* de pesquisa. A exposição segue as três categorias analíticas definidas e os respectivos indicadores. Primeiro, vem a exposição do *quadro normativo* acionado na comunicação de Samarco, Fundação Renova e Vale, seguida pela demonstração do *quadro pragmático* e, ao final, as considerações sobre o *quadro paradoxal da comunicação cínica*.

São utilizados recursos gráficos (pizza, barras e gráfico de hierarquia) gerados com base nos dados de codificação do *corpus* para expressar as relações de proporcionalidade estabelecidas entre os indicadores e entre as categorias. Os textos de abertura das categorias *quadro normativo* e *quadro pragmático* oferecem a visão conjunta das três organizações e também em separado, de forma que se demarquem pontos de destaque para Samarco, Renova ou Vale.

Depois, em cada indicador da categoria, buscamos caracterizar grupos de exemplos típicos do acionamento daquele ideal ou estratégia pelas organizações capazes de sustentar as inferências oferecidas. A exposição privilegia a visão do conjunto da comunicação produzida pelas três organizações a partir de cada um dos indicadores, de forma que a combinação desses indicadores subsidie o diagnóstico de cada categoria: *quadro normativo*, *quadro pragmático* e *quadro paradoxal*.

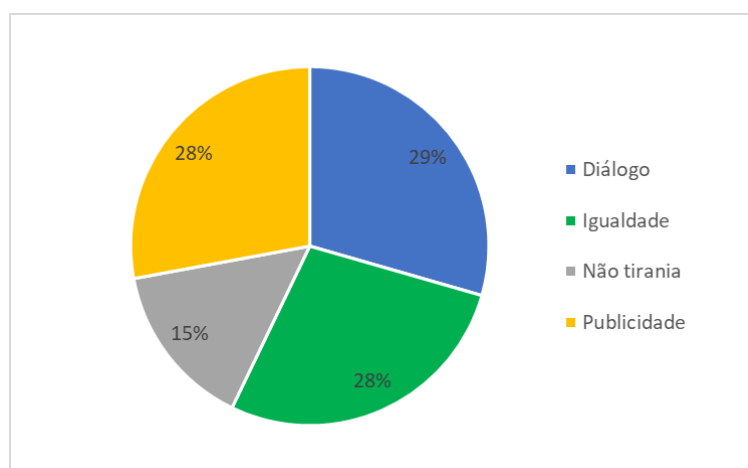
7.1 Os preceitos da comunicação pública anunciados pelas organizações

A leitura dos relatórios das organizações a partir da categoria de análise *quadro normativo – comunicação pública* tem o propósito de considerar em que medida e como os preceitos ético-normativos da comunicação pública estão explicitados no discurso estratégico de Samarco, Fundação Renova e Vale. Essa observação foi guiada por quatro indicadores analíticos que, uma vez presentes no texto analisado, apontam para valores ou posturas que as organizações afirmam cultivar. São eles: *diálogo*, *igualdade*, *não tirania* e *publicidade*. Trata-

se de ideais públicos aos quais as organizações reputam valor e que são estrategicamente incorporados ao seu discurso de apresentação pública.

Os quatro indicadores estão presentes nos 14 relatos das três organizações: são referenciados 1104 vezes nos documentos analisados, sendo que 325 referências (29%) são para *diálogo*, 308 (28%) para *publicidade*, 306 (28%) para *igualdade* e 165 para *não tirania* (15%), conforme Gráfico 1 a seguir.

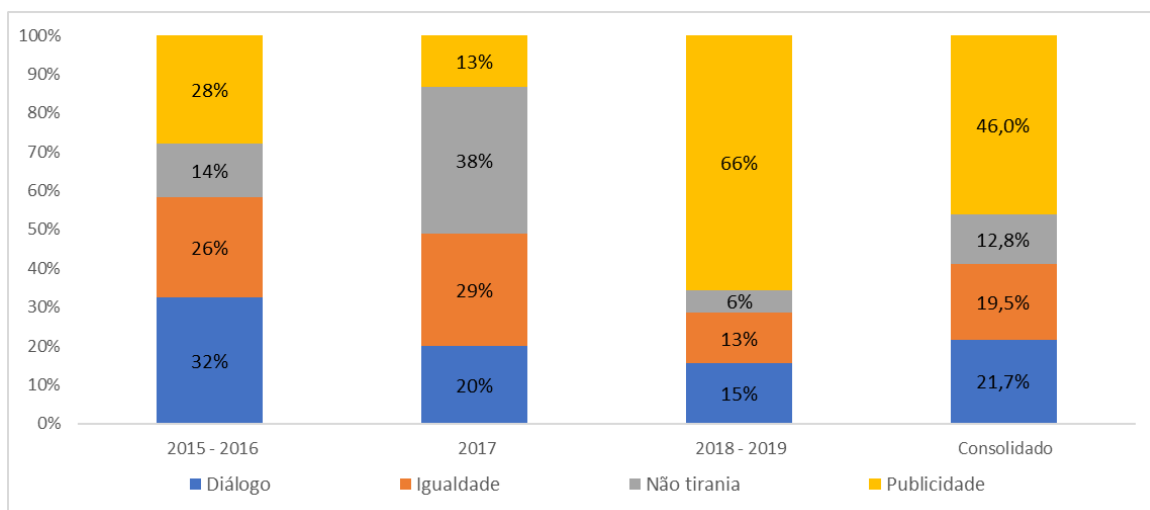
Gráfico 1 – Nível explícito da comunicação para Samarco, Fundação Renova e Vale



Fonte: Autora (2021).

Também se destaca a visão da distribuição dessas referências por organização e por documento analisado. Na Samarco, o indicador *publicidade* tem a maior representação no *quadro normativo*, com 46% das referências codificadas, seguido por *diálogo* (21,7%), *igualdade* (19,5%) e *não tirania* (12,8%). Esses índices, bem como a composição dos indicadores por documento analisado da Samarco podem ser visualizados no Gráfico 2 a seguir.

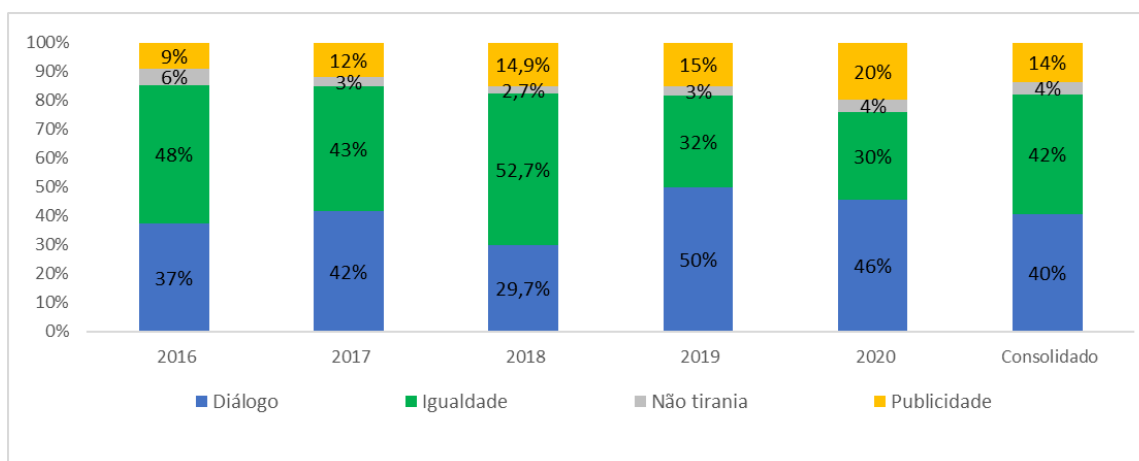
Gráfico 2 – Quadro normativo para Samarco



Fonte: Autora (2021).

No *quadro normativo* acionado pela Renova, destacam-se os indicadores *igualdade* (42%) e *diálogo* (40%) e a menor representatividade para *publicidade* (14%) e *não tirania* (4%). O Gráfico 3 a seguir mostra também a ocorrência dos indicadores em cada relatório da Fundação Renova.

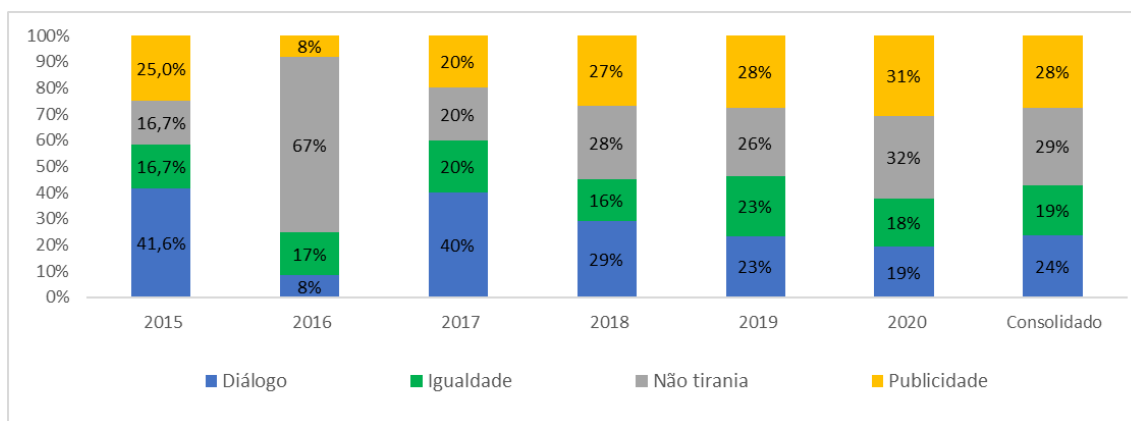
Gráfico 3 – Quadro normativo para Fundação Renova



Fonte: Autora (2021).

A composição do *quadro normativo* da Vale tem um maior equilíbrio dos quatro indicadores (*não tirania* 29%, *publicidade* 28%, *diálogo* 24% e *igualdade* 19%), com destaque para *não tiraria*, que nas outras duas organizações é menos presente. No Gráfico 4 a seguir, também se vê a composição dos indicadores por relatório da Vale.

Gráfico 4 – Quadro normativo para Vale



Fonte: Autora (2021).

Na comparação dos dados consolidados para cada organização, Samarco tem prevalência do indicador *publicidade* (46%), enquanto para Renova destacam-se *igualdade* (42%) e *diálogo* (40) e, para Vale, há uma presença mais equilibrada para os quatro indicadores. A seguir, a exposição dos resultados do *quadro normativo* foi organizada em itens correspondentes a cada indicador (*diálogo*, *igualdade*, *publicidade* e *não tirania*), destacando os usos mais recorrentes feitos pelas organizações e articulando exemplos com trechos dos textos dos relatórios.

7.1.1 Diálogo

O indicador analítico *diálogo* faz referência à definição normativa do conceito, a partir da qual se coloca a concepção dialógica da comunicação, implicando situações de interação, revisão e reflexão das posições. Na composição do *quadro normativo* estrategicamente acionado pelas três organizações em conjunto, o indicador representa 29%, sendo o mais recorrente entre os quatro considerados. Olhando para as organizações em separado, o *diálogo* representa 40% das referências normativas para Renova, 24% para Vale e 22% para Samarco.

Nos relatórios de Samarco, Renova e Vale, buscou-se por referências ao *diálogo* como valor ou postura adotados pela organização na comunicação com públicos. As referências incluem o diálogo como postura anunciada pelas organizações, sintetizado a sua forma de funcionamento diante dos públicos e

da sociedade; como explicitador do objetivo dos próprios relatórios (manter o diálogo com os públicos); além de nomear situações de conversação, encontro, canais de comunicação e divulgação de informações da organização. São raras as ocorrências em que o sentido dialógico é explicitado sem o uso do termo diálogo, com referências por meio dos termos debate ou interação. Assim, são apresentados excertos dos relatórios por grupo, especificamente: Grupo 1 (modo de funcionamento), Grupo 2 (qualidade do relatório) e Grupo 3 (situações de conversação).

As três organizações definem o diálogo não apenas como qualificador da comunicação que fazem, mas como ideia valorativa da sua condução de negócio. Nesse sentido, dialogar é apresentado como ação correlata/inseparável da administração e da realização dos objetivos da organização, conforme se apreende nos trechos dos relatórios destacados no Quadro 9 a seguir.

Quadro 9 – Grupo 1 *diálogo* (modo de funcionamento)

Organização	Ano	Excerto do relatório
Samarco	2015-2016	“A Samarco tem o compromisso de estabelecer um processo contínuo de diálogo com o poder público, instituições, empregados e a comunidade na busca de soluções para os desafios ligados ao seu negócio.” p. 20
Samarco	2018-2019	“Dialogar de forma clara e aberta é um requisito para a reconstrução das relações entre a Samarco e a sociedade”. p. 4
Renova	2016	“Acreditamos que nenhum desafio pode ser vencido sem o auxílio de uma palavra: juntos. O diálogo nos une e viabiliza a construção coletiva do futuro. No encontro, cada parte se torna mais forte. Nosso papel, de alguma maneira, é esse: promover o encontro e as conexões.” p. 3
Vale	2018	“O desenvolvimento do diálogo constante nas comunidades das áreas de influência de nossos empreendimentos é uma diretriz nossa e tem como objetivo promover e estreitar o relacionamento e orientar nossos investimentos sociais nessas áreas. Com o diálogo social, buscamos estabelecer, por meio de relações transparentes, o envolvimento e a confiança das comunidades e do poder público nas ações propostas pela empresa.” p. 51
Vale	2019	“Neste processo, a Diretoria Executiva de Sustentabilidade e Relações Institucionais tem a função de desdobrar e acompanhar os avanços na execução de estratégias e políticas, além de ser um agente de engajamento interno e externo, por meio de ações e de diálogo com os stakeholders, assim como do fortalecimento do relacionamento entre a Vale e a sociedade, sendo uma importante facilitadora para a implantação do novo pacto com a sociedade, um dos pilares estratégicos da Vale.” p. 51

Fonte: Seleção da autora a partir dos relatórios das organizações (2021).

Outro uso recorrente é para indicar o objetivo dos próprios relatórios em estabelecer e manter o diálogo com os públicos, designando a peça de comunicação como meio dialógico. O Quadro 10 a seguir reúne exemplos nesse sentido.

Quadro 10 – Grupo 2 *diálogo* (qualidade dos relatórios)

Organização	Ano	Excerto do relatório
Samarco	2015-2016	“Neste momento de enorme pressão da sociedade por mais informações sobre o que foi e será feito para minimizar os impactos causados, a Samarco tem o dever de manter o diálogo aberto e a franqueza na prestação de esclarecimentos; por isso, quaisquer dúvidas relacionadas ao conteúdo deste documento serão respondidas pelo e-mail relacionamento@samarco.com ou pelos demais canais de diálogo social da empresa.” p. 84
Renova	2016	“Decidimos retratar da forma mais realista possível o atual estágio do processo de recuperação dos impactos do rompimento da barragem de Fundão. Adotamos uma abordagem que envolveu uma escuta atenta e um diálogo profundo com as pessoas.” p. 4
Vale	2015	“Ao publicar o relatório, pretendemos também chamar a sociedade para o diálogo. Informando com transparência nossos indicadores, queremos abrir as portas para o debate e para a construção conjunta de melhores práticas para a indústria da mineração.” p. 11
Vale	2020	“Este relatório consolida os avanços de governança, gestão ambiental e gestão social da Vale desde a publicação do nosso último Relatório de Sustentabilidade. Mais do que um registro de fatos, dados e números, é uma exposição, aberta e transparente, do caminho que a administração da empresa almeja percorrer em relação aos temas ESG, sempre aberta a críticas e a incentivos da sociedade e dos nossos investidores, a partir de um diálogo construtivo e permanente.” p. 6

Fonte: Seleção da autora a partir dos relatórios das organizações (2021).

Destaca-se ainda o uso do termo diálogo para denominar uma série de situações que vão de atendimentos e reuniões a canais de comunicação e equipes ou gerências. A todas essas situações é vinculada a ideia de diálogo, como se observa nos exemplos listados no Quadro 11 a seguir.

Quadro 11 – Grupo 3 *diálogo* (situações de conversação)

Organização	Ano	Excerto do relatório
Samarco	2018-2019	“Em sua rotina, a Samarco oferece canais de diálogo social, incluindo a Central de Relacionamento (leia mais adiante) e reuniões específicas com comunidades, parceiros de negócios, contratados e empregados; é nos projetos mantidos na área de influência direta, no entanto, que o contato com os públicos de relacionamento se intensifica, com foco no engajamento e na mobilização.” p. 63
Renova	2019	“Fortalecer a presença da Equipe de Participação e Diálogo Social nos territórios em apoio aos programas e promover a integração entre as diferentes iniciativas da Fundação Renova, consolidando o diálogo como forma de articulação das partes interessadas” p. 104
Vale	2019	“Esse contexto resultou na revisão, em andamento, dos canais e mecanismos de escuta e comunicação com stakeholders para aprimorar o diálogo com as partes interessadas e afetadas diretamente pelas suas operações e projetos, assim como com a sociedade em geral. Equipes dedicadas ao relacionamento institucional e com comunidades atuam diretamente nos territórios, visando fortalecer o diálogo.” p. 55

Fonte: Seleção da autora a partir dos relatórios das organizações (2021).

Observa-se também a aplicação da expressão “diálogo social” para indicar o relacionamento e a comunicação com as comunidades e com a sociedade como um todo. De forma geral, o termo diálogo é acionado como sintetizador da comunicação da organização, sendo incluído como seu sinônimo ou mesmo substituto. Portanto, as diferentes formas de inscrição textual do preceito e da postura dialógica nos relatórios de atividades constituem-se em tentativa estratégica de (re)qualificar a comunicação das organizações a partir da inclusão do valor diálogo. Tal movimento estratégico pode ser avaliado também como resposta das organizações à cobrança de diversos públicos para uma comunicação mais democrática.

7.1.2 Igualdade

O indicador *igualdade* refere-se ao princípio normativo da comunicação pública de ampla participação, com acesso igualitário a arenas de debate, igual oportunidade de falar e de influenciar a decisão. Nos relatórios, observamos a sua presença por meio de referências à acessibilidade (disponibilidade, acolhida e escuta), à participação e à influência dos diferentes públicos no debate e nas decisões como valor ou postura adotados pela organização em sua comunicação. Na composição do *quadro normativo* em visão conjunta das três

organizações, *igualdade* representa 28% das referências. A maior variação em relação a essa marca é da Renova, em que *igualdade* é o principal indicador, com 42%. Para Samarco e Vale, o percentual é de 20% e 19%, respectivamente. A seguir, são apresentados excertos dos relatórios por grupo, especificamente: Grupo 1 (abertura a participação e engajamento) e Grupo 2 (chancela pela participação dos públicos).

A principal tradução do critério da *igualdade* verificada nos relatórios é como participação ou engajamento, de forma a indicar uma postura de abertura da organização para escutar e dar voz aos públicos, em especial aqueles atingidos pelas tragédias. Dessa forma, o critério de *igualdade* é relacionado, estrategicamente, para indicar uma postura acolhedora e democrática das três organizações, como se observa nos exemplos reunidos no Quadro 12 a seguir.

Quadro 12 – Grupo 1 *igualdade* (abertura a participação e engajamento)

Organização	Ano	Excerto do relatório
Samarco	2015-2016	“A Samarco trabalhou com a premissa de que a sociedade participará cada vez mais do processo de decisão das empresas, a fim de influenciar e fazer a diferença na estratégia e no plano operacional delas para assegurar a geração de valor compartilhado, a equidade e uma licença social para que a indústria opere e cresça.” p. 17
Renova	2016	“As atividades e soluções propostas e executadas pela Fundação Renova seguem um processo de envolvimento, participação e construção conjunta com diversos públicos interessados: população atingida, especialistas e agentes públicos – estes últimos, como representantes da sociedade.” p. 18
Renova	2017	“A análise das ações em várias instâncias, a participação das pessoas e comunidades atingidas, a fiscalização do poder público, a responsabilidade de aporte de recursos das mantenedoras e a atuação da Fundação Renova focada, exclusivamente, nas ações de reparação e compensação asseguram transparência, isenção e participação democrática de todas as partes envolvidas no processo.” p. 6
Vale	2019	“A Vale está direcionada a reconquistar a confiança das comunidades e stakeholders em geral. Por isso, desde o rompimento da Barragem I, a empresa se propõe a aprimorar a escuta e o envolvimento da comunidade em processos participativos e de tomada de decisão, incorporando visões diferentes e encontrando caminhos mais convergentes, que gerem valor não apenas para os acionistas, mas para todas as partes envolvidas.” p. 39

Fonte: Seleção da autora a partir dos relatórios das organizações (2021).

De forma geral, nos textos, quem participa não são as organizações; o termo indica o comportamento esperado em relação aos públicos conforme os

procedimentos disponibilizados pelas organizações (que se afirmam abertas à participação) e busca mostrar que as ações que promovem são balizadas/chanceladas pela participação dos públicos. Essa é uma postura recorrentemente afirmada pelas mineradoras e, principalmente, pela Fundação Renova, que, como visto, aciona o indicador participação em maior proporção em seu *quadro normativo*. Em várias passagens, as organizações vinculam a viabilização e o sucesso de sua atuação à participação dos públicos, como se observa nos exemplos reunidos no Quadro 13 a seguir.

Quadro 13 – Grupo 2 *igualdade* (chancela pela participação dos públicos)

Organização	Ano	Excerto do relatório
Samarco	2018-2019	“Para o curto prazo, estão entre os objetivos da Empresa restabelecer os processos de engajamento com públicos, com foco no processo de materialidade (leia mais adiante), considerando os aprendizados dos últimos anos e as diretrizes da Nova Jornada Samarco.” p. 31
Renova	2016	“O engajamento e a participação de todos são as ferramentas para a construção de um futuro melhor para toda a região afetada. Por isso, convidamos a participar desta jornada todos aqueles que se identificam, como nós, com a grande oportunidade que temos em nossas mãos.” p. 7
Renova	2019	“Ampliar o alcance das informações e abrir espaço para discussão e construção coletiva de ideias relacionadas aos processos de reparação e compensação conduzidos pela Fundação Renova.” p. 496
Vale	2018	“Mantemos fóruns permanentes de diálogo para participação das comunidades nas tomadas de decisão relacionadas à gestão de impactos, assim como na execução de projetos e ações para o desenvolvimento socioambiental do território, viabilizando a remediação de conflitos, mitigação de riscos e o avanço de agendas positivas junto às comunidades.” p. 42

Fonte: Seleção da autora a partir dos relatórios das organizações (2021).

Contata-se nos relatórios que o indicador *igualdade*, com sua tradução em termos de participação, é constantemente justaposto às ideias de diálogo e de transparência, a fim de afirmar o compromisso das organizações com a diversidade e indicar sua porosidade em relação à influência dos públicos sobre as decisões tomadas. No entanto, é importante observar que incentivar ou propagar a participação não significa permitir que ela seja realizada em termos de igualdade, com equidade entre os participantes.

7.1.3 Publicidade

O indicador *publicidade* faz referência ao critério ético-normativo balizador da comunicação pública sintetizado na ideia de *accountability* ao reger a explicitação de razões para a influência desejada, em consideração e resposta aos outros participantes e a responsividade, a cooperação e a autorreflexibilidade para generalização de decisões a todo o público. Nos textos dos relatórios, buscamos por referências à explicitação das razões para e da própria influência desejada pela organização, à expectativa de obter e oferecer respostas, cooperação e autocrítica, à responsividade e à *accountability* como valor ou postura adotados pela organização na comunicação com públicos.

Na visão geral do *quadro normativo* composto por Samarco, Renova e Vale, publicidade responde por 28%. Samarco é a organização que mais aciona essa ideia – quando seus dados são analisados individualmente, *publicidade* responde por 46%. Na Vale, o indicador representa 28% e, na Renova, 14%. O relatório da Samarco de 2018-2019 é o documento em que há o maior número de ocorrências do indicador (115 vezes), já que a expressão “o valor da transparência” dá título a uma seção e é inserida (ou reafirmada) em 97 das 100 páginas.

São apresentados excertos dos relatórios relativos ao indicador publicidade por grupo, especificamente: Grupo 1 (qualidade do relatório), Grupo 2 (transparência) e Grupo 3 (manifestos). Assim como observado no indicador *diálogo*, o próprio relatório é apresentado como ação promotora da *publicidade* na relação com os públicos. O Quadro 14 a seguir reúne exemplos nesse sentido.

Quadro 14 – Grupo 1 *publicidade* (qualidade do relatório)

Organização	Ano	Excerto do relatório
Samarco	2015-2016	“Este Relatório Bienal 2015-2016 presta contas de um cenário complexo – no qual, mais do que nunca, a transparência figura como uma obrigação da empresa para com a sociedade brasileira.” p. 3
Samarco	2018-2019	“Este é, assim, um relatório que fala sobre a Samarco, seus aprendizados e seus compromissos com o futuro e com o propósito de fazer uma mineração diferente, buscando exercer o compromisso com a transparência que sustenta suas relações com a sociedade brasileira.” p. 5
Vale	2018	“O Relatório de Sustentabilidade faz parte do compromisso da Vale em disponibilizar informações de forma transparente.” p. 6

Fonte: Seleção da autora a partir dos relatórios das organizações (2021).

A tradução dominante da *publicidade* feita pelas organizações é justamente em termos de visibilidade (dar a ver), ou seja, a publicidade é assumida como disponibilização de informações a partir de uma postura definida pelas organizações como transparente. A transparência é recorrentemente afirmada como princípio adotado pelas três organizações, como mostra o Quadro 15 a seguir.

Quadro 15 – Grupo 2 *publicidade* (transparência)

Organização	Ano	Excerto do relatório
Samarco	2017	“Adotamos uma postura honesta e transparente com todas as partes envolvidas em nossos negócios.” p. 15
Samarco	2018-2019	“A transparência e a demonstração de comprometimento com a segurança, a reparação e a compensação dos impactos gerados, mais do que nunca, mostram-se essenciais: só assim a Empresa, em sua Nova Jornada, poderá reconquistar e reconstruir a confiança da sociedade.” p. 5
Renova	2018	“Garantir acesso à informação ampla, transparente, acessível e contínua a todos os interessados, de modo a favorecer a participação esclarecida da sociedade nos processos de reparação e compensação.” p. 65
Vale	2020	“Comunicar, com transparência, aos stakeholders potencialmente impactados pelas barragens, os riscos aos quais estão possivelmente expostos”. p. 86

Fonte: Seleção da autora a partir dos relatórios das organizações (2021).

Nesse sentido, a *publicidade* é encampada como resultado de oferta de informações da organização (unilateral) e não como qualidade da razão obtida no processo de interação entre organizações e públicos. Apesar disso, foram evidenciadas tentativas das organizações de generalização das próprias

posições, que ganharam destaque a partir do ponto de vista público. Ressaltamos um exemplo da Samarco e outro da Renova com formulações de “manifestos”, em que seus posicionamentos estratégicos recebem o tratamento de compromissos públicos.

Quadro 16 – Grupo 3 *publicidade* (manifestos)

Organização	Ano	Excerto do relatório
Samarco	2018-2019	“Nosso manifesto Reconhecer é o primeiro passo para recomeçar. Reconhecer que a mineração de hoje precisa evoluir muito. E que, principalmente, é preciso fazer diferente. [...] Isso que nos faz promover uma mudança significativa em nossa empresa. Um verdadeiro recomeço marcado por transparência, diálogo e inovação. [...]” p. 24
Renova	2016	“Manifesto Fundação Renova [...] Nossa palavra tem força de compromisso. Conosco, com as comunidades e com a sociedade. Por isso, todo verbo se torna ação. E toda ação acontece em um espaço de tempo e de vida. [...]” p. 3

Fonte: Seleção da autora a partir dos relatórios das organizações (2021).

A constatação do indicador *publicidade* nos relatórios das organizações demonstra a necessidade estratégica de Samarco, Renova e Vale se afirmarem como transparentes. Ao se definirem como disponíveis para prestar informações do que fazem, a postura de transparência é apresentada como espécie de pressuposto realizado para o diálogo e a participação prometidos pelas três organizações.

7.1.4 Não tirania

O indicador analítico *não tirania* refere-se ao preceito da comunicação pública de não violência, com garantia da liberdade dos participantes, das ausências de coerção e de manutenção de vantagens na interação. Na codificação dos relatórios, esse indicador orientou a busca por referências à posição de poder ocupada pela organização, à liberdade e à não coerção dos públicos como valor ou postura adotados em sua comunicação. Esse é o indicador com menor participação na composição do *quadro normativo* feita por

Samarco, Renova e Vale. Na visão geral, representa 15%, que é cerca da metade dos índices dos outros três indicadores (*diálogo* 29%, *igualdade* 28% e *publicidade* 28%). A participação de *não tirania* na visão isolada do *quadro normativo* para cada organização tem considerável variação entre as três: 29% para a Vale (quase o dobro do índice geral); 13% para Samarco (próximo ao índice geral) e 4% para Renova (menos da metade que o índice geral). São apresentados excertos dos relatórios por grupo, especificamente: Grupo 1 (qualidade do relatório), Grupo 2 (transparência) e Grupo 3 (manifestos).

A alta representatividade do indicador no *quadro normativo* da Vale é puxada pela inclusão recorrente de endosso aos Direitos Humanos feita pela mineradora em todos os seus relatórios. Considerando o conteúdo da Declaração dos Direitos Humanos de 1948 pela Organização das Nações Unidas (ONU), interpretamos essas afirmações da Vale como referências de defesa à liberdade e à integridade dos seus públicos de relacionamento. O mesmo se aplica para Samarco e Renova, mas, nesses casos, as referências a direitos humanos são menos frequentes e percebe-se também o vínculo à ideia de respeito aos públicos. O Quadro 17, a seguir, reúne exemplos nesse sentido.

Quadro 17 – Grupo 1 *não tirania* (Direitos Humanos)

Organização	Ano	Excertos do relatório
Samarco	2015-2016	“A implementação do TTAC e dos programas depende do respeito aos direitos humanos e do envolvimento das pessoas impactadas nos processos de decisão.” p. 22
Renova	2017	“A Renova trabalha para, cada vez mais, deixar sua estrutura aderente às melhores práticas na atenção a temas universais, como Direitos Humanos, que orientam a condução de seus programas e também a tomada de decisão. Em dezembro, foi criada a área de Direitos Humanos, vinculada à Presidência da instituição. Com atuação transversal, a nova área promoverá o desenvolvimento e a implementação de ações voltadas à educação e prática de respeito aos direitos humanos e à defesa e mediação de eventuais violações em todos os programas, projetos e ações.” p. 6
Vale	2018	“Implementada em 2009 e revisada em 2014, a Política de Direitos Humanos é o principal norteador para o tema e está alinhada aos Princípios Orientadores da ONU. [...] Esses documentos são públicos e orientam o posicionamento da Vale sobre assuntos como o respeito à diversidade, a conscientização sobre assédio moral e sexual e o relacionamento com empregados, clientes, parceiros, fornecedores, comunidades, governo e sociedade, além de temas críticos do setor da mineração, como trabalho infantil e forçado e mineração artesanal.” p. 50

Fonte: Seleção da autora a partir dos relatórios das organizações (2021).

O indicador *não tirania* é constatado em todos os relatórios analisados, ainda que poucas vezes (em cinco documentos, foi codificado apenas duas vezes). Além do posicionamento prevalente das três organizações em termos de respeito (inclusive aos Direitos Humanos) para o indicador, encontram-se referências mais raras à liberdade de manifestação como postura valorada, conforme exemplos reunidos no Quadro 18.

Quadro 18 – Grupo 2 *não tirania* (liberdade de manifestação)

Organização	Ano	Excerto do relatório
Samarco	2018-2019	“Consideramos a vida humana um valor inegociável e tratamos todas as pessoas de forma igualitária, não aceitando discriminação de qualquer natureza e considerando oportuna a livre manifestação de ideias e opiniões.” p. 27
Vale	2018	“A Vale preza pelo respeito, não obstrução ou retaliação aos usuários dos mecanismos de diálogo e escuta da empresa, sejam eles empregados ou sociedade em geral.” p. 42
Vale	2019	“Ao planejar seus projetos, a Vale busca a obtenção do conceito de Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI), que envolve os aspectos da negociação de boa-fé entre empresa e as comunidades indígenas e tradicionais sob influência de seus projetos.” p. 72

Fonte: Seleção da autora a partir dos relatórios das organizações (2021).

Em relação ao último exemplo incluído no quadro anterior, com reprodução de excerto do relatório da Vale de 2019, chama a atenção que o “conceito de Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI)” seja invocado pela mineradora apenas ao se referir ao seu relacionamento com povos indígenas e tradicionais, não sendo tomado como referência para as demais relações da Vale definidas, de forma mais geral, pelo termo respeito. Em todas as organizações não foram encontradas referências diretas à avaliação da própria posição como sendo privilegiada, nem para a conseqüente necessidade de conter sua posição de poder.

De acordo com os resultados obtidos na análise de conteúdo quanto ao *quadro normativo – comunicação pública*, é possível afirmar que Samarco, Renova e Vale incorporam frequentemente os indicadores assertivos dessa categoria, que são aqueles que afirmam *diálogo*, *participação* e *publicidade*. Já *não tirania* carrega um sentido de negativa e, antes de negar algo, é preciso reconhecer sua existência (a tirania, a violência). Nesse sentido, as organizações não demonstram assumir essa postura de contenção à tirania, a

não ser indiretamente pelo endosso a políticas de direitos humanos embutidas em pactos e referências globais.

Foi constatado que Samarco, Fundação Renova e Vale acionam os preceitos éticos da comunicação pública sintetizados nos quatro indicadores selecionados ainda que o façam de formas customizadas com sentidos bem particulares. A composição do *quadro normativo* da comunicação pública por essas três organizações a partir da inclusão de referências a *diálogo*, *igualdade*, *publicidade* e *não tirania* indica a resposta delas às demandas dos públicos constituídos no ambiente democrático, que têm a expectativa de estabelecer uma relação mais democrática. Ao mesmo tempo, é preciso asseverar que esse *quadro normativo* da comunicação pública é estrategicamente construído, com acionamentos que têm em conta a consecução de objetivos próprios. Esse viés estratégico está no foco da segunda categoria de análise, que se refere ao *quadro pragmático* da comunicação, a qual passamos a seguir em esforço analítico para ler as condições implícitas para a interação comunicacional inscritas nos relatórios das três organizações.

7.2 A promoção estratégica do diálogo em nível implícito

A leitura dos relatórios publicados por Samarco, Fundação Renova e Vale a partir da categoria de análise *quadro pragmático – distorções da comunicação* pretende considerar as condições colocadas pelas organizações para que o diálogo aconteça. Assim, além do ponto de vista normativo, o diálogo é tomado como critério pragmático para a avaliação do nível implícito da comunicação projetada pelas organizações, de forma a evidenciar as desigualdades morais e o processo político de disputas dessa ambiência.

Nessa categoria, os indicadores estão divididos em dois grupos: *indicadores positivos do diálogo* e *indicadores negativos do diálogo*. A partir da análise dos 14 relatórios de atividades, em visão conjunta das três organizações, constatamos pequena variação entre as valências positiva e negativa: os indicadores negativos respondem por 52% das ocorrências e os positivos, por 48% das ocorrências. Na visão individual de cada organização, as variações são mais notáveis: Renova com leve predominância negativa e Samarco e Vale com leve predominância positiva. Renova soma 56% de indicadores negativos e 44%

positivos. Já Samarco tem 53% dos indicadores positivos e 47% de negativos e Vale tem 57% dos indicadores positivos e 43% de negativos. Esses dados estão reunidos no Quadro 19 a seguir.

Quadro 19 – Valências positiva e negativa do quadro pragmático para Samarco, Renova e Vale

QUADRO PRAGMÁTICO		
Organização	Indicadores positivos	Indicadores negativos
Samarco	53%	47%
Renova	44%	56%
Vale	57%	43%
Todas	48%	52%

Fonte: Autora (2021).

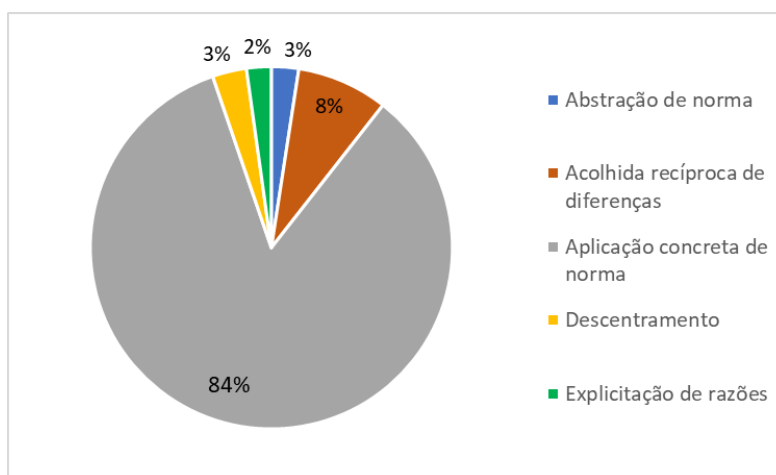
Importante observar que essa leve predominância de indicadores positivos ou negativos não significa a anulação das práticas do seu oposto: elas convivem em relação de forças antagônicas. De toda forma, as diferenças entre as frentes são de, no máximo, 14 pontos percentuais, sem determinar a sobrepujança de uma valência sobre a outra. Assim, interessa observar como se articulam as práticas de promoção e de obstrução do diálogo conforme os indicadores definidos.

A exposição analítica dos resultados do *quadro pragmático* está organizada com os indicadores positivos primeiro e, depois, os indicadores negativos. Em cada seção, os indicadores são abordados separadamente, destacando os usos mais recorrentes feitos pelas organizações e articulando exemplos com trechos dos textos dos relatórios, de forma que fiquem caracterizadas as principais formas de acionamento realizadas por Samarco, Renova e Vale para cada ponto promotor ou obstrutor do diálogo.

Os indicadores positivos são aqueles que demonstram a promoção do diálogo, de forma que o critério normativo encontre condições de se realizar pragmaticamente. São cinco os indicadores positivos: *abstração de norma*, *acolhida recíproca de diferenças*, *aplicação concreta de norma*, *descentramento* e *explicitação de razões*. A leitura analítica localizou marcas textuais dessas estratégias de promoção dialógica registradas pelas organizações em seus relatórios de atividades somando 1314 ocorrências para os indicadores

positivos. A distribuição na visão conjunta para as três organizações mostra grande acionamento de *aplicação concreta da norma* (84% ou 1106 ocorrências) e índices menores para *acolhida recíproca* (8% ou 107 ocorrências), *abstração da norma* (3% ou 32 ocorrências), *descentramento* (3% ou 40 ocorrências) e *explicitação de razões* (2% ou 29 ocorrências), conforme o Gráfico 5 a seguir.

Gráfico 5 – Promoção do diálogo para Samarco, Renova e Vale

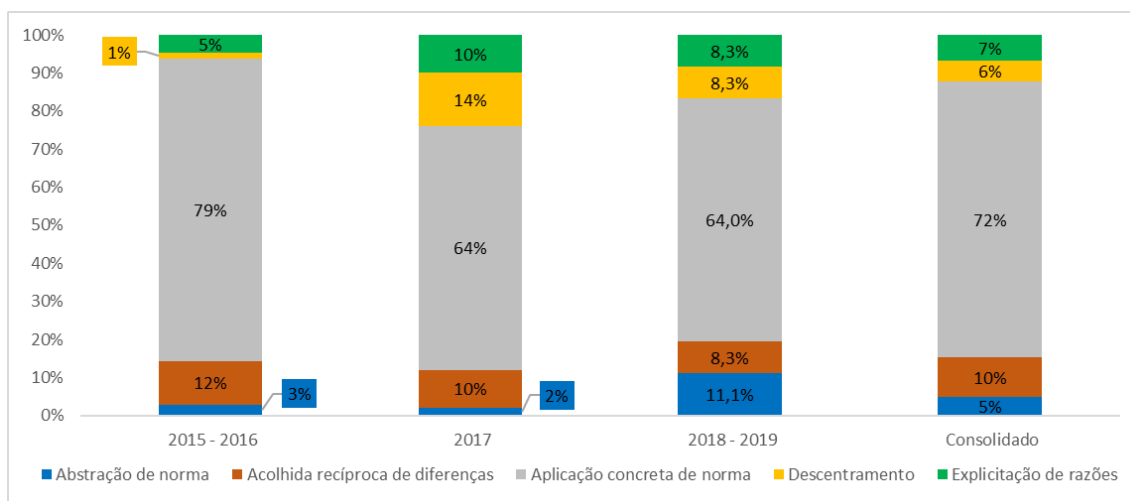


Fonte: Autora (2021).

A predominância do indicador *aplicação concreta de norma* se verifica também na visão individual para cada uma das três organizações consideradas. Além disso, conforme demonstram os três gráficos na sequência, fica evidente a menor ocorrência para os demais indicadores (*acolhida recíproca*, *abstração de norma*, *descentramento* e *explicitação de razões* chegam, cada um, a no máximo 10% na visão individual por empresa).

Na Samarco, considerando todos os relatórios analisados, *aplicação concreta da norma* representa 72% das ocorrências verificadas, seguida de *acolhida recíproca de diferença* (10%), *explicitação de razões* (7%), *descentramento* (6%) e *abstração da norma* (5%). O Gráfico 6 representa essa distribuição dos indicadores positivos para a organização Samarco em visão consolidada (barra à direita) e também em cada um dos seus três documentos analisados (Relatório 2015-2016, Relatório 2017 e Relatório 2018-2019).

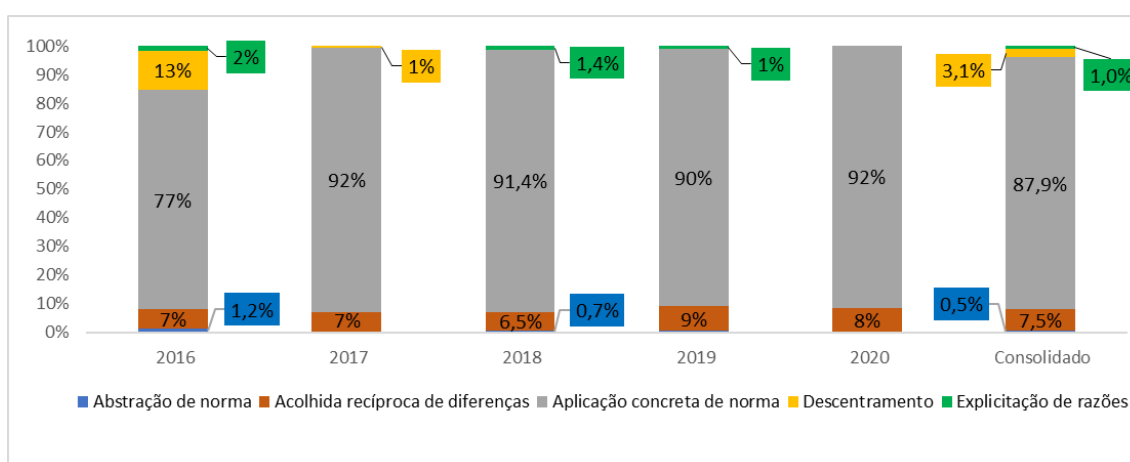
Gráfico 6 – Promoção do diálogo para Samarco



Fonte: Autora (2021).

No caso da Renova, foram analisados cinco relatórios referentes aos anos 2016 a 2020. No Gráfico 7, é possível visualizar a distribuição dos indicadores positivos em cada documento e também de forma consolidada (na barra à direita), em que se constata *aplicação concreta de norma* com 87,9%, *acolhida recíproca de diferenças* com 7,5%, *descentramento* com 3,1%, *explicitação de razões* com 1% e *abstração da norma* com 0,5%.

Gráfico 7 – Promoção do diálogo para Renova

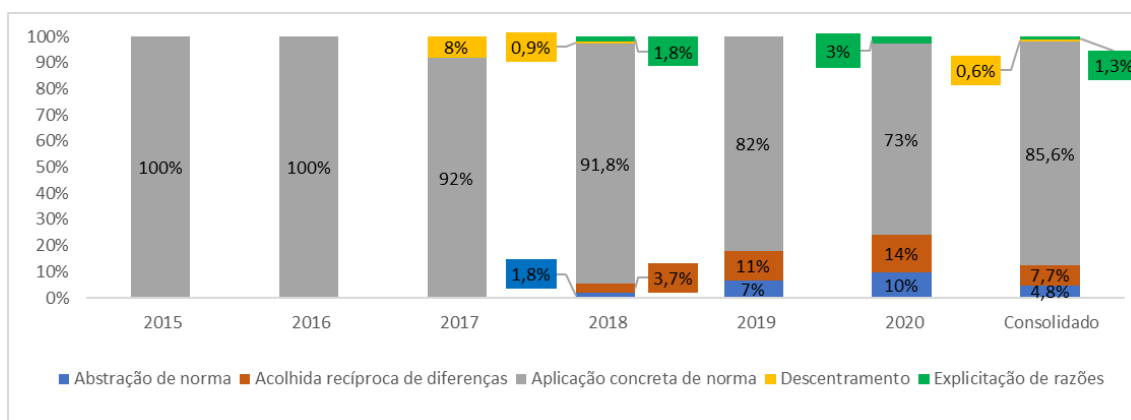


Fonte: Autora (2021).

O Gráfico 8 apresenta a distribuição dos indicadores positivos para os seis relatórios analisados da Vale (referentes aos anos 2015 a 2020) e também a visão consolidada para a organização (na barra à direita), em que *aplicação da*

norma tem 86%, *acolhida recíproca de diferenças*, 8%; *abstração da norma*, 5%; e *descentramento* e *explicitação de razões*, 1% cada.

Gráfico 8 – Promoção do diálogo para Vale



Fonte: Autora (2021).

A seguir, a exposição da análise dos indicadores positivos elenca as principais formas de acionamento constatadas nos relatórios de Samarco, Renova e Vale, começando pelo indicador prevalente *aplicação concreta da norma* (cuja presença varia na visão geral e nas três empresas entre 73% e 87,9%), seguido por *acolhida recíproca de diferenças* (índices entre 7,5% e 10%) e é encerrada com observações para *abstração da norma*, *descentramento* e *explicitação de razões* (cujos índices vão de 0,5% a 7%).

7.2.1 Aplicação concreta de norma

O indicador *aplicação concreta da norma* é definido como descrição da nova situação vivida ante os acontecimentos e identificação de questões problemáticas concretas diante da abstração normativa (incluindo leis e regramentos). Nos relatórios de Samarco, Renova e Vale, orientou a busca por referência textual direta ou à situação prática de avaliação de demandas e direitos de públicos em situações de desigualdade que envolvem a organização, indicação de problemas concretos enfrentados em função da atuação da organização, assumindo erros, regras e leis não cumpridas e desvios cometidos.

A *aplicação concreta de norma* é o único indicador do *quadro pragmático* (positivo ou negativo) constatado em todos os 14 relatórios analisados e também aquele com os maiores números de referências registrados. Portanto, trata-se

do indicador predominante na comunicação estratégica das organizações, o que atesta que essa manifestação pública guarda relação com a percepção pública dos fatos e com o enquadramento normativo social que eles recebem. *Aplicação concreta da norma* representa 84% das referências dos indicadores positivos para as três organizações juntas e, separadamente, 72% para Samarco, 87,9% para Renova e 85,6% para Vale. A ausência desse indicador poderia significar o descolamento da comunicação organizacional com a realidade vivida tanto do ponto de vista da organização como dos públicos – mas não é o que ocorre no material analisado. Seu acionamento estabelece conexões com a realidade fática e os problemas decorrentes das ações das próprias organizações.

Identificamos as mais relevantes formas de acionamento da estratégia de *aplicação concreta da norma*: postura de organizações reparadoras com a indicação das consequências e ações requeridas pelas tragédias; atuação da Fundação Renova em resposta aos danos causados; referência à observação legal e judicial; indicação de desacordos com os públicos; expressão de aspectos emocionais; promessas de aprendizados e mudanças; e, por fim, identificação dos problemas enfrentados e das soluções adotadas. Cada uma delas está caracterizada a seguir com a exposição de excertos dos relatórios em grupos, especificamente: Grupo 1 (organizações reparadoras), Grupo 2 (danos sob responsabilidade da Renova), Grupo 3 (referências legais), Grupo 4 (desacordos com os públicos), Grupo 5 (aspectos emocionais), Grupo 6 (promessas de aprendizado e mudança) e Grupo 7 (problemas e soluções).

O acionamento mais fortemente relacionado à *aplicação concreta de norma* diz respeito às ações reparadoras diante das consequências dos dois rompimentos de barragens de rejeitos. As consequências são nomeadas em termos de *impactos* (mais presente) e *danos* (menos presente), inclusive com descrição de suas dimensões trágicas, e as ações definidas nos verbos *reparar* e *compensar*, bem como nos substantivos associados (*reparação* e *compensação*). Elas se referem tanto às populações como ao meio ambiente, à cultura e à economia e guardam relação com a aplicação concreta de regras legais. Contatamos a reprodução de sentidos jurídicos das obrigações das organizações diante dos danos e dos impactos causados, de forma que sejam compensados aqueles não passíveis de recuperação (irreversíveis) e reparados aqueles cujos danos podem ser cessados ou recuperados. No Quadro 20 a

seguir, estão reunidos exemplos que caracterizam a narrativa de sujeitos reparadores assumida pelas três organizações.

Quadro 20 – Grupo 1 aplicação concreta da norma (organizações reparadoras)

Organização	Ano	Excerto do relatório
Samarco	2015-2016	“Em 2015, ocorreu o trágico rompimento da barragem de rejeitos de Fundão da Samarco em Mariana (MG). Investigado pelas autoridades brasileiras e por consultoria internacional independente, o rompimento trouxe severos danos sociais e ambientais – incluindo a perda de 19 vidas, sendo que uma pessoa não foi encontrada, e a destruição das comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, além do impacto causado a cidades ao longo da bacia do rio Doce, de Minas Gerais até sua foz e proximidades no estado do Espírito Santo, em função do percurso da pluma de rejeitos.” p. 3
Samarco	2017	“Com o rompimento da barragem de Fundão, a Empresa passou a ser responsável pela reparação dos impactos causados às vidas de milhares de pessoas distribuídas em 39 municípios mineiros e capixabas, que sofreram as consequências de 32,6 milhões de metros cúbicos de rejeitos de Fundão sobre a Bacia do Rio Doce”. p. 22
Samarco	2018-2019	“Desde 2015, o cumprimento dos compromissos relacionados aos impactos do rompimento da barragem de Fundão tomou lugar de destaque – essas demandas incluem aspectos socioambientais e socioeconômicos, processos de investigação e diálogo com comunidades e representantes do poder público. A revisão das prioridades também levou em conta as tratativas necessárias à retomada das operações.” p. 12
Renova	2018	“Esse relatório traz os acontecimentos mais importantes ao longo de 2018 em relação aos esforços de reparação, compensação, mitigação e indenização de danos do que é considerado o maior desastre ambiental do Brasil, o rompimento da barragem de Fundão. Ao entrar em colapso em novembro de 2015, a estrutura operada pela mineradora Samarco liberou mais de 39 milhões de metros cúbicos de rejeito de mineração, que escoaram por uma extensão de 670 quilômetros de cursos de água, desde o município de Mariana, em Minas Gerais, até Linhares, no litoral do Espírito Santo – a maior parte desse trajeto pelo rio Doce.” p. 6
Vale	2017	“A Vale, juntamente com BHP Billiton e Samarco, é mantenedora da Fundação Renova, criada com o objetivo de gerir e executar programas de reparação e compensação das áreas e comunidades atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, de propriedade da Samarco Mineração S.A., em Mariana (MG), ocorrido em 5 de novembro de 2015.” p. 28
Vale	2018	“Esta 12ª edição do Relatório de Sustentabilidade é publicada no momento mais desafiador da história da Vale. Com o rompimento da Barragem I da mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, em 25 de janeiro deste ano, perdemos colegas de trabalho, familiares, amigos, pessoas da comunidade. Impactamos negativamente a vida das pessoas e causamos danos ambientais e econômicos. Diante disso, desde o primeiro momento, estamos focados no atendimento à população e na reparação dos danos, mas ainda há muito a ser feito.” p. 5

Vale	2018	<p>“Às 12h28 do dia 25 de janeiro de 2019, a Barragem I de rejeitos de minério de ferro da mina Córrego do Feijão rompeu-se. Em pouco mais de três minutos, grande parte dos 11,7 milhões de metros cúbicos se espalhou por aproximadamente 295 hectares, atingindo as áreas operacional e administrativa da mina, onde trabalhavam cerca de 600 empregados, entre próprios e terceiros. Escritórios, vestiários, refeitório, usina, terminal de carregamento e oficinas de manutenção, entre outras estruturas, foram impactadas pelo rejeito. Também foram atingidos os acessos rodoviários da mina ao vilarejo Córrego do Feijão e a estrada da portaria até o trevo da estrada de Alberto Flores.</p> <p>A torrente de rejeitos seguiu na direção sudoeste, atingindo no caminho parte das comunidades Córrego do Feijão e Parque das Cachoeiras, mais próximas da mina, e outras construções, como a pousada Nova Estância. Parte do material chegou ao córrego Ferro-Carvão e, na sequência, ao rio Paraopeba, aumentando de forma imediata a turbidez (quantidade de partículas sólidas em suspensão presentes na água) e as concentrações de metais nos primeiros quilômetros do rio.</p> <p>Na data de fechamento deste relatório, havia um total de 245 fatalidades confirmadas e 25 pessoas desaparecidas. Os trabalhos conduzidos pelo Corpo de Bombeiros e pela Defesa Civil resultaram na localização e no resgate de 395 pessoas com vida, que estavam na região atingida pelo rompimento.” p. 11</p>
Vale	2018	<p>“Todas as iniciativas adotadas pela Vale têm como objetivo reparar os impactos às pessoas e às comunidades atingidas, restabelecendo, sempre que possível, a situação anterior ao rompimento, por meio de ações de compensação, reabilitação e restituição.” p. 21</p>
Vale	2019	<p>“A Vale reconhece sua responsabilidade e reafirma seu compromisso total em trabalhar para reparar de forma célere e justa os danos causados às famílias, à infraestrutura das comunidades e ao meio ambiente.” p. 14</p>

Fonte: Seleção da autora a partir dos relatórios das organizações (2021).

Especificamente, a Fundação Renova organiza os seus relatórios de 2017 a 2020 conforme os 42 programas de compensação e reparação determinados pelo TTAC. Assim, a própria indicação ao programa e aos seus objetivos e ações pretendidos correspondem a ocorrências de *aplicação concreta de norma*. Afinal, representam assunção de responsabilidade sobre o que deve ser feito em resposta aos problemas reconhecidos a partir do rompimento da barragem da Samarco como definido no acordo – embora os objetivos de cada programa sejam apresentados em redação com interpretação da Fundação e não precisamente com transcrição das cláusulas do TTAC. É preciso destacar que, diferentemente de Samarco e Vale, a Renova se vincula às consequências, mas não às motivações da tragédia, de forma que está na posição de responsável pelo tratamento, mas não pelas causas do problema

(voltaremos especificamente a esse ponto à frente, na análise do indicador negativo do diálogo *negação plausível*). O Quadro 21 reúne exemplos de trechos dos relatórios da Renova em que aponta os malefícios causados pelo rompimento da barragem da Samarco e as ações pelas quais é responsável.

Quadro 21 – Grupo 2 aplicação concreta de norma (danos sob responsabilidade da Renova)

Organização	Ano	Trecho do texto do relatório
Renova	2017	“PG002 Ressarcimento e Indenização dos Impactados Eixo Pessoas e Comunidades Objetivos Ressarcir pessoas e micro e pequenas empresas que tenham sofrido danos materiais ou morais, bem como perdas referentes às suas atividades econômicas, em consequência direta do rompimento da barragem de Fundão [...]” p. 25
Renova	2018	“O programa de reassentamento tem como missão restabelecer os modos de vida e a organização das comunidades que perderam suas casas pela passagem do rejeito, após o rompimento da barragem de Fundão – inclui os distritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, em Mariana e Gesteira, em Barra Longa. [...]” São 255 famílias em Bento Rodrigues, 140 em Paracatu de Baixo e 37 em Gesteira. 79 diretrizes construídas com as comunidades e homologadas na ACP de Mariana, outros 13 parâmetros gerais negociados em Gesteira.” p. 89
Renova	2019	“PG015 Promoção da Inovação Eixo Pessoas e Comunidades Objetivo Fomentar a inovação e financiar a produção de conhecimento relacionado à recuperação das áreas impactadas pelo rompimento da barragem de Fundão, através da criação e fortalecimento de linhas de pesquisa de tecnologias aplicadas, com internalização das tecnologias geradas para o processo de recuperação.” p. 239

Fonte: Seleção da autora a partir dos relatórios das organizações (2021).

Um terceiro aspecto que se destaca é o fato de as três organizações referenciarem suas ações com amparo legal, sendo recorrentes as referências a termos de ajuste de conduta, recomendações, multas recebidas. De forma mais incisiva, a Vale inclui essas referências a processos judiciais, inclusive os de natureza criminal e condenações. É preciso notar que as referências das organizações são, em sua maioria, no sentido de demonstrar a observância à decisão legal, sem pormenorizar seu comportamento ou de seus agentes que

originou a decisão (infração, descumprimento, ação criminosa). O Quadro 22 elenca exemplos de trechos com referências ao atendimento legal das ações.

Quadro 22 – Grupo 3 aplicação concreta da norma (referências legais)

Organização	Ano	Excerto do relatório
Samarco	2017	“Desde o rompimento da barragem de Fundão assumimos nossas responsabilidades. Tivemos ações emergenciais importantes e celebramos diversos acordos, a fim de acelerar a reparação dos impactos. Desde a assinatura do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), firmado em março de 2016 entre a Samarco e suas acionistas Vale e BHP Billiton e diversos entes e órgãos públicos, assumimos nossa responsabilidade dos pontos de vista jurídico, social, ambiental e financeiro.” p. 7
Samarco	2017	“Em setembro de 2018, foi assinado com o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) o Termo de Compromisso que contempla a contratação de empresa de auditoria externa independente para acompanhar a implantação do Sistema de Disposição de Rejeitos Cava Alegria Sul.” p. 19
Samarco	2018-2019	“As multas e sanções durante os anos de 2018 e 2019 foram aplicadas em razão do rompimento da barragem de Fundão e de seus impactos ambientais.” p. 71
Renova	2018	“Na prática, há 42 programas contemplados pelo TTAC, assinado, em março de 2016, pelas mineradoras (Samarco e suas acionistas, Vale e BHP), a União e os estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, além dos seus respectivos órgãos reguladores e administrativos. Desde agosto daquele ano, a Fundação Renova opera o dia a dia dessas medidas. Entretanto, só em 2018 ela passou a ser formalmente reconhecida como executora do TTAC pelas Defensorias e pelos Ministérios Públicos da União e dos dois estados impactados. O reconhecimento se deu por meio de um dos principais acontecimentos jurídicos do ano no caminho da reparação: a assinatura de outro termo legal, o chamado TAC Governança, no dia 25 de junho.” p. 7
Renova	2018	“O novo Termo de Quitação é resultado de uma recomendação feita em abril conjuntamente pelos Ministérios Públicos e Defensorias de Minas Gerais e do Espírito Santo.” p. 18
Vale	2018	“Três dias após o rompimento da Barragem I, a Vale foi intimada a respeito de decisões liminares proferidas em requerimentos de tutela antecipada formulados pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Os juízes de plantão das comarcas de Belo Horizonte e Brumadinho acataram os pedidos de indisponibilidade e bloqueio do valor total de R\$ 11 bilhões da Vale e determinaram que a empresa adotasse as medidas necessárias para garantir a estabilidade da Barragem VI da mina Córrego do Feijão (que foi atingida pelo rejeito que vazou da Barragem I), bem como se responsabilizasse pelo acolhimento e integral assistência às pessoas atingidas, entre outras obrigações.” p. 18
Vale	2019	“Além da indenização emergencial, a Vale e a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais assinaram Termo de Compromisso estabelecendo parâmetros pelos quais os atingidos podem receber indenizações individualmente ou por núcleo familiar, através da

		formalização de acordos extrajudiciais, levados à homologação judicial, com tempo médio de tramitação total de 60 dias.” p. 26
Vale	2019	<p>“Existem cinco investigações criminais relacionadas à Barragem I. Quatro delas ainda estão ativas e pretendem avaliar a causa provável da falha da barragem, bem como as responsabilidades dos envolvidos. Duas delas são conduzidas no âmbito Estadual pelo Ministério Público de Minas Gerais e as outras duas, no âmbito Federal, pelo Ministério Público Federal. A quinta investigação já foi concluída pela Polícia Federal e teve como objeto a emissão da Declaração da Condição de Estabilidade (DCE) da Barragem I e os trabalhos de análise de risco realizados pela consultoria TuvSud.</p> <p>Investigações federais:</p> <p>Processo de Investigação Criminal (PIC) Nº. 1.22.000.000762.2019-10, liderado pelo Ministério Público Federal.</p> <p>Inquérito Policial nº 1494/19, liderado pela Polícia Federal (investigação das causas de falha da barragem).</p> <p>Inquérito Policial Nº 62/19, conduzido pela Polícia Federal (investigação concluída relacionada ao DCE da Barragem I e análise de risco realizada pelo TuvSud).</p> <p>Investigações estaduais:</p> <p>Processo de Investigação Criminal (PIC) Nº 0090.19.000013-4, conduzido pelo Ministério Público do Estado;</p> <p>Inquérito Policial N.º 2019-090-090-002771-001-007977976-69, conduzido pela Polícia Civil.</p> <p>O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) apresentou à Justiça (2ª Vara Criminal de Brumadinho), no dia 21 de janeiro de 2020, denúncia na qual acusa 16 pessoas por homicídios dolosos duplamente qualificados e por crimes ambientais decorrentes do rompimento da Barragem I. A Vale confia no completo esclarecimento das causas da ruptura e reafirma seu compromisso de continuar contribuindo com as autoridades.” p. 38</p>
Vale	2020	<p>“Em fevereiro de 2021, demos um passo importante rumo ao compromisso com a reparação integral de Brumadinho. Firmamos um Acordo Global de BRL 37,7 bilhões, que contempla projetos reparatórios e compensatórios, com o Estado de Minas Gerais, a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e os Ministérios Públicos Federal e do Estado de Minas Gerais.” p. 3</p>

Fonte: Seleção da autora a partir dos relatórios das organizações (2021).

Outro aspecto de relevância no que se refere ao indicador positivo do diálogo *aplicação concreta de norma* é a declaração da existência de conflitos e desacordos com os públicos, como se vê nos trechos dos relatórios de Renova e Vale listados no Quadro 23 a seguir.

Quadro 23 – Grupo 4 aplicação concreta de norma (desacordos com os públicos)

Organização	Ano	Excerto do relatório
Renova	2018	“Elas visam estabelecer maior sinergia entre os programas e as demandas das áreas atingidas, identificando o que é prioridade em cada localidade, suas aspirações de desenvolvimento e as ações necessárias para responder às respectivas necessidades, ajudando a harmonizar descolamentos entre os programas e os anseios dos atingidos.” p. 7
Renova	2018	“Porém, restam controvérsias em relação a um terceiro grupo de moradias, em que não se conseguiu estabelecer nexos causal entre as avarias e os impactos viários. A polêmica envolve a reforma de 203 residências, a reconstrução de 59 imóveis e a desocupação de 30 propriedades em situação de risco, a ser atestada pela Defesa Civil estadual de Minas Gerais.” p. 33
Vale	2016	“No Espírito Santo, houve ainda um conflito devido ao acidente da Samarco envolvendo o povo Tupiniquim. A Vale reitera que vem apoiando a Samarco desde o primeiro momento no atendimento às comunidades afetadas, trabalhando em parceria inclusive no tratamento das questões indígenas.” p. 105
Vale	2019	“O pagamento do auxílio emergencial é um tema que suscita muitas discussões e reclamações no território, pois muitos atingidos questionam os critérios definidos e declaram que a solução disponibilizada para o coletivo não atende a suas demandas individuais. A Vale entende que o pagamento emergencial é apenas um dos elementos que compõem a reparação aos atingidos e sua função deve ser analisada de forma integrada aos outros mecanismos e ações implementadas.” p. 25

Fonte: Seleção da autora a partir dos relatórios das organizações (2021).

Por parte de Samarco e Vale há ainda destaque para aspectos emocionais decorrentes das tragédias, com o uso de expressões de pesar, tristeza e lamento diante das mortes e da destruição ambiental. Essa perspectiva é mais recorrente nos relatórios da Vale, que, no documento relativo a 2019, registra textualmente o seu pedido de desculpas à sociedade. É possível considerar que essas manifestações de Samarco e Vale respondem às demandas formuladas por diferentes públicos em reprovação a um comportamento organizacional frio e tecnicista. No Quadro 24, estão listados trechos dos relatórios com destaque para esse aspecto emocional no discurso das mineradoras.

Quadro 24 – Grupo 5 *aplicação concreta da norma (aspectos emocionais)*

Organização	Ano	Excerto do relatório
Samarco	2015-2016	“A Samarco lamenta profundamente as mortes associadas ao rompimento da barragem de Fundão. Abaixo, estão os nomes dos membros da comunidade e empregados – Samarco e contratados – que perderam suas vidas em 5 de novembro de 2015. Os sentimentos e orações de cada empregado da Samarco se direcionam, desde então, para os familiares e amigos das vítimas.” p. 4
Samarco	2018-2019	“Além dos impactos ambientais e dos transtornos causados às vidas de milhares de pessoas, o rompimento da barragem de Fundão, lamentavelmente, causou 19 mortes: um empregado da Empresa, 13 profissionais de empresas contratadas pela Samarco, quatro moradores da comunidade e uma pessoa que a visitava. Todos os esforços de resgate foram realizados e a Samarco buscou dar suporte integral às famílias das vítimas.” p. 34
Vale	2015	“Quem conhece a política de Saúde e Segurança estabelecida na Vale pode ter a dimensão do quão devastadora foi para nossa empresa a perda de 19 vidas em decorrência do acidente com a barragem de Fundão, da Samarco, em novembro do ano passado.” p. 11
Vale	2018	“Estamos em luto O dia 25 de janeiro de 2019 ficará para sempre registrado na história da Vale e na memória de nossos empregados, parceiros, da população de Brumadinho, em Minas Gerais, e dos brasileiros em geral. [...] <p>Pelas vidas que se foram – pois sabemos que nossos esforços jamais serão suficientes para trazê-las de volta –, pelas pessoas que perderam tudo ou quase tudo, pelo impacto provocado aos nossos empregados e às comunidades vizinhas às nossas demais barragens, estamos em luto.</p> <p>Nosso sentimento se divide entre a consternação e o compromisso em atender vítimas e famílias o mais rapidamente e da melhor maneira possível.” p. 10</p>
Vale	2019	“O rompimento da Barragem I da mina Córrego do Feijão, no dia 25 de janeiro de 2019, em Brumadinho (MG), marcou para sempre a história da Vale, de seus empregados e das comunidades e pessoas impactadas. A Vale pede desculpas à sociedade e lamenta profundamente pelas 270 vítimas fatais, das quais duas eram jovens mulheres grávidas e 11 vítimas ainda não foram localizadas.” p. 14
Vale	2019	“Um dos aspectos mais importantes do processo de reparação se dá no campo simbólico, isto é, no respeito aos sentimentos e memórias despertados nas pessoas impactadas pelo rompimento da barragem. <p>As equipes Vale envolvidas têm se esforçado em conferir caráter humano e exercitar a empatia em todos os aspectos do relacionamento, inclusive na disponibilidade para dar suporte emocional a quem os procura e a atender pedidos.” p. 24</p>
Vale	2020	“Jamais esqueceremos Brumadinho. Sabemos que, por maiores que sejam os esforços e projetos de reparação, nunca compensaremos as perdas de familiares, amigos e colegas pelo rompimento da Barragem I, da mina Córrego do Feijão.” p. 9

Fonte: Seleção da autora a partir dos relatórios das organizações (2021).

Ao pesar expresso pelas duas mineradoras se segue a explicitação das intenções e das realizações de mudanças, transformações, reflexões e aprendizados – termos acionados para posicionar as organizações de forma diferente após as tragédias. No Quadro 25, estão reunidos trechos dos relatórios de Samarco e Vale com declaração de aprendizados realizados e promessas de mudanças.

Quadro 25 – Grupo 6 aplicação concreta de norma (promessas de aprendizado e mudança)

Organização	Ano	Excerto do relatório
Samarco	2018-2019	“Neste relatório, são apresentados indicadores e informações financeiros e não financeiros que traduzem o desempenho da Samarco em 2018 e 2019. Esses foram dois ciclos decisivos para reduzir a incerteza quanto ao futuro da Empresa, mobilizar seus empregados e líderes e fortalecer o diálogo social, com uma visão mais clara sobre as etapas já cumpridas, as lições aprendidas e a história que se deseja construir nos próximos anos.” p. 5
Samarco	2018-2019	“Esse trabalho, porém, foi posto à prova com o rompimento da barragem de Fundão e requereu, nos últimos quatro anos, reflexões profundas por parte da liderança da Empresa; hoje, passado um longo período de aprendizados, a sustentabilidade está integrada às diretrizes e aos habilitadores dos negócios na Empresa.” p. 31
Vale	2019	“Desde a ocorrência dessa tragédia, temos procurado nos dedicar a repensar não apenas a forma como trabalhamos, mas a nossa própria visão de mundo e de negócio; buscamos reparar o máximo possível os impactos provocados pelo rompimento da barragem sobre as pessoas e o meio ambiente; e estamos focados em aumentar a prevenção, para que nossa missão seja que esse tipo de ocorrência nunca mais se repita. Ao final deste processo, a Vale precisa ser uma empresa melhor.” p. 6
Vale	2019	“Em 2019, porém, o rompimento da Barragem I da mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, levou a empresa rever comportamentos, processos e a relação tanto com o meio ambiente quanto com as comunidades. Foram revisados políticas e procedimentos, muitos deles relacionados a aspectos ambientais. Todo esse processo foi embasado no compromisso de estabelecer um novo pacto com a sociedade, que culminou na adoção de metas de sustentabilidade mais desafiadoras e ambiciosas, alinhadas à Agenda 2030 da ONU, envolvendo mudanças climáticas, energia e florestas. Essas metas estão associadas à redução de interferências em serviços ecossistêmicos de grande importância para as operações e para a manutenção da vida.” p. 82
Vale	2020	“A tragédia de Brumadinho representou um ponto de partida para repensarmos nossos processos. A Vale está dando passos importantes para construir uma história com maior criação de impactos positivos e, por este motivo, vivencia um processo de transformação cultural.” p. 31

Fonte: Seleção da autora a partir dos relatórios das organizações (2021).

Nesse enquadramento de revisão de procedimentos, Samarco e Vale dão destaque às explicações sobre as demais barragens que possuem e as alterações em busca de segurança em suas operações de mineração, respondendo ao que pode ser considerado o foco do problema revelado pela trama acontecimental de Mariana e Brumadinho. Nesse sentido, destaca-se a manifestação da Vale sobre a garantia da segurança diante da tragédia de Mariana, ou seja, ainda antes do rompimento de sua própria barragem. Já depois da tragédia de Brumadinho, a Vale delimita com mais clareza problemas causados pela mineração: riscos imediatos às populações vizinhas, ocasionando inclusive evacuações de comunidades inteiras, os impactos ao meio ambiente gerados pela exploração mineral em áreas protegidas ou de alto valor para a biodiversidade, o uso de água no processo de beneficiamento do minério de ferro que leva à geração de lama, que, por sua vez, demanda ser estocada em barragens que oferecem novos riscos. Para esses problemas, as mineradoras apontam como solução a revisão dos seus procedimentos industriais, o cumprimento da legislação, o reforço dos compromissos com a segurança das pessoas e a reparação ao meio ambiente. Exemplos com esses focos de apontamento dos problemas e das soluções estão reunidos no Quadro 26 a seguir.

Quadro 26 – Grupo 7 aplicação concreta de norma (problemas e soluções)

Organização	Ano	Excerto do relatório
Samarco	2018-2019	“A Samarco entende que um retorno seguro e responsável às atividades é requisito para a reconstrução da confiança junto à sociedade e ao poder público quanto à sua capacidade de operar. Além das ações imediatas de controle de sedimentos, a dedicação foi às obras de reforço das estruturas remanescentes do complexo de barragens e à revisão dos Planos de Ação de Emergência para Barragens de Mineração. A Empresa fortaleceu seu processo de Gestão dos Riscos, com medidas de prevenção, diálogo e simulados nas comunidades, em parceria com a Defesa Civil, além de conduzir ações para garantir a estabilidade de seus ativos e instalações e reforçar o valor da segurança em sua Nova Jornada.” p. 36
Vale	2015	“Além disso, a despeito do cumprimento da legislação vigente e de investir em mecanismos de gestão de segurança e de riscos de barragens, após o acidente ocorrido em Mariana (MG), visando trazer um maior conforto para a sociedade, a Vale fez uma verificação extraordinária detalhada das condições estruturais de todas as suas barragens, incluindo a análise de acessos, reservatórios, cristas, bermas, taludes, drenagem superficial, sistema de drenagem interna, ombreira.” p. 81

Vale	2018	“Com o rompimento da Barragem I da mina Córrego do Feijão, os procedimentos de monitoramento das condições estruturais de todas as barragens foram intensificados, fazendo com que ações emergenciais fossem adotadas para a Barragem VI, impactada pelo fluxo de rejeitos da Barragem I, uma vez que seus resultados demonstraram as anomalias previstas no nível de alerta 1. Em paralelo e de maneira preventiva, o nível de alerta de estruturas localizadas em outros municípios foi elevado para 3, conforme Plano de Ação de Emergência para Barragens de Mineração (PAEBM), acarretando a evacuação dos residentes localizados na Zona de Autossalvamento (ZAS). Além disso, simulados foram realizados, reforçando as ações de evacuação a partir do acionamento das sirenes para os residentes das Zonas de Segurança Secundária (região não definida como ZAS).” p. 21
Vale	2018	“Em paralelo ao trabalho emergencial de mitigação dos impactos às comunidades e ao meio ambiente, líderes e técnicos da empresa foram mobilizados com o objetivo de repensar, discutir e propor soluções para o futuro do negócio. Entre as ações imediatas avaliadas, está o projeto de filtragem e empilhamento de rejeitos, como solução alternativa à necessidade de construção de novas barragens.” p. 24
Vale	2019	“Na mineração, a água é insumo fundamental e presente em todas as fases do empreendimento, desde o projeto conceitual até o pós-fechamento. Ela pode também se tornar um fator de risco, quando há excesso ou escassez, – tanto nas operações quanto nas infraestruturas de mineração, como barragens – provocando inundações e geração de efluentes, no caso de excesso, e gerando conflitos, em caso de escassez.” p. 95
Vale	2020	“A empresa tem planejado a redução significativa do uso de barragens e investirá em soluções para substituir o processamento a úmido por métodos mais seguros e sustentáveis. É o caso do processamento a seco que alcançará 70% da produção de minério de ferro até 2024.” p. 82
Vale	2020	“Mesmo buscando sempre melhores tecnologias e métodos que permitam a menor interferência nos recursos naturais, as operações impactam, direta ou indiretamente, os habitats naturais e a biota a eles associados, principalmente em função de conversão, perda e/ou redução de habitats, alteração na qualidade do ar e perda de espécimes.” p. 95

Fonte: Seleção da autora a partir dos relatórios das organizações (2021).

A partir do acionamento do indicador positivo do diálogo *aplicação concreta de norma*, Samarco, Renova e Vale se posicionam como sujeitos reparadores e compensadores dos malefícios causados pelo rompimento das barragens e também pela exploração mineral de forma geral. Observamos, em complementariedade, que essa postura reparadora e compensadora das organizações não se traduz em termos de autodeclaração como sujeito causador. Mais à frente, retomaremos esse aspecto nos indicadores negativos do diálogo (*negação plausível*, *anulação de tópicos*, *naturalização* e *neutralização*), pois, como *aplicação concreta de norma* é a estratégia

preponderante e tem o sentido de apresentar a situação problemática, é em combinação com ela que muitas das estratégias de obstrução ao diálogo se colocam.

7.2.2 *Acolhida recíproca de diferenças*

O indicador positivo do diálogo *acolhida recíproca de diferenças* define-se por realizar trocas a partir do respeito a diferenças de experiências e identidades. Na análise dos relatórios, orientou a busca por referência textual direta ou à situação prática de diálogo (conversação, escuta, espaço de autoexpressão, acolhida e empatia) com públicos e instituições com posições diferentes da organização e de reconhecimento a diferenças de recursos entre organização e públicos.

O indicador responde por 8% das ocorrências dos indicadores positivos do diálogo codificados nos relatórios de Samarco, Renova e Vale. Esse índice é dez vezes menor que os 84% verificados para *aplicação concreta da norma* e, ao mesmo tempo, é mais que o dobro dos índices verificados para *abstração da norma*, *descentramento* (cada um com 3%) e *explicitação de razões* (2%). Essas comparações são importantes para dimensionar a presença do indicador *acolhida recíproca*. Na visão por empresa, ele responde por 10% na Samarco, 7,5% para a Renova e 7,7% para a Vale.

O indicador *acolhida recíproca* foi lido nos relatórios como a concretização do princípio da participação, afirmado pelas organizações em vinculação ao indicador *igualdade*, do *quadro normativo*. Verificamos que essa tradução prática se dá com ênfase na evidenciação da situação de encontro (reunião, assembleia, votação) e na disponibilidade de canais para receber manifestações, sendo menos expressas as diferenças percebidas nessas interações e os entendimentos construídos a partir delas. Percebemos, ainda, o reconhecimento de diferenças relativo a dois grupos específicos de públicos: povos indígenas e comunidades tradicionais. Esses principais acionamentos do indicador *acolhida recíproca* com exemplos de excertos dos relatórios estão organizados em grupos, especificamente: Grupo 1 (encontros), Grupo 2 (canais para manifestações), Grupo 3 (reconhecimento de perspectivas diferentes) e Grupo 4 (indígenas e comunidades tradicionais).

No Quadro 27 a seguir, estão exemplos dos relatos sobre os recorrentes encontros entre organizações e representantes dos públicos, sobretudo os atingidos pelas tragédias.

Quadro 27 – Grupo 1 *acolhida recíproca de diferenças* (encontros)

Organização	Ano	Excerto do relatório
Samarco	2015-2016	“Foram organizadas de duas a cinco reuniões por semana com representantes das comunidades, junto do Ministério público de Minas Gerais e outros órgãos competentes. O objetivo foi ouvir a opinião dos diretamente impactados e envolvê-los nas decisões, com participação direta da comunidade no planejamento das ações.” p. 69
Renova	2018	“Entre os meses de janeiro a dezembro de 2018, foram realizadas 1.114 reuniões, com um total de 28.589 participações. Desde o rompimento da barragem, em novembro de 2015, ocorreram 3.322 fóruns de diálogo, que reuniram 90.137.” p. 68
Vale	2019	“Para ouvir as vozes dos territórios, geralmente semanalmente, são realizadas reuniões com comunidades afetadas, famílias impactadas, lideranças comunitárias, moradores e representantes do Corpo de Bombeiros, promotores e outras entidades públicas envolvidas. Ao longo de 2019, foram mais de 50 audiências e reuniões semanais. Entre as instituições que tem participado dos diálogos, está a Associação dos Familiares de Vítimas e Atingidos do rompimento da Barragem Mina Córrego do Feijão (Avabrum), representante oficial das famílias das vítimas.” p. 18

Fonte: Seleção da autora a partir dos relatórios das organizações (2021).

Central de Relacionamento e Ouvidoria são iniciativas reportadas pelas três organizações com o objetivo de indicar a existência de canais para a acolhida às manifestações dos públicos, sempre com mais destaque para o quantitativo de consultas e respostas oferecidas e menos para o tipo de resolução ou mudança provocada. Nos exemplos listados no Quadro 28, é perceptível também o registro de melhorias em busca da satisfação dos públicos que acionam os serviços.

Quadro 28 – Grupo 2 *acolhida recíproca de diferenças* (canais para manifestações)

Organização	Ano	Excerto do relatório
Samarco	2018-2019	“A Ouvidoria é o canal de denúncia para empregados, comunidades, fornecedores e demais públicos interagirem com a Empresa, podendo relatar desvios de conduta, efetivos ou potenciais (sendo possível fazê-lo anonimamente). Nos últimos anos, o foco foi reduzir o volume de casos em aberto e reforçar a tratativa ágil de ocorrências. Em 2019, o destaque foi o alto percentual de queixas tratadas e resolvidas já durante o ano.” p. 21

Renova	2020	“Destaca-se que 76,75% (1.591) das manifestações abertas no ano são referentes a reclamações em relação aos processos e prazos da Fundação Renova, incluindo casos de situação de vulnerabilidade social e/ou possível negligência no atendimento encaminhados pelos canais de relacionamento. Em grande parte, são reclamações relacionadas aos programas de cadastro, auxílio financeiro e indenização. Nesses casos, a Ouvidoria está trabalhando em conjunto com as áreas dos programas socioeconômicos na apuração, tratativa e resposta às reclamações de forma resolutive.” p. 86
Vale	2019	“Apesar dos esforços de aprimoramento contínuo do canal 0800, ainda registramos reclamações dos atingidos sobre situações em que os esclarecimentos fornecidos por aquele canal não são suficientemente satisfatórios. Procuramos aproveitar estas situações para retroalimentar ações de melhoria contínua do canal de atendimento ou mesmo para revisar nossas políticas de atendimento aos atingidos.” p. 19

Fonte: Seleção da autora a partir dos relatórios das organizações (2021).

O reconhecimento e a valorização da diferença de perspectivas são recursos narrativos encontrados em trechos dos relatórios, de forma a incluí-los como sinalizadores de uma prática organizacional de valorização do diálogo. O Quadro 29 elenca exemplos de trechos dos documentos de Renova e Vale.

Quadro 29 – Grupo 3 *acolhida recíproca de diferenças* (reconhecimento de perspectivas diferentes)

Organização	Ano	Excerto do relatório
Renova	2016	“A complexidade dos efeitos do rompimento da barragem faz com que tenhamos de aceitar e conviver com múltiplas perspectivas sobre, por exemplo, quais ações são as mais urgentes ou como devem ser implementadas. Muitas vezes, essas perspectivas são contraditórias, mas todas representam algum aspecto que deve ser considerado pelo trabalho da fundação.” p. 16
Vale	2019	“A Vale está direcionada a reconquistar a confiança das comunidades e <i>stakeholders</i> em geral. Por isso, desde o rompimento da Barragem I, a empresa se propõe a aprimorar a escuta e o envolvimento da comunidade em processos participativos e de tomada de decisão, incorporando visões diferentes e encontrando caminhos mais convergentes, que gerem valor não apenas para os acionistas, mas para todas as partes envolvidas.” p. 39
Vale	2020	“Ajustamos a forma de nos comunicarmos A empresa ajustou a forma de comunicar a toda a sociedade avanços, falhas e desafios do processo de reparação. A Vale entendeu que precisava ampliar os canais de contato com as pessoas e, principalmente, adequar a linguagem para aumentar a clareza e a transparência no compartilhamento das informações, incluindo a abertura de espaço para apresentar as demandas, críticas e visões dos próprios atingidos.” p. 11

Fonte: Seleção da autora a partir dos relatórios das organizações (2021).

Nos relatórios de Renova e Vale, dois públicos em específico são identificados como destinatários desse reconhecimento da diferença: povos indígenas e comunidades tradicionais, conforme demonstrado no Quadro 30 a seguir.

Quadro 30 – Grupo 4 *acolhida recíproca de diferenças* (indígenas e comunidades tradicionais)

Organização	Ano	Excerto do relatório
Renova	2018	“Para a etnia Krenak, a perda assume um caráter metafísico, ligado à violação do “espírito da água”, o que os atinge em suas crenças, valores e rituais. Já as etnias Tupiniquim e Tupiniquim-Guarani relatam prejuízos diretos pela proibição da pesca e devido à queda na venda de artesanato para turistas. Além disso, todos reclamam da qualidade da água nas TIs.” p. 21
Vale	2018	“Além disso, a Vale também contratou profissionais com formação e experiência indigenista para o diálogo com os indígenas e tem apoiado a comunidade em diversas ações institucionais e acesso a políticas públicas.” p. 14
Vale	2020	“Os povos indígenas têm relação com o território que envolve não só aspectos físicos e socioeconômicos, mas também culturais e espirituais. Nesse sentido, a Vale reconhece a importância do respeito aos direitos dessas populações e da gestão de riscos e dos impactos das atividades da empresa nessas comunidades.” p. 153

Fonte: Seleção da autora a partir dos relatórios das organizações (2021).

A observação de *acolhida recíproca* mostra acionamentos mais recorrentes para indicar a abertura de procedimentos organizacionais (Central de Relacionamento e Ouvidoria, por exemplo) para registro das manifestações da diversidade. Há, portanto, o destaque de lugares específicos para essa *acolhida* e não o seu relato como uma prática generalizada na organização. Essas ferramentas são classificadas como escuta dos públicos, embora os documentos não privilegiem a exposição da relação desse processo como balizador para as práticas organizacionais. Dessa forma, considerando os acionamentos mais recorrentes, *acolhida recíproca da diferença* é traduzida em sentido fraco, concretizada em serviço específico para registro da discordância, sem evidenciar a organização como espaço de vivência dessa diferença.

7.2.3 Abstração de norma

O indicador *abstração da norma* é definido pela abordagem do problema específico em contextos sociais mais amplos. Sua observação nos relatórios dirige-se para referência textual direta ou a situações práticas em que, a partir da atuação da organização, ela contextualiza problemas e suas consequências, reconhece desafios e problemas públicos e sua responsabilidade por eles. Nos relatórios de Samarco, Renova e Vale, em conjunto, tem baixa representatividade no grupo de indicadores positivos do diálogo, com 3%. Na visão por organização, esse índice cresce a 5% para Samarco e Vale e é 0,5% para Renova. Excertos dos relatórios em que se evidenciam o indicador *abstração da norma* estão organizados em dois grupos: Grupo 1 (problema para setor mineral) e Grupo 2 (Vale e mudanças do clima),

Os poucos acionamentos do indicador foram percebidos na generalização do problema da segurança das barragens para todo o setor minerário e o registro da preocupação da sociedade sobre o tema. Esse recurso está presente, principalmente, na Samarco a partir da ocorrência da tragédia causada pela Vale em Brumadinho, em janeiro de 2019, mas também se identifica em relatórios da Vale, como mostra o Quadro 31.

Quadro 31 – Grupo 1 *abstração de norma* (problema para setor mineral)

Organização	Ano	Trecho do texto do relatório
Samarco	2015-2016	“As ações representaram, também, um enorme aprendizado para a empresa – e podem servir para estimular modelos mais seguros de operação para o setor mineral, inclusive no que tange ao marco regulatório quanto à comunicação e gestão de situações emergenciais.” p. 67
Samarco	2018-2019	“O ano de 2019, em particular, começou com um evento crítico para o setor mineral com o rompimento da barragem de Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG). Isso intensificou o amplo debate e o questionamento da sociedade civil e de órgãos reguladores e tornou inadiável a discussão sobre os patamares de segurança e estabilidade das estruturas de disposição de rejeitos de todo o setor.” p. 6
Vale	2018	“Os próximos meses e anos trarão para a Vale, assim como para todo o setor mineral, um grande desafio: repensar as operações e os padrões de segurança à luz dos acontecimentos de Brumadinho e de suas consequências.” p. 7

Fonte: Seleção da autora a partir dos relatórios das organizações (2021).

Adicionalmente, Vale identifica o problema global das mudanças climáticas e a relação com a sua atividade, declarando metas do seu processo

produtivo para contribuir para a redução das mudanças do clima. Como se observa no Quadro 32, a geração desse problema não é abordada especificamente a partir da mineração, mas a solução é sintetizada na ideia da “mineração neutra em carbono”.

Quadro 32 – Grupo 2 *abstração de norma* (Vale e mudanças do clima)

Organização	Ano	Excerto do relatório
Vale	2019	“A Vale reconhece que a mudança do clima representa um dos maiores desafios da sociedade e está comprometida em contribuir para soluções que limitem o aumento da temperatura em até 2°C, conforme definido no Acordo de Paris. Neste sentido, o Conselho de Administração da Vale atualizou, em 2019, a estratégia de mineração neutra em carbono da organização.” p. 96
Vale	2020	“Reconhecemos que as mudanças climáticas representam cada vez mais um dos maiores desafios enfrentados pela sociedade. Vamos investir mais de USD 2 bilhões para reduzir em 33% as emissões de gases de efeito estufa de nossas operações (Escopos 1 e 2) até 2030. É o maior investimento já comprometido pela indústria da mineração para mitigação das mudanças climáticas e faz parte do compromisso assumido pela Vale de se tornar carbono neutra até 2050.” p. 4

Fonte: Seleção da autora a partir dos relatórios das organizações (2021).

Considerando a natureza e a dinâmica comunicacional vinculadas a problemas públicos como são as tragédias de Mariana e Brumadinho, a operação de *abstração de norma* seria fundamental para a problematização pública do tema revelado pelos acontecimentos. Portanto, sua presença marginal é sinalizadora da precariedade de ofertas das organizações para esse processo de formulação e tratamento do problema público constituído na trama acontecimental das tragédias.

7.2.4 *Descentramento*

O indicador *descentramento* está definido como ampliação do horizonte, em perspectiva generalizada, deixando o autocentramento, ou seja, significa assumir o ponto de vista do outro. Na leitura analítica dos relatórios, orientou a identificação de referência textual ou a situação prática de mudança de postura a partir da visão do outro, ressignificação do passado e projeção do futuro e de consequências de revisão nos processos de relacionamento da organização com públicos.

Como visto, *descentramento* tem baixa representatividade no grupo de indicadores positivos do diálogo, com 3% no conjunto das três empresas, variando a 6% para Samarco, 3,1% para Renova e 0,6% para Vale. Entre as ocorrências esparsas observamos aquelas em que está inserida a ideia de um outro (ou público) generalizado na figura da sociedade, a quem as organizações, por vezes, indicam o poder de legitimação e reconhecimento do valor de suas ações. O Quadro 33 reúne exemplos do Grupo 1 (reconhecimento da sociedade).

Quadro 33 – Grupo 1 *descentramento* (reconhecimento da sociedade)

Organização	Ano	Excerto do relatório
Samarco	2017	“Também a missão da empresa foi revisitada e tem como foco a transformação dos recursos minerais em valor para a sociedade, de forma segura, eficiente e inovadora, hoje e no futuro.” p. 13
Samarco	2018-2019	“Quando uma organização elege um propósito, deve assumi-lo verdadeiramente e concretizá-lo em um jeito de fazer negócios que seja reconhecido, pelas diversas partes interessadas, como legítimo e merecedor de confiança. Na Samarco, definimos que fazer uma mineração diferente e sustentável, capaz de gerar resultados e construir valor para a sociedade, é um caminho sem volta para a Empresa. Este é o modo como nos enxergamos neste mundo e a forma como queremos operar, em bases mais seguras, buscando evoluir na reconstrução de nossas relações com a sociedade.” p. 6

Fonte: Seleção da autora a partir dos relatórios das organizações (2021).

Importante considerar que esses exemplos se colocam em limite tênue com o indicador de valência negativa que é a *pacificação*. Por isso, abordaremos esses contatos no item à frente, dedicado à *pacificação*.

7.2.5 *Explicitação de razões*

O indicador positivo do diálogo *explicitação de razões* implica explicitação do que está latente em seus entendimentos, não ocultando interpretações e interesses. Nos relatórios de Samarco, Renova e Vale, orientou a busca por referência textual direta ou para situação prática de reconhecimento dos próprios interesses da organização e da influência desejada, bem como para seu tensionamento em conflitos e desacordos, contrapontos e discordâncias em relação a sua posição e às ofertas de respostas a quem discorda.

Trata-se de mais um indicador de baixa presença nos relatórios analisados, representando 2% do total de indicadores positivos codificados para as três organizações. Sua maior participação é para a Samarco (com 7%), tendo apenas 1% na Renova e 1,3% na Vale. As referências codificadas são aquelas de indicação dos interesses da própria organização que, nos textos estratégicos analisados, não chegam a ser contrapostos a outros interesses. Especificamente no caso da Samarco, há a explicitação do interesse da mineradora em retomar a sua operação, conforme exemplos do Grupo 1 (retomada da Samarco) listados no Quadro 34 a seguir.

Quadro 34 – Grupo 1 explicitação de razões (retomada da Samarco)

Organização	Ano	Trecho do texto do relatório
Samarco	2015-2016	“A Samarco entende que os custos computados referentes às ações emergenciais já empreendidas são apenas o começo de um extenso trabalho para recuperar todo o impacto causado. por isso, para além das ações de reparação e compensação, pretende-se promover o retorno às operações da empresa e, com isso, cumprir com os compromissos assumidos com o poder público e a sociedade.” p. 29
Samarco	2017	“Paralelamente, a partir dos aprendizados obtidos nos últimos anos, ações internas de reorganização da gestão da Empresa, da estrutura organizacional e de processos foram executadas visando à retomada das operações em patamares seguros, eficientes e sustentáveis.” p. 12

Fonte: Seleção da autora a partir dos relatórios das organizações (2021).

Quando considerada a natureza privada das organizações Samarco e Vale, seria esperado que o indicador positivo de *explicitação de razões*, sobretudo em sua tradução de exposição dos próprios interesses, fosse mais recorrente na comunicação das mineradoras. O mesmo se aplica à Fundação Renova, que, idealmente, trabalha em nome dos interesses coletivos das populações atingidas. A prática da clara explicitação de interesses seria um insumo importante para o diálogo com posições diversas e conflitantes. Mas, como visto, essa não é uma estratégia consideravelmente adotada pelas organizações para a promoção do diálogo.

Entre os indicadores positivos, constatamos que Samarco, Renova e Vale acionam, predominantemente (84%), sentidos relacionados ao indicador de *aplicação concreta de norma*, de forma que as referências à realidade das consequências dos rompimentos permitem que se posicionem como sujeitos

reparadores. As manifestações diante dos impactos e dos danos causados não são apenas técnicas, mas também emocionais. No caso das duas mineradoras, são notáveis também as promessas de aprendizado e mudanças.

Os outros quatro indicadores de promoção do diálogo (*acolhida recíproca de diferença, abstração de norma, descentramento e explicitação de razões*) têm representatividade consideravelmente menor nos relatórios das três organizações, de maneira que é importante considerar os efeitos de sua presença marginal. A tradução da *acolhida recíproca de diferença* em sentido fraco, concretizada em serviços das organizações para registro da discordância dos públicos, não permite qualificar a organização como espaço de vivência dessa diferença. As referências esparsas à *abstração de norma* sinalizam a precariedade de ofertas por parte de Samarco, Renova e Vale para o processo de formulação e tratamento do problema público potencialmente revelado na trama acontecimental das tragédias.

Por sua vez, a pequena presença do indicador *descentramento* deixa espaço para expressão autocentrada das organizações, de forma que seus próprios interesses não sejam relatados em composição negociada com interesses conflitantes. A prática da clara explicitação de interesses representada pelo indicador *explicitação de razões* não é consideravelmente constatada nos relatórios, o que seria importante para a promoção do diálogo a partir de posições diversas.

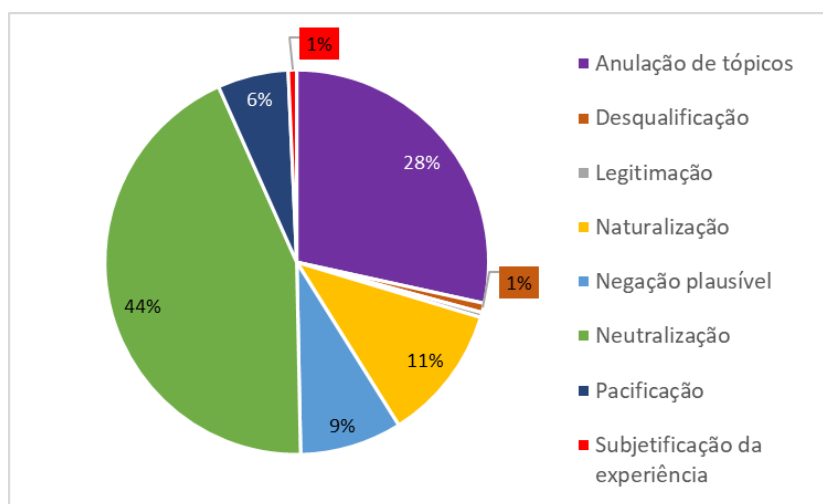
Portanto, se por um lado o diagnóstico da concentração da promoção dialógica a partir do indicador *aplicação concreta da norma* mostra importante vinculação de Samarco, Renova e Vale às percepções públicas e sociais sobre as tragédias, ao mesmo tempo, revela o desprestígio conferido às operações fundamentais de realização do diálogo representadas pelos indicadores *acolhida recíproca de diferença, abstração de norma, descentramento e explicitação de razões*.

7.3 As estratégias distorcivas em nível implícito: obstruções ao diálogo

O segundo grupo de indicadores do nível implícito da comunicação lista aqueles negativos, que obstruem a realização do diálogo. Nessa frente são oito indicadores: *anulação de tópicos, desqualificação, legitimação, naturalização,*

negação plausível, neutralização, pacificação e subjetificação da experiência. A partir de todas as 1407 ocorrências para as três organizações, verificamos a seguinte distribuição: *neutralização* 44% (614 ocorrências), *anulação de tópicos* 28% (400 ocorrências), *naturalização* 11% (161 ocorrências), *negação plausível* 9% (121 ocorrências), *pacificação* 6% (84 ocorrências), *desqualificação* 1% (11 ocorrências), *subjetificação da experiência* 1% (10 ocorrências) e *legitimação* 0% (6 ocorrências), conforme Gráfico 9 a seguir.

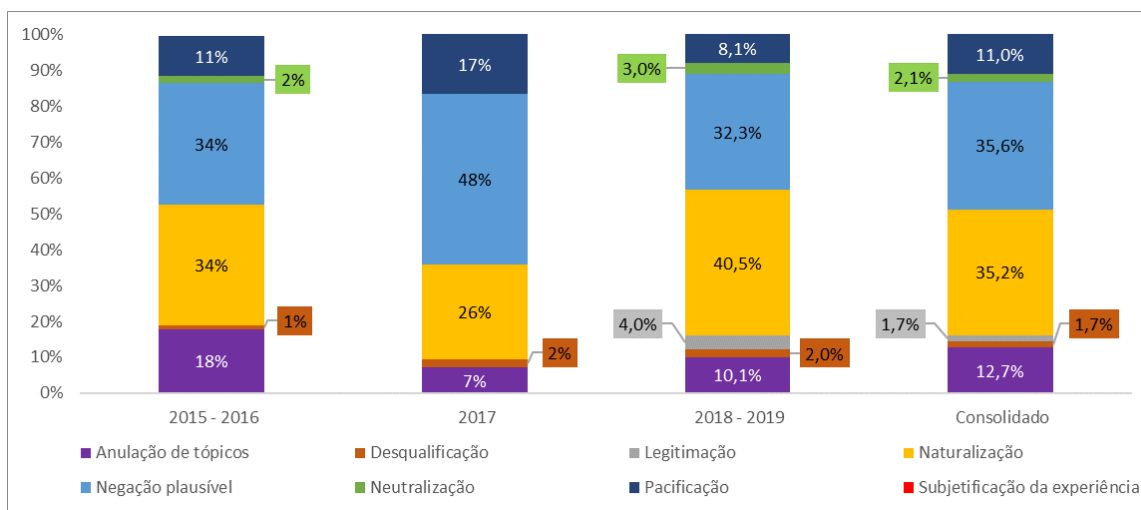
Gráfico 9 – Obstrução do diálogo para Samarco, Renova e Vale



Fonte: Autora (2021).

A composição dos indicadores negativos por organização mostra, no caso da Samarco, quatro indicadores com maior participação: *negação plausível* (35,6%), *naturalização* (35,2%), *anulação de tópicos* (12,7%) e *pacificação* (11%). Os demais indicadores negativos têm representação menor (com *neutralização* com 2,1% e *desqualificação* e *legitimação*, 1,7% cada) ou nula (*subjetificação da experiência* com 0%), conforme se verifica no Gráfico 10 a seguir (barra da direita). Também é possível visualizar a distribuição dos indicadores por documento analisado da mineradora.

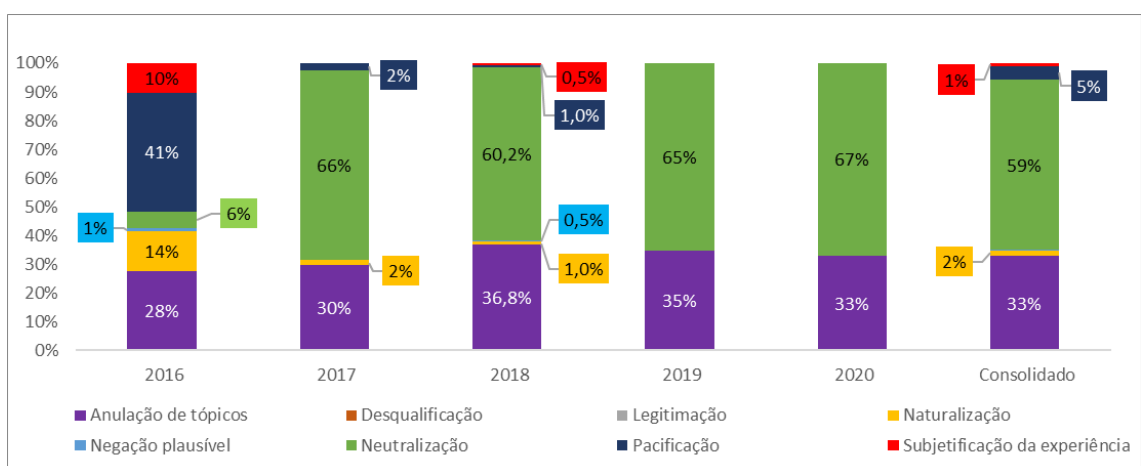
Gráfico 10 – Obstrução do diálogo para Samarco



Fonte: Autora (2021).

A distribuição dos indicadores negativos para a Fundação Renova é concentrada em duas estratégias: *neutralização* (59%) e *anulação de tópicos* (33%). Depois, *pacificação* aparece com 5%, *naturalização* com 2%, *subjetificação da experiência* com 1%. Já *desqualificação*, *legitimação* e *negação plausível* são nulas (0%). O Gráfico 11 mostra essa visão consolidada (barra à direita) e também a distribuição verificada em cada relatório publicado pela Renova no período.

Gráfico 11 – Obstrução do diálogo para Renova

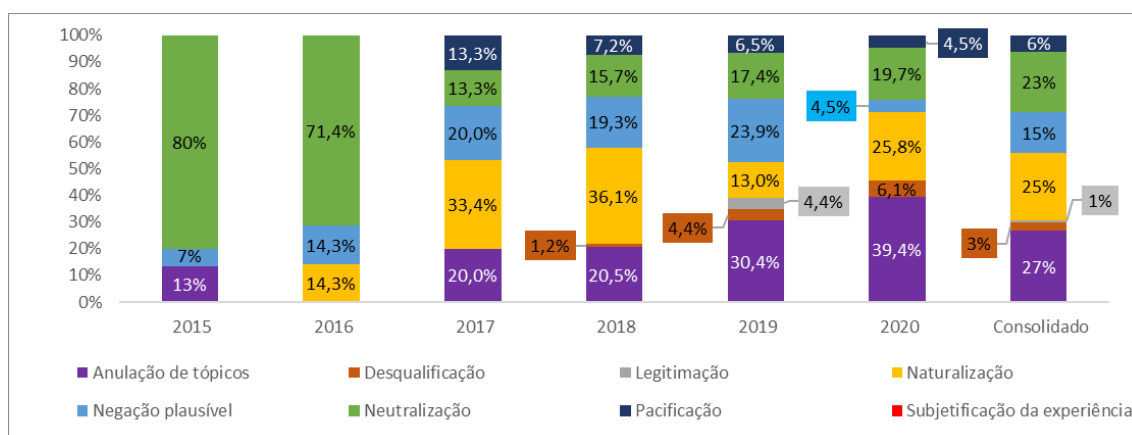


Fonte: Autora (2021).

Para a Vale, a distribuição dos indicadores negativos do diálogo se concentra em *anulação de tópicos* (27%), *naturalização* (25%), *neutralização*

(23%) e *negação plausível* (15%). Com menores índices, estão *pacificação* (6%), *desqualificação* (3%) e *legitimação* (1%); *subjetificação da experiência* é nulo (0%). O Gráfico 12 mostra esses dados consolidados para a Vale (coluna à direita) e também em cada documento analisado.

Gráfico 12 – Obstrução do diálogo para Vale



Fonte: Autora (2021).

Os indicadores negativos do diálogo que têm índices superiores a 10% na visão geral para as três organizações (*neutralização*, *anulação de tópicos*, *naturalização* e *negação plausível*) também aparecem com marcas superiores a 10% em pelo menos duas das três organizações quando consideradas individualmente. Além deles, apenas *pacificação* registra 10% de ocorrência e somente para Samarco. Portanto, essas são as cinco estratégias de obstrução ao diálogo mais relevantes para as organizações analisadas. A constatação dos indicadores *desqualificação*, *legitimação* e *subjetificação da experiência* é rara, havendo, inclusive, documentos em que um ou dois deles não são observados. Por isso, a exposição a seguir está organizada em itens separados para *neutralização*, *anulação de tópicos*, *naturalização*, *negação plausível* e *pacificação*, seguidos pela representação dos três indicadores menos presentes.

7.3.1 Neutralização

O indicador *neutralização* significa a negação de interesses alheios, tomando um sistema de valor como o único e, dessa forma, estabelecendo obstrução ao diálogo. Nos relatórios de Samarco, Renova e Vale, orientou a

leitura analítica em busca de referência textual direta ou à situação prática em que apenas interesses próprios são considerados; adversários são ocupados no diálogo (desvio) e poder é conferido a um único grupo (cooptação).

Esse foi o indicador negativo do diálogo predominante, respondendo a 44% das referências do conjunto das três organizações. Separadamente, *neutralização* tem o maior percentual entre os indicadores negativos para a Renova (59%), está entre os três principais para a Vale (com 23%) e tem uma baixa representatividade para a Samarco (2,1%). Por isso, a seguir, foram elencados seis grupos de excertos dos relatórios para exemplificar os usos feitos por Renova e, depois, três grupos para a Vale.

Os acionamentos do indicador largamente identificados nos textos da Fundação Renova apontam a neutralização de posições em contrário por ideia de coalização, por adoção de linguagem gerencialista excludente, gestão do tempo e determinação da comunicação por interesses particulares. Essas principais aplicações verificadas estão agrupadas e exemplificadas a seguir, especificamente: Grupo 1 (coalização Renova), Grupo 2 (submissão à exigência por relato da Renova), Grupo 3 (linguagem gerencialista Renova), Grupo 4 (intervenção temporal Renova), Grupo 5 (endosso intervenção temporal Vale) e Grupo 6 (interesses das mantenedoras na comunicação da Renova).

O primeiro aspecto observa que a Renova, logo após a sua criação, coloca sua posição como identificada ao interesse geral (afinal, é uma instituição do terceiro setor), indicando uma frente de coalização a que todos devem se juntar. A partir desse lugar, busca neutralizar as posições de discordância daqueles que não a reconhecem como legítima para realizar o interesse da sociedade. Importante lembrar que o acordo TTAC que deu origem à Fundação foi duramente criticado por representantes de atingidos e também por órgãos públicos e só foi reconhecido pela Justiça em 2018, com a complementação do TAC Governança. Os exemplos abaixo são de trechos do relatório referente a 2016, publicado pela Renova.

Quadro 35 – Grupo 1 *neutralização* (coalização Renova)

Organização	Ano	Trecho do texto do relatório
Renova	2016	“Uma fundação só nasce se houver uma razão única de existir: cumprir uma missão de interesse da sociedade. E não há propósito de interesse comum se não houver pessoas compartilhando uma mesma vontade. Por isso, a Fundação Renova estará sempre de portas abertas para quem quiser fazer, o agora, o futuro. Juntos.” p. 2
Renova	2016	“Por isso, convidamos a participar desta jornada todos aqueles que se identificam, como nós, com a grande oportunidade que temos em nossas mãos.” p. 7
Renova	2016	“Esse é um trabalho que vai usar recursos, tecnologias e a capacidade de organizar as ações da fundação, mas que depende da atuação de todos os atingidos e interessados na recuperação de toda a bacia do rio Doce.” p. 38

Fonte: Seleção da autora a partir dos relatórios das organizações (2021).

A partir de 2017 até o seu último relatório publicado sobre 2020, a Fundação Renova adota um padrão gerencialista de exposição dos programas sob sua gestão. Como observamos, embora os documentos sejam nomeados como seus relatórios de atividades, definem-se como atendimento à exigência de produção de relato anual para o Comitê Interfederativo (CIF), órgão da estrutura externa da Fundação, a quem cabe a orientação e a aprovação de suas ações. Ou seja, o interesse público de prestação de contas da atuação da Fundação Renova fica submetido ao formato e à linguagem de um relatório administrativo, destinado a membros do CIF. Essa indicação é feita no item de apresentação do relatório de 2017, como se vê no Quadro 36 a seguir, e repetida em todos dos documentos até 2020.

Quadro 36 – Grupo 2 *neutralização* (submissão à exigência por relato da Renova)

Organização	Ano	Trecho do texto do relatório
Renova	2017	“O presente documento cumpre com a CLÁUSULA 192, Parágrafo Segundo, do TERMO DE TRANSAÇÃO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TTAC), que determina a elaboração de relatório anual sobre o andamento de todos os PROGRAMAS – SOCIOAMBIENTAIS e SOCIOECONÔMICOS desenvolvidos e executados pela FUNDAÇÃO RENOVA – e envio do documento ao COMITÊ INTERFEDERATIVO (CIF), até o dia 20 de janeiro de cada ano. Os programas têm como objetivo recuperar o meio ambiente e as condições socioeconômicas da área de abrangência impactada pelo rompimento da barragem de Fundão, em novembro de 2015, de

		forma a restaurar a situação anterior ao EVENTO, como está disposto na CLÁUSULA 05, INCISO I do referido termo.” p. 5
--	--	---

Fonte: Seleção da autora a partir dos relatórios das organizações (2021).

A destinação dos relatórios da Renova ao CIF impõe um padrão gerencialista de documento a todos os públicos, que não estão integrados ao ambiente administrativo nem têm acesso a informações prévias que possam garantir a contextualização das informações prestadas pelo documento. Nessa lógica, cada um dos 42 programas de recuperação e compensação definidos pelo TTAC para a Fundação têm seus objetivos e realizações expostos em itens como *histórico das entregas, fatos e entregas relevantes do último mês, próximas entregas e desafios*, que pressupõem conhecimento prévio, dão destaque para questões e linguagem gerenciais (como cronogramas, indicadores e gráficos) e submetem a visão da recuperação a um tempo gerencialista, fragmentado em itens de controle que privilegiam posição e interesses da própria Fundação em detrimento dos públicos. Assim, o interesse do público em geral de ser informado sobre os programas é submetido à exigência da Fundação de produzir relato. Dessa forma, uma obrigação legal imposta à Renova é acionada por ela como ação neutralizadora dos interesses dos públicos de serem informados.

Nos relatórios, a exposição dos programas é precedida por um *sumário executivo* na parte inicial com uma avaliação do ano que colabora para uma visão geral, mas que acaba repetindo as informações segmentadas de cada programa. No relatório de 2020, o texto do *sumário executivo*, inclusive, reproduz vários trechos daquele apresentado no ano anterior. Em várias passagens ao longo dos relatórios, a linguagem administrativa direcionada para o CIF faz alusão a deliberações anteriores, ofícios, pareceres e demais documentos apresentados sem contextualização que, em algumas situações, dão a impressão de terem sido inseridos por *cópia e cola*. No relatório de 2019, a indicação de endereços de arquivos não acessíveis como fontes para as informações prestadas é feita 946 vezes ao longo do documento. Também são recorrentes erros de construção textual com pontuação e concordâncias equivocadas. Considerando tudo isso, a compreensão geral do que foi, não foi feito e ainda deve ser feito e até quando deverá ser feito em cada programa

realizado pela Fundação Renova fica prejudicada, não existindo o compartilhamento da visão do todo com o público por meio dos relatórios anuais. O Quadro 37 reúne exemplos nesse sentido.

Quadro 37 – Grupo 3 *neutralização* (linguagem gerencialista Renova)

Organização	Ano	Trecho do texto do relatório
Renova	2017	<p>“Fatos e entregas relevantes do último mês</p> <p>Foram finalizados os projetos executivos de restauração/requalificação das Capelas de Nossa Senhora das Mercês (Bento Rodrigues), de Santo Antônio (Paracatu de Baixo) e de Nossa Senhora da Conceição (Gesteira) e de seus respectivos bens móveis e integrados. Foi feito traslado das peças pertencentes ao acervo da Capela de Nossa Senhora da Conceição, que se encontravam na Casa Paroquial de Barra Longa.</p> <p>Também foram transferidas para a Reserva Técnica 17 peças pertencentes à Capela de Nossa Senhora da Conceição e 116 peças pertencentes às Capelas de Nossa Senhora das Mercês e São Bento, ambas de Bento Rodrigues, e à Capela de Santo Antônio.</p> <p>Próximas entregas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contratação de empresas especializadas que realizarão inventários participativos e diagnósticos dos bens imateriais e arqueológicos, garantindo a continuidade das atividades da Reserva Técnica em Mariana. <p>Desafios</p> <ul style="list-style-type: none"> • Consolidação de uma agenda positiva pelo Grupo Técnico de Referência (GTR) para elaboração de diretrizes e definições, como o descarte de materiais e fragmentos que se encontram na Reserva Técnica e a aprovação dos projetos das capelas; • Resistência na participação de vários stakeholders impossibilita avanços e está impedindo o desenvolvimento de várias frentes de atuação. Dentre estas ações, elencamos a definição sobre o futuro de Bento Rodrigues e de Paracatu de Baixo.” p. 103
Renova	2018	<p>“Parecer Sobre o Andamento do Programa</p> <p>A Fundação Renova cumpre os acordos firmados com as Comunidades indígenas já indicadas na área de abrangência do TTAC. Além disso, mantém o relacionamento com a comissão de caciques Tupiniquim Guarani e FUNAI com vistas a dar o devido tratamento quanto as solicitações e necessidades dos povos indígenas. Contudo, há a necessidade de se transformar o atual modelo de discussão técnica junto as partes interessadas. Um caminho de mão dupla deve ser criado a fim de trabalhar em parceria com as Câmaras Técnicas, Comissões de Caciques, Assessorias Técnicas e Sociedade Civil para que os objetivos sejam convergentes e construtivos a luz da necessidade dos atingidos.” p. 54</p>
Renova	2019	<p>“Nota 2: Na data 02/10/2019 foi protocolado o ofício OFI.NII.102019.8014 em resposta à Deliberação nº 277, que solicitava a incorporação das considerações da CT-OS na definição do PG001. A Fundação considerou que a maioria das recomendações já são observadas ou estão em processo de construção na metodologia e procedimentos do PG001. Na data 19/11/2019 o CIF notificou, mediante Deliberação nº 346, o descumprimento da Deliberação nº</p>

		277. Por meio do ofício OFI.NII.122019.8529, a Fundação Renova respondeu à Deliberação nº 346, alegando o cumprimento dos termos e, por consequência, da revisão da metodologia e construção de novas ferramentas capazes de suportar a operacionalização das melhorias. Em 16 de outubro de 2019, deu-se início ao “Projeto Piloto” do Cadastro Integrado da Fase 2 e consequente execução dos ajustes necessários identificados em sua execução. No que diz respeito à revisão do escopo do PG001, a Fundação Renova reiterou que a versão da definição do Programa, apresentada em novembro de 2018, somados à metodologia implantada na Fase 2, já atendiam às recomendações da CT-OS.” p. 28
Renova	2019	“No cadastramento de Mariana, foram realizadas 1.323 entrevistas superando a estimativa inicial de 1.175 correspondentes à Fase 1 – aplicação do formulário de cadastro até 06/01/2020. (Fonte: P01-RLD-000-00_Quantitativo_P01_PMO_2019_200107.xlsx)” p. 29.

Fonte: Seleção da autora a partir dos relatórios das organizações (2021).

É preciso também registrar a parcialidade dos relatórios publicados pela Fundação Renova a partir de 2017, de forma que eles registram apenas as atividades conduzidas nos 42 programas pela Diretoria Executiva da Fundação. No entanto, o TTAC que previu a Fundação e o TAC Governança que revisou seu desenho administrativo indicam quatro órgãos que compõem a estrutura interna da entidade. Eles estão identificados no artigo 15 do Estatuto da Fundação Renova⁹⁵: Conselho Curador, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Consultivo. Portanto, os documentos que relatam os 42 programas registram as atividades que estão subordinadas à Diretoria Executiva e não prestam informação de como funcionam e o que realizaram os outros três órgãos da Fundação Renova (em relação a esses três, são disponibilizadas atas das reuniões no Portal da Transparência). Importante registrar que é exatamente nesses três conselhos que há participação de representantes do Estado, da sociedade civil, dos atingidos, além das mineradoras mantenedoras. Ou seja, o reporte dessa participação não é feito, estando centrado nas ações conduzidas pela Diretoria Executiva nos 42 programas sob sua gestão.

Outra frente de acionamento recorrente nos relatos da Renova é a neutralização por meio da intervenção temporal, com as perspectivas de aceleração e prolongamento do tempo coexistindo nos relatórios. A Fundação, que foi criada com o argumento de dar respostas mais rápidas e eficientes do que o Estado, contextualiza suas ações concomitantemente como “longo

⁹⁵ Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2020/07/estatuto-registrado-2019.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2021.

caminho”, “emergenciais”, “ágeis”, “céleres” mesmo diante da passagem do tempo com até cinco anos após a tragédia em Mariana e no rio Doce. Trata-se de uma estratégia de tentativa de repartição da realidade em partes gerenciáveis que fragmenta, inclusive, o tempo da experiência e dá eco ao diagnóstico de Motta (2021) para as tentativas de controle do ritmo dos conflitos das mineradoras em processos de licenciamento ambiental. Os exemplos a seguir mostram ações sendo enquadradas como emergenciais e ágeis três a cinco anos após a tragédia, com processos de cadastros não iniciados, reassentamentos não realizados, estudos de diagnóstico de impactos começando anos depois e a própria passagem do tempo compondo o quadro de inviabilidade da retirada do rejeito que correu pelos rios.

Quadro 38 – Grupo 4 *neutralização* (intervenção temporal Renova)

Organização	Ano	Excerto do relatório
Renova	2018	“Há um longo caminho pela frente. Mas 2018 terminou com muitas entregas concretizadas, otimizações de vulto e inúmeras evidências de que é possível operar o sistema criado para a reparação do rompimento da barragem de Fundão com crescentes eficiência técnica e participação das diversas partes interessadas no presente e no futuro da região impactada.” p. 8
Renova	2018	“Significa também que todos ganham com a agilização de soluções, cujos escopos estejam definidos, enquanto novos avanços podem ser estudados e contemplados à medida que se mostrem justos, tecnicamente viáveis, socialmente construtivos e ambientalmente corretos.” p. 37
	2018	“Entregas previstas para 2019 <ul style="list-style-type: none"> • Finalização das 2 primeiras fases do Estudo de Análise de Risco à Saúde Humana; • Início dos estudos epidemiológicos e toxicológico (estudo epidemiológico descritivo, o estudo toxicológico, estudo da saúde do trabalhador e o estudo de saúde mental).” p. 119
Renova	2019	“Para acelerar as entregas, foi contratada a empresa HTB Engenharia, que assumiu a execução das casas e equipamentos públicos e a finalização de obras de infraestrutura remanescentes, como terraplenagem, subleito e pavimentação.” p. 6
Renova	2019	“Hoje, passados quatro anos do rompimento, há uma convicção clara de que o rejeito é inerte (composto principalmente por terra, ferro e manganês) e sua remoção dos locais onde se depositou, especialmente leitos de rios, causaria uma segunda onda de impactos ambientais, interrompendo o ciclo de regeneração espontânea que vem ocorrendo naturalmente.” p. 15
Renova	2019	“Nota 1: O programa de Levantamento e Cadastro dos Impactados (PG001) trata de um processo em andamento, com previsão de encerramento do programa em 01/02/2021.” p. 27

Renova	2020	“Apoio a Implementação do Fluxo Ágil: A Gerência de Diálogo e Canais de Relacionamento têm promovido a Campanha de Informação sobre o Fluxo Ágil de Indenizações com o objetivo de ampliar o conhecimento dos públicos sobre Fluxo Ágil e suas vantagens e favorecer a adesão ao sistema.” p. 77
--------	------	--

Fonte: Seleção da autora a partir dos relatórios das organizações (2021).

A Vale também aciona a *neutralização* pela gestão do tempo em relação à Renova, ao temporizar as reclamações diante da lentidão da Fundação com a complexidade das ações, como exemplificado no Quadro 39 a seguir. Já para Samarco, esse não é um acionamento relevante, pois, como veremos à frente, centra sua estratégia na *negação plausível* via Fundação Renova.

Quadro 39 – Grupo 5 *neutralização* (endosso intervenção temporal Vale)

Organização	Ano	Excerto do relatório
Vale	2020	“Há, ainda, grande discussão em torno do pagamento de indenizações, pelo fato de o programa de indenizações tratar-se de uma ação de larga escala, sendo um caso jurídico inédito no mundo pelo número significativo de pessoas a serem indenizadas, pela vasta extensão territorial dos danos e pela falta de comprovação documental dos danos, de modo que deixe clara a dimensão do prejuízo, motivo que dificulta o tratamento devido desses casos por parte da Fundação Renova.” p. 20.

Fonte: Seleção da autora a partir dos relatórios das organizações (2021).

Outra frente de acionamento de *neutralização* foi constatada para a Fundação Renova em relação a determinações estratégicas de viés privado na sua comunicação expressa em trechos de seus relatórios, conforme exemplos reunidos no Quadro 40 a seguir. Neles percebemos a subordinação da prestação de contas (interesse coletivo) à estratégia de fortalecimento da imagem da Fundação Renova; evidência da intervenção de interesses da Samarco (e suas acionistas) para terem abordagem negativa relacionada ao rompimento da barragem contraposta com ações de reparação e compensação; e, no último exemplo, evidência de intervenção da Vale (uma das três mantenedoras da Renova) na determinação de objetivo de comunicação da Renova, já que a linha férrea que não pode ser interrompida em protestos é a Estrada de Ferro Vitória a Minas, por onde a mineradora escoia sua produção de Minas até o porto no ES. Nesses casos, os interesses privados se sobrepõem ao interesse coletivo investido na Fundação Renova para o esclarecimento público dos programas sob sua responsabilidade.

Quadro 40 – Grupo 6 *neutralização* (interesses das mantenedoras na comunicação da Renova)

Organização	Ano	Trecho do texto do relatório
Renova	2017	“Comunicação com a Imprensa • Manutenção da estratégia de proposição de pautas positivas para a imprensa, que repercutam no fortalecimento da imagem e reputação da Fundação Renova e que prestem contas sobre as ações de reparação e compensação;” p. 58
Renova	2017	Comunicação com Imprensa • Contrapor a exposição de notícias negativas relacionadas ao rompimento da barragem de Fundão e impactos socioambientais da tragédia no dia a dia das comunidades atingidas com o reforço na divulgação das ações de reparação e compensação desenvolvidas pela Fundação Renova.” p. 60
Renova	2019	“Sustentar as práticas colaborativas de relacionamento entre os públicos participantes do processo de reparação, criando condições para que protestos radicais (especialmente as paralisações de linha férrea) não sejam utilizados como recurso pelas comunidades impactadas;” p. 104

Fonte: Seleção da autora a partir dos relatórios das organizações (2021).

Na Vale, os acionamentos mais recorrentes do indicador *neutralização* foram percebidos em relação à escolha de nomeação da tragédia provocada pela Samarco e gerenciada pela Fundação Renova em relação à abordagem dos riscos provocados pela mineração a partir da ideia de gestão e, ainda, na positividade das preocupações levantadas junto aos públicos. Os exemplos desses usos pela Vale estão organizados em três grupos de excertos dos relatórios: Grupo 7 (nomeação como acidente Vale), Grupo 8 (gestão de riscos Vale) e Grupo 9 (positividade das preocupações dos públicos Vale).

A *neutralização* se expressa pela nomeação dada pela Vale à tragédia da Samarco como *acidente*, posição assumida pela mineradora em seu relatório de 2015 e mantida até o relatório de 2017 (o termo *acidente* é usado para nomear a tragédia 18 vezes no documento de 2015, 12 vezes em 2016, 3 em 2017 e não é mais utilizado nos relatórios de 2018, 2019 e 2020). Nos três relatórios publicados pela Samarco no período analisado, o termo acidente é usado uma vez para nomear o acontecimento. Nos cinco relatórios publicados pela Renova, a palavra acidente é usada duas vezes para nomear o acontecimento, diante de nomeações mais numerosas como tragédia.

A escolha da Vale em seus relatórios é significativa para marcar o caráter acidental e eventual da tragédia, de forma a afastá-la como risco para a

mineradora que também opera com barragens – e que acabou se concretizando em janeiro de 2019 na sua mina de Brumadinho. No relatório de 2018 da Vale, publicado após Brumadinho, o termo acidente é usado duas vezes para nomear a própria tragédia, na mensagem assinada pelo presidente do Conselho de Administração. Já o termo tragédia é usado também duas vezes, ambas na mensagem do diretor-presidente. As escolhas dos termos pelos dois executivos dos principais postos da companhia indicam diferença de abordagem: enquanto acidente vincula mais à natureza acidental da causa, tragédia direciona mais às consequências. Os exemplos de uso do termo acidente como *neutralização* pela Vale estão no Quadro 41 a seguir.

Quadro 41 – Grupo 7 *neutralização* (nomeação como acidente Vale)

Organização	Ano	Trecho do texto do relatório
Vale	2015	“O resultado econômico registrado no ano foi divulgado em meio a um panorama adverso, que conjuga a queda dos preços do minério de ferro e de outras commodities, como o níquel, e o grave acidente com o rompimento da barragem da Samarco, ocorrido nos municípios de Mariana e Ouro Preto, em Minas Gerais – Brasil, pelo qual lamentamos profundamente e prestamos solidariedade aos empregados, suas famílias e as comunidades atingidas.” p. 10
Vale	2015	“Acidente em Mariana O dia 5 de novembro de 2015 entrou para a história da mineração como um triste marco. [...]. A empresa disponibilizou recursos humanos e materiais, como helicóptero e equipamentos emergenciais, para auxiliar a Samarco nos trabalhos de resgate, distribuição de água e remoção dos locais de risco dos desabrigados pelo acidente.” p. 82
Vale	2016	“Um ano do acidente de Mariana A Vale entende que persistem determinados questionamentos sobre o acidente de Mariana e que alguns deles podem ainda não ter respostas. Um acidente com essas características envolve questões complexas e as investigações ainda seguem em andamento.” p. 77
Vale	2018	“Paralelamente, com apoio da empresa de consultoria internacional Korn Ferry, criamos Comitês Independentes de Assessoramento Extraordinário (CIAE), compostos por membros independentes, de reputação ilibada e experientes, com o objetivo de colaborar para o entendimento das causas do acidente e no planejamento das ações de apoio, reparação e prevenção.” p. 7

Fonte: Seleção da autora a partir dos relatórios das organizações (2021).

Os riscos a que a mineração expõe populações e meio ambiente são neutralizados nos relatórios da Vale por meio da ideia de que são conhecidos e tecnicamente gerenciados pela empresa. Essa “gestão” é apresentada como

responsabilidade interna, sem vincular expressamente os “limites de aceitabilidade” desses riscos com regimentos públicos ou partilhá-los publicamente, demarcando autonomia da mineradora. Nesse sentido, toda a gama de riscos é abarcada na expressão *riscos para o negócio*, sendo esse o ponto de vista a partir do qual são mapeados, gerenciados, mitigados etc. O texto se refere a “riscos aos quais o Sistema Vale está exposto”, “protocolos de Gestão de Crise e plano de Continuidade de Negócio”. Chama a atenção que entre os deveres da Política de Gestão de Riscos (aprovada em 2021, relatada no documento de 2020) não há qualquer referência a riscos produzidos sobre comunidades e meio ambiente a não ser pela referência direta à sustentabilidade, prevalecendo os desdobramentos financeiros dos riscos. Dessa forma, embora a gestão de risco seja incumbida de evitá-los, o faz direcionada para a manutenção do negócio e não do ponto de vista público, em proteção de populações e bens públicos, como o meio ambiente. Os exemplos do Quadro 42 a seguir confirmam esse direcionamento.

Quadro 42 – Grupo 8 *neutralização* (gestão de riscos Vale)

Organização	Ano	Trecho do texto do relatório
Vale	2018	<p>“Gestão de riscos de negócios</p> <p>Em nossas operações e nas análises de viabilidade de projeto, buscamos identificar e avaliar riscos associados às dimensões ambiental, social, reputacional, financeiro, direitos humanos e saúde e segurança, caracterizar as causas e estabelecer ações preventivas e mitigatórias necessárias a fim de manter os riscos em níveis toleráveis. O processo de identificação e avaliação de riscos envolve todas as atividades, produtos e serviços da Vale e a sua consequência tanto no âmbito interno quanto no externo.” p. 45</p>
Vale	2019	<p>“A gestão de riscos na Vale apoia o planejamento estratégico, o orçamento e a sustentabilidade de seus negócios, fortalece a estrutura de capital e a gestão de ativos, além de inserir os conceitos e critérios de gestão com base no risco em perspectiva na operação e manutenção dos ativos e modais de logística.” p. 58</p>
Vale	2020	<p>“Política de Gestão de Riscos</p> <p>Revisada e aprovada pelo Conselho de Administração em 15 de março de 2021, estabelece que a Gestão de Riscos deve:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoiar o planejamento estratégico, o orçamento e a sustentabilidade do negócio; <p>[...]” p. 68</p>

Fonte: Seleção da autora a partir dos relatórios das organizações (2021).

Há uma forte ideia de autonomia associada à gestão de risco, o que a coloca como caixa-preta inacessível aos públicos. As referências de caracterização das causas dos riscos e das decisões sobre o nível de aceitação a eles são abordadas do ponto de vista da própria organização, de forma que não há referência a compartilhamentos dos riscos com a comunidade – a não ser nos planos de emergência, denominados PAEBM, entregues às prefeituras locais. Não informada sobre a existência e a qualidade dos riscos, a comunidade não pode decidir sobre se expor ou não a eles, mas é *treinada* para responder a possíveis situações de emergência.

Exceção de indicação dos riscos provocados pela Vale encontra-se no relatório referente a 2018, na página 55, com a inclusão de uma tabela denominada “Impactos potenciais e reais das operações Vale nas comunidades”. Os pontos ali elencados seriam centrais no capítulo em que está inserida, denominado *Impacto e investimentos à comunidade local e Respeito aos Direitos Humanos*. No entanto, o conteúdo da tabela não corresponde a itens do capítulo, sendo inserida sem contextualização de texto que explique critérios para determinação desses impactos e medidas adotadas. Dessa forma, a comunicação dos riscos provocados permanece sob a estratégia de *neutralização*.

No relatório sobre 2020, constatamos a *neutralização* na exposição de preocupações levantadas pelos *stakeholders*. Ao narrar o processo de pesquisa junto a seus públicos, a Vale expõe essas preocupações em tabelas nas páginas 48, 49 e 50 de forma positivada. Por exemplo, indica-se a preocupação com garantia e respeito dos direitos humanos e não com suas violações, com a contribuição ao combate ao aquecimento global e não com ações que contribuem para ele, com eficiência no uso de recursos naturais e não com o uso abusivo de água, com a abordagem sistêmica na relação com comunidades e não com conflitos com comunidades. Neutralizados, esses temas não são colocados como problemas específicos da Vale, mas causas gerais às quais ela se associa. Diferentemente, há declaração de preocupações especificadas para a situação da Vale com desastres causados pelos resíduos da mineração, desmatamento e atuação em áreas protegidas, como a Amazônia. No Quadro 43 a seguir, trechos dessas tabelas dos relatórios de 2018 e 2020 estão reproduzidos.

Quadro 43 – Grupo 9 *neutralização* (positivação das preocupações dos públicos Vale)

Organização	Ano	Trecho do texto do relatório
Vale	2018	<p>“Impactos potenciais</p> <p>Acidentes envolvendo membros da comunidade</p> <p>Aumento do fluxo migratório com aumento populacional</p> <p>Remoção involuntária</p> <p>Supressão ou redução de área agricultável</p> <p>Incremento da especulação imobiliária com efeitos no déficit habitacional</p> <p>Maior fragilidade da segurança pública, com aumento de índices de criminalidade e prostituição (com risco de prostituição infantil)</p> <p>Alteração na qualidade de vida e na saúde das comunidades vizinhas, devido às atividades da empresa e/ou a impactos ambientais relacionados (ex .: vazamentos de efluentes e materiais em corpos hídrico, deslizamentos de pilhas, rompimento de barragem, emissão de particulados e ou/gases tóxicos e poluentes, acesso a equipamentos públicos, migração etc)”. p. 55</p>
Vale	2020	<p>“Preocupações levantadas pelos stakeholders</p> <p>[...]</p> <p>Respeito e garantia dos Direitos Humanos.</p> <p>Abordagem sistêmica da relação com as comunidades nos territórios de atuação para mitigação dos impactos negativos e potencialização do desenvolvimento sustentável.</p> <p>Escuta ativa e engajamento das comunidades durante todo o ciclo de vida dos empreendimentos.” p. 49-50.</p>

Fonte: Seleção da autora a partir dos relatórios das organizações (2021).

A estratégia de obstrução ao diálogo pela *neutralização* significa a operação de juízo autocentrado, sobrevalorizando interesses próprios não tensionados ou recompostos diante da diversidade de interesses que caracteriza os temas e os problemas públicos. Portanto, sua presença na comunicação estratégica produzida, sobretudo, por Renova e Vale sobre a trama acontecimental das tragédias de Mariana e Brumadinho se coloca como obstrução importante ao diálogo.

7.3.2 Anulação de tópicos

O indicador *anulação de tópicos* equivale ao desencorajamento da discussão a partir da ausência de fatos, temas, sentimentos e termos de nomeação. A percepção das ausências nos relatórios de Samarco, Renova e

Vale se fez pela observação de referência textual direta ou à situação prática de bloqueios a temas e discussões, adoção de nomeação genérica e pretensamente neutra sobre fatos, além da falta de referência textual a fatos, temas e denominações. Esse é o segundo indicador negativo do diálogo mais presente no material analisado, com 28% na visão ampliada para as três organizações. Separadamente, responde por 33% das referências codificadas nesse grupo para Renova, 27% para Vale e 12,7% para Samarco.

Os principais tópicos anulados nos relatórios das organizações são: as causas das tragédias e a responsabilidade causadora, as sirenes que não tocaram, a morte, a destruição, a emergência permanente, a ação das mantenedoras e os órgãos participativos da Renova, os conteúdos dos acordos celebrados, bem como as disputas em torno deles, além da responsabilidade do Estado em relação às tragédias. As operações de anulação são descritas a partir da seleção de excertos dos relatórios e, também, com a contagem de termos nos documentos mostrando ausências e poucas inclusões. Em relação aos exemplos de excertos, estão organizados em onze grupos: Grupo 1 (destaque para investigações particulares), Grupo 2 (Samarco encoberta por Renova), Grupo 3 (sirenes), Grupo 4 (morte), Grupo 5 (danos e impactos Vale), Grupo 6 (outras barragens em risco Vale), Grupo 7 (órgãos participativos da Renova), Grupo 8 (conteúdos do TTAC Renova), Grupo 9 (revisão dos programas Renova), Grupo 10 (suficiência dos acordos da Renova) e Grupo 11 (Acordo Global da Vale)

A revelação das causas das tragédias é encoberta nos relatórios pelas afirmações de condução de investigação própria e de revisão de processos por mais segurança. A exposição das causas se dá em termos técnicos com foco na descrição dos eventos físicos (movimentação dos volumes de rejeito) e não nas decisões e nos contextos gerenciais e econômicos de escolha de certos procedimentos e técnicas e não outros. A investigação é referida para motivar revisões, sem que se digam as causas e mesmo o que foi revisado especificamente. Tanto Samarco como Vale afirmam sua contribuição às autoridades para o andamento das investigações, mas, em seus relatórios, são destacadas aquelas contratadas particularmente por elas. Dessa forma, as investigações oficiais das autoridades brasileiras, que têm consequências legais para punições, ficam encobertas.

Mesmo os resultados das investigações particulares não são apresentados, sendo apenas indicados em termos técnicos gerais como referências para os aprendizados e revisões de processo. Os documentos com os resultados são indicados com *links*. No caso da Samarco (Relatório 2018-2019), o *link* leva para uma página em branco do seu site (acesso em 10/08/2021). A Vale (Relatório 2019) relata o trabalho do Comitê Independente de Assessoramento Extraordinário de Apuração das Causas e Responsabilidade pelo Rompimento da Barragem I em termos de "recomendações de natureza técnica e de governança", silenciando as causas ou as responsabilidades idealmente apuradas. Não há compartilhamento do relatório, restrito ao Conselho de Administração, com a referência de divulgação de um resumo em *link* com endereço não ativo (acesso em 22/07/2021). Chama a atenção o fato de o “mercado” ser demarcado como destinatário dessa ação de “prestação de contas” da empresa.

A Vale indica uma segunda instância de apuração, o Painel de Especialistas sobre as Causas Técnicas do Rompimento; no entanto, também sem expor seus resultados. É informado que o resultado foi divulgado em 12 dezembro de 2019 e indicado o *link* (externo ao site Vale) em que relatório, vídeo e anexo estão publicados: <http://www.b1technicalinvestigation.com/>. O site está em inglês, assim como vídeo e anexos, e é possível encontrar versões em português para o relatório e os anexos.

Embora iniciativas próprias de apuração das causas sejam amplamente referidas, as causas não chegam a ser expostas. Dessa forma, as mudanças na gestão de barragens não estabelecem vínculos no texto a erros e falhas das barragens de Mariana ou de Brumadinho. O Quadro 44 a seguir reúne exemplos de trechos dos relatórios sobre as investigações particulares das mineradoras.

Quadro 44 – Grupo 1 *anulação de tópicos* (destaque para investigações particulares)

Organização	Ano	Excerto do relatório
Samarco	2015-2016	“A fim de entender as razões que levaram à tragédia, logo após o rompimento da barragem de Fundão, a Samarco, a Vale e a BHP Billiton solicitaram uma investigação ao escritório de advocacia norte-americano Cleary Gottlieb Steen & Hamilton LLP, sediado em Nova York. O escritório foi contratado sob a premissa de absoluta independência; a Samarco colaborou plenamente com a investigação externa, fornecendo todas as informações e integral acesso às suas unidades e aos seus empregados. Além disso, é responsabilidade da Samarco continuar contribuindo com as investigações realizadas pelas autoridades competentes.” p. 27
Samarco	2015-2016	“Para identificar as causas do rompimento, o escritório norte-americano Cleary Gottlieb Steen & Hamilton LLP foi contratado pela Samarco, Vale e BHP Billiton para coordenar uma investigação independente, com apoio de uma junta composta por especialistas geotécnicos. Tais especialistas geotécnicos identificaram que uma combinação de diversos fatores levou ao rompimento (leia mais em Resultado da Investigação)” p. 61
Samarco	2015-2016	“Em 20 de outubro de 2016, o Ministério Público Federal em Minas Gerais divulgou os resultados da força-tarefa para investigar o rompimento da barragem de Fundão. De acordo com os procuradores da república, a denúncia narra um histórico de todos os problemas ocorridos em Fundão, desde seu licenciamento. Foram denunciadas, ao todo, 26 pessoas, sendo quatro pessoas jurídicas – Samarco, Vale, BHP Billiton e VoGbr – e 22 pessoas físicas. No mês seguinte, a Justiça Federal em Ponte Nova recebeu a denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal, tornando as partes denunciadas réis por crimes ambientais. A Samarco refuta a denúncia do Ministério Público Federal, que desconsiderou e desprezou em absoluto todos os esclarecimentos, provas e depoimentos apresentados ao longo das investigações iniciadas logo após o rompimento da barragem de Fundão.” p. 28
Samarco	2017	“De um lado, a Empresa investigou as causas do evento (saiba mais em www.samarco.com/rompimentodefundao), revisitou todos os processos de segurança de suas atividades e identificou a possibilidade de estabelecimento de uma rota segura, ambiental e socialmente, para suas operações por meio do Sistema de Disposição de Rejeitos Cava Alegria Sul, estrutura localizada no Complexo de Germano, em Minas Gerais, como alternativa para armazenamento de rejeitos.” p. 18
Samarco	2018-2019	“A Samarco e suas acionistas tiveram como prioridade compreender, tecnicamente, as razões que levaram ao rompimento. Para isso, foi contratada uma investigação externa independente do escritório de advocacia norte-americano Cleary Gottlieb Steen & Hamilton LLP, sediado em Nova York. A Cleary Gottlieb estabeleceu um painel com especialistas. Foram realizadas inspeções de campo, análises de dados, testes de laboratório, pesquisas de modelagem e entrevistas com os envolvidos. Os resultados foram divulgados publicamente em agosto de 2016, em coletiva da imprensa com participação de executivos da Samarco e das acionistas. Para conhecer os resultados da investigação, acesse https://www.samarco.com/resultado-dainvestigacao/ .” p. 34
Samarco	2018-2019	“A investigação minuciosa das causas do rompimento veio acompanhada de revisões em todos os processos de gestão de riscos e segurança das atividades da Empresa, além de estudos

		tecnológicos e econômico-financeiros para projetar modelos de retomada operacional.” p. 40
Vale	2019	<p>“CIAEA: responsável por auxiliar em questões relacionadas à investigação das causas e responsabilidades do rompimento da Barragem I. O resultado do trabalho foi disponibilizado em um relatório ao Conselho de Administração e seu resumo foi divulgado ao mercado para garantir a prestação de contas à sociedade. Esse relatório contém recomendações de natureza técnica e de governança. <u>Acesse o resumo executivo do relatório</u> [com link inserido].</p> <p>A maioria das recomendações refere-se a temas que já estão sendo abordados pela Vale por meio de várias iniciativas para aprimorar seus controles internos. Em março de 2020, a Vale definiu os prazos para as ações de atendimento às recomendações trazidas neste relatório final. O cronograma de implementação mostra que 21 das 25 recomendações já vinham sendo tratadas pela Vale através de ações para o aprimoramento de controles internos. O cronograma prevê ainda que 95% das ações estarão concluídas até o fim de 2020 e que todas sejam finalizadas até dezembro de 2022. O cronograma detalhado, compartilhado com as autoridades competentes, está disponível no portal ESG da Vale [com link inserido].” p. 48</p>
Vale	2019	<p>“Painel de Especialistas Sobre as Causas Técnicas do Rompimento</p> <p>Para realizar uma investigação sobre as causas do colapso da Barragem I, a Vale contratou, através do escritório americano de Skadden, Arps, Slate, Meagher & Flom LLP (Skadden), quatro especialistas proeminentes em barragens de rejeitos (coletivamente chamados de o “Painel de Especialistas”): Dr. Peter K. Robertson, Presidente do Painel de Especialistas; Dr. Lucas de Melo; Dr. David J. Williams; e o Dr. G. Ward Wilson. O Painel de Especialistas foi instruído a usar sua experiência e julgamento profissional para apresentar uma avaliação e relatar sobre as causas técnicas para o rompimento da barragem.</p> <p>Em 12 de dezembro de 2019, o Painel de Especialistas divulgou o resultado da investigação no “Relatório do Painel de Especialistas sobre as Causas Técnicas do Rompimento da Barragem I do Córrego do Feijão”. A publicação, juntamente com dez anexos e um vídeo explicativo, está disponível em http://www.b1technicalinvestigation.com/.” p. 48</p>
Vale	2020	<p>“Nossas ações são pautadas nos compromissos assumidos para a Reparação Integral, com forte atenção às recomendações do Comitê Independente de Assessoramento Extraordinário de Apuração (CIAE-A) e do Comitê Independente de Assessoramento Extraordinário de Apoio e Reparação (CIAE-AR). Tais recomendações têm forte ênfase no engajamento e diálogo social e na escuta ativa às comunidades e demais partes interessadas.” p. 9</p>

Fonte: Seleção da autora a partir dos relatórios das organizações (2021).

A falta de referências às investigações oficiais das autoridades brasileiras – e, no caso da Samarco, sua frontal recusa – silencia o trâmite com valor jurídico e potencialmente desencadeador de punições. Essa ausência leva ao ocultamento da dimensão criminógena das ações das mineradoras e de seus agentes concretizada nos crimes ambientais a eles imputados e nos processos

em andamento em relação às práticas de outros crimes, como homicídio, lesão corporal etc. Termos como *crime*, *lesão*, *condenação*, *multa*, *pena* e *culpa* são evitados. Desses, *multa* aparece algumas vezes, como visto no indicador *aplicação concreta de norma*. Já as ocorrências da palavra *crime* são muito raras: uma vez nos relatórios da Samarco e duas vezes nos da Vale.

Especificamente sobre a tragédia de Mariana à qual a Fundação Renova está diretamente vinculada, o silenciamento das causas se repete. Se, por um lado, a Samarco encobre a discussão das causas, de sua parte, a Renova se vale da sua definição estrita ao tratamento das consequências da tragédia e não de suas causalidades (voltaremos a esse ponto no indicador *negação plausível*). No primeiro relatório da entidade publicado sobre 2016, não há vinculação clara da Samarco nas explicações de existência e funções da Renova. A Fundação não se vincula ao passado problemático e motivador da sua atuação – nesse sentido, chama a atenção a expressão utilizada no relato de 2016: “ainda antes da Renova existir”. Nas passagens de seus relatórios em que Renova e Vale se referem à tragédia causada pela Samarco, o nome Samarco é raramente incluído, como se vê nos exemplos do Quadro 45 a seguir.

Quadro 45 – Grupo 2 anulação de tópicos (Samarco encoberta por Renova)

Organização	Ano	Excerto do relatório
Renova	2016	“Nossa história é recomeço. Vem do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, nossa razão de existir. Dessa grande tragédia, surgiram três grandes desafios: escala, tempo e conhecimento.” p. 2
Renova	2016	“O dia 5 de novembro de 2015 mudou a vida de muita gente em Minas Gerais e no Espírito Santo. Seu Zezim ouviu a gritaria e saiu de casa com sua esposa, Dona Maria, apenas com a roupa do corpo, minutos antes da lama da barragem de Fundão tomar conta e levar a parte baixa do distrito de Bento Rodrigues, em Mariana.” p. 7
Renova	2016	“O que aconteceu tirou vidas, afetou inúmeras famílias e gerou efeitos de toda natureza.” p. 8
Renova	2016	“Nossa missão é reconstruir, restaurar e reparar todos os danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, ocorrido no dia 5 de novembro de 2015, buscando o desenvolvimento social, econômico e ambiental das regiões impactadas.” p. 10
Renova	2016	“Inicialmente, ainda antes da Renova existir, foi realizado um mutirão para se fazer um cadastramento muito simples dos atingidos.” p. 30
Renova	2017	“Apresentação O presente documento cumpre com a CLÁUSULA 192, Parágrafo Segundo, do TERMO DE TRANSAÇÃO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TTAC), que determina a elaboração de relatório anual sobre o andamento de todos os PROGRAMAS –

		SOCIOAMBIENTAIS e SOCIOECONÔMICOS desenvolvidos e executados pela FUNDAÇÃO RENOVA – e envio do documento ao COMITÊ INTERFEDERATIVO (CIF), até o dia 20 de janeiro de cada ano. Os programas têm como objetivo recuperar o meio ambiente e as condições socioeconômicas da área de abrangência impactada pelo rompimento da barragem de Fundão, em novembro de 2015, de forma a restaurar a situação anterior ao EVENTO, como está disposto na CLÁUSULA 05, INCISO I do referido termo.” p. 5
Vale	2017	“Nesse sentido, reforçamos o nosso compromisso em dar continuidade às ações para mitigação das consequências do rompimento da barragem de Fundão, Mariana, no estado de Minas Gerais.” p. 7
Vale	2019	“A Fundação Renova é responsável pela execução dos programas de reparação dos impactos socioambientais e socioeconômicos causados pelo rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana (MG). A Vale participa da Governança da Fundação Renova por meio do Conselho Curador, no qual tem o direito de indicação de três membros titulares e três membros suplentes.” p. 40

Fonte: Seleção da autora a partir dos relatórios das organizações (2021).

A Renova encobre não apenas a Samarco, mas também a Vale, que tem responsabilidade subsidiária sobre consequências da tragédia, já que é acionista da Samarco e, além disso, é uma das mantenedoras da Fundação. Nos relatórios da Renova, os nomes Samarco e Vale aparecem com mais intensidade apenas no primeiro documento, de 2016 (Samarco 60 vezes e Vale 21 vezes). Depois, nos documentos de 2017 a 2020, que têm até 558 páginas, Samarco aparece de cinco a, no máximo, 20 vezes, e Vale é citada em duas a quatro ocasiões.

Nos discursos estratégicos dos relatórios de atividades das organizações, não há passado causador das tragédias; as referências ao passado, quando feitas, são no sentido de qualificar a história da empresa. Os sentidos da trama acontecimental são presentificados nas consequências das tragédias e na postura reparadora assumida pelas organizações nesse tempo presente. O passado causador, bem como a Samarco e a Vale causadoras, é estrategicamente ocultado.

Outro tópico anulado é o fato de que sirenes de alerta não tocaram em nenhuma das duas tragédias como chance para o salvamento, sobretudo, de membros das comunidades vizinhas. Em todos os relatórios, o termo sirene aparece apenas para indicar que esses equipamentos foram instalados após as tragédias e passaram a ser acionados em simulados de emergência. Alguns desses exemplos estão reunidos no Quadro 46 a seguir.

Quadro 46 – Grupo 3 anulação de tópicos (sirenes)

Organização	Ano	Excerto do relatório
Samarco	2015-2016	“O sistema de supervisão está configurado para realizar dois auto testes (teste silencioso) a cada 24 horas em todas as sirenes eletrônicas.” p. 67
Samarco	2018-2019	“Desde 2016, a instalação de sirenes móveis e fixas foi adotada nas barragens de Germano e Nova Santarém e nas comunidades de Bento Rodrigues, Ponte do Gama, Camargos, Paracatu de Baixo, Paracatu de Cima, Borba, Pedras, Campinas, Gesteira e Barra Longa (sede), em Minas Gerais.” p. 36
Renova	2016	“Adaptado à nova legislação vigente, é composto de 31 sirenes, instaladas ao longo de 2016, que também podem avisar as pessoas em caso de cheia nas bacias dos rios Gualaxo e do Carmo, a partir da avaliação da Defesa Civil dos municípios, baseada nos dados dos instrumentos conectados a um sistema de medição automático.” p. 32
Vale	2018	“Conforme estabelece a legislação, o Plano de Ação de Emergência de Barragem de Mineração (PAEBM) para a Barragem I da mina Córrego do Feijão foi protocolado na Prefeitura de Brumadinho e Defesas Cíveis municipal, estadual e federal em julho, agosto e setembro de 2018. O sistema de alerta sonoro, que faz parte do PAEBM, era acionado manualmente, a partir de um Centro de Controle de Emergências e Comunicação, com funcionamento 24 horas por dia, localizado fora da área da mina.” p. 11
Vale	2019	“No caso específico do estado de Minas Gerais, após os acontecimentos de Brumadinho, houve mudanças na legislação que exigiram da Vale a atualização dos Planos de Emergência de todas as barragens, que passaram a incluir aspectos como a definição e estruturação de gerência específica para atendimento a emergência em cada complexo; avaliação e incremento nos recursos para atendimento a emergência, principalmente nas unidades onde há, atualmente, barragens em nível de emergência (1, 2 ou 3); conclusão da implantação dos sistemas de alerta sonoro (sirenes) nas comunidades potencialmente impactadas presentes na ZAS – Zona de Autossalvamento; e apoio às Defesas Cíveis para elaboração dos Planos de Contingência municipais.” p. 93

Fonte: Seleção da autora a partir dos relatórios das organizações (2021).

Outra notável operação de ocultamento se dá em torno da morte. O uso da palavra é evitado com a inclusão de expressões como “vidas perdidas” “fatalidades” ou mesmo o termo óbito. As referências às mortes causadas nas tragédias – 19 em Mariana e 270 em Brumadinho – ficam mais raras nos relatórios mais recentes. A Samarco, por exemplo, em 2016, incluiu o nome de cada uma das pessoas mortas e, no documento de 2017, contabilizou apenas parte das mortes, aquelas de empregados ou terceirizados, excluindo os mortos da comunidade. Em todos os cinco relatórios da Renova, o termo morte é usado apenas uma vez e mesmo as indenizações aos familiares dos mortos não são

referidas. Nos seis relatórios da Vale, esse uso do termo como referência às mortes produzidas nas tragédias se dá apenas sete vezes. O Quadro 47 reúne exemplos nesse sentido.

Quadro 47 – Grupo 4 *anulação de tópicos (morte)*

Organização	Ano	Excerto do relatório
Samarco	2015-2016	“A Samarco lamenta profundamente as mortes associadas ao rompimento da barragem de Fundão. Abaixo, estão os nomes dos membros da comunidade e empregados – Samarco e contratados – que perderam suas vidas em 5 de novembro de 2015.” p. 5
Samarco	2015-2016	“As famílias que perderam parentes receberam cuidados desde a confirmação do desaparecimento das vítimas.” P. 70
Samarco	2017	“Os dados são calculados considerando acidentes das áreas operacionais. Consideram, no histórico, os óbitos confirmados associados ao rompimento da barragem de Fundão.” p. 32
Vale	2018	“Pelos vidas que se foram – pois sabemos que nossos esforços jamais serão suficientes para trazê-las de volta –, pelas pessoas que perderam tudo ou quase tudo, pelo impacto provocado aos nossos empregados e às comunidades vizinhas às nossas demais barragens, estamos em luto.” p. 10
Vale	2020	“Jamais esqueceremos Brumadinho. Sabemos que, por maiores que sejam os esforços e projetos de reparação, nunca compensaremos as perdas de familiares, amigos e colegas pelo rompimento da Barragem I, da mina Córrego do Feijão.” p. 9

Fonte: Seleção da autora a partir dos relatórios das organizações (2021).

O ocultamento da morte encobre também a dimensão trágica e destruidora dos dois derramamentos de lama de mineração. Especificamente no caso da tragédia causada pela Vale em Brumadinho, embora a palavra tragédia seja aplicada para nomear os fatos, percebemos o encobrimento da extensão dos danos, que é apresentada de forma autorreferenciada. A destruição provocada pela lama é narrada pela Vale indiretamente a partir do destaque às ações de socorro, reparação e compensação. Dessa forma, principalmente com o distanciamento temporal, afirma-se a Vale reparadora e oculta-se a Vale destruidora.

O Quadro 48 a seguir reúne trechos dos relatórios de 2018 e 2019 em que o fato de uma das principais fontes de captação de água para abastecimento da população da região metropolitana de Belo Horizonte está velado. Já no relatório de 2020 da Vale, o exemplo recorta trecho do texto identificado como *Principais ações do plano de reparação conduzidas em 2020*. Organizada nos

tópicos *socioeconomia, social, infraestrutura, territórios evacuados e indenizações*, a exposição é feita pelas ações das reparações, sem que se estabeleça o diagnóstico dos danos provocados pelo rompimento. Como não há explicitação dos danos e dos impactos provocados, a totalidade ou integralidade que é prometida para a reparação não pode ser avaliada ou mesmo percebida pelo leitor. Portanto, a integralidade da reparação é autodefinida pela Vale.

Quadro 48 – Grupo 5 *anulação de tópicos* (danos e impactos Vale)

Organização	Ano	Excerto do relatório
Vale	2018	“De acordo com a orientação dos órgãos competentes do estado de Minas Gerais, a água bruta captada diretamente no rio Paraopeba não deve mais ser usada para nenhuma finalidade até a liberação por parte desses mesmos órgãos. Portanto, as populações que faziam uso dessa água foram identificadas e passaram a receber água potável fornecida pela Vale, que distribuiu mais de 145 milhões de litros na região, volume acumulado até o fechamento deste relatório.” p. 16
Vale	2019	“O segundo Termo de Compromisso, assinado em julho de 2019, também com o Ministério Público de Minas Gerais com a interveniência do Estado de Minas Gerais, do Ministério Público Federal e da COPASA, foi para a construção de um novo sistema de captação de água no rio Paraopeba e uma adutora de aproximadamente 14 km, em trecho localizado 12 km acima da atual estrutura de captação, em Brumadinho, em área não afetada.” p. 20
Vale	2020	<p>“Principais ações do plano de reparação conduzidas em 2020</p> <p>A Vale cumpriu as recomendações do Comitê Independente de Assessoramento Extraordinário de Apoio e Reparação (CIAE-AR), com o endereçamento de 82% das ações até janeiro de 2021 e 16% em andamento. Duas recomendações não foram consideradas pela Vale (veja o relatório completo em <http://www.vale.com/PT/investors/Documents/Relat%C3%B3rio_CIAE-AR_portugues.pdf>).</p> <p>Com o encerramento dos trabalhos de apoio do CIAE-AR, em fevereiro de 2020, as atividades de monitoramento do plano de reparação integral, realizadas anteriormente por esse Comitê, passaram a ser conduzidas mensalmente pelo Comitê de Sustentabilidade.</p> <p>A empresa contratou uma avaliação externa e independente anual do progresso da reparação e dos avanços das recomendações do CIAE-AR. Veja a seguir as ações realizadas em 2020.” p. 12</p>
Vale	2020	<p>“Indenizações</p> <p>A Vale segue comprometida em indenizar, de forma justa e célere, todos os atingidos. Os processos são tratados individualmente, respeitando o momento e as especificidades de cada pessoa impactada e com a ciência de que o entendimento acerca dos critérios de elegibilidade e da documentação necessária é um ponto sensível, pois ainda gera dúvidas em parte da comunidade.</p> <p>Até dezembro de 2020, foram celebrados mais de 3.800 acordos cíveis e trabalhistas, envolvendo mais de 8,7 mil pessoas, que</p>

		<p>somaram o pagamento de mais de USD 530 milhões em indenizações individuais.</p> <p>Desde março de 2020, foi mantida a tramitação dos processos de indenização, durante a pandemia da covid-19, por meio de audiências realizadas via videoconferência.</p> <p>Além disso, o pagamento emergencial mensal foi realizado, durante todo o ano, a mais de 100 mil pessoas residentes em Brumadinho e em até 1 km do leito do rio Paraopeba. Os recursos destinados ao auxílio emergencial ultrapassam USD 400 milhões.” p. 18</p>
--	--	--

Fonte: Seleção da autora a partir dos relatórios das organizações (2021).

Outra operação significativa de velamento é direcionada à situação de emergência de outras barragens de mineração da Vale espalhadas por Minas Gerais, classificadas, na sequência da tragédia de Brumadinho, em iminência de rompimento. Os fatos e os dados das barragens em risco e das populações evacuadas são referidos nos relatórios da Vale de 2018, 2019 e 2020. No entanto, são apresentados de forma parcial, fragmentada ao longo dos documentos e mesmo com imprecisões.

As realocações das populações são listadas e narradas nas partes dos relatórios destinadas à reparação, enquanto as informações sobre as barragens em risco estão nos itens de gestão de barragens. Assim, não é identificada a situação problemática e as causas da geração de risco nessas e em outras barragens sob risco. No relatório da Vale de 2020, o tópico "Territórios Evacuados" é apresentado sem explicação da motivação dessas evacuações, quando aconteceram (em alguns casos há mais de dois anos), onde estão esses territórios e quantas pessoas foram e permanecem deslocadas. Na lista dos "Principais Riscos Emergentes de Longo Prazo mapeados", está oculto o risco de emergência em barragens que não estão em descaracterização e também daquelas que foram construídas com outros métodos que não a montante. Conforme informação do próprio site da Vale (o *link* está inserido do relatório), são várias as barragens da empresa nessa situação de emergência (níveis 1, 2 ou 3). Os exemplos estão listados no Quadro 49 a seguir.

Quadro 49 – Grupo 6 *anulação de tópicos* (outras barragens em risco Vale)

Organização	Ano	Excerto do relatório
Vale	2018	<p>“A nova estrutura responderá por todas as ações de recuperação social, humanitária, ambiental e estrutural que serão realizadas em Brumadinho e nos 16 municípios ao longo do rio Paraopeba, até a represa de Retiro Baixo (MG). Também está sob responsabilidade dessa diretoria a coordenação de ações com as comunidades das Zonas de Autossalvamento e Zonas de Segurança Secundária 5 das barragens que tenham seus níveis de emergência elevados para 2 ou 3.” p. 19</p>
	2018	<p>“Sobre as realocações</p> <ul style="list-style-type: none"> • Brumadinho: 372 pessoas alocadas em moradias provisórias, hotéis, pousadas ou em casa de amigos e parentes. • Barão de Cocais (barragem Sul Superior da mina Gongo Soco): 458 pessoas alocadas em moradias provisórias, hotéis, pousadas ou em casa de amigos e parentes. • Macacos (barragem B3/B4 da mina Mar Azul): 328 pessoas alocadas em moradias provisórias, hotéis, pousadas ou em casa de amigos e parentes. • Nova Lima (barragem Vargem Grande da mina Vargem Grande): 49 pessoas em hotéis ou em casa de amigos e parentes. • Ouro Preto (barragens Forquilhas I, II e III e Grupo da mina Fábrica): 4 pessoas em pousada. • Rio Preto (barragem de água da Pequena Central Hidrelétrica — PCH Mello): 11 pessoas em casas de amigos e parentes ou alugadas” p. 20-21
	2019	<p>“Territórios evacuados por medidas de segurança de barragens</p> <p>Uma das prioridades da Vale em 2019 foi investir em ações para a segurança da comunidade e minimização dos impactos. Para isso, lançou um conjunto de ações integradas para as comunidades de Macacos (Nova Lima), Barão de Cocais e Itabirito, que fazem parte do Plano de Desenvolvimento de Territórios Impactados. Elaborado de acordo com o perfil econômico e social de cada uma dessas localidades, o plano tem o objetivo de desenvolver as vocações econômicas das regiões, além de promover o bem-estar social após as alterações nos níveis de emergência das barragens B3/B4, Sul Superior e Forquilhas.” p. 35</p>
Vale	2020	<p>“Territórios evacuados</p> <p>Estamos cientes de que ainda há insatisfações pelo ritmo dos processos indenizatórios e incertezas quanto ao prazo de retorno das pessoas a suas casas, mas seguimos trabalhando para avançar nessas questões centrais, ao mesmo tempo em que avançamos na construção e na execução dos planos de compensação e desenvolvimento nas comunidades evacuadas ou realocadas preventivamente.</p> <p>Em relação aos territórios evacuados, foram realizados os planos apresentados a seguir.” p. 16</p>
Vale	2020	<p>“Risco</p> <p>Ruptura de barragem em processo de descaracterização.</p>

		<p>Risco de ruptura de barragens de rejeitos construídas pelo método de alteamento a montante, em processo de descaracterização.</p> <p>Causa-raiz</p> <p>As obras relacionadas ao processo de descaracterização das barragens construídas pelo método a montante podem influenciar em variáveis geotécnicas de estabilidade dessas estruturas, e, conseqüentemente, incrementar o risco.</p> <p>Em casos hipotéticos extremos, esse processo de intervenção na estrutura pode, em associação com outras condições, ser um potencial contribuinte para o colapso da barragem, principalmente considerando-se o modo de falha por liquefação.” p. 72</p>
Vale	2020	<p>“Acesse</p> <p>As listas de estruturas em Nível de Emergência, de estruturas geotécnicas e o detalhamento das barragens de rejeito: http://www.vale.com/esg/pt/Paginas/ControleGestaoBarragens.aspx” p. 84</p>

Fonte: Seleção da autora a partir dos relatórios das organizações (2021).

Outro tópico sob anulação verificado nos relatórios é a influência e atuação das mantenedoras da Fundação Renova em suas ações. Esse papel é definido para a Samarco e também para a Vale e a BHP Billinton. A independência de atuação da Fundação Renova é um importante argumento apresentado desde a sua criação a partir da assinatura do TTAC. No entanto, a própria estrutura da Fundação prevista nesse acordo determinou a atuação das mineradoras em suas instâncias de gestão e decisão. O TAC Governança, assinado em 2018, tinha o objetivo de equilibrar essas influências, alterando a composição de órgãos e criando outros para a participação dos atingidos e demais atores de controle externo. Já apontamos como essa anulação se processa nos relatórios da Renova pela pequena citação dos nomes das mineradoras. Uma tabela incluída no relatório da Fundação de 2016 (p. 21) totaliza os seus trabalhadores ao final do ano da sua criação, revelando que 78% deles eram empregados das mineradoras. Nos anos seguintes, não há qualquer informação sobre a equipe da Renova. Como destacamos, os relatórios da Renova entre 2017 e 2020 listam as ações dos programas definidos pelos acordos, sem prestar contas da atuação global da instituição. Nesse sentido, por exemplo, o anexo gestão econômica desses relatórios é desprovido de todo e qualquer texto indicativo do conteúdo apresentado (resumido numa tabela), não havendo, em alguns anos, inclusive referência da unidade dos números, explicitação dos parâmetros considerados e etc., de forma que a compreensão

dos aspectos financeiros seja impedida. Importante observar que os dados desse anexo listam os valores referentes aos 42 programas executados e não há informação sobre a gestão econômica da Fundação Renova como um todo – o que seria fundamental, já que os recursos que a mantêm são vinculados às responsabilidades públicas de suas mantenedoras ante a tragédia. Também nesse sentido, nenhuma das três organizações referenciou em seus relatórios o fato de as prestações de contas anuais da Fundação Renova nunca terem sido aprovadas pelo Ministério Público de Minas Gerais.

Outra ausência importante no que se refere à Fundação Renova é sobre os seus órgãos de participação popular e técnica. A estrutura interna da Fundação, além da Diretoria Executiva, é composta por três conselhos: o Conselho Consultivo, o Conselho Curador e Conselho Fiscal. O Conselho Consultivo, para emitir suas sugestões sobre projetos e programas, conforme o TTAC, tem missão de ouvir associações legitimadas e estabelecer a participação dos atingidos, que, inclusive, têm representantes no órgão. O Conselho Curador é o responsável por aprovar programas e projetos (até a assinatura do TAC Governança em 2018, era composto apenas por representantes das mineradoras e um indicado pelo CIF). O Conselho Fiscal é responsável pela fiscalização da gestão e pela prestação de contas (com representantes das mineradoras e do Estado).

No relatório da Renova de 2016, o Conselho Consultivo é apresentado como fundamental para a participação da sociedade (aparece em 11 citações); no entanto, não há relato no documento de nenhuma das suas colaborações ou sugestões ao longo de 2016. No documento de 2017, não há qualquer citação para o Conselho Consultivo, o Conselho Curador ou o Conselho Fiscal. Esse padrão de exclusão ou referências pontuais se mantém até o relatório mais recente, de forma que essas estruturas internas da Fundação que tiveram participação de atingidos e órgãos fiscalizadores prevista pelo TAC Governança não são abordadas em seus papéis e realizações.

O trabalho conjunto ou a participação das comissões que reúnem atingidos e foram criadas pelo TAC Governança em 2018 são silenciados ao longo do relato da Renova referente a esse ano, sendo citado em duas ocasiões apenas. Da mesma forma, a contribuição técnica das Câmaras Técnicas é marginalmente referida em 19 citações. Já no relatório de 2019, há sensível

crescimento na citação das Câmaras Técnicas (80 citações) e das Comissões de atingidos (27 citações). De toda forma, considerando que são 42 os programas e que as citações se acumulam no mesmo programa, constatamos que o relato de ações da Renova não privilegia elementos e sugestões desses fóruns como chave para decisão de suas ações. Os exemplos do Quadro 50 a seguir são de trechos em que a Renova afirma a importância desses órgãos participativos de sua estrutura cujas realizações e contribuições são silenciadas.

Quadro 50 – Grupo 7 anulação de tópicos (órgãos participativos da Renova)

Organização	Ano	Excerto do relatório
Renova	2016	“Ao Conselho Consultivo caberá a responsabilidade de ser a voz da sociedade na governança da Fundação Renova. [...] A composição do conselho deverá refletir não somente os interesses das comunidades e dos proprietários diretamente afetados como também os de comunidades com interesses menos evidentes à primeira vista.” p. 8
Renova	2016	“O CIF possui dez câmaras técnicas que aconselham na análise detalhada das ações propostas e dos resultados alcançados. São elas: Câmaras técnicas socioeconômicas • Organização Social e Auxílio Emergencial • Reconstrução e Recuperação de Infraestrutura • Economia e Inovação • Povos Indígenas e Povos de Comunidades Tradicionais • Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social • Saúde, Educação, Cultura, Lazer e Informação Câmaras técnicas socioambientais • Gestão dos Rejeitos e Segurança Ambiental • Restauração Florestal e Produção de Água • Conservação e Biodiversidade • Segurança Hídrica e Qualidade da Água.” p. 20
Renova	2017	“O período foi fundamental para a consolidação do modelo de governança, cuja escolha mostrou-se acertada. A análise das ações em várias instâncias, a participação das pessoas e comunidades atingidas, a fiscalização do poder público, a responsabilidade de aporte de recursos das mantenedoras e a atuação da Fundação Renova focada, exclusivamente, nas ações de reparação e compensação asseguram transparência, isenção e participação democrática de todas as partes envolvidas no processo.” p. 6
Renova	2018	“O acordo prevê a formação de 19 Comissões Locais de atingidos, envolvendo os 39 municípios impactados. Essas comissões contarão com assessorias técnicas custeadas pela Renova e estão sendo constituídas com apoio do Fundo Brasil, sob supervisão de uma força tarefa do Ministério Público, criada sob o TAC Governança. Em paralelo, Câmaras Regionais integrarão as comissões por áreas geográficas e delas sairá a indicação de representantes das comunidades para o CIF e para as Câmaras Técnicas que o compõem. Os atingidos também participarão dos conselhos Consultivo e Curador da Fundação. Outra novidade estabelecida pelo TAC Governança foi a inclusão no CIF de representação do Ministério Público e de um representante da Defensoria Pública com

		direito a voto. O acordo estabeleceu ainda que cabe à Fundação Renova o custeio do sistema CIF.” p. 7
--	--	---

Fonte: Seleção da autora a partir dos relatórios das organizações (2021).

Embora os acordos que definem e regulam as ações da Fundação Renova (TTAC e TAC Governança) sejam reiteradamente citados, algumas de suas determinações são parcialmente referenciadas pela Renova, com o conseqüente ocultamento de conteúdos desses acordos. É o caso, por exemplo, do texto de apresentação dos relatórios, repetido nas edições de 2017 a 2020. Ele informa que o documento cumpre a exigência da cláusula 192 do TTAC para a produção de relato anual sobre os 42 programas destinado ao CIF e omite que a mesma cláusula indica que o documento seja submetido à validação de auditoria independente. Ao longo da descrição dos programas de reparação e compensação, as cláusulas do TTAC que os definem são citadas sem contextualização sobre a qual documento se referem, pressupondo conhecimento e acesso prévio. Os objetivos dos programas recebem redação própria da Fundação, não incorporam os prazos determinados no TTAC de forma que, mesmo quando o atraso é indicado, não se tem as referências sobre o tamanho dele e qual é a data estipulada para sua completa conclusão. Com a obstrução, o leitor não tem parâmetro para formar visão do todo e avaliar o que foi feito, não foi feito e ainda deverá ser feito pela Fundação. O Quadro 51 exemplifica essas passagens.

Quadro 51 – Grupo 8 anulação de tópicos (conteúdos dos TTAC Renova)

Organização	Ano	Excerto do relatório
Renova	2017	“O presente documento cumpre com a CLÁUSULA 192, Parágrafo Segundo, do TERMO DE TRANSAÇÃO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TTAC), que determina a elaboração de relatório anual sobre o andamento de todos os PROGRAMAS – SOCIOAMBIENTAIS e SOCIOECONÔMICOS desenvolvidos e executados pela FUNDAÇÃO RENOVA – e envio do documento ao COMITÊ INTERFEDERATIVO (CIF), até o dia 20 de janeiro de cada ano.” p. 5
Renova	2017	“PG001 Levantamento e Cadastro dos Impactados Eixo Pessoas e Comunidades Objetivos Levantar informações quanto às perdas materiais e das atividades econômicas através da realização do cadastro individualizado de pessoas físicas e jurídicas (apenas micro e pequenas empresas) impactadas na área de abrangência socioeconômica do TTAC. As

		informações levantadas pelo cadastro serão utilizadas para a realização de estudos e avaliações socioeconômicas voltados para apoiar a implementação de ações de reparação e compensação dos impactos socioeconômicos. Cláusulas 19 e 24 (em andamento), 20 (concluída) e 28 (em andamento).” p. 20
Renova	2018	“PG009 Recuperação do Reservatório da UHE Risoleta Neves Eixo Terra e Água Objetivo Restabelecimento das condições de operação da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves por meio da implantação de ações de desassoreamento na área de alagamento da hidrelétrica e de reparo de infraestrutura. Cláusulas: 79 a 81 - em andamento e 150 - atrasada.” p. 93
Renova	2020	“PG001 Levantamento e Cadastro dos Impactados [...] Cláusulas do TTAC que impactam escopo e prazo: não possui cláusulas concluídas no ano de 2020.” p. 25

Fonte: Seleção da autora a partir dos relatórios das organizações (2021).

Em relação ao TAC Governança, assinado em 2018, chamam a atenção as poucas referências a ele nos relatórios subsequentes, já que as mudanças na estrutura da Fundação Renova que esse acordo instituiu exigiriam uma série de respostas a ele. No entanto, no documento de 2018 está referenciado sete vezes; no de 2019, 11 vezes; e, no relatório de 2020, não é citado nenhuma vez. Esse ocultamento é especialmente importante quando considerado que o objetivo central do TAC Governança foi garantir a participação dos atingidos e da sociedade nas decisões da Renova.

Outro importante conteúdo dos acordos estrategicamente ocultado nos relatos é o processo de revisão dos programas previstos no TTAC para acontecer a cada três anos. Uma vez que o termo foi assinado em março de 2016, essa revisão deveria ser conduzida a partir de março de 2019 até, no máximo, março de 2020. Chama a atenção que processo tão importante para conferência e garantia da efetividade dos programas não tenha sido referido no *sumário executivo* do relatório de 2019, sendo citado 11 vezes em alguns programas e sem explicações sobre como ocorreu (com exemplos no Quadro 52 a seguir). Além disso, não há destaque para alterações nos programas sugeridas pelas Comissões Locais e Regionais, possibilidade colocada a partir da criação dessas comissões no TAC Governança.

Quadro 52 – Grupo 9 anulação de tópicos (revisão dos programas Renova)

Organização	Ano	Excerto do relatório
Renova	2019	“Em atendimento à Deliberação 218 Programa junto ao CIF por meio de ofício (OFI.NII.012019.4972). (Fonte: Definição do Programa) – Item 3, foi protocolada a revisão da Definição do Item 3, foi protocolada a revisão da Definição do Programa junto ao CIF por meio de ofício (OFI.NII.012019.4972). (Fonte: Definição do Programa)” p. 416
Renova	2020	“Os indicadores do PG015, assim como as demais informações do Programa, foram revisados, considerando o desdobramento do processo de revisão realizado em atendimento à cláusula 203 do TTAC. A nova Definição do PG15 foi protocolada junto ao sistema CIF em 27/10 para avaliação e deliberação prevista para Fev/21.” p. 207

Fonte: Seleção da autora a partir dos relatórios das organizações (2021).

Outra importante previsão dos acordos em relação à efetividade dos programas executados pela Fundação Renova é o Processo Único de Repactuação dos Programas, estabelecido no TAC Governança (Capítulo XIV) com previsão para acontecer em até 24 meses da homologação (8 de agosto de 2018), ou seja, previsão para ocorrer até 8 de agosto de 2020 (podendo, em acordo entre as partes, ser prorrogado por até mais 24 meses). A determinação era para que uma Câmara de Repactuação fosse criada em até 8 meses após homologação, ou seja, até 8 de abril de 2019. Essa atividade, no entanto, não é referenciada nos relatórios de 2019 ou 2020.

Não apenas determinados conteúdos dos acordos são ocultados, como também o seu contexto de celebração. As assinaturas dos três grandes acordos referentes às tragédias (TTAC e TAC Governança para Mariana e o chamado Acordo Global para Brumadinho) foram precedidas e permanecem sob fortes críticas de atingidos, suas associações e também de órgãos de fiscalização e defesa de direitos, como Ministério Público e Defensoria Pública. O TTAC firmado em 2016 que criou a Renova só foi reconhecido judicialmente em 2018, com a complementação do TAC Governança. No entanto, nesse período, as organizações tomaram o acordo inicial como suficiente e se referiam às disputas sociais e jurídicas de forma genérica. O reconhecimento da Fundação Renova foi e continua sendo disputado juridicamente com ações recorrentes de questionamento das ações e, inclusive, com pedido de sua extinção, feito em 2021 pelo Ministério Público de Minas Gerais. O Quadro 53 a seguir reúne

exemplos de referências da suficiência afirmada pelas organizações para os acordos referentes à Renova.

Quadro 53 – Grupo 10 *anulação de tópicos* (suficiência dos acordos da Renova)

Organização	Ano	Excerto do relatório
Samarco	2018-2019	“Os desdobramentos e a complexidade das ações e das instâncias deliberativas fazem com que essa governança seja, ainda, um dos principais desafios vivenciados continuamente.” p. 28
Renova	2018	<p>“Na prática, há 42 programas contemplados pelo TTAC, assinado, em março de 2016, pelas mineradoras (Samarco e suas acionistas, Vale e BHP), a União e os estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, além dos seus respectivos órgãos reguladores e administrativos. Desde agosto daquele ano, a Fundação Renova opera o dia a dia dessas medidas.</p> <p>Entretanto, só em 2018 ela passou a ser formalmente reconhecida como executora do TTAC pelas Defensorias e pelos Ministérios Públicos da União e dos dois estados impactados. O reconhecimento se deu por meio de um dos principais acontecimentos jurídicos do ano no caminho da reparação: a assinatura de outro termo legal, o chamado TAC Governança, no dia 25 de junho.” p. 6-7</p>
Vale	2017	<p>“Conciliação jurídica</p> <p>A constituição da Fundação Renova foi estabelecida no Termo de Transação de Ajustamento de Conduta (TTAC) firmado pela Samarco e seus acionistas, Vale e BHP Billiton Brasil Ltda., com os autores da ação civil pública no valor de US\$ 5,8 bilhões, representados pela União, os estados do Espírito Santo e de Minas Gerais e outras autoridades governamentais brasileiras. Os recursos serão destinados à implementação de programas de reparação e compensação das áreas e das comunidades impactadas pelo rompimento da barragem de Fundão, operada pela Samarco, no município de Mariana (MG), em 5 de novembro de 2015. O acidente resultou em 19 mortes e cerca de 300 famílias desabrigadas.” p. 29</p>
Vale	2020	“Desde o início, as atividades da Fundação Renova são acompanhadas pelo Ministério Público de Fundações de Minas Gerais, que assegura o cumprimento dos objetivos e o funcionamento desse modelo de reparação de desastres, até então inédito no Brasil.” p. 20

Fonte: Seleção da autora a partir dos relatórios das organizações (2021).

A mesma lógica foi adotada pela Vale no relatório de 2020 ao narrar a celebração do Acordo Global para a reparação do rompimento em Brumadinho, celebrado em 2021. Ele é narrado de forma rápida, ocupando meia página, sem detalhes sobre a extensão determinada para os danos e a execução das ações previstas que não serão exclusivamente conduzidas pela mineradora. O Quadro 54 a seguir reproduz todo o trecho referente ao acordo incluído no relatório da Vale.

Quadro 54 – Grupo 11 *anulação de tópicos (Acordo Global da Vale)*

Organização	Ano	Excerto do relatório
Vale	2020	<p>“Reparação integral de danos ambientais e sociais causados pelo rompimento da Barragem I, em Brumadinho</p> <p>Em fevereiro de 2021, a Vale firmou o Acordo Global com o estado de Minas Gerais, a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e os Ministérios Públicos Federal e do estado de Minas Gerais para reparação integral dos danos ambientais e sociais decorrentes do rompimento da Barragem B1, em Brumadinho (MG).</p> <p>As instituições que participaram da construção do Acordo Global asseguraram soluções céleres, justas e eficazes, em um processo conduzido com transparência, legitimidade e segurança jurídica.</p> <p>O Acordo Global tem o valor econômico de BRL 37,7 bilhões (USD 7,3 bilhões), contemplando projetos de reparação socioeconômica e socioambiental.</p> <p>Entre as ações previstas, parte permanece sob responsabilidade de implementação pela Vale e outras serão conduzidas pelo Estado e suas instituições, financiadas com recursos providos pela Vale.</p> <p>Do valor a ser desembolsado, aproximadamente um terço corresponde a compromissos de execução, enquanto dois terços correspondem à obrigação de pagamento pela Vale.” p. 19</p>

Fonte: Seleção da autora a partir dos relatórios das organizações (2021).

Para finalizar as operações de ocultamento percebidas no material, importante registrar que as referências ao Estado são recorrentes em todos os relatórios, incluindo as determinações judiciais, os regramentos e as alterações legais, os diferentes órgãos de socorro às populações ou de regulação da atividade minerária. No entanto, a dimensão da responsabilidade do Estado nas tragédias não é abordada pelas organizações, não havendo referências a insuficiência ou negligência estatal. A exceção são as referências à Justiça, tomada como lenta e burocrática.

A anulação de tópicos, quer seja pela exclusão, quer seja pela parcialidade ou imprecisão de apresentação, fere o princípio da publicidade e a qualidade da formação de juízos a respeito do problema público. Na trama acontecimental das tragédias de Mariana e Brumadinho, a comunicação de Samarco, Renova e Vale silencia, estrategicamente, as causas das tragédias e a sua responsabilidade causadora, as sirenes que não tocaram, a morte, a destruição, a emergência permanente representada por outras barragens em risco, a ação das mantenedoras e os órgãos participativos da Renova, os conteúdos dos acordos celebrados e as disputas que permanecem vivas em torno deles, além das responsabilidades do Estado em relação às tragédias.

7.3.3 Naturalização

O indicador *naturalização* refere-se à prática obstrutora do diálogo de tomar, ou naturalizar, construções sociais. Sua observação se dá por referência textual direta ou à situação prática de reivindicação de objetividade, especialização e tecnicismo; barreiras ou desconsideração a subjetividades e à reflexão sobre o processo de construção das posições. Nos relatórios de Samarco, Renova e Vale, esse indicador representa 11% do total de referências codificadas como negativas para o diálogo. Na visão separada por organização, tem maior peso para Samarco (35,2%) e Vale (25%) e está pouco presente na Renova (2%).

As operações de naturalização mais recorrentes nos relatórios das organizações referem-se à vinculação da necessidade da Samarco de voltar a operar para financiar a reparação, à normalização da expectativa de geração de impactos pela mineração e também ao estado de emergência imposto sobre as comunidades vizinhas às minas, além da positivação da ideia de impacto traduzida em investimento ambiental, de tal forma que a destruição causada pela mineração é naturalizada como via construtora de desenvolvimento. Os excertos com exemplos dessas construções nos relatórios estão organizados em grupos: Grupo 1 (operar para financiar reparação Samarco), Grupo 2 (geração de impactos e estado de emergência) e Grupo 3 (investimentos ambientais e desenvolvimento).

Em seus relatórios, a Samarco naturaliza a ideia de que precisa voltar a operar para gerar caixa e, dessa forma, conseguir cumprir o compromisso com a reparação demandada após o rompimento de sua barragem. A geração de caixa com a retomada da operação é apresentada como condição viabilizadora da reparação. Essa correlação é feita a despeito do fato de que, na ausência da Samarco, as responsáveis pela reparação são suas acionistas Vale e BHP. A construção da ideia também ignora outras fontes de recursos da mineradora, como seu patrimônio, e acaba bloqueando qualquer discussão pública sobre a atividade da Samarco: a empresa pode e deve voltar a operar? Se sim, como? Essas questões restam caladas com a vinculação necessária estabelecida entre voltar a operar e recuperar a destruição. Nessa lógica argumentativa, com o passar dos anos, observamos, nos relatórios, que a Samarco vai ajustando o

compromisso com a reparação para o compromisso com o financiamento da Fundação Renova – apresentada como a responsável pelas ações de recuperação. No Quadro 55, seguem exemplos dessa construção de argumentos da Samarco.

Quadro 55 – Grupo 1 *naturalização* (operar para financiar reparação Samarco)

Organização	Ano	Excerto do relatório
Samarco	2015-2016	“Além disso, um novo compromisso se soma aos desafios já presentes: gerar caixa* suficiente para sustentar os investimentos de remediação e compensação dos impactos, provendo recursos financeiros à Fundação Renova. *Em linha com o definido no TTAC, caso a Samarco não possa financiar os programas de remediação e compensação, a BHP Billiton e a Vale fornecerão os recursos financeiros requeridos.” p. 15
Samarco	2015-2016	“A Samarco entende que os custos computados referentes às ações emergenciais já empreendidas são apenas o começo de um extenso trabalho para recuperar todo o impacto causado. Por isso, para além das ações de reparação e compensação, pretende-se promover o retorno às operações da empresa e, com isso, cumprir com os compromissos assumidos com o poder público e a sociedade.” p. 29
Samarco	2017	“Estamos confiantes, porém, na ideia de que é possível voltarmos à atividade com segurança e perenidade e, ao mesmo tempo, manter o foco no financiamento das atividades de reparação e compensação em andamento.” p. 40
Samarco	2018-2019	“[...] o compromisso com o crescimento em patamares seguros, eficientes e sustentáveis para gerar valor e, assim, financiar os processos de reparação e compensação socioeconômica e socioambiental dos impactos gerados pelo rompimento da barragem de Fundão.” p. 44

Fonte: Seleção da autora a partir dos relatórios das organizações (2021).

Outra operação de naturalização presente tanto nos relatórios da Samarco como da Vale é a da expectativa de geração de impactos na mineração. A construção dessa ideia como coisa dada, impassível de discussão, toma os impactos como natural e necessariamente associados à atividade. Certamente, não se retira minério da terra sem produzir algum tipo de impacto, mas a naturalização dessa ideia bloqueia a discussão sobre quais impactos e em que nível são tolerados.

Há também uma normalização do estado de prontidão e emergência em comunidades vizinhas aos empreendimentos minerários, concretizada, sobretudo, pela declaração de níveis de emergência e pela realização de simulados. Por um lado, uma vez que as comunidades estão em risco, é preciso

que estejam preparadas para uma necessidade de salvamento. Se há o risco, ele precisa ser conhecido. No entanto, a lógica de treinamento de simulados incentiva mais a reação ao risco do que o seu conhecimento e discussão. Não parece haver espaço para debater, por exemplo, se e como empreendimentos podem se instalar e operar com comunidades que sejam colocadas dentro das zonas de autossalvamento.

O Quadro 56 a seguir reúne exemplos de naturalização da expectativa de geração de impactos pela mineração e também do estado permanente de emergência presentes nos relatórios da Samarco e da Vale.

Quadro 56 – Grupo 2 *naturalização* (geração de impactos e estado de emergência)

Organização	Ano	Trecho do texto do relatório
Samarco	2015-2016	“Por fazer parte de um setor que gera impacto, mas que também é capaz de contribuir com o progresso e o desenvolvimento tecnológico, humano e socioeconômico dos territórios da área de Influência direta, a Samarco mantém, há mais de uma década, mecanismos de diálogo e engajamento para os públicos de relacionamento.” p. 17
Samarco	2017	“Entre os habilitadores dos negócios identificados estão a excelência em gerir riscos, a evolução na gestão, disposição e aproveitamento de rejeitos; a redução de impacto socioambientais associados aos negócios; e o resgate da confiança das partes interessadas.” p. 13
Samarco	2018-2019	“Com um setor de atuação e uma cadeia produtiva que geram impactos sociais, ambientais e econômico-financeiros específicos, a Empresa se dedicou a orientar o negócio à contribuição para comunidades, à eficiência no uso de recursos naturais e à qualificação do capital humano.” p. 31
Samarco	2018-2019	“[...] também se investiu na realização de simulados de emergência. Em linha com o Plano de Ação de Emergência para Barragens de Mineração (PAEBM), essas ações preparam as comunidades e os agentes públicos (municipais e estaduais) sobre como proceder em uma situação de emergência.” p. 37
Samarco	2018-2019	“A Samarco reconhece a existência de diversos impactos potenciais e reais durante suas operações sobre as vidas das comunidades. A segurança do processo produtivo, principalmente em relação à disposição do rejeito decorrente da lavra de minério de ferro, é o principal deles, além do aumento da poluição sonora provocada pelo tráfego viário, da interrupção de vias públicas e de mudanças na rotina de deslocamentos nos arredores das operações pelo impacto em trânsito. No eixo positivo, o aquecimento e a dinamização das economias regionais se destacam. Investimentos e dedicação contínuos na gestão de riscos, em todas as etapas da produção, estão sendo tratados de forma prioritária e devem fazer parte dos fóruns internos de avaliação.” p. 64
Vale	2018	“Nosso objetivo é investir em iniciativas que visam ao desenvolvimento de uma mineração sustentável, reduzindo impactos ambientais, atuando juntamente com a sociedade de maneira

		transparente para mitigar ainda mais os riscos associados às nossas operações.” p. 23
Vale	2018	“A segurança das pessoas é prioridade em todas as nossas atividades, e para tal políticas e padrões técnicos são desenvolvidos e implantados junto às operações visando estabelecer os procedimentos mínimos que permitam a manutenção dos riscos operacionais em níveis toleráveis. Nossos esforços visam sempre prevenir fatalidades e vidas mudadas e minimizar os impactos nas comunidades e no meio ambiente onde operamos.” p. 26
Vale	2019	“Novo pacto com a sociedade Impactar positivamente a sociedade, indo além dos impostos, projetos sociais e a reparação de Brumadinho, tornando a Vale uma facilitadora do desenvolvimento sustentável nas áreas em que atuamos e promovendo uma indústria brasileira de mineração mais segura e sustentável.” p. 44
Vale	2019	“A Vale entende que os impactos socioeconômicos associados às suas atividades devem ser objeto de ações de gestão visando controle, mitigação e compensação (impactos negativos) ou potencialização (impactos positivos).” p. 69
Vale	2019	“Mesmo buscando sempre as melhores tecnologias e métodos que permitam a menor interferência nos recursos naturais, as operações impactam, direta ou indiretamente, habitats naturais e a biota a eles associados, principalmente em função de alterações no uso do solo e cobertura vegetal, assim como nas características físicas dos ambientes. Esses impactos resultam em supressão de vegetação e outras alterações ambientais que geram perda e alteração de habitats para espécies da flora e fauna.” p. 85
Vale	2020	“A Vale está determinada a contribuir para o desenvolvimento das regiões onde atua, gerando impacto positivo, prevenindo e mitigando impactos negativos em temas ambientais, sociais e econômicos.” p. 5
Vale	2020	“Principais impactos Ambiental Áreas de proteção (positivo) Redução de emissões em função de maior consumo de renováveis (positivo) Desenvolvimento de novas tecnologias e soluções (positivo) Descaracterização de barragens e de outras estruturas (neutro) Impactos em água, solo e ar (negativo) Impactos em fauna e flora (negativo) Social Geração de emprego e renda (positivo) Transmissão de conhecimento (positivo) Geração de receitas por meio do pagamento de tributos (positivo) Projetos sociais (positivo) Conflitos pelo uso do solo (negativo) Fatalidades e vidas mudadas (negativo) Impactos às comunidades locais (negativo) Reputação (negativo) Econômico Dividendos e valor para o acionista (positivo) Fomento à economia local (positivo)

		Infraestrutura para a sociedade (positivo) Migrações provocadas pela presença da Vale, aumentando a demanda por infraestrutura, serviços e produtos (neutro) Pagamento de tributos e provisões (negativo)” p. 43
--	--	--

Fonte: Seleção da autora a partir dos relatórios das organizações (2021).

Com a naturalização, o impacto não só é tornado típico da atividade minerária como ganha valência dupla, agindo tanto para destruir (negativo) como para construir (positivo), de forma que esses resultados não possam ser tomados em separado. Em outras palavras, as mineradoras vinculam as suas ações *catalisadoras do desenvolvimento local* ao tratamento dos impactos negativos que elas mesmas geram. Aos impactos negativos estão associadas as promessas de aplicação de procedimentos rígidos e das melhores tecnologias para a sua redução máxima, já que não podem (genericamente) ser evitados. Os critérios de decisão desse grau máximo de mitigação não são explorados: extensão dos danos ambientais? Disponibilidade de tecnologia? Custos operacionais? Margem de lucratividade? Importante considerar que a naturalização dos impactos da mineração encontra amparo argumentativo na legislação, inclusive aquela do licenciamento ambiental, de onde são extraídos os termos mitigação, reparação e compensação.

Também é recorrente a classificação dos recursos destinados a ações de controle de poluição, recuperação e compensação ambientais, determinadas legalmente, como investimentos ou melhorias ambientais e sociais. A Vale tem o cuidado de identificar os valores gastos com questões ambientais de forma voluntária, ou seja, não obrigada legalmente. No entanto, os resultados de “investimentos” legais ou voluntários são narrados em conjunto. Na justaposição de impactos e investimentos, as ações equivalentes à destruição ambiental provocada pela mineração são paradoxalmente denominadas investimentos ambientais, criação de valor, promoção de legado social e desenvolvimento socioambiental. Nesse sentido, o termo impacto é positivado e os danos ambientais são colocados como via para o desenvolvimento. No Quadro 57 a seguir, estão reunidos exemplos que corroboram essa interpretação.

Quadro 57 – Grupo 3 *naturalização* (investimentos ambientais e desenvolvimento)

Organização	Ano	Trecho do texto do relatório
Samarco	2015-2016	<p>“+ de R\$ 50 mi em investimentos ambientais</p> <p>No ano, foram aplicados mais de R\$45 milhões em projetos ambientais; os maiores gastos foram em efluentes industriais e água, na unidade de Ubu, e no prolongamento do quarto extravasor e no extravasor auxiliar da barragem de Fundão, além do sistema de drenagens internas e de ombreiras, na unidade de Germano. De novembro em diante, a equipe de gestão ambiental voltou-se à execução de ações de prevenção, monitoramento e mitigação dos impactos emergenciais decorrentes do rompimento. Em 2016, os investimentos ambientais somaram R\$6 milhões, sendo valores desembolsados para as ações de monitoramento e controle ambiental. O valor não considera os investimentos associados à Fundação Renova.” p. 37</p>
Samarco	2018	<p>“Pelo porte e pela natureza de seu negócio, a Samarco é responsável pelo gerenciamento de uma série de impactos ambientais – que incluem a presença em regiões de alta biodiversidade, o consumo de energia e água, o uso do solo e a geração de rejeito e estéril, decorrentes dos processos produtivos. Com um histórico de investimentos e projetos relevantes nesse campo, em Minas Gerais e no Espírito Santo – com R\$ 15 milhões investidos, em 2018, e R\$ 25 milhões, em 2019, em diversos aspectos ambientais (atendimento de condicionantes, estudos ambientais, despesas com requisitos legais e aquisição de equipamentos).” p. 70</p>
Vale	2018	<p>Impactos e investimentos à comunidade local [...]</p> <p>Ao longo de todo o ciclo de vida de um empreendimento, a Vale realiza um trabalho de identificação de riscos e impactos socioeconômicos nas comunidades decorrentes de nossas atividades, com o objetivo de identificar riscos reais e potenciais e minimizar ou mitigar impactos causados pelas operações. Seguimos metas de gestão de impactos, que preveem, entre outras iniciativas, a implementação de projetos de melhoria da qualidade de vida da comunidade, o incremento da geração de trabalho e renda, o fortalecimento da educação básica e a ampliação do acesso à saúde, assim como a redução do prazo de resposta e o tratamento de demandas das comunidades.” p. 51</p>
Vale	2018	<p>“Em 2018, foram despendidos US\$ 116,5 milhões em ações sociais destinados, em sua maior parte, à infraestrutura urbana e mobilidade, comunidades tradicionais e povos indígenas e geração de trabalho e renda. Desse total, 39% foram destinados a ações voluntárias, sendo US\$ 13,4 milhões aportados diretamente pela Fundação Vale.” p. 53</p>
Vale	2020	<p>“Temos a responsabilidade de honrar nossos compromissos públicos e, mais do que nunca, de criar e implementar estratégias que efetivamente produzam impactos positivos nas dimensões social, ambiental e econômica, com principal atenção às pessoas e comunidades impactadas.” p. 9</p>
Vale	2020	<p>“No último ano, a Vale aportou USD 390 milhões em investimentos sociais, incluindo projetos relacionados à reparação do rompimento da Barragem I, em Brumadinho. Desse valor, 69% foram investidos em ações voluntárias e mitigatórias (sendo 56% com recursos próprios e 13% por meio de leis de incentivo) e 31% em ações obrigatórias.” p. 79</p>

Fonte: Seleção da autora a partir dos relatórios das organizações (2021).

Henriques, Oliveira e Lima (2020) mostram como esse argumento desenvolvimentista é orquestrado mundialmente pelo setor da mineração e propagado no Brasil. As mineradoras se colocam como “[...] parceiros confiáveis na construção, desenvolvimento e implantação de políticas públicas, junto aos governos e diversos grupos de interesse regionais, nacionais e transnacionais” (HENRIQUES; OLIVEIRA; LIMA, 2020, p. 10). O enquadramento que procura unificar interesses privados sob a causa pública é encarnado pelas mineradoras em suas práticas de comunicação, produzindo um todo coerente do global ao local. Os autores alertam que “o discurso circulante da mineração do futuro adota um quadro de sentidos fundado na linguagem democrática mas vincula esses princípios aos valores e objetivos (comerciais) pretendidos pela indústria” (HENRIQUES; OLIVEIRA; LIMA, 2020, p. 16-17).

A naturalização operada pelas mineradoras cria uma ideia normalizada de um jeito de fazer mineração que significa, paradoxalmente, destruição e construção, de tal forma que os malefícios não possam ser tomados e analisados devidamente. Por exemplo, durante muitos anos, o processo de beneficiamento de minério com água, com geração de lama e a construção de barragens para contenção desse rejeito, foi tratado como necessidade intrínseca à mineração. Os dois rompimentos trágicos causados por Samarco e Vale levantaram a discussão sobre esses itens e trouxeram à tona outras possibilidades de soluções ambientais, sociais, gerenciais e tecnológicas. Também essas soluções são estrategicamente selecionadas para compor o posicionamento das mineradoras em seus relatórios, como será abordado no item a seguir.

7.3.4 Negação plausível

O indicador *negação plausível* refere-se ao jogo de ambiguidade institucionalizado em que uma possibilidade de interpretação é colocada na interação e, ao mesmo tempo, é negada. No contexto das três organizações estudadas, orientou a busca por referência textual direta ou à situação prática em que reconhecem impactos e, ao mesmo tempo, não se responsabilizam por sua causa, alegam desconhecimento do perigo como defesa, elegem e apontam bode expiatório. Esse indicador responde por 9% dos acionamentos negativos do diálogo codificados nos relatórios. Na visão separada por organização, é o

indicador mais presente na Samarco (com 35,6%), quarto na Vale (com 15%) e não tem representatividade no texto da Renova (0%).

As principais operações de construção de ambiguidades nos relatórios das três organizações foram evidenciadas em torno da indicação da responsabilidade de Samarco e Vale pelas consequências da tragédia de Mariana sem que respondam pelas ações consequentes, na terceirização da tragédia para a Fundação Renova, na afirmação de controle sob processos e, ao mesmo tempo, de desconhecimento das causas dos rompimentos e, ainda, na eleição do método de construção de barragens a montante como bode expiatório para a Vale. Os excertos com exemplos dos relatórios nesses sentidos estão organizados em grupos, especificamente: Grupo 1 (responsabilidade não faticamente responsável), Grupo 2 (terceirização da tragédia para Renova), Grupo 3 (processos controlados e causas desconhecidas) e Grupo 4 (bode expiatório método a montante Vale).

A nulidade do indicador *negação plausível* nos relatórios da Renova não exclui a organização da análise, pois ela é central na estratégia de *negação plausível* assumida pela Samarco e também pela Vale em relação à tragédia de Mariana. A existência da Fundação Renova permite às mineradoras afirmar a sua responsabilidade pelas consequências do rompimento e, ao mesmo tempo, se eximir da sua condução e efetivação. Dessa forma, a Samarco anula sua posição de sujeito causador, passa pelo sujeito reparador para, então, se afirmar como sujeito financiador (da Fundação Renova). Essa transferência é confirmada pela Vale, que se mantém na posição de acionista neutra responsável pelos repasses financeiros. De outro lado, a Renova diz que *não tem qualquer vínculo com o rompimento da barragem*, confirmando a estratégia de anulação do tópico causas da tragédia empreendida pela Samarco.

O Quadro 58 a seguir reúne exemplos da estratégia de *negação plausível* da responsabilidade não faticamente responsável (pelas causas e pelas consequências) assumida por Samarco e confirmada por Renova (principalmente pela anulação de tópicos do nome Samarco em seus documentos) e pela Vale.

Quadro 58 – Grupo 1 *negação plausível* (responsabilidade não faticamente responsável da Samarco)

Organização	Ano	Excerto do relatório
Samarco	2015-2016	“Com a constituição da Fundação Renova, em junho de 2016, e o início da gestão dos programas de reparação, em agosto de 2016, a transição dos programas para a entidade e os preparativos para a potencial retomada das atividades, a empresa busca demonstrar que arca com suas responsabilidades no controle dos impactos imediatos e busca alternativas seguras e viáveis para voltar a operar.” p. 20
Samarco	2015-2016	“Acredita-se que uma atuação proativa e transparente na execução dos programas no longo prazo pela Fundação Renova demonstrará que a Samarco atua de forma alinhada nos planos de recuperação.” p. 22
Samarco	2015-2016	“A empresa mantinha para comunidades, fornecedores, empregados, parceiros de negócios, governos e demais públicos a central de relacionamento Samarco, disponível por telefone (0800031-2303), e o Fale conosco (relacionamento@samarco.com), que acolheu pedidos de informação, reclamações e denúncias de diversas naturezas. Após o rompimento da barragem de Fundão, os canais atenderam também as manifestações sobre o assunto. Com o início das atividades pela Fundação Renova, em agosto de 2016, a Central de Relacionamento migrou para a entidade. Em 2017, a Samarco adquiriu novo número para atendimento (0800 033 8485).” p. 47
Samarco	2017	“Após atuar nas ações emergenciais e humanitárias em resposta ao rompimento da barragem de Fundão, a Samarco e suas acionistas se tornaram responsáveis por prover recursos para os processos de reparação e compensação, e a Fundação Renova, criada a partir do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) firmado em março de 2016 com diversos organismos governamentais, responde pela execução dos 42 programas que constam no TTAC.” p. 3
Samarco	2018-2019	“Com ele [o TTAC], a Empresa assumiu suas responsabilidades jurídica, econômica, social e ambiental, atuando no financiamento e no gerenciamento de impactos socioambientais e socioeconômicos. No TTAC, estabelece-se que a Samarco e/ ou suas acionistas devem realizar a alocação de recursos em 42 programas, executados pela Fundação Renova [...]” p. 28
Renova	2016	“A Samarco e também suas acionistas, Vale e a BHP, firmaram um compromisso com os governos federal, de Minas Gerais e do Espírito Santo, em que assumem custear todos os trabalhos de recuperação. A fundação foi criada para implementar os programas de reconstrução, restauração e reparação, utilizando o patrimônio formado pelas dotações financeiras feitas pelas empresas ano a ano, conforme determinado na escritura pública de constituição e no TTAC, e executar todos os projetos de remediação e compensação. As empresas são, portanto, mantenedoras da fundação. Dessa forma, a Fundação Renova não tem qualquer vínculo com o rompimento da barragem nem tampouco representa as empresas (Samarco, Vale e BHP).” p. 10
Vale	2015	“A Vale também esclarece que todas as medidas emergenciais necessárias em relação ao acidente foram adotadas pela Samarco e que já estão em execução estudos e medidas reparatórias de cunho socioambiental e socioeconômico, conforme acordo já firmado por Samarco, BHP e Vale com autoridades federais e estaduais de Minas Gerais e do Espírito Santo.” p. 33

Vale	2017	“A atuação da Fundação se dá por meio de programas integralmente financiados pelas suas mantenedoras. A Vale, como mantenedora subsidiária, indica atualmente três membros para o Conselho Curador e seus respectivos suplentes. Em 2017, a Vale aplicou US\$ 199 milhões nas atividades da Fundação Renova.” p. 28
Vale	2018	“Com a criação da Fundação Renova, a Samarco transferiu para a Fundação a maioria dos seus programas de reparação e compensação. Portanto, os aportes das mantenedoras, Vale e BHP, passaram a ser feitos diretamente à Fundação Renova.” p. 30

Fonte: Seleção da autora a partir dos relatórios das organizações (2021).

Os exemplos destacados demonstram a operação da ambiguidade entre assumir e repassar a responsabilidade. Chama a atenção que inclusive o número 0800 da Samarco, que recebia manifestações e reclamações da comunidade, tenha sido transferido para a Fundação Renova. Essa transferência da tragédia permite ainda que o território degradado pelo rompimento da barragem da Samarco não seja considerado e relatado como “território sob influência da Samarco”. Da área de influência da Samarco estão excluídas as extensões degradadas por sua lama – os problemas ambientais, sociais e econômicos aí causados por sua ação não são seus, mas da Renova. Dessa forma, a Samarco mantém o que chama de *sua área de influência direta (AID)* determinada pelos locais onde ela opera e não pelos locais onde ela destrói.

Com a *negação plausível*, Samarco e Vale terceirizam a gestão da tragédia para a Fundação Renova. Esse movimento é essencial para a Samarco, que pode se ocupar, exclusivamente, inclusive do ponto de vista comunicacional, da retomada da sua operação. A delimitação dos assuntos pertinentes e não pertinentes à Samarco está bem expressa nos exemplos do Quadro X a seguir, que indicam o escopo dos seus relatórios e da sua área de Comunicação.

Quadro 59 – Grupo 2 *negação plausível* (terceirização da tragédia para Renova)

Organização	Ano	Excerto do relatório
Samarco	2015-2016	“A narrativa dos fatos abrange as atividades da Samarco em 2015 e 2016, além das ações emergenciais desenvolvidas pela empresa até o início das atividades da Fundação Renova – em agosto do ano passado. As ações subsequentes serão divulgadas no relato de atividades da Fundação Renova (saiba mais em www.fundacaorenova.org).” p. 3
Samarco	2015-2016	“Nas próximas páginas, conheça um balanço do que foi feito até o mês de agosto de 2016 pela Samarco em prol da mitigação e reparação dos impactos do rompimento da barragem. Após esta data, os dados dos programas socioambientais e socioeconômicos executados pela

		Fundação Renova devem ser acessados no relato de atividades da entidade ou no site www.fundacaorenova.org ." p. 62
Samarco	2017	"Os esforços de reparação e compensação relacionados ao rompimento da barragem de Fundão foram assumidos em agosto de 2016 pela Fundação Renova, instituição privada, autônoma e independente criada para este fim, como parte do TTAC assinado em março de 2016 pela Samarco, suas acionistas Vale e BHP, os governos Federal e dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo e outros organismos do poder público. Desse modo, trata-se aqui, em específico, dos aportes de recursos e ações executadas diretamente pela Empresa; a Fundação Renova (www.fundacaorenova.org) é responsável pelo reporte dos programas socioambientais e socioeconômicos por ela conduzidos." p. 2
Samarco	2017	"Cabe à Fundação comunicar seus resultados em cada uma das iniciativas, com indicadores de progresso e prestação de contas dos investimentos e resultados, ao Comitê Interfederativo e à sociedade. No site da Fundação Renova, são disponibilizados relatórios mensais de atividades com uma síntese desse desempenho, além de relatos anuais (veja o documento referente ao ano de 2017 em https://www.fundacaorenova.org/wpcontent/uploads/2018/01/relatorio-mensal-deatividades_dezembro_v02.pdf)."
Samarco	2018	"Embora mencionados em alguns trechos, os programas socioambientais e socioeconômicos executados nas regiões impactadas pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), estão, desde agosto de 2016, sob gestão e responsabilidade da Fundação Renova, constituída para esse fim como parte do acordo firmado pela Samarco, suas acionistas Vale e BHP, os governos federal e dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo e outros entes públicos. Desse modo, os relatórios regularmente divulgados pela Renova (www.fundacaorenova.org) trazem os resultados e investimentos dessas frentes. Este é, assim, um relatório que fala sobre a Samarco, seus aprendizados e seus compromissos com o futuro e com o propósito de fazer uma mineração diferente, buscando exercer o compromisso com a transparência que sustenta suas relações com a sociedade brasileira." p. 5
Samarco	2018-2019	"A área de Comunicação e Relações Institucionais da Empresa mantém um plano estratégico pautado por diversas premissas e frentes de ação para 2020 e os próximos anos, incluindo relações com imprensa, comunicação corporativa, ações de visitação à Empresa e iniciativas de articulação intersetorial, inteligência e relacionamento com territórios. A premissa central se orienta pela Missão, pela Visão, pelos Valores e pelo Propósito da Empresa, bem como pelos objetivos descritos no Mapa Estratégico, que abordam a confiança das partes interessadas, a obtenção da licença ambiental e social para operar e o restabelecimento de relações com públicos-chave da Samarco. A base das relações institucionais da Empresa inclui a área de influência direta (AID), as unidades de Ubu e Germano e a faixa de servidão dos minerodutos, englobando 29 municípios mineiros e capixabas. Os últimos dois anos foram marcados por iniciativas voltadas ao resgate e à resignificação das relações com o poder público, setor empresarial e lideranças comunitárias das áreas de influência direta. As agendas realizadas passaram por uma transição entre informar sobre as ações da empresa imediatamente após o rompimento da barragem de Fundão, seguida por debates e definições que resultaram

		<p>no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta e na Fundação Renova, para, enfim, direcionarem-se para apresentação e discussão da proposta de retomada de operações da Samarco.</p> <p>Hoje, as ações em comunidades e regiões diretamente impactadas pelo rompimento de Fundão, desde Mariana (MG) até a foz do rio Doce, em Linhares (ES), estão sob responsabilidade da Fundação Renova. Já a comunicação e o diálogo nos territórios vizinhos aos complexos industriais e estruturas operacionais da Samarco, mesmo quando sobrepostas às áreas atingidas, foram realizadas, em 2018 e 2019, com dois grandes focos: promover esclarecimentos sobre os processos de licenciamento que estiveram em curso (Sistema de Disposição de Rejeito de Alegria Sul e Licenciamento Operacional Corretivo) e cumprir obrigações legais e normativas vigentes, tendo em vista a retomada operacional da Empresa.” p. 62</p>
--	--	--

Fonte: Seleção da autora a partir dos relatórios das organizações (2021).

Outro jogo de ambiguidade constatado nos materiais analisados diz respeito à justaposição do argumento de controle sobre os processos produtivos ao desconhecimento das causas – incontroláveis – dos rompimentos. Como as causas não são conhecidas, as empresas dedicam esforços para que sejam investigadas – os resultados, como abordado anteriormente, são silenciados. A *negação plausível* do controle incontrolável é acionada tanto por Samarco como Vale, como demonstram os exemplos reunidos no Quadro 60 a seguir.

Quadro 60 – Grupo 3 *negação plausível* (processos controlados e causas desconhecidas)

Organização	Ano	Trecho do texto do relatório
Samarco	2015-2016	“Projetar, construir e operar as estruturas de barragens da Samarco em consonância com as obrigações legais e práticas do setor são premissas historicamente adotadas. [...] Entre 2011 e 2015, houve cinco avaliações de riscos ligadas à operação de barragens, com mapeamento de controles preventivos e mitigatórios e identificação de ações para melhoria. Em 2016, houve um aumento considerável de avaliações de risco que acompanharam a evolução das novas estruturas geotécnicas e das remanescentes após o rompimento da barragem.” p. 16
Samarco	2015-2016	“Assim como a sociedade, a Samarco buscou compreender o que levou a um rompimento sem precedentes como este. Em especial porque, conforme última auditoria realizada em julho de 2015, para atender à legislação federal 12.334/2010, à portaria 416/2012 do DNPM e à legislação estadual DN 87/2005 do COPAM, a barragem de Fundão estava estável.” p. 61
Vale	2018	“Vínhamos cumprindo todos os procedimentos relacionados à segurança das nossas operações, incluindo a realização de auditorias periódicas no local. Ainda assim, por causas que estão sendo devidamente apuradas, ocorreu o rompimento da Barragem I da mina Córrego do Feijão, em Brumadinho.” p. 10

Vale	2018	“A barragem passava por constante monitoramento e recebia inspeções de campo quinzenais, todas reportadas à Agência Nacional de Mineração (ANM). Também tinha sistema de videomonitoramento, sistema de alerta por meio de sirenes e registro da população a jusante. Um total de 94 piezômetros (46 deles eram automatizados) e 41 INAs (Indicador de Nível d’Água) eram utilizados no monitoramento da estrutura, com coleta periódica de informações e análises pelos geotécnicos responsáveis pela barragem. Simulados externos e internos de emergência também eram realizados periodicamente – o último simulado externo aconteceu em 16 de junho de 2018, sob coordenação da Defesa Civil. A última inspeção registrada ocorreu no dia 22 de janeiro de 2019.” p. 11
Vale	2018	“Com o objetivo de apurar as causas do rompimento da Barragem I da forma mais eficiente possível, em 27 de janeiro de 2019, o Conselho de Administração constituiu o Comitê Independente de Assessoramento Extraordinário de Apuração (CIAE de Apuração).” p. 17
Vale	2018	“Desde 2015, quando houve o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), a área de Ferrosos, responsável pela gestão das barragens de minério de ferro no Brasil, ampliou os investimentos na gestão de todas as suas estruturas.” p. 23
Vale	2019	“Embora o adequado gerenciamento das instalações de armazenamento de rejeitos sempre fosse considerado um aspecto crítico para a Vale, a empresa redobrou os seus esforços no sentido de aumentar o rigor do processo de Gestão de Risco após o rompimento da Barragem I na mina Córrego do Feijão, em Brumadinho.” p. 91

Fonte: Seleção da autora a partir dos relatórios das organizações (2021).

O acionamento da *negação plausível* também foi constatado nos relatórios da Vale com a eleição de um bode expiatório: o método de construção de barragens a montante. Sua eliminação é apontada como solução para resolver o risco representado pelo armazenamento dos rejeitos de mineração ainda antes de serem conhecidos os resultados das investigações privadamente contratadas pela Vale. Para além da incongruência de a solução ser conhecida antes da causa, o anúncio da descaracterização de barragens construídas a montante encobre o fato de a Vale ter outras barragens construídas com outros métodos (como a jusante e com alteamento em etapa única) em nível de emergência. Portanto, a eliminação das barragens construídas a montante não pode resolver todos os problemas de segurança das barragens. Com a solução resumida à técnica de construção da barragem, a análise do contexto gerencial de sua escolha (opção mais barata, mais flexível, conforme necessidades da produção, etc.) fica interdita. Exemplos de trechos dos relatórios da Vale em que o método de construção de barragens a montante funciona como bode expiatório estão reunidos no Quadro 61 a seguir.

Quadro 61 – Grupo 4 *negação plausível* (bode expiatório método a montante Vale)

Organização	Ano	Excerto do relatório
Vale	2018	<p>“Constituem exemplos de deliberações relevantes tomadas pelo Conselho de Administração após 25 de janeiro de 2019:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em 27 de janeiro, aprovou a criação de dois Comitês Independentes de Assessoramento Extraordinário (de Apuração e de Apoio e Reparação), compostos e em atividade após oito dias, além de determinar a suspensão da Política de Remuneração aos Acionistas e da remuneração variável dos executivos. • O Conselho aprovou o Plano Emergencial de descomissionamento das barragens a montante e a realização dos investimentos necessários pelo valor estimado de R\$ 5 bilhões (29/jan), aprovou a nomeação da ministra aposentada do Supremo Tribunal Federal Ellen Gracie Northfleet para atuar como coordenadora do Comitê Independente de Apuração (30/jan) e criou o Comitê Independente Extraordinário de Segurança de Barragens (15/fev).” p. 18
Vale	2018	<p>“Descaracterização de barragens</p> <p>Na sequência das ações tomadas após o rompimento da Barragem I, apresentamos às autoridades brasileiras nosso plano para antecipar a descaracterização de todas as nossas barragens alteadas pelo método a montante. O plano visa descaracterizar as estruturas para reintegrá-las ao meio ambiente, em atendimento às novas legislações federais e estaduais, no caso específico de Minas Gerais” p. 22</p>
Vale	2018	<p>“Além das estruturas a montante acima mencionadas, quatro outras estruturas da Vale não tiveram suas Declarações de Condição de Estabilidade (DCE) renovadas devido ao novo fator de segurança estabelecido pela Agência Nacional de Mineração (ANM), levando à paralisação dessas estruturas.” p. 23</p>
Vale	2019	<p>“Recuperação da segurança das barragens</p> <p>Após o rompimento da Barragem I da mina Córrego do Feijão, a Vale acelerou o plano de descaracterização de suas barragens a montante. O objetivo é reintegrar essas estruturas ao meio ambiente e portanto mitigar os riscos que representam para as pessoas das comunidades vizinhas. O plano considera todas as estruturas alteadas a montante, incluindo os empilhamentos drenados, que tiveram a exigência para descaracterização após mudança na legislação da ANM. O projeto de descaracterização destas estruturas tem investimento previsto de aproximadamente US\$ 2,6 bilhões.” p. 35</p>

Fonte: Seleção da autora a partir dos relatórios das organizações (2021).

Por fim, destacamos a *negação plausível* operada na promessa de nova mineração sem novidade. Samarco e Vale citam com frequência a ideia de aprendizado e transformação, mas a fonte desse aprendizado está sempre no presente, na constatação das consequências (as reparações exigidas pelas tragédias). Não há referência ao passado em que se localizam erros e causas que levaram ao aprendizado. Nesse sentido, há aprendizado e mudança sem

objeto. Mudou, melhorou, alterou, transformou, mas sem indicar em relação a quê. A *negação plausível* está na mineração nova sem novidade ou na mineração diferente sem diferença e se relaciona à promessa da mineração do futuro já identificada por Henriques, Oliveira e Lima (2020) no discurso de representantes da mineração brasileira.

Quadro 62 – Grupo 5 *negação plausível* (nova mineração sem novidade)

Organização	Ano	Trecho do texto do relatório
Samarco	2018-2019	“Não nos esqueceremos jamais do ocorrido em novembro de 2015 e estamos absolutamente comprometidos com uma mineração diferente.” p. 6
Samarco	2018-2019	<p>“A Samarco entende que é necessário construir uma nova história para seus próximos anos, considerando os compromissos assumidos, a atual conjuntura macroeconômica e de mercado e sua responsabilidade para com a sociedade brasileira.</p> <p>Ancorada em seu Propósito e seus Valores, nos aprendizados dos últimos anos e nos traços marcantes de sua cultura organizacional, a Empresa realizou uma reflexão que resultou na construção da Nova Jornada Samarco, que se traduz, por sua vez, em uma revisão completa da Visão, da Missão e dos Valores, bem como no Mapa Estratégico, nas diretrizes e nos habilitadores dos negócios.</p> <p>Todas essas mudanças direcionam os esforços atuais para a retomada das operações em patamares mais seguros, eficientes e sustentáveis, concretizando o propósito de fazer uma mineração diferente. Em dezembro de 2019, a Nova Jornada da Samarco concluiu sua primeira etapa, denominada Pés no Chão, e ingressou em uma nova fase, denominada Ponto de Partida – lançada durante um encontro com as lideranças do negócio. No início de 2020, a nova etapa foi apresentada a todos os empregados em evento face a face com a presença da diretoria e principais lideranças.” p. 23</p>
Samarco	2018-2019	“Uma das diretrizes foi encontrar soluções capazes de executar a atividade de mineração de forma diferente, com o menor impacto sobre o meio ambiente e as comunidades, incluindo a minimização da geração de rejeitos e estêreis, a utilização de cava para a disposição de lama e o fim do uso de barragens de rejeitos alteadas pelo método a montante.” p. 40
Vale	2017	“Para 2018, uma de nossas metas é aumentar a eficiência de processos, trabalhando de forma próxima com nossos parceiros para encontrar novos e melhores caminhos de se fazer mineração.” p. 7
Vale	2018	“Os próximos meses e anos trarão para a Vale, assim como para todo o setor mineral, um grande desafio: repensar as operações e os padrões de segurança à luz dos acontecimentos de Brumadinho e de suas consequências.” p. 7

Fonte: Seleção da autora a partir dos relatórios das organizações (2021).

Nessa operação, as causas das tragédias são anuladas, os problemas escamoteados em bodes expiatórios, de forma que o novo e o diferente são

absolutos em si, sem estabelecer termos de comparação: novo e diferente em relação a quê? A promessa do novo independe do velho, o futuro não depende de um passado. O diagnóstico das diferentes estratégias de obstrução ao diálogo demonstra que a mudança de posição de sujeitos se completa para as mineradoras Samarco e Vale, causadoras das tragédias de Mariana e Brumadinho: partem da negação do sujeito causador e destruidor, passam pelo sujeito recuperador e financiador para chegar ao sujeito inovador.

7.3.5 *Pacificação*

O indicador *pacificação* significa a aparência de engajamento na discussão para desviar o conflito e negar possibilidades de resolver o problema. Ele orientou a busca no material por referência textual direta ou à situação prática de intervenção pacificadora para negar possibilidade de resolver um problema e levantar informações e características do público para conter suas demandas. Entre os indicadores negativos do diálogo, responde por 6% das referências codificadas para as três organizações. Seu maior percentual é para Samarco (com 11%), mantendo 5% para Renova e 6% para Vale.

Os principais acionamentos desse indicador são percebidos na pacificação da tensão entre interesses privados e públicos empreendida nas declarações de negócio das mineradoras, no argumento de limite do conhecimento científico para oferecer soluções para a tragédia de Mariana, no movimento de abertura das organizações com escopos e interesses previamente delimitados e, ainda, no destaque dado à abertura desse espaço sem o equivalente relato de mudanças de posturas provocadas pela expressão do ponto de vista do outro. Para cada um desses sentidos, são organizados grupos com excertos dos relatórios: Grupo 1 (publicização do privado), Grupo 2 (conhecimento científico limitado), Grupo 3 (abertura delimitada) e Grupo 4 (visibilidade para espaços de abertura).

Importante acionamento dessa lógica é percebido na *pacificação* do tensionamento entre interesses privados e públicos empreendida nas declarações de missão, visão e propósitos das mineradoras. Nelas, a geração de valor para a sociedade é justaposta à geração de valor para acionistas, desconsiderando (ou pacificando) diferenças de estatuto que regem a divisão de

benefícios para esses diferentes *stakeholders*. Nas declarações da Samarco, o tensionamento entre interesses privados e públicos é aparentemente resolvido pela “relação de ganha-ganha”, que desfaz a tensão, pois o interesse público ganha quando ganha o interesse privado. Na formulação da Vale, a sustentabilidade é a via pacificadora, capaz de harmonizar interesses privados (gerar valor para acionistas) e interesses públicos (apoiar o fortalecimento social, o desenvolvimento e a recuperação ambiental). A declaração de propósito da Vale – *Existimos para melhorar a vida e transformar o futuro das pessoas e das comunidades onde atuamos. Juntos* – encobre interesses privados da mineradora que, afinal, determinam sua atuação, de forma que essa declaração de razão de existência não reflète a realidade, sendo uma versão enviesada dela ao excluir a perspectiva privada. Na formulação, o negócio existe com o propósito de *melhorar a vida e transformar o futuro* (ponto de vista público) e, entre os vários resultados que produz, nomeados impactos positivos e negativos, está a geração de lucros (ponto de vista privado). A ação pacificadora é a da publicização do privado, deslocando a marca da origem (ou motivação) privada para o resultado (um entre outros). Os exemplos dessa pacificação estão reunidos no Quadro 63 a seguir.

Quadro 63 – Grupo 1 pacificação (publicização do privado)

Organização	Ano	Excerto do relatório
Samarco	2017	“Otimizar a transformação dos recursos minerais em valor para a sociedade, de forma segura, eficiente e inovadora, hoje e no futuro. Otimizar a transformação: optar pela melhor alternativa [...] em valor para a sociedade: estabelece uma relação ganha-ganha [...]” p. 14
Samarco	2018-2019	“A Missão da Samarco está focada na transformação dos recursos minerais em valor para a sociedade, de forma segura, eficiente e inovadora, hoje e no futuro. A Visão traduz o que a Samarco espera para o futuro: que seja gradativamente reconhecida por sua capacidade de superação e reconstrução das relações, com eficiência, humildade e resiliência.” p. 25
Samarco	2018-2019	“Desde as primeiras etapas de seus projetos de capital, a Samarco assegura a otimização da geração de valor para sociedade e acionistas e busca a eficiência sistêmica dos negócios, incluindo aspectos de custo-eficiência, segurança e gestão.” p. 31
Vale	2018	“Missão

		Transformar recursos naturais em prosperidade e desenvolvimento sustentável. Visão Ser a empresa de recursos naturais global número um em criação de valor de longo prazo, com excelência, paixão pelas pessoas e pelo planeta.” p. 34
Vale	2018	“Estamos em constante processo de evolução, trabalhando para transformar recursos naturais em prosperidade e desenvolvimento sustentável. Esse objetivo é atingido quando nossos negócios, em particular as nossas atividades de mineração, geram valor para acionistas e demais partes interessadas, ao mesmo tempo em que apoiam o fortalecimento social, o desenvolvimento das vocações econômicas regionais e a conservação e recuperação ambiental, por meio de uma gestão consciente e responsável, de ações empresariais voluntárias e de parcerias com os diversos níveis de governo, instituições públicas, outras empresas e a sociedade civil.” p. 37
Vale	2019	“Criar valor para seus acionistas e para a sociedade, por meio de uma atuação sustentável e em conformidade com padrões éticos e de compliance, é a base da missão da Vale como organização.” p. 112
Vale	2020	“Propósito Existimos para melhorar a vida e transformar o futuro. Juntos.” p. 32

Fonte: Seleção da autora a partir dos relatórios das organizações (2021).

No primeiro relatório publicado pela Fundação Renova, referente às suas ações do ano de 2016, a pacificação é percebida no argumento de limite do conhecimento científico para lidar com a poluição causada na bacia do rio Doce. Essa operação aponta para a ideia de impossibilidade de lidar ou solucionar o problema. Nos trechos destacados no Quadro 64 a seguir, Renova explora a magnitude do problema e a falta de referências, o que pode ser interpretado como tentativa de indicar que ele ultrapassa as capacidades disponíveis para sua solução.

Quadro 64 – Grupo 2 *pacificação* (conhecimento científico limitado)

Organização	Ano	Trecho do texto do relatório
Renova	2016	“Dessa grande tragédia, surgiram três grandes desafios: escala, tempo e conhecimento. Não há parâmetros, referências ou respostas fáceis. Essa é a realidade da Fundação Renova.” p. 2
Renova	2016	“Estamos lidando com impactos únicos e complexos. Temos consciência para assumir que estamos atuando na fronteira do conhecimento, ou seja, com temas que são desafiadores para a própria ciência. Sabemos que não temos respostas prontas para muitos dos desafios que temos de resolver.” p. 7

Renova	2016	“A representação da comunidade acadêmica será uma dessas, pois muito do conhecimento para o que se tem feito e será feito nos programas de recuperação das áreas atingidas pela ruptura da barragem de Fundão se caracteriza pelo ineditismo, seja pela natureza, seja pela escala das ações.” p. 8
Renova	2016	“Mas temos barreiras seríssimas do ponto de vista das soluções técnicas em áreas para as quais a ciência ainda não tem resposta. Não há consenso, por exemplo, sobre a restauração florestal com plantio de mudas nativas. Essa é uma barreira técnica que terá de ser superada com uma velocidade muito grande. Precisamos sair dos diálogos com soluções concretas.” p. 23
Renova	2016	“Ao depararmos com temas cujas soluções ainda são desconhecidas pela ciência, buscamos envolver especialistas com notório saber, para construir juntos o conhecimento necessário à resolução daquela questão.” p. 28

Fonte: Seleção da autora a partir dos relatórios das organizações (2021).

Uma vez que o indicador da *pacificação* busca a aparência de engajamento, coloca-se em limite tênue de percepção com os indicadores positivos do diálogo que definem a acolhida recíproca e o descentramento. Nos exemplos a seguir, essas perspectivas se mesclam, sendo possível observar iniciativas de abertura das organizações muitas vezes com escopos e interesses previamente delimitados.

Quadro 65 – Grupo 3 *pacificação* (abertura delimitada)

Organização	Ano	Trecho do texto do relatório
Samarco	2015-2016	“Pesquisa de Monitoramento de Imagem – realizada em 203 municípios brasileiros, considerando a área de Influência direta de atuação da Samarco e as comunidades impactadas pelo rompimento da barragem, além de locais que tiveram contato com a empresa apenas após o rompimento. Foram realizadas mais de 4,4 mil entrevistas, a fim de identificar os principais aspectos associados à imagem da Samarco, à percepção do público sobre as ações emergenciais pós-rompimento e aos impactos do rompimento da barragem sobre a empresa,” p. 18
Renova	2017	“Sustentar as práticas colaborativas de relacionamento entre os públicos participantes do processo de reparação, criando condições para que protestos radicais (especialmente as paralisações de linha férrea) não sejam utilizados como recursos das comunidades impactadas.” p. 58-59
Vale	2018	“Mantemos fóruns permanentes de diálogo para participação das comunidades nas tomadas de decisão relacionadas à gestão de impactos, assim como na execução de projetos e ações para o desenvolvimento socioambiental do território, viabilizando a remediação de conflitos, mitigação de riscos e o avanço de agendas positivas junto às comunidades.” p. 42

Fonte: Seleção da autora a partir dos relatórios das organizações (2021).

A mesma lógica se aplica aos relatos sobre recebimento de manifestações dos públicos (como Ouvidoria e Central de Relacionamento), com mais visibilidade para a abertura do espaço, sua quantificação, a determinação de fornecer resposta individualmente e menos para as mudanças de posturas provocadas pela expressão do ponto de vista do outro. No Quadro 66 a seguir, estão reunidos exemplos nesse sentido.

Quadro 66 – Grupo 4 *pacificação* (visibilidade para espaços de abertura)

Organização	Ano	Trecho do texto do relatório
Samarco	2015-2016	“Entre novembro e dezembro de 2016, já sob atuação da Fundação Renova, foram realizadas cerca de 454 consultas públicas e abertas em Mariana, Barra Longa, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, em MG. As reuniões contaram com 14.519 participantes.” p. 22
Samarco	2015-2016	“A Samarco recebeu um expressivo volume de contatos após o rompimento da barragem. Gradativamente, questões como segurança das estruturas remanescentes, possíveis riscos estruturais e novas rupturas, formas de atendimento à comunidade em razão dos impactos do rompimento da barragem de Fundão e as medidas de resposta tomadas para gerenciar impactos sociais e ambientais foram endereçadas, recebidas e tratadas pelos canais de relacionamento da organização.” p. 47
Samarco	2017	“Os relatos da Ouvidoria foram integralmente tratados ao longo do ano de 2017 e o número de relatos pendentes de apuração foi reduzido substancialmente. O número de casos em aberto caiu de 98 em janeiro de 2017 para 17 em janeiro de 2018. O tempo de apuração estabelecido como meta é de 60 dias; o tempo médio dos relatos abertos em 2017 foi de 72 dias, entre recebimento, apuração e encerramento. Em 2017, foram apurados e encerrados 157 casos.” p. 25
Samarco	2018	“Para encaminhamento das demandas, há uma árvore de distribuição de temas por áreas; a manifestação é recebida por meio do telefone 0800 033 8485 ou do e-mail relacionamento@samarco.com, registrada em planilha e encaminhada para a área responsável. Após retorno da área, a resposta é enviada ao manifestante. O total de contatos recebidos em 2018 foi elevado, incluindo dúvidas gerais e contatos relacionados a oportunidades de emprego, informações sobre retomada das operações, cadastro de fornecedores e reclamações sobre a Empresa.” p. 66
Renova	2016	“[tabela com números de solicitações recebidas pela Ouvidoria] Escopo Ouvidoria – total geral 232 Fora do escopo – total geral 424” p. 21
Renova	2017	“Ouvidoria Foram abertas 67 novas manifestações e finalizadas 194 manifestações em dezembro (abertas no mesmo mês e/ou meses anteriores). Acumuladamente, foram registradas 1.804 manifestações, sendo que 1236 foram finalizadas e 568 estão em andamento. Na tipologia consolidada do mês, 40% das manifestações são referentes a negligência em assistência a

		comunidade e 28% a concessão indevida de auxílio financeiro. 58% das manifestações foram anônimas e 52% registradas pelo atendente do telefone 0800 do Canal Confidencial. Das novas manifestações registradas no mês de dezembro com localidades identificadas, 66% são do Espírito Santo e 44% de Minas Gerais.” p. 52
--	--	--

Fonte: Seleção da autora a partir dos relatórios das organizações (2021).

A estratégia de *pacificação* postula o objetivo de evitar o conflito, que se coloca como situação privilegiada para revelar as afetações de determinados problemas sobre os públicos. As tentativas de controle das organizações sobre as afetações diretas e indiretas a públicos são estratégicas para a contenção da problematização da mineração como questão pública. Enquanto as transações não causam efeitos indiretos em outros ou esses outros não se percebem como afetados, não há um público em sentido generalizado. Se as afetações são tomadas como privadas, não há a construção da ideia de interesse público. Em alguma medida, como visto nos exemplos arrolados no indicador de *pacificação*, os processos comunicacionais das organizações incluem estratégias para tentar impedir esse reconhecimento, silenciar a percepção de quem se vê afetado e impedir que uma consequência indireta seja vocalizada e denunciada e, portanto, se transforme em um problema público.

7.3.6 Desqualificação, subjetificação da experiência e legitimação

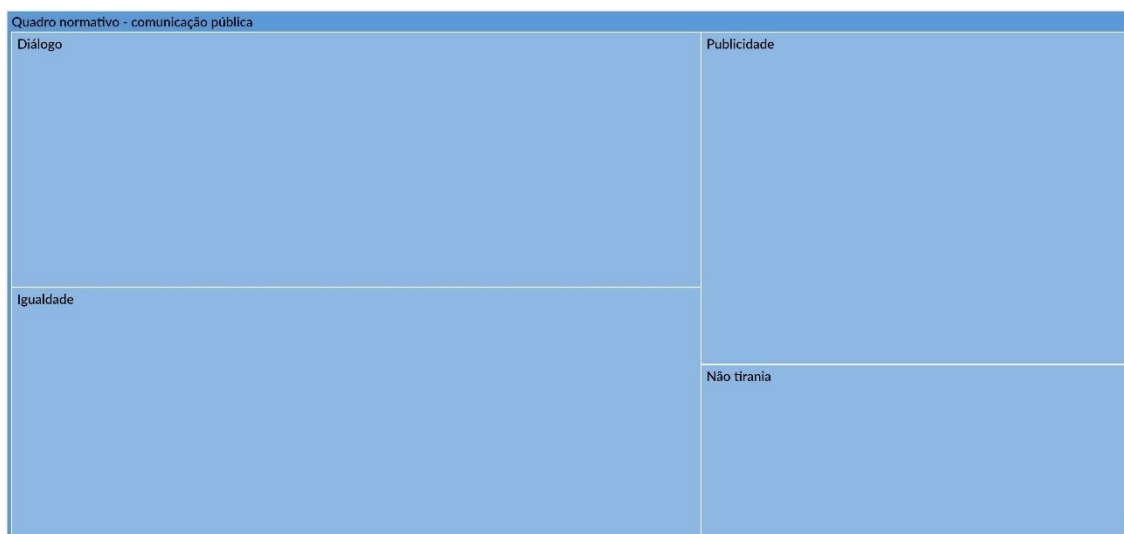
Os três últimos indicadores negativos do diálogo incluídos na categoria do *quadro pragmático* que orientou a análise são *desqualificação*, *subjetificação da experiência* e *legitimação*. Juntos, representam apenas 2% do total das referências codificadas como obstrutoras do diálogo – *desqualificação* e *subjetificação da experiência* somaram 1% cada, enquanto legitimação não alcançou essa marca (0%). Portanto, sua presença é pontual em alguns dos 14 relatórios de Samarco, Renova e Vale analisados na pesquisa. Por essa razão, não há exposição de exemplos típicos dos acionamentos desses indicadores.

7.4 Quadro paradoxal: comunicação cínica e comunicação pública

O modelo analítico proposto para a pesquisa é orientado pelo objetivo de *identificar e analisar a comunicação pública e a comunicação cínica vinculadas à apresentação pública de Samarco, Fundação Renova e Vale a partir da trama acontecimental das tragédias provocadas em Mariana e Brumadinho*. A articulação dos conceitos de racionalidade comunicativa e racionalidade cínica atentam para os níveis explícito e implícito da comunicação. Ou seja, observamos o *quadro normativo* em que critérios ideais da comunicação são explicitamente anunciados e o *quadro pragmático* em que práticas implícitas denotam promoções e obstruções ao diálogo. As duas categorias analíticas abordadas até aqui se referem a esses dois níveis.

Na análise do *quadro normativo*, observamos a incorporação dos critérios democráticos da comunicação pública no posicionamento das organizações, sobretudo diante da convocação exercida pela trama acontecimental das tragédias de Mariana e Brumadinho. Ao tratar desses acontecimentos nos relatórios publicados sobre os anos 2015 a 2020, Samarco, Fundação Renova e Vale fazem declarações explícitas e diretas de adesão aos critérios ideais da comunicação sintetizados nos indicadores *diálogo*, *igualdade*, *publicidade* e *não tirania*. A relação proporcional das quantidades de referências codificadas para cada um desses quatro indicadores em relação à soma deles gera a representação gráfica do *quadro normativo* acionado por Samarco, Fundação Renova e Vale, conforme Gráfico 13 a seguir.

Gráfico 13 – Quadro normativo acionado por Samarco, Fundação Renova e Vale na trama acontecimental



Fonte: Autora (2021).

No Gráfico 13, *diálogo* representa 29% da área, *igualdade* e *publicidade*, 28% cada e *não tirania*, 15%. O acionamento desses critérios normativos é explicitamente percebido nos relatórios de atividades das três organizações, muitas vezes pela inclusão de termos que os traduzem diretamente (respectivamente: diálogo, participação, transparência e respeito). Essas posturas são avaliadas como respostas das organizações ante as cobranças públicas que elas reconhecem em função das tragédias de Mariana e de Brumadinho. São elencadas como espécie de garantia (meios) de que as melhores soluções (fins) serão assumidas, já que estariam baseadas na postura dialógica. Importante considerar que a autodefinição de organizações marcadas pela natureza privada – como Samarco, Renova e Vale – a partir das qualidades éticas da comunicação pública não é uma relação automática ou mesmo obrigatória e, assim, demonstra a potência do ambiente democrático sobre as definições estratégicas da comunicação dessas organizações.

Por outro lado, devemos ter em conta que a comunicação do agente econômico privadamente compromissado com o lucro disputa lugar no espaço de visibilidade definido pela esfera pública com vistas à obtenção de imagem pública favorável. Uma vez que a imagem pública se coloca como condicionador de estratégias, ante a definição pública da trama acontecimental das tragédias de Mariana e Brumadinho, Samarco, Renova e Vale fazem a escolha estratégica

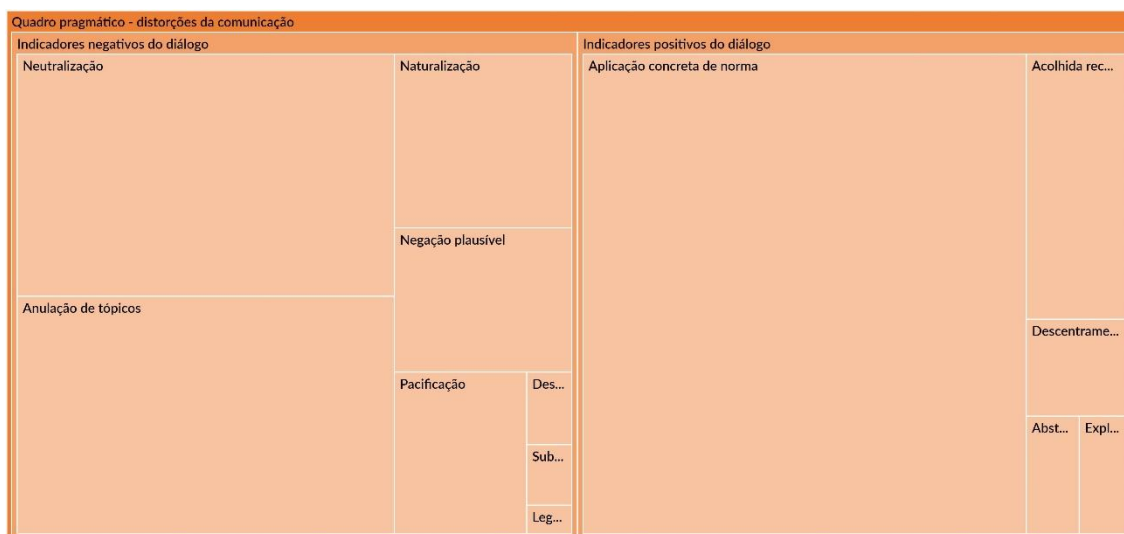
de afirmação de ideais democráticos em sua comunicação. Dessa forma, buscam se apresentar na esfera pública em assimilação à gramática própria desse espaço, posicionando-se na disputa de versões sobre a trama acontecimental em busca de adesão, apoio e imagem pública favorável.

Na análise do *quadro pragmático* da comunicação conformado pelas três organizações em foco, a intenção é dar a ver o nível implícito, atentando para as situações de comunicação relatadas ou projetadas em seus relatórios anuais. Por isso, a operação analítica exigiu a tradução interpretativa de sinais de promoção e de obstrução à comunicação dialógica implícitos nos mesmos relatórios em que os preceitos normativos da comunicação pública foram explicitados.

Em relação às práticas promotoras do diálogo, identificamos o acionamento de cinco estratégias listadas como indicadores positivos (*aplicação concreta da norma, acolhida recíproca de diferenças, abstração da norma, descentramento e explicitação de razões*), com largo predomínio da operação de *aplicação concreta de norma*. Em relação às práticas obstrutoras do diálogo, foram constatados acionamentos relevantes de cinco das oito estratégias listadas como indicadores negativos (*neutralização, anulação de tópicos, naturalização, negação plausível e pacificação*).

A exposição dos itens anteriores deste capítulo considerou essas perspectivas separadamente. Agora, são tomadas em conjunto de maneira a compor o *quadro pragmático* acionado por Samarco, Fundação Renova e Vale. A relação proporcional das quantidades de referências codificadas para cada um dos 13 indicadores positivos ou negativos em relação à soma de todos eles gera a representação gráfica do *quadro pragmático*, conforme Gráfico 14 a seguir.

Gráfico 14 – Quadro pragmático acionado por Samarco, Fundação Renova e Vale na trama acontecimental



Fonte: Autora (2021).

No Gráfico 14 do *quadro Pragmático*, a ordem hierárquica dos indicadores é estabelecida pela maior proporção no todo: *aplicação concreta da norma*, 40,6%; *neutralização*, 22,6%; *anulação de tópicos*, 14,7%; *naturalização*, 5,9%; *negação plausível*, 4,4%; *acolhida recíproca de diferenças*, 3,9%; *pacificação*, 3,1%; *descentramento*, 1,5%; *abstração da norma*, 1,2%; *explicitação de razões*, 1,1%; *desqualificação*, 0,4%; *subjetificação da experiência*, 0,4%; e *legitimação*, 0,2%.

Na visão geral do *quadro Pragmático*, a maior participação é constatada para o indicador de promoção do diálogo *aplicação concreta de norma*. Nas marcas textuais interpretadas a partir desse indicador, Samarco, Renova e Vale classificam a realidade revelada pelas tragédias centradas nas consequências, posicionando-se como sujeitos reparadores e compensadores dos malefícios causados pelo rompimento das barragens e também pela exploração mineral de forma geral. Essa postura reparadora e compensadora não se traduz em termos de autodeclaração como sujeito causador, de forma que o passado motivador das tragédias não é retratado nos relatórios.

À presença em maior proporção da *aplicação concreta de norma*, seguem-se quatro indicadores negativos do diálogo: *neutralização*, *anulação de tópicos*, *naturalização* e *negação plausível*. Dessa forma, a narrativa das tragédias e do fazer organizacional diante delas representada nos relatórios de

atividades é marcada, consideravelmente, por essas operações de distorção dialógica.

As barreiras ao diálogo impostas pela *neutralização* significam a sobrevalorização de interesses próprios não tensionados ou recompostos diante da diversidade de interesses que caracteriza os problemas públicos concernentes à mineração (geração de lucros, uso da água, destruição ambiental, intervenção cultural em territórios tradicionais, pagamento de impostos, dependência do mercado global etc.). Dessa forma, ferem o princípio ético da igualdade na comunicação. A proteção do próprio ponto de vista em relação a outros foi destacada nos relatórios na ideia de coalização, na adoção de linguagem gerencialista excludente, na gestão do tempo, na determinação da comunicação por interesses particulares, nas ocorrências de nomeação da tragédia de Mariana como acidente, na abordagem dos riscos da mineração sob gestão e, ainda, na positivação das preocupações levantadas junto aos públicos.

Por sua vez, a *anulação de tópicos* foi observada na exclusão, na parcialidade ou imprecisão de apresentação de temas, em confronto ao princípio da publicidade e à qualidade da formação de juízos a respeito do problema público. A comunicação de Samarco, Renova e Vale silencia, estrategicamente, as causas das tragédias e a sua responsabilidade causadora, as sirenes que não tocaram, a morte, a destruição, o perigo representado por outras barragens, a ação das mantenedoras e os órgãos participativos da Renova, bem como os conteúdos dos acordos celebrados e as disputas que permanecem vivas em torno deles, além das responsabilidades do Estado em relação às tragédias.

Com a observação da *naturalização* como distorção da comunicação, foi evidenciada a operação simbólica na qual o impacto não só é tornado típico da atividade minerária como ganha valência dupla, agindo tanto para destruir (negativo) como para construir (positivo), de forma que esses resultados não possam ser considerados separadamente. Essa ideia tomada como coisa dada atua como barreira à problematização dos públicos sobre os acontecimentos e sobre a própria mineração. Os acionamentos de *naturalização* mais recorrentes nos relatórios de Samarco, Renova e Vale referem-se à vinculação da necessidade da Samarco de voltar a operar para financiar a reparação, à normalização da expectativa de geração de impactos pela mineração e também da situação de emergência permanente imposta sobre as comunidades vizinhas

às minas. Além da posituação da ideia de impacto traduzida em investimento ambiental, que permite que a destruição causada pela mineração seja naturalizada como meio desenvolvimentista.

Constatamos também operações distorcivas da comunicação dialógica pela construção de ambiguidades nos relatórios das três organizações que constroem, implicitamente, *negações plausíveis*. Elas foram evidenciadas em torno das ideias de responsabilidade não responsável (principalmente com repartição simbólica propiciada pela Renova) e no controle incontrolável destinado aos procedimentos da mineração e identificado com as causas das tragédias. É expressa também na eleição do método de construção de barragens a montante como bode expiatório para a Vale e na promessa, tanto da Vale como da Samarco, de uma mineração nova, ainda que as novidades não sejam demarcadas em relação ao antigo.

Em menores proporções, são notáveis, no *quadro pragmático* acionado por Samarco, Renova e Vale na trama acontecimental, as operações de *acolhida recíproca de diferenças* e de *pacificação*. Esses são dois indicadores que guardam especial contradição entre si enquanto forças promotoras e obstrutoras do diálogo. Nos relatórios, observamos a delimitação de espaços institucionais específicos (canais de atendimento e ouvidoria, por exemplo) para a acolhida das manifestações dos públicos, o que, em composição com as operações pacificadoras, denota estratégia de contenção dos conflitos potencialmente representados pela manifestação das diferenças dos públicos em relação às organizações.

Os indicadores positivos *descentramento*, *abstração da norma* e *explicitação de razões* têm baixas proporções no *quadro pragmático*, de forma que é importante considerar os efeitos de sua ação marginal. Ou seja, as organizações definem e propõem uma comunicação dialógica que se pauta pouco pelo ponto de vista do outro, assumindo comportamento pouco *accountable* e que faz poucas generalizações de vivências específicas para situações problemáticas mais amplas e abstratas.

Ao recorrer a diferentes estratégias de distorção dialógica perante a estratégia promotora do diálogo prevalente que é a *aplicação concreta de norma*, Samarco e Vale, com a sustentação da Renova, operam, ao longo do tempo, uma mudança de posição de sujeitos das tragédias de Mariana e Brumadinho:

partem da negação do sujeito causador e destruidor, passam pelo sujeito recuperador e financiador para chegar ao sujeito inovador e desenvolvedor. Consideramos que os processos comunicacionais das três organizações incluem estratégias para tentar impedir o reconhecimento dos problemas em torno da mineração, silenciar a percepção de quem se vê afetado e, assim, impedir que se transformem em um problema público.

No *quadro pragmático* que é representativo da experiência comunicacional relatada e projetada pelas organizações, constatamos a justaposição simultânea de elementos heterogêneos que caracteriza um paradoxo. Diante da força de abertura dialógica da *aplicação concreta de norma*, que indica capacidade de indexação da realidade trágica, conforme padrões compartilhados de juízo, são colocados os movimentos distorcivos do diálogo com a comunicação avessa a interesses alheios tipificada na *neutralização*, os silenciamentos e os ocultamentos da *anulação de tópicos*, a obstrução analítica produzida pela *naturalização* de ideias e o jogo de ambiguidades da *negação plausível*.

Essas quatro estratégias negativas do diálogo não anulam a *aplicação concreta de norma* nem desfazem a relação de verossimilhança com a realidade e de compartilhamento de juízos por ela estabelecida. As forças antagônicas são acolhidas no mesmo quadro interacional. É assim que os movimentos de *pacificação* direcionados para a contenção dos conflitos e da problematização da mineração se entrelaçam com gestos de *acolhida recíproca de diferença* na abertura de espaços institucionais para a escuta de queixas e na oferta de justificativas de posturas adotadas pelas mineradoras em consideração ao ponto de vista de seus públicos.

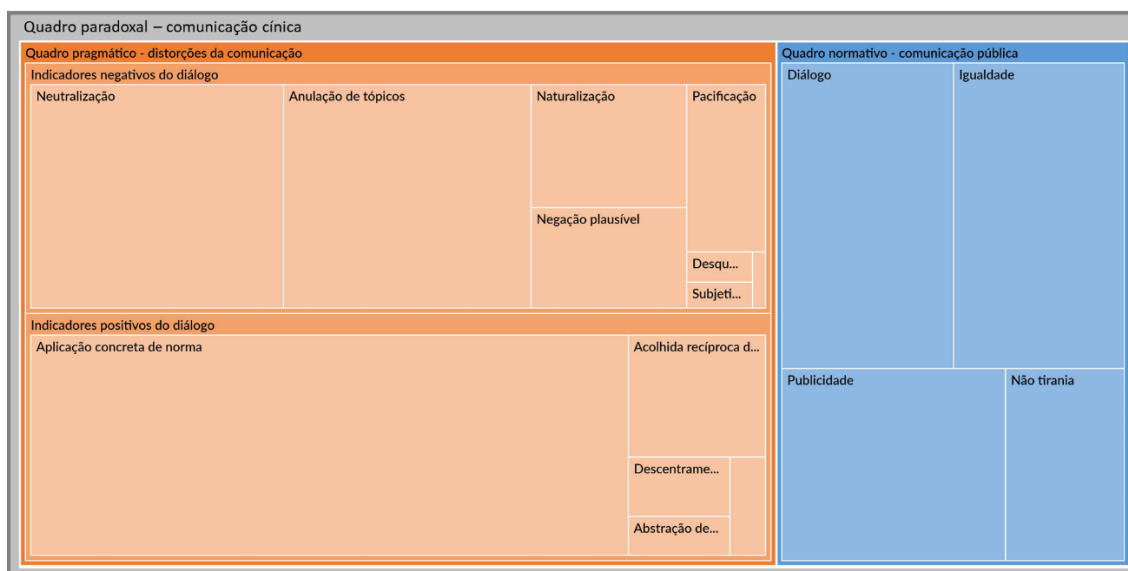
Portanto, o *quadro pragmático* da comunicação referenciado por Samarco, Renova e Vale não é dominado pelas estratégias de obstrução do diálogo, elas convivem com as estratégias de promoção dialógica sem fazer exclusões ou sínteses. É significativo, inclusive, que a divisão entre indicadores negativos e positivos constatada na codificação dos relatórios não tenha estabelecido relevante dominância numérica entre os polos: 52% para indicadores negativos e 48% para indicadores positivos.

Essa presença simultânea de elementos heterogêneos dentro do próprio *quadro pragmático* permite constatar que a sistemática de distorção da

comunicação se estabelece não apenas na tensão entre o *quadro normativo* e o *quadro pragmático*, mas também dentro do próprio *quadro pragmático*. As operações recorrente e estrategicamente acionadas por Samarco, Renova e Vale são tanto aquelas de obstrução ao diálogo como aquelas de promoção dialógica. Portanto, a distorção da comunicação constatada no posicionamento público assumido pelas três organizações na trama acontecimental das tragédias de Mariana e Brumadinho se faz entre ideal e prática e, também, entre práticas de valência dupla.

Quando tomamos a soma total das referências codificadas tanto para o *quadro normativo* quanto para o *quadro pragmático*, é possível gerar a representação gráfica com a composição proporcional de cada indicador (critérios ideais, estratégias promotoras e obstrutoras do diálogo) no que denominamos *quadro paradoxal da comunicação cínica* empreendida por Samarco, Renova e Vale na trama acontecimental das tragédias de Mariana e Brumadinho. O Gráfico 15 a seguir apresenta a composição do *quadro paradoxal da comunicação cínica*.

Gráfico 15 – Quadro paradoxal acionado por Samarco, Fundação Renova e Vale na trama acontecimental



Fonte: Autora (2021).

As áreas em azul do Gráfico 15 mostram a importância estratégica dada pelas mineradoras Samarco e Vale e pela Fundação Renova para a afirmação explícita dos ideais da comunicação pública em resposta às demandas do

ambiente democrático. Por outro lado, as maiores áreas em laranja do mesmo Gráfico 15 indicam, concomitantemente, a ação de forças promotoras e obstrutoras dessa comunicação dialógica afirmada publicamente pelas três organizações.

A evidência dessa situação paradoxal dentro do próprio *quadro pragmático* é importante para superar a ideia de simples contradição entre discurso e prática usualmente atribuída à comunicação das organizações. Embora a análise tenha sido empreendida a partir do discurso das organizações registrado em seus relatórios de atividades, a abordagem metodológica estabeleceu indicadores capazes de demarcar sinais de registro e de projeção das organizações para suas interações marcadas, concomitantemente, por aberturas e obstruções ao diálogo.

A estratégia sistematicamente reproduzida ao longo dos relatórios de atividades publicados por Samarco, Renova e Vale desde as tragédias de Mariana (2015) e Brumadinho (2019) até julho de 2021 é a do *paradoxo dialógico*. Nela, o diálogo é explicitado como valor orientador da comunicação das organizações com os públicos, declarado como seu compromisso de comunicação democrática, participativa, transparente e respeitosa. Implicitamente, um campo de forças antagônicas de promoção e de impedimento à interação dialógica é montado, em espécie de labirinto em que portas são concomitantemente abertas e fechadas, de modo que não se possa escapar dele. Eis o *quadro paradoxal da comunicação cínica* instalado sobre a estrutura normativa e pragmática da comunicação pública, operando a convivência normalizada de elementos antagônicos.

Essa comunicação é paradoxalmente cínica porque se ampara sobre a estrutura normativa da comunicação pública e, implicitamente, distorce o funcionamento pragmático da comunicação com operações sistemáticas e simultâneas de promoção e de obstrução dialógica. Ela se constitui em tentativas de controle estratégico das organizações sobre o processo de problematização da trama acontecimental das tragédias de Mariana e de Brumadinho e também sobre sua imagem pública.

A estratégia comunicacional das organizações avança sobre a esfera pública com declarações explícitas de adesão aos ideais da comunicação própria desse espaço para proteger a própria atividade minerária da pressão

pública. Implicitamente, os resultados da análise empreendida mostram que é acionado um *quadro paradoxal* não apenas em relação ao discurso democrático propagado, mas em si próprio, já que operações promotoras e obstrutoras do diálogo são concomitantemente realizadas. O paradoxo dialógico instalado funciona como proteção à imagem pública das mineradoras, normalizando o paradoxo instalado.

A imagem pública tramada em operações sistemáticas de distorção à comunicação apresenta as mineradoras estrategicamente responsivas ao público e à democracia, quando a sua prática é a de uma (pseudo)comunicação destinada ao controle estratégico e não à interação dialógica. As distorções são eficientes na proteção contra controvérsias, conflitos e negociações mediados em público. Na comunicação cínica, a imagem pública chancela a ação privada autocentrada a partir da distorção da comunicação pública. Portanto, a comunicação executada pelas organizações Samarco, Fundação Renova e Vale para responder à sua responsabilidade ante as tragédias de Mariana e Brumadinho caracteriza-se como uma comunicação cínica que se justapõe à comunicação pública e, ao mesmo tempo, a integra de modo paradoxal, por meio de operações distorcivas utilizadas estrategicamente nas apresentações públicas.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os reiterados diagnósticos sobre a não realização dos preceitos da comunicação pública explicam parte das críticas que classificam esse ponto de vista como excessivamente normativo e preso a um ideal irrealizável. Entretanto, a adesão ao conceito significa, precisamente, o contrário, uma vez que ele fornece referências para dar a ver a realidade. Essas referências são as da liberdade, da igualdade e do respeito que qualificam a convivência coletiva e a comunicação humana e, ao menos de nossa parte, não são negociáveis. É ao que damos valor e almejamos alcançar – em outras palavras, é a normatividade que construímos e compartilhamos.

Por isso, o normativo não é uma referência externa, mas resultado da interação humana, alimentado e alimentador da comunicação empreendida faticamente por todos nós. Não parece fazer sentido acusá-lo de irreal se, na realidade, ele tem valor e assim – como valor – é realizado. Embora seja preciso reconhecer que são ideais sob constante e cada vez mais ferrenho ataque. Por isso mesmo, é preciso defendê-los, e a comunicação pública é resposta teórica a essa urgência.

No percurso desta tese, tínhamos o propósito de não fazer dela um trabalho de diagnóstico negativo da comunicação pública, apontando debates públicos não realizados, públicos não mobilizados, temas não comunicados. Uma vez que diferentes estudos demonstram essas operações de obstrução à comunicação pública, perguntávamos: o que se coloca na ausência da comunicação pública? Ou então: se não é pública, que comunicação é essa?

A resposta perseguida como hipótese do estudo indica para a *comunicação cínica*, aquela que é expressão de um padrão racional concretizado em hábitos, disposições de conduta e instituições classificado como *cínico* (SLOTERDIJK, 2012; SAFATLE, 2008). A razão cínica se expressa na comunicação indiferente, combativa e paradoxal, que busca a autoconservação. É a comunicação produtora de distorção performativa que não cria o novo, mas reproduz uma situação anômala como projeto de manutenção de poder. Assim é a *comunicação cínica* informada pela racionalidade cínica.

Nesses termos, a *comunicação cínica* poderia caracterizar mais uma mudança na relação entre interesses públicos e privados. Se antes havia clara

separação, depois passou-se ao tensionamento entre interesses públicos e privados, a *comunicação cínica* significando a normalização dessa tensão não tensa, uma crise não explicitada, um conflito não reconhecido, que não coloca as duas dimensões em tensão, mas em justaposição paradoxal. A situação parece corresponder ao que Safatle (2008) denomina discordância legitimada e Sloterdijk (2012), cooperação antagônica.

A partir dessa construção conceitual, o desafio da tese foi propor e operacionalizar modelo analítico capaz de identificar e caracterizar a *comunicação cínica* em ação na situação empírica delimitada na trama acontecimental das tragédias de Mariana e Brumadinho. Revelar a *comunicação cínica* demanda dar a ver o delineamento da situação paradoxal que é a característica central do cinismo. Uma situação é cínica porque é paradoxal, instala a cooperação antagônica de elementos não anuláveis ou sintetizáveis. Era preciso, então, diferenciar esses elementos.

A proposta analítica se construiu na articulação conceitual entre *comunicação pública* (ESTEVES, 2011; WEBER, 2020, 2017) e *comunicação sistematicamente distorcida* (HABERMAS, 1970; BOHMAN, 2000) com o fim de demonstrar como a *comunicação cínica* se instala sobre a estrutura da *comunicação pública*. Para isso, foram consideradas as operações explícitas do *quadro normativo* da comunicação e também aquelas implicitamente denotadas no *quadro pragmático*. O *quadro normativo* foi caracterizado em quatro indicadores que sintetizam os ideais da comunicação pública: *diálogo, igualdade, não tirania e publicidade* (ESTEVES, 2011; WEBER, 2020, 2017; BOHMAN, 2009; HABERMAS, 1989, 1990, 2003a, 2003b).

Já o *quadro pragmático* foi abordado em duas frentes. Na frente positiva, foram considerados indicadores de promoção ao diálogo: *abstração de norma, acolhida recíproca de diferenças, aplicação concreta de norma, descentramento e explicitação de razões* – a partir de mecanismos dialógicos de Bohman (2009). Na frente negativa, os indicadores foram aqueles de obstrução ao diálogo: *anulação de tópicos, desqualificação, legitimação, naturalização, negação plausível, neutralização, pacificação e subjetificação da experiência* – a partir dos fechamentos discursivos de Deetz (1992) e das funções de controle de Moriceau (2019).

É nesse nível implícito que as ações distorcivas se colocam sob a aparência de adesão democrática explícita. Por isso, Bohman (2000) sustenta que a teoria da comunicação distorcida é particularmente adequada para revelar situações em que significados são usados para reproduzir o poder, mesmo sob regras explícitas de igualdade e liberdade. As distorções justapõem operações de promoção e de impedimento à interação dialógica, que resta pseudorealizada. Elas se tornam *sistemáticas* quando seus realizadores estrategicamente motivados ocupam posição de assimetria na relação de comunicação com seus parceiros e, portanto, têm poder para sustentar a distorção perante públicos vulnerabilizados.

A reprodução das situações de comunicação sistematicamente distorcida, a ponto de se tornarem dominantes, viola a comunicação pública e leva à produção de uma racionalidade cínica que caracteriza a *comunicação cínica*. Demonstramos que é essa a comunicação forjada na apresentação pública de Samarco, Fundação Renova e Vale na trama acontecimental das tragédias de Mariana e Brumadinho.

Ao selecionar essas três organizações, buscamos explorar a expressão de um poder específico em ação na sociedade: o poder comunicacional das organizações. As organizações privadas têm negócios que não se limitam ao sistema econômico; sua natureza e forma de funcionamento, inevitavelmente, tocarão temas de interesse público, ou seja, aqueles que afetam a vida das pessoas. Não por acaso, inclusive, a transformação da economia de tema privado para público é uma das marcas do tensionamento típico do momento histórico de ascensão da esfera pública burguesa a partir do século XVII (HABERMAS, 2003a).

Nesse sentido, o problema econômico é abordado também pelo ponto de vista público. Isso se assevera nos casos em que a problemática emerge de um acontecimento público, tal qual os que interessaram a esta tese. Por outro lado, também parece evidente que a abordagem pública da questão econômica não garante a sua solução pública. Esse fato tem em conta que a atividade econômica está sediada no âmbito privado e se coloca como sua grande expressão, marcando sua natureza parcial e particular, pouco afeta à publicização.

Se a publicidade da economia não encontra grandes problemas no que concerne à sua tematização pública, o mesmo não ocorre com o seu tratamento público, no sentido de que a decisão econômica estará majoritariamente reservada à iniciativa privada. Ou seja, o público pode falar sobre economia, mas de fato pode muito pouco no que se refere a decidir sobre ela. Destacamos que está entendida que essa influência pública se fará não diretamente, mas pela pressão da opinião pública sobre o Estado, a quem cabe a função de legislar e decidir também sobre a atividade econômica.

A economia é lugar de poder especial e dominante. Habermas (2008) considera o poder econômico como um tipo de poder social, que reflete as estratificações da sociedade e as diferentes posições dentro de sistemas funcionais. O ponto que se pretende destacar é que a economia, embora seja publicamente tematizada, é regida por princípios privados. No modelo teórico habermasiano, está identificada ao subsistema mercado e se expressa pela comunicação estratégica, que se diferencia da ação comunicativa orientada pela ética do discurso.

No atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, o dinheiro, código do subsistema mercado, parece constituir-se como salvo-conduto que desobriga os agentes econômicos do compromisso com o debate público. Se não tanto, dá a eles uma posição diferenciada (uma espécie de café com leite das brincadeiras de criança) no debate público, em que respondem às questões públicas do seu negócio (por exemplo, geração de emprego e renda, produção de morte, destruição do meio ambiente, exploração das pessoas etc.) até o ponto em que o seu interesse privado do lucro esteja preservado. Se ele é ameaçado (não extinto, porque mantemos nosso exercício no cenário capitalista), vem o salvo-conduto acionado no argumento de preservação do negócio quanto às questões públicas: “a atividade precisa ser sustentável”, o que, no mercado, se traduz, majoritariamente, no sentido de sustentar os próprios lucros.

Dito de outra forma, os lances discursivos dos agentes econômicos identificados com o interesse público parecem ter sempre à mão a opção de retornarem à ação estratégica privadamente motivada, sua morada original. Então, perguntamos: existe o compromisso público de um agente econômico? Até onde ele vai? E por que ele é necessário? Enfim, há algum nível de

legitimação pública necessária ao agente econômico que opera numa democracia ou ele pode prescindir desse escrutínio público?

Está claro que ele não precisa de legitimação tal qual o entendimento expresso na teoria habermasiana, justamente porque se trata de um agente privado, mas necessita conter a pressão da esfera pública sobre o Estado que, esse sim, tem o poder de limitar a lucratividade de seu negócio impondo regras de operação e taxações. Portanto, o agente econômico, fiel à sua natureza, toma lugar na esfera pública sempre como parcialmente interessado, atuando na defesa dos seus interesses por meio de uma comunicação necessariamente estratégica.

Quando o discurso do agente econômico na esfera pública é analisado criticamente, explicita-se a marca estratégica da sua origem privada. Afinal, o negócio está orientado ao lucro, uma finalidade não aberta à reconsideração argumentativa, e submetido à lógica concorrencial do mercado, em que o conflito é irreconciliável. Poderá ser estratégico clara e deliberadamente, operado na manipulação ou, ainda, disfarçado na comunicação distorcida. No entanto, essa não é, por excelência, a linguagem da esfera pública, que exige certos princípios afetos ao agir comunicativo.

A natureza privada da comunicação do agente econômico não pode ser transmutada em pública. Isso não impede, por sua vez, que esses agentes econômicos acionem estrategicamente ou sejam acionados a participar de debates sobre temas de interesse público. Mendonça (2013) chama a atenção para a mercantilização da democracia deliberativa, em que a lógica do mercado se apropria dessa teoria. A crítica encontra eco na denúncia de Marques, Mafra e Martino (2017, p. 88) para a tradução simplista da comunicação pública por parte das organizações que, em verdade, estão em busca “de um cenário sem conflitos, sem política, sem dissenso e sem ameaças à hegemonia estratégica”.

Ao contrário, a noção de comunicação pública normativamente informada e faticamente abordada (ESTEVEZ, 2011; WEBER, 2017; 2020; CARNIELLI, 2017) permite dar a ver justamente os conflitos nos contextos organizacionais como mecanismos de reconhecimento ou resistência, tal como advogam Marques, Mafra e Martino (2017). Afinal, é preciso asseverar que estamos falando de um contexto específico de atuação desse agente econômico: o contexto democrático. Se não pela natureza de sua constituição,

mas pelas regras do jogo desse ambiente democrático, o agente econômico está publicamente constrangido, pela força da lei e pela pressão da esfera pública. Assim, o mesmo modelo teórico que impede a busca já falida do genuíno compromisso público do agente econômico joga luz em outra perspectiva, ao reforçar a atuação cidadã pautada pela ética da comunicação capaz de coagir as estruturas de poder à reflexividade peculiar da esfera pública (HABERMAS, 2008, p. 18).

Nesse sentido, consideramos que a abordagem de Bohman (2000, 2009) é importante ao abrir espaço para a reflexão sobre a ação estratégica e a disputa pública. A ideia da comunicação sistematicamente distorcida permite ver as assimetrias entre os atores e a existência de mecanismos (estratégicos) que incentivam ou bloqueiam o diálogo. A formulação da “comunicação que viola suas próprias condições de sucesso” (BOHMAN, 2000, p. 384, tradução nossa) permite refletir sobre as origens dessa violação.

Partindo do quadro conceitual habermasiano, está demarcado que o agente econômico age estrategicamente, motivado por interesses próprios de lucratividade, e não aberto (a princípio) à revisão típica do agir comunicativo. Diferentemente do indivíduo – também privado, mas cioso da necessidade de manutenção de garantia da sua liberdade que só pode ser obtida pelo exercício público da liberdade de outros –, o agente pessoa jurídica/empresa não teria a capacidade de localizar no discurso o seu *telos* (em nome de uma democracia), pois ele estará sempre voltado ao lucro e não é a democracia que garante a sua liberdade. A esse respeito – a orientação ao fim do lucro –, não há discussão pública capaz de demovê-la, já que ela está na própria natureza do agente econômico.

Nesse quadro interpretativo, seria a intrínseca finalidade do lucro que imporia violações à comunicação bem-sucedida (ou dialógica) nos lances discursivos do agente econômico. Ele faz e fará, necessariamente, uma comunicação estratégica, que é aquela que intenciona a influência e é privadamente motivada. No entanto, o interesse privado pelo lucro não está oculto na comunicação; ao contrário, encontra-se bem explicitado. O que está estrategicamente ocultado sob a aparência de uma comunicação transparente e aberta ao diálogo é o interesse em distorcer a comunicação, impedindo pragmaticamente a realização da postura dialógica. O fato de ser privadamente

interessado indica a condição do agente econômico e de sua comunicação estratégica e não exatamente o elemento violador da comunicação, que leva à sistemática distorciva. Não é a estratégia que viola a comunicação e a ética das organizações, mas as estratégias ocultas de distorção da comunicação.

Dessa forma, a natureza privadamente interessada do agente econômico é a condição que demarca seu lugar de poder, potencialmente criador de assimetrias que preordenam seu discurso e interferem no processo de comunicação. A partir desse lugar de poder, o agente pode imprimir uma comunicação estratégica mais ou menos aberta, conforme os mecanismos dialógicos que adotar. Relembrando Marques (2011), não é o fato de a comunicação ser estratégica que é o problema, mas sim as violações ao diálogo que ela pode produzir – o que se observa a partir do conceito da comunicação sistematicamente distorcida. Nessa sistemática, a organização opera espécie de sequestro do diálogo, mantendo-o sob controle conforme suas próprias condições.

Está posto que a natureza do agente econômico vai convocá-lo sempre à comunicação estratégica orientada ao fim do lucro. No entanto, a potência da ética do entendimento nas sociedades democráticas há de constrangê-lo conforme princípios normativos da comunicação, aos quais deverá responder sob o risco de o Estado, publicamente pressionado, revisar as condições de sua atividade. Na democracia, compartilha-se a expectativa de que o ente privado mantenha postura responsiva com os públicos, abrindo-se ao diálogo.

Nesses termos, está claro que o compromisso público não é, por definição, do agente econômico, porque ele só pode ser do cidadão autônomo que toma lugar na esfera pública (como público constituído), onde faz valer seus direitos de comunicação e participação em nome do projeto comum de legitimação da democracia como forma de governo. É a força desse *compromisso público do público* o que pode – mais ou menos, conforme as situações específicas da realidade – impor constrangimentos da ordem da razão comunicativa a uma organização privada. A postura da organização – mais ou menos acolhedora ao público – indicará, por sua vez, se e como ela compõe as perspectivas estratégica e da ação comunicativa (traduzida no diálogo) na sua apresentação pública.

Aqui, é preciso retomar a consideração de que a ação estratégica está presente em toda a comunicação das organizações públicas e privadas e que elas serão confrontadas com a ação estratégica de outros atores. No entanto, é necessário também manter em foco a condição assimétrica das organizações perante os públicos – invariavelmente, elas podem mais nessa comunicação relacional. Esse poder da assimetria constitutiva se traduz em tentativas de fechamento discursivo e controle do conflito. E, como vimos, ampara-se na declaração pública de adesão e defesa de posturas dialógicas.

Nesses termos, reafirmamos que a avaliação da ação de comunicação estratégica da organização não é aprioristicamente negativa, levando em conta o fato de ser motivada por interesses particulares que visam a um determinado objetivo. Essa é a forma genuína da ação estratégica, não apenas das organizações, mas de todos os atores interessados. Reconhecer a validade da ação estratégica na disputa pública é tanto um gesto realista quanto reafirmador do valor da atividade cooperativa – não necessariamente harmoniosa.

A visada aos sinais negativos do diálogo presentes na comunicação das organizações, ou seja, voltados à sua contenção, não deve ser tomada como presunção da impossibilidade de compor, contrapor, rever ou reter os interesses da atividade econômica diante do público. Ao contrário, ela mostra que as organizações precisam (re)agir em relação a um *outro* que, de alguma forma, se faz visto e ouvido. Como defende Esteves (2011), mantém-se a aposta no público como categoria fundamental para uma sociologia da comunicação e como experiência fundante da democracia.

Em relação às organizações, é preciso diagnosticar seu aparato estratégico voltado a perpetuar seu poder de influência pública sob pena da manutenção da vulnerabilidade dos públicos. Nesse sentido, é possível encarar a adesão democrática das organizações, ainda que em cacos dialógicos, como mais um passo na direção do cumprimento da tarefa permanente da democratização para além dos espaços propriamente políticos (BOBBIO, 2012).

A análise da comunicação estratégica das organizações é relevante na medida em que considera a abertura organizacional à negociação e à composição própria do espaço público – ou seja, sua capacidade de dialogar e se integrar ao contexto democrático. É a qualidade dessa integração que precisa

ser considerada: a comunicação estratégica das organizações colabora ou cria empecilhos para mais e melhores democracias?

A hipótese trabalhada ao longo da tese qualificou em termos cínicos a comunicação resultante da ação estratégica das organizações Samarco, Fundação Renova e Vale, o que significa desrespeitar a democracia quando um acontecimento do âmbito econômico desequilibra arranjos sociais e ambientais. Afinal, o paradoxo cínico instalado na comunicação opõe barreiras à problematização das questões públicas relacionadas à mineração potencialmente reveladas na trama acontecimental das tragédias de Mariana e Brumadinho. Uma vez que extravasada, a lama impossível de ser contida mais encobre do que revela. Diante do poder hermenêutico de revelação do acontecimento público, a ação estratégica das organizações é para neutralizá-lo, silenciá-lo e pacificá-lo sob a égide da imagem pública de organizações mineradoras reparadoras, inovadoras e desenvolvedoras, camuflando sua posição de causadoras das tragédias e de empreendedoras de uma mineração destrutiva.

A escolha desta tese foi pela análise do poder comunicacional das organizações em uma situação específica, que é a da disputa pública ensejada por acontecimentos públicos. Como argumentado, trata-se de experiência inscrita sob o funcionamento público, em que os públicos e os acontecimentos são individualizados publicamente – no processo de comunicação pública. Portanto, a delimitação dessa situação comunicacional significa o acionamento do quadro ético-normativo da comunicação pública. Concomitantemente, essa trama acontecimental instaura disputa pela definição do problema público, o que significa que também é marcada pela lógica da ação estratégica, especialmente conduzida por Samarco, Fundação Renova e Vale, que provocaram as tragédias, foram responsabilizadas e devem lidar com suas consequências.

Se as reflexões teóricas da comunicação organizacional já dão conta da tendência controladora dos atores organizacionais, delimitamos uma situação de disputa pública que convoca o ímpeto e a própria necessidade de ação estratégica das organizações. Essa mesma situação de disputa instaurada por acontecimentos públicos, por outro lado, reforça as cobranças públicas direcionadas às organizações privadas em contextos democráticos. Ou seja, essa é uma interessante situação de tensão para observação à luz da

comunicação pública. A constatação da *comunicação cínica*, por sua vez, destacou as consequências éticas deletérias ao espaço público resultantes da sobrepotência estratégica da comunicação das organizações.

O desenvolvimento e a sustentação das duas hipóteses ao longo da tese permitiram responder ao objetivo geral de *identificar e analisar a comunicação pública e a comunicação cínica vinculadas à apresentação pública de Samarco, Fundação Renova e Vale a partir da trama acontecimental das tragédias provocadas em Mariana e Brumadinho*. A primeira hipótese, trabalhada especialmente na segunda parte da tese, reconhece a *trama acontecimental que atrela a tragédia provocada pela mineradora Samarco em Mariana (2015) e a tragédia provocada pela mineradora Vale em Brumadinho (2019)*. São acontecimentos públicos que compartilham processos de individualização e problematização capazes de formar uma trama acontecimental determinada por similitudes comunicacionais, geográficas, ambientais, organizacionais, sociais e por ações e discursos próprios de um acontecimento público que aciona os poderes políticos, econômicos, sociais e midiáticos de um país.

A segunda hipótese de trabalho demonstrou que a *comunicação executada pelas organizações Samarco, Fundação Renova e Vale para responder à sua responsabilidade ante as tragédias de Mariana e Brumadinho caracteriza-se como uma comunicação cínica que se justapõe à comunicação pública e, ao mesmo tempo, a integra de modo paradoxal, por meio de operações distorcivas utilizadas estrategicamente nas apresentações públicas*. Assim, a *trama acontecimental formada pelas tragédias de Mariana e Brumadinho é reveladora de estratégias de comunicação das organizações que permitem caracterizar a comunicação cínica*.

Diante dessas respostas, é preciso considerar seus limites, impostos, principalmente, pelo fato de a análise empreendida nesta tese olhar para a ação comunicacional de determinados atores envolvidos na trama acontecimental – especificamente, as organizações Samarco, Fundação Renova e Vale. Essa seleção não pode, nem tinha a pretensão, de delinear, de fato, o debate público empreendido na trama acontecimental das tragédias de Mariana e Brumadinho. O recorte é incapaz de revelar como os públicos agem ante as estratégias adotadas pelas organizações e, portanto, empreendem essa disputa pública.

Essa consideração leva à indicação de potenciais desdobramentos futuros desta pesquisa. O primeiro deles é sobre como os públicos respondem à comunicação cínica produzida pelas organizações. Afirmamos que essa comunicação é dominante e que, pela condição assimétrica da organização perante os públicos (vulneráveis), eles potencialmente percebem e denunciam as distorções, mas não têm poder para interrompê-la. Seria interessante estudar o engajamento e a percepção dos públicos a partir desse tipo de comunicação. O que os públicos fazem (quais suas estratégias) diante de situações de distorção da comunicação? Os públicos agem estrategicamente, como e com qual poder diante das distorções sistemáticas de comunicação? Porque, como consideramos, a ação estratégica e, igualmente, o cinismo não são exclusividades das organizações.

Outro potencial de pesquisa futura vislumbrado diz respeito a como os profissionais de comunicação das organizações percebem suas práticas. Qual o entendimento do interesse público presente no seu fazer? Como percebem o acionamento normativo e, ao mesmo tempo, os movimentos estratégicos caracterizados na comunicação cínica? Certamente, seria um ganho empreender uma espécie de deontologia da comunicação organizacional.

Defendemos ainda ser necessário avançar nas considerações aos efeitos da comunicação cínica sobre a degradação do nível explícito de justificação, quando os critérios éticos da comunicação, como liberdade e igualdade, são desconsiderados e mesmo frontalmente atacados. É o que temos observado na comunicação política empreendida pelo Governo Bolsonaro aqui no Brasil e também por outros governos no mundo. Nesses casos, parece não haver manutenção de aparência do acordo comunicativo pela explicitação de ideais da comunicação pública. Ao contrário, a violência simbólica é explicitamente instalada, em desconsideração à comunicação pública e colocando em risco a própria democracia. Haveria aí racionalidade cínica? Em última instância, é possível pensar em racionalidade sem comunicação? Somos levados a crer que não, já que a violência suplanta a racionalidade e, quando a palavra fracassa, resta o ato.

De toda forma, no diagnóstico da comunicação cínica empreendido nesta tese, a comunicação pública não está faticamente ausente – sua estrutura é paradoxalmente ocupada, distorcida e pervertida. Passamos a ver a dualidade

da defesa de valores ético-normativos típicos da comunicação pública (não tirania, igualdade, publicidade) inscrita em situações em que a experiência comunicacional é sistematicamente distorcida, contudo, sem “transgredir os critérios normativos de enunciação e justificação” (SAFATLE, 2008, p. 76), ensejando uma comunicação cínica (conflitiva, fragmentada, indiferente, privatizada). Ao compreender esse paradoxo atuante na comunicação sob os termos do cinismo, esperamos que a *comunicação cínica* possa ser chave para identificar e compreender as estratégias da dinâmica da comunicação pública, entre norma e fato diante de um acontecimento público que coloca em risco o poder.

Afinal, retomamos a pergunta: por que qualificar ou adjetivar a comunicação? Por que ela precisa ser algo além de comunicação? E respondemos: porque é um projeto político, porque é uma *ação política*, nos termos em que define Arendt (2014). Está permanentemente sob disputa. Adjetivar e, dessa forma, identificar a comunicação como cínica é ato emancipatório, qualificá-la como pública é resistência.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO. **Anuário Mineral Brasileiro**: principais substâncias metálicas. Agência Nacional de Brasília: ANM, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/anm/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/serie-estatisticas-e-economia-mineral/anuario-mineral/anuario-mineral-brasileiro/amb_2020_ano_base_2019_revisada2_28_09.pdf. Acesso em: 21 jun. 2021.

ALVES, M. C. **Os desafios para a relação das organizações com a sociedade conectada**: um estudo dos comentários no Facebook da Samarco após o acidente em Mariana (Minas Gerais, Brasil). 2017. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bauru, 2017.

ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

AVRITZER, Leonardo. Teoria democrática e deliberação pública. **Lua Nova**, n. 50, p. 25-46, 2000.

BABO, I. O acontecimento e os seus públicos. **Comunicação e Sociedade**, v. 23, p. 218-235, 2013.

BALDISSERA, R. A teoria da complexidade e novas perspectivas para os estudos de comunicação organizacional. *In*: KUNSCH, M. (org.). **Comunicação organizacional**: histórico, fundamentos e processos. São Paulo: Saraiva, 2009a. p. 135-164. v. 1.

BALDISSERA, R. Balanços sociais: entre a promoção de marketing e a responsabilidade social. **Revista Conexão - Comunicação e Cultura**, UCS, Caxias do Sul, v. 7, n. 14, p. 111-126, jul./dez. 2008b.

BALDISSERA, R. Comunicação organizacional na perspectiva da complexidade. **Organicom**, n. 10-11, p. 115-120, 2009b.

BALDISSERA, R. Comunicação, cultura e interação nas organizações. *In*: Marlene Marchiori (org.). **Cultura e Interação**. São Caetano do Sul, SP: Difusão, 2014. p. 87-99.

BALDISSERA, R. Da pesquisa em Comunicação Organizacional: fundamentos teóricos e metodológicos, práticas e críticas. *In*: MARQUES *et al.* (org.). **Comunicação Organizacional**: vertentes conceituais e metodológicas. Belo Horizonte: PPGCOM UFMG, 2017. p. 63-81. v. 2.

BALDISSERA, R. Significação e Comunicação na construção da imagem-conceito. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**, São Leopoldo (RS), Unisinos, v. X, n. 3, p.193-200, set./dez. 2008a.

BARONE, R. A. **Desastre da Samarco no Rio Doce**: análise longitudinal do comportamento das páginas da Samarco, Vale e Fundação Renova no

Facebook. 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Territorialidades) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOBBIO, N. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

BOHMAN, J. O que é a deliberação pública? Uma abordagem dialógica. *In*: MARQUES, Â. C. S. **A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 85-108.

BOHMAN, J. When water chokes: ideology, communication, and practical rationality. **Constellations**, v. 7, n. 3, p.382-392, 2000.

BRAGA, J. L. Comunicação, disciplina indiciária. **Revista Matrizes**, São Paulo, n. 2, p. 73-88, abr. 2008.

BRAGA, J. L. O que é Comunicação. **Líbero**, FACASPER, v. 19, p. 15-19, 2017.

BRASIL. **Caso Samarco**: Ministérios Públicos e Defensorias Públicas pedem retomada do trâmite da ação de R\$ 155 bi suspenso desde 2018. Brasília: Ministério Público Federal, 2020b. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/noticias-mg/caso-samarco-ministerios-publicos-e-defensorias-publicas-pedem-retomada-do-tramite-da-acao-de-r-155-bi-suspensa-desde-2018>. Acesso em: 1 dez. 2020.

BRASIL. **Caso Samarco**: MPs e Defensorias Públicas querem que Fundação Renova deixe de veicular conteúdo incorreto e evite gastos milionários em propaganda Brasília: Ministério Público Federal, 2020c. Disponível em <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/noticias-mg/caso-samarco-mps-e-defensorias-publicas-querem-que-fundacao-renova-deixe-de-veicular-conteudo-incorreto-e-evite-gastos-milionarios-em-propaganda-1>. Acesso em: 1 dez. 2020.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara Dos Deputados. **Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito Rompimento da Barragem de Brumadinho**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/comissoes/cpi/cpibruma/RelatorioFinal.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara Dos Deputados. Relatório Final Comissão Externa do Rompimento de Barragem na Região de Mariana – MG. Brasília, 2016. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1457004&filename=REL+2/2016+CEXBARRA. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **Relatório Comissão Parlamentar de Inquérito de Brumadinho e outras Barragens**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/56a->

legislatura/cpi-rompimento-da-barragem-de-brumadinho/documentos/outras-documentos/relatorio-final-cpi-senado-federal. Acesso em: 7 jan. 2020.

BRASIL. **Dúvidas sobre o TAC Governança?** Brasília: Ministério Público Federal, 2020a. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/duvidas-sobre-o-tac-governanca>. Acesso em: 2 jan. 2020.

BRASIL. **Ministério Público questiona acordo entre União, Estados de MG e ES, Samarco, Vale e BHB Billiton.** Brasília: Ministério Público Federal, 2016. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/noticias-mg/nota-a-imprensa-2013-ministerio-publico-questiona-acordo-entre-uniao-estados-de-mg-e-es-samarco-vale-e-bhb-billiton>. Acesso em: 1 dez. 2020.

BRASIL. **O desastre.** Brasília: Ministério Público Federal, 2019. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/o-desastre>. Acesso em: 30 dez. 2019.

CARARETO, M.; ANDRELO, R.; CABRAL, R. Reputação e direito à informação: a comunicação da mineradora Samarco no caso do acidente ambiental em Mariana. **Revista Internacional de Relaciones Públicas**, v. 6, n. 12, p. 43-64, 2016.

CARNEIRO, D. C. B. **Comunicação organizacional e discurso:** Disputa de sentidos na fanpage da Samarco a partir da ruptura da barragem de Fundão em Mariana-MG. 2017. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2017.

CARNIELLI, F. Z. **A cidadania e a sua instituição:** estudo de comunicação pública sobre a Defensoria do Rio Grande do Sul. 2016. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

CARNIELLI, F. Z. Instituições e interesse público: os processos de comunicação pública como estratégia instituinte. **Organicom**, v. 14, n. 26, p. 64-75, 2017.

CARVALHO, D. E. **O caso Samarco no Jornal Nacional:** narrativa e personagens do maior desastre socioambiental do Brasil. 2018. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 2018.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CAXITO, F; DIAS, T Gonçalves. Ferro. *In*: PEDROSA-SOARES, A. C. *et al.* (org.). **Recursos Minerais de Minas Gerais On Line:** síntese do conhecimento sobre as riquezas minerais, história geológica e meio ambiente e mineração de Minas Gerais. Belo Horizonte: Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (CODEMGE), 2018. p. 1-34. Disponível em: <http://recursomineralmg.codemge.com.br/wp-content/uploads/2018/10/Ferro.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2021.

COELHO, M. P. Satiagraha: a constituição de um acontecimento público. *In*: WEBER, M. H.; COELHO, M. P.; LOCATELLI, C. **Comunicação pública e política**: pesquisa e prática. Florianópolis: Insular, 2017. p. 59-80.

CURVELLO, J. J. A.; SCROFERNEKER, C. M. A. A comunicação e as organizações como sistemas complexos: uma análise a partir das perspectivas de Niklas Luhmann e Edgar Morin. **E-compós**: Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, Brasília, v. 11, n. 3, p. 1-16, set./dez. 2008.

DEETZ, S. Comunicação Organizacional: fundamentos e desafios. *In*: MARCHIORI, M. (org.). **Comunicação e organização**: reflexões, processos e práticas. São Caetano do Sul: Difusão, 2010. p. 83-99.

DEETZ, S. A. **Democracy in an Age of Corporate Colonization**: Developments in Communication and the Politics of Everyday Life. Albany, NY: Suny Press, 1992.

DEWEY, J. **La opinión pública y sus problemas**. Madrid: Ediciones Morata, 2004.

DORNAS, L. **A mobilização discursiva do diálogo como estratégia comunicacional no contexto das organizações**: a prosa social (em cacos) da Fundação Renova em relação ao jornal A Sirene após o rompimento da barragem de Fundão. 2020. (Mestrado em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

DURÃO, A. B.; DURÃO, A. B. de A. B. Habermas sobre a comunicação sistematicamente distorcida. **Rev. Filos.**, Aurora, Curitiba, v. 24, n. 34, p. 23-48, jan./jun. 2012.

ESTEVES, J. P. **A ética da comunicação e os media modernos**: legitimidade e poder nas sociedades complexas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

ESTEVES, J. P. **Sociologia da Comunicação**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

FERRAZ, V. S. **Discursos midiáticos sobre o desastre da Samarco: uma análise das reportagens nas revistas Veja e Carta Capital**. 2018. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2018.

FERREIRA, L. H. S. **As memórias de Bento**: representações pela nostalgia no jornal A Sirene – Para não Esquecer. 2018. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2018.

FOUCAULT. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FUNDAÇÃO RENOVA. **Renova informa**: ação civil pública. [S.l.: S.n.], 25 fev. 2021. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/noticia/renova-informacao-civil-publica/>. Acesso em: 1 mar. 2021.

FRANÇA, V. **Jornalismo e vida social**: a história amena de um jornal mineiro. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

FRANÇA, V. V. O crime e o trabalho de individuação do acontecimento no espaço midiático. **Caleidoscópio**: Revista de Comunicação e Cultura, [S.l.], n. 10, sep. 2013.

FRANÇA, V. V. L. Quéré: dos modelos da comunicação. **Revista Fronteiras, Estudos Midiáticos**, Unisinos, São Leopoldo, v. V, n. 2, 2003.

FRANÇA, V. *et al.* (org.). **Diário da Quarentena**: a pandemia de COVID-19 como acontecimento. Belo Horizonte: Fafich: Selo PPGCOM/UFMG, 2020.

FRANÇA, V. V.; LOPES, S. C. Análise do acontecimento: possibilidades metodológicas. **MATRIZES**, [S. l.], v. 11, n. 3, p. 71-87, 2017.

FURLANI, B. B.; JESUS, M. S. Communication networks: disaster in Paracatu de Baixo. **Communication, technologies et développement** [Online], 5, 2018. Disponível em: <http://journals.openedition.org/ctd/381>.

GOMES, W. Parte I Esfera Pública Política. *In*: GOMES, W.; MAIA, R. C. M. **Comunicação e democracia**. São Paulo: Paulus, 2008. p. 29-162.

GOMES, W. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

GOULART, S. C. **Caso Samarco**: Cinco anos de uma tragédia sem fim. Belo Horizonte: MPF - Procuradoria da República de Minas Gerais, 2020. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/noticias-mg/caso-samarco-cinco-anos-de-uma-tragedia-sem-fim> Acesso em: 30 nov. 2020.

GROSS, A. Systematically Distorted Communication: an impediment to social and political change. **Informal Logic**, v. 30, n. 4, p. 335-360, 2010.

GUTIERREZ, G. L.; ALMEIDA, M. A. B. Teoria da Ação Comunicativa (Habermas): estrutura, fundamentos e implicações do modelo. **Veritas (Porto Alegre)**, v. 58, n. 1, p. 151-173, 30 abr. 2013.

HABERMAS, J. **A ética da discussão e a questão da verdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018.

HABERMAS, J. Comunicação política na sociedade mediática: o impacto da teoria normativa na pesquisa empírica. **Líbero**, ano XI, n. 21, p. 9-21, jun. 2008.

HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HABERMAS, J. **Direito e Democracia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003b.

HABERMAS, J. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003a.

HABERMAS, J. On systematically distorted communication. **Inquiry**: An Interdisciplinary Journal of Philosophy, v. 13, n. 1-4, p. 205-218, 1970.

HABERMAS, J. **Pensamento Pós Metafísico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

HABERMAS, J. **Teoria da racionalidade e teoria da linguagem** Lisboa: Edições 70, 2010. (Obras escolhidas de Jürgen Habermas, v. II).

HENRIQUES, M. S. As organizações e a vida incerta dos públicos. *In*: MARQUES, A. C. S. *et al.* (org.). **Comunicação organizacional**: vertentes conceituais e metodológicas. Belo Horizonte: PPGCOM UFMG, 2017. p. 119-129. v. 2.

HENRIQUES, M. S. Promoção do interesse e projeção da experiência: a formação dos públicos na interação com as organizações. *In*: FRANÇA, V. V.; SIMÕES, P. **O modelo praxiológico e os desafios da pesquisa em comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2018b. p. 161-174.

HENRIQUES, M. S. Visões críticas do poder corporativo: a dinâmica da influência na relação com os públicos. *In*: MAINIERI, T; MARQUES, Â. (org.). **Comunicação e poder organizacional**: enfrentamentos discursivos, políticos e estratégicos. Goiânia: Gráfica UFG, 2018a. p. 76-90.

HENRIQUES, M. S.; OLIVEIRA, I. L.; LIMA, F. P. Mineração do futuro: o discurso da promessa. *In*: Encontro Anual da Compós, 29., 2020, Campo Grande. **Anais [...]**. Campo Grande: Compós, 2020, p. 1-18.

HENRIQUES, M. S.; SILVA, D. R. Vulnerabilidade dos públicos frente a práticas abusivas de comunicação empregadas por organizações: limitações para o monitoramento civil. **Comunicação e Sociedade**, v. 26, p. 162-176, 2014.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LIMA, F. P. Apontamentos críticos dos modelos de Relações Públicas excelentes no maior acidente ambiental do Brasil. **Revista Internacional de Relaciones Públicas**, v. VII, n. 13, p. 181-198, 2017.

MAFRA, R. L. M; MARQUES, A. C. S. Topografias do diálogo nos contextos organizacionais. *In*: MARQUES, A. C. S. *et al.* (org.). **Comunicação organizacional**: vertentes conceituais e metodológicas. Belo Horizonte: PPGCOM UFMG, 2017. p. 83-98. v. 2.

MAIA, M. R. O uso crítico da memória nas narrativas jornalísticas sobre o rompimento da barragem da Vale. **Revista FAMECOS**, v. 27, p. 1-13, jan./dez. 2020.

MAINIERI, T. *et al.* Comunicação e poder organizacional. *In*: MAINIERI, T; MARQUES, A. (org.). **Comunicação e poder organizacional**: enfrentamentos discursivos, políticos e estratégicos. Goiânia: Gráfica UFG, 2018. p. 12-21.

MARQUES, A. C. S. Prefácio. *In*: OLIVEIRA; PENNINI; MOURÃO. **Compreendendo um campo de conhecimento**: reflexões epistemológicas sobre a Comunicação Organizacional a partir de autores brasileiros. Curitiba: CVR, 2015.

MARQUES, A. C. S. O papel dos interesses na construção de uma ética dos processos comunicativos. **Lumina**, v. 5, n. 1, p. 1-18, 13 jun. 2011.

MARQUES, A. C. S.; MAFRA, R. L. M. Diálogo no contexto organizacional e lugares de estratégia, argumentação e resistência. **Organicom**, v. 10, n. 19, p. 82-94, 2013.

MARQUES, A. C. S.; MAFRA, R. L. M. O diálogo, o acontecimento e a criação de cenas de dissenso em contextos organizacionais. **Dispositiva**, v. 2, n. 2, p. 2-20, 2014.

MARQUES, A. C. S.; MAFRA, R. L. M.; MARTINO, L. M. S. Desafios para a prática das relações públicas em sua interface com a democracia e questões de justiça. *In*: MAINIERI, T; MARQUES, A. (org.). **Comunicação e poder organizacional**: enfrentamentos discursivos, políticos e estratégicos. Goiânia: Gráfica UFG, 2018. p. 91-123.

MARQUES, A.; MAFRA, R.; MARTINO, L. M. S. Um outro lugar sobre a comunicação pública: a constituição discursiva de sujeitos no âmbito das organizações. **Dispositiva**, v. 6 n. 9, p. 76-92, 2017.

MARTINO, L. M.; MARQUES, A. A ética da comunicação a partir da abordagem dos conceitos de interesse e uso da linguagem. **Galáxia**, n. 23, p. 139-152, jun. 2012.

MARTINO, L. M. S.; MARQUES, A. C. S. Modalidades e derivações da comunicação no mundo da vida: sentidos, experiência e interação. **Galáxia**, n. 31, p.105-116, abr. 2016.

MAURANO, D. **Para que serve a psicanálise?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010.

MEAD, George H. **Espíritu, persona y sociedad**. Barcelona: Paidós, 2010.

MENDONÇA, R. F. Antes de Habermas, para além de Habermas: uma abordagem pragmatista da democracia deliberativa. **Sociedade e Estado** [online], v. 31, n. 03, p. 741-768, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016.00030009>. Acesso em: 14 jun. 2021.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Teoria Crítica e democracia deliberativa: diálogos instáveis. **Opinião Pública** [online], v. 19, n. 1, p. 49-64, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762013000100003>. Acesso em: 14 jun. 2021.

MIANO, B. S. **Comunicação organizacional e efeitos pathêmicos do discurso**. Caso Samarco: um mar de lama ou de emoções? 2017. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

MILANEZ, B. Mineração e impactos socioambientais: as dores de um país mega-minerador. *In*: WEISS, J. S. **Movimentos socioambientais**: lutas, conquistas, avanços, retrocessos, esperanças. Formosa. GO: Editora Xapuri Socioambiental, 2019. p. 383-417.

MILANEZ, B *et al.* Desafios para uma prática científica crítica diante do desastre na bacia do Rio Doce. *In*: LOSEKANN, C.; MAYORGA, C. (org.). **Desastre na bacia do Rio Doce**: desafios para a universidade e para instituições estatais. Rio de Janeiro: Folio Digital Letra e Imagem, 2018. p. 123-148.

MORA, J. F. Racionalidade. *In*: **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Edições Loyola, 2001. p. 2440-2442.

MORICEAU, J. A Comunicação Organizacional e os direitos do outro homem. *In*: MARQUES, A. C. S.; LIMA, F. P.; SILVA, D. R. (org.). **Comunicação e Direitos humanos**. IV SICO - Seminário Internacional de Comunicação Organizacional. Belo Horizonte: PPGCOM UFMG, 2019. p. 25-39.

MOTTA, F. M. **Constrangimentos ao debate público sobre mineração em Minas Gerais**. 2021. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

MUMBY, Denis. A comunicação organizacional em uma perspectiva crítica. **Organicom**, n. 10-11, p. 191-207, 2009.

NOGUEIRA, Pedro Henrique da Silva. "**Barragem da Samarco acaba de estourar!**": controvérsias e incertezas no Twitter durante a tragédia socioambiental de Mariana (MG). 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

OLIVEIRA, I. L.; PAULA, M. A.; MARCHIORI, M. Um giro na concepção de estratégias comunicacionais: dimensão relacional. **FISEC-Estrategias**, Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad Nacional de Lomas de Zamora, año VII, v. 1, n. 17, p. 133-153, 2012.

OLIVEIRA, M. C. **A noção de diálogo materializada nos relatórios GRI**. 2017. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

PEDROTTI, J. S. **Jornalismo em processo**: dinâmicas da cobertura socioambiental na imprensa brasileira. 2017. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2017.

PEREZ, K. Para qual lado estamos olhando? Reflexões sobre o discurso da Samarco na web. **Organicom**, ano 13, n. 25, p. 26-36, 2º sem. 2016.

PÉREZ, R. A. **Pensar la estratégia**: otra perspectiva. Buenos Aires: La Crujía, 2012.

QUÉRÉ, L. A dupla vida do acontecimento: por um realismo pragmatista. *In*: FRANÇA, V. R. V.; OLIVEIRA, L. (org.). **Acontecimento**: reverberações. Belo Horizonte, Editora Autêntica, 2012. p. 21-38.

QUÉRÉ, L. A individualização do acontecimento no quadro da experiência pública. **Caleidoscópio** (Lisboa), v. 10, p. 13-37, 2011a.

QUÉRÉ, L. De um modelo epistemológico da comunicação a um modelo praxiológico. Traduzido por Lúcia Lammounier Sena e Vera Lúcia Westin. **RÉSEAUX**, Tekhné, Paris, n. 46/47, mar./abr. 1991.

QUÉRÉ, L. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos, Revista de Comunicação, Cultura e Educação**, n. 6, p. 59-76, 2005.

QUÉRÉ, L. Por uma abordagem pragmatista dos acontecimentos. [Entrevista concedida a] Leandro Rodrigues Lage e Tiago Barcelos Pereira Salgado. **Revista EcoPós**, v. 14, n. 2, p. 176-183, 2011b.

REALE, G. **Filosofias helenísticas e epicurismo**: História da filosofia grega e romana. São Paulo: Edição Loyola Jesuítas, 2011. v. V.

RODRIGUES, Léo. Vale pagará R\$ 37 bilhões para reparar tragédia de Brumadinho. *Agência Brasil*, Brasília, 4 fev.2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2021-02/vale-pagara-r-37-bilhoes-para-reparar-tragedia-de-brumadinho>. Acesso em: 20 fev. 2021.

SAFATLE, V. **Cinismo e falência da crítica**. São Paulo: Boitempo, 2008.

SAMARCO. **Licenciamento Operacional Corretivo (LOC)**. [S.l.: S.n.], 2020. Disponível em: <https://www.samarco.com/loc/>. Acesso em: 2 jan. 2020.

SAMPAIO, R. C.; FONTES, G. S.; FERRACIOLI, P. Molduras de uma tragédia anunciada: enquadramentos do desastre de Mariana. **Intercom, Rev. Bras. Ciênc. Comun.**, São Paulo, v. 40, n. 3, p. 55-72, dez. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-5844201734>. Acesso em: 23 mar. 2021.

SENNETT, R. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SERRA, Cristina. **Tragédia em Mariana**: a história do maior desastre ambiental do Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2018.

SILVA, D. R. **Relações Públicas, Ciência e Opinião**: Lógicas de Influência na Produção de (in)certezas. 2017. Tese (Doutorado em Comunicação) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

SILVA, D. W. **Comunicação organizacional e as estratégias de invisibilidade e de redução/direcionamento da visibilidade nas mídias sociais**. 2018. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SILVERIO, F. R. M. **Responsabilidade social empresarial e redes sociais na internet**: estudo de caso da empresa Samarco. 2018. Dissertação (Mestrado) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2018.

SIMÕES, R. P. Por uma rede teórica para relações públicas: uma forma abreviada da teoria. *In*: KUNSCH, M. M. K. (org.). **Relações Públicas**: história, teorias e estratégias nas organizações contemporâneas. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 143-155.

SLOTERDIJK, P. **Crítica da razão cínica**. São Paulo: Estação Liberdade, 2012.

SOUZA, E. A. **A cobertura do desastre socioambiental em Mariana/MG pelo portal em.com.br**: das fontes aos enunciadores. 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019.

TARDE, G. **A opinião e as massas**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

VARELA, L. G. **Da Samarco ao Jornal Nacional**: Relações entre a comunicação organizacional e o telejornalismo no desastre em Mariana – MG. 2018. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

VERONEZE JUNIOR, A. A. **A marca “Vale” em disputa**: sentidos mobilizados a partir da maior tragédia socioambiental do Brasil. 2018. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

WANDERLEY, L. J. M. Do Boom ao Pós-Boom das commodities: o comportamento do setor mineral no Brasil. **Versos**, v.1, n. 1, p. 1-7, 2017.

WEBER, M. H. Balizas do campo comunicação e política. **Tríade**: Revista de Comunicação, Cultura e Mídia, v. 8, n. 18, p. 6-48, 18 set. 2020.

WEBER, M. H. Do acontecimento público ao espetáculo político-midiático. **Caleidoscópio** (Lisboa), v. 10, p. 189-203, 2011b.

WEBER, M. H. Estratégias da comunicação de Estado e a disputa por visibilidade e opinião. *In*: KUNSCH, M. (org.). **Comunicação Pública, sociedade e cidadania**. São Caetano do Sul: Difusão, 2011a. p. 101-120.

WEBER, M. H. Imagem Pública. *In*: RUBIM, A. (org.). **Comunicação e política**: conceitos e abordagens. Salvador: Edufba, 2004. p. 259-307.

WEBER, M. H. Na Comunicação Pública, a captura do voto. **LOGOS 27: Mídia e Democracia**. Rio de Janeiro: ano 14, p. 21-42, 2º semestre de 2007.

WEBER, M. H. Nas redes de comunicação pública, as disputas possíveis de poder e visibilidade. *In*: WEBER, M. H.; COELHO, M. P.; LOCATELLI, C. **Comunicação pública e política**: pesquisa e prática. Florianópolis: Insular, 2017. p. 23-56.

WEBER, M. H. O estatuto da Imagem Pública na disputa política. **ECO-Pós**, v. 12, n. 3, p.11-26, set./dez. 2009.

WEBER, M. H.; CARNIELLI, F. Z. A comunicação de instituições públicas e o paradoxo da visibilidade estratégica. *In*: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 25, 2016. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2016.

WEBER, M. H. *et al.* Comunicação pública e democracia: da normatividade aos desvios. *In*: SANTOS, N. M. W.; SILVA, N. P.; OLIVEIRA, R. C. (org.). **Comunicação Pública no Brasil**: desafios e perspectivas; memórias e depoimentos. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019. p. 25-49.

WHITTINGTON, R. Estratégia Após o Modernismo: Recuperando a Prática. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 44, n. 4, p.44-53, out./dez. 2004.

ZHOURI, A. Violência, memória e novas gramáticas da resistência: o desastre da Samarco no Rio Doce. **Repocs**, v. 16, n. 32, p. 51-68, ago./dez. 2019.

ZIZEK, A. **Eles não sabem o que fazem**: o sublime objeto da ideologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

